UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FRANCISCO BARBOSA DE MACEDO

A Greve de 1980:
redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo

São Paulo
2010

FRANCISCO BARBOSA DE MACEDO

A Greve de 1980:
redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

São Paulo
2010

Agradecimentos

Escrevo este trabalho na primeira pessoa do plural porque, ainda que eu seja o responsável pela escrita da dissertação, ele só foi possível pela colaboração de diversas pessoas e instituições às quais, possivelmente com esquecimentos, agradeço profundamente.

À Fapesp, pela concessão da bolsa para a realização desta pesquisa.

Aos funcionários das instituições nas quais consultei arquivos e livros, pela competência e prestatividade.

Às pessoas que me concederam entrevistas e àquelas que me levaram a elas, pela disponibilidade.

À Profª. Drª. Zilda Márcia Grícoli Iokoi e ao Prof. Dr. Paulo Fontes, pelos valiosos comentários que fizeram na qualificação. Ao último, inclusive, sou grato pela inspiradora interlocução que marcou esta pesquisa do início ao fim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, pela atenção, confiança e liberdade de trabalho.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e pelos mais variados auxílios que, desde sempre, estiveram prontos a me prestar. Em minha lembrança, guardo incontáveis episódios que, em nossos encontros, espero rememorar.

Aos meus parentes, pela acolhida calorosa após meus longos afastamentos.

Aos meus pais, Enedina e Dalvino, e aos meus irmãos, Adriano e André, pelas experiências que partilhamos. Ao último, em especial, agradeço pela companhia na intensa vivência desses dez anos de trajetória acadêmica.

À Andréa, pelo carinho e apoio que alimentam meu sentimento de que, com ela, a vida é muito melhor.

Quando o corpo se desfaz, o essencial se mostra. O homem é somente um entrelaçamento de relações. Apenas as relações contam para o homem.

Antoine de Saint-Exupéry. *Pilote de Guerre.*

Resumo

Partindo da análise da greve empreendida, em 1980, pelos metalúrgicos do ABC paulista, esta pesquisa investiga as redes sociais tecidas pelos metalúrgicos residentes em São Bernardo do Campo e suas relações com a mobilização coletiva que, na conjuntura da Abertura, sustentou, entre 1º de abril e 11 de maio, um dos maiores e mais importantes movimentos paredistas do operariado brasileiro. Tal enfoque revelou-nos que o intenso e durável engajamento dos operários na Greve de 1980 derivou, em boa medida, da interação, em um contexto de crise de legitimidade do regime militar vigente, entre vínculos formais e informais, ou seja, da articulação entre vigorosa ação de organizações – especialmente, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – e denso tecido relacional existente entre os trabalhadores sambernardenses. Assim, fomos levados a considerar a tessitura de redes densas como parte do processo de formação de classe, o que nos levou a enfatizar a ação dos trabalhadores sob(re) os processos de industrialização, migração e urbanização que se intensificaram, a partir da década 50, em São Bernardo do Campo. Com isso, pudemos constatar que, se as fábricas eram, para os trabalhadores sambernardenses, importante âmbito de experiência comum, esta incluía, também, práticas socioculturais encetadas em outros *loci* do espaço urbano local, especialmente nos bairros em que os trabalhadores residiam.

Palavras-chave: greve; operariado; redes sociais; cultura; cotidiano.

Abstract

From the analyses of the strike undertaken in 1980 by the metalworkers of ABC Paulista, this research aims to investigate the social networks that have been made by the metalworkers who lived in São Bernardo do Campo. This research has also the purpose of verifying the relationship of the worker' s social networks with the collective mobilization, which in the juncture of the "Abertura", sustained, between April 1 and May 11, one of the most important strike movements of the Brazilian laborers. Such focus has revealed to us that the intense and durable laborers´ engagement on the strike in 1980 stemmed, in a way, from the interaction between formal and informal connections in a context of the crisis of the in vigor military regime, in other words, the articulation among forceful action of the organizations – specially of the Metalworkers Union of São Bernardo do Campo and Diadema – as well as the dense relationship extant among the workers of São Bernardo. Thus, we have been leaded to consider the organization of the dense networks as part of the class formation which has leaded us to emphasize the workers' action on the process of industrialization, migration and urbanization which was intensified from the 50´s in São Bernardo do Campo. In this manner, we could testify that if the factories were an important ambit of common experience for the workers of São Bernardo, such common experience would also include socio-cultural practices started in other *loci* of the urban space, mainly in neighborhoods where the workers lived.

Keywords: strike; laborers; social networks; culture; daily life.

Lista de mapas

Mapa 1 – Área de estudo [p. 206]
Mapa 2 – Maiores indústrias metalúrgicas sambernardenses (1978) [p. 207]
Mapa 3 – Bairros sambernardenses – concentrações de PEA industrial (1979) [p. 208]

Lista de tabelas

Tabela 1 – Locais de nascimento da população migrante sambernardense [p. 134]
Tabela 2 – Crescimento vegetativo e migratório de São Bernardo do Campo [p. 138]

Lista de siglas

AESP = Arquivo do Estado de São Paulo
DEOPS = Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DGABC = Diário do Grande ABC
FSB = Folha de São Bernardo
FSP = Folha de São Paulo
PMSBC = Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
SMA-SBC = Serviço de Memória e Acervo de São Bernardo do Campo
SMSBCD = Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
TM = Tribuna Metalúrgica

*

Nota sobre a indicação de alguns sobrenomes apenas por iniciais

Atendendo à solicitação de alguns entrevistados, preservaremos suas identidades citando, apenas, as iniciais de seus sobrenomes (por exemplo: Francisco Barbosa de Macedo seria mencionado como Francisco B. M.). O mesmo será feito em relação às pessoas envolvidas com a Greve de 1980 detidas pela polícia e acusadas de cometer crimes.

**

Nota sobre o uso de grifos

Salvo indicação contrária, os grifos no texto são de nossa autoria.

***

Nota sobre as traduções do espanhol, francês e inglês para o português

Todas as traduções nesta dissertação são livres e de nossa autoria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

CAPÍTULO 1

Redes sociais e mobilização coletiva:

família, parentes, amigos, vizinhos e colegas na Greve de 1980.....34

CAPÍTULO 2

Piquetes e mobilização coletiva:

padrões de ação, usos da violência, interpretações divergentes e historiografia.....87

CAPÍTULO 3

Tecendo redes sociais:

apontamentos sobre migração, urbanização, industrialização e sociabilidade.....129

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....187

FONTES 190

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....192

Introdução

Nesta dissertação, investigamos a greve realizada, em 1980, pelos metalúrgicos do ABC paulista. Enfocamos, fundamentalmente, as redes sociais[1] – baseadas em vínculos sociais primários, construídos no espaço social e territorial, envolvendo parentes, vizinhos, amigos, colegas e conterrâneos – tecidas pelos *metalúrgicos residentes em São Bernardo do Campo* e suas relações com a mobilização coletiva que sustentou, entre 1º de abril e 11 de maio, a "Greve dos 41 dias". Considerando que tais redes estruturavam-se e operavam no cotidiano, exploramos aspectos deste assim como apropriações da cidade deles resultantes[2]. Ao salientar a importância do cotidiano no processo de formação de classe preocupou-nos, como alertam alguns pesquisadores, "não despolitizá-lo e em demonstrar sua vital importância para a construção de redes sociais e de um espaço público onde os trabalhadores puderam construir identidades e lutar por direitos"[3].

Em nossa abordagem da Greve de 1980, adotamos as reflexões thompsonianas sobre classes sociais. Assim, entendemos que estas são formações socioculturais e, por isso, não devem ser apreendidas como "estruturas" ou "categorias", mas como "fenômeno histórico"[4]: as classes se "formam" e, nesse processo, é imprescindível a *ação* daqueles que a construirão como coletividade social coesa[5]. Incorporamos, também, em nosso trabalho, aportes

---

[1] Segundo Dulce Tourinho Baptista, no interior das ciências sociais, são variadas as posições sobre as redes sociais, sendo que alguns autores as avaliam como nível crucial para o entendimento do processo mobilizatório. Nesse sentido, os movimentos sociais seriam manifestações ou potencializações de redes socioespaciais, as quais teriam um conteúdo emancipatório que, apesar de latente, poderia ser articulado em determinadas situações. Além disso, as redes sociais são apontadas como táticas de sobrevivência, respondendo às mais diversas demandas cotidianas (assentamento urbano, obtenção de emprego, práticas de lazer etc.). Cf. *Nas Terras do "Deus-Dará"*: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1998, p. 260-264.

[2] Como aponta José de Souza Martins: "A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola". Cf. *Subúrbio*: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 19.

[3] Paulo Fontes. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 18. Cf., também, Silvio C. Bava. *Práticas cotidianas e movimentos sociais*: elementos para a reconstituição de um objeto de estudo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1983. Uma discussão sobre as dificuldades que a historiografia brasileira enfrenta em trabalhar a "cotidianidade" como "campo teórico" ou "categoria" pode ser acompanhada em Silvia R. F. Petersen. "Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana". *Revista História & Perspectivas*, n. 6, 1992.

[4] E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Outros textos seminais para pensarmos o debate em torno da noção de "formação" foram: Eric Hobsbawm. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988 e Antonio Luigi Negro. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa". *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31-32, 1996.

[5] Lembra M. Savage que: "A perspectiva da formação da classe (...) *não se preocupa em reduzir a mobilização a estruturas de classe, mas em explorar as complexas mediações entre a diversidade dos fenômenos econômicos, culturais e sociais* (...). Não há garantia alguma de as classes existirem na forma de coletividades sociais coesas. É

contemporâneos de ramos da historiografia inglesa que procuram dar continuidade e reelaborar o pensamento de E. P. Thompson. Desse modo, partimos das colocações de M. Savage de que a formação da classe é um processo complexo que envolve a construção de dois tipos de redes sociais, as de largo alcance e as densas. Nas palavras deste historiador inglês:

> A formação de classe tem uma dinâmica dupla. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de áreas locais diferentes – espaços de trabalho, bairros residenciais, pontos de lazer e assim por diante. Tais situações viabilizam a transmissão de informações, construção de organizações, troca de idéias e coordenação de mobilização. Essa perspectiva é congruente com a insistência do sociólogo histórico Michael Mann de que a classe social é baseada em vínculos "extensivos", em contraste com o caráter "segmentar" de relações sociais não classistas. Segundo, a formação de classe também envolve a construção de vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal. Nesse ponto, as classes podem ser "extraídas" da "comunidade", relações face-a-face, que conduzem à solidariedade social.[6]

Priorizamos, em nossa pesquisa, as redes densas – isto é, aquelas baseadas em sólidas práticas cotidianas comuns e intensas conexões interpessoais – *e* suas articulações com as redes de largo alcance, que envolvem sindicatos, partidos e outras modalidades institucionalizadas de organização. Assim, aprofundamos a discussão sobre as relações entre vínculos informais e formais envolvidos na mobilização que sustentou a Greve de 1980.

O enfoque que adotamos para investigar a "Greve dos 41 dias" tem sido, desde os anos 80, bastante utilizado por trabalhos de sociologia histórica, especialmente dos EUA, na análise de mobilizações coletivas[7]. Duas pesquisas, em especial, forneceram-nos significativas contribuições. A primeira, de Doug McAdam, abordou a importância de vínculos interpessoais para o recrutamento de ativistas que se engajaram, em meados dos anos 60, no "Verão da Liberdade" – episódio do movimento dos direitos civis nos EUA – que visava o alistamento eleitoral de negros do sul do país[8]. A segunda, de Roger V. Gould,

---

exatamente o xis da pesquisa histórica: examinar como e quando as fronteiras entre as classes vem a ser 'policiadas'". Cf. "Classe e história do trabalho". In: Cláudio H. M. Batalha e outros (orgs.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004, p. 34.

[6] M. Savage. "Space, networks and class formation". In: Neville Kirk (org.). *Social Class and Marxism*: defences and chalenges. Hants: Scolar Press, 1996, p. 68. Mais adiante (p. 79), o autor complementa que: "A formação de classe depende, de certa forma, da criação de vínculos densos, embora, de outros modos, necessite do desenvolvimento de vínculos de amplo alcance. Pode-se argumentar que os primeiros sejam mais importantes para a criação de culturas e identidades distintivas baseadas em classe, enquanto os últimos sejam mais importantes para vínculos organizacionais e mobilização política."

[7] Para um balanço da produção sobre o tema, cf. J. Kitts "Mobilizing in black boxes: social networks and participation in social movements organizations". *Mobilization: An International Journal*, 5(2), 2000.

[8] Doug McAdam. "Recruitment to high-risk activism: the case of Freedom Summer". *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1, 1986.

estudou a Comuna de Paris, ocorrida em 1871 na França, e apontou que a notável resistência dos *communards* derivou, em boa medida, do fato de que batalhões da Guarda Nacional eram compostos por soldados que residiam em uma mesma vizinhança, uma vez que esta era a circunscrição a partir da qual se realizava o recrutamento. A *interação* entre vínculos formais – oriundos do pertencimento a uma mesma organização militar – e informais – baseados em contatos interpessoais entabulados nos locais de moradia – seria, afirma Gould, imprescindível para a compreensão do intenso engajamento presente na Comuna de Paris. Generalizando suas conclusões, o sociólogo-historiador estadunidense não hesita em afirmar que "mesmo quando eventos políticos e organizações formais criam novas formas de interação, relações sociais preexistentes desempenham importante papel em mobilizar ação coletiva – desde que as lealdades que estes vínculos engendram tenham um conteúdo relevante aos eventos políticos em questão"[9].

Apesar da consistência de seus trabalhos, McAdam e Gould tendem a minimizar em suas análises o contexto – elemento central para pesquisas históricas[10] como a nossa. No Brasil, não localizamos estudos que adotaram, exatamente, a mesma abordagem das duas pesquisas estadunidenses citadas. Todavia, desde os anos 80, dispomos de importantes investigações que procuraram "entender padrões de comportamento presentes no cotidiano popular de onde os movimentos sociais extraíram suas energias"[11]. Alguns desses trabalhos, inclusive, ainda que não sistematicamente, já se valiam da noção de redes sociais para tratar da mobilização coletiva/formação de classe. José Sérgio Leite Lopes, por exemplo, comentando, em 1987, o ascenso nacional das mobilizações operárias desde fins dos anos 70, observava que "a família e as redes de vizinhança nos grupos operários situados nos bairros populares das grandes cidades têm importância na constituição e manutenção de uma cultura operária"[12].

Em que pese tais contribuições pioneiras, é possível afirmamos que, apenas nos últimos quinze anos, a abordagem de redes sociais ganhou, no Brasil, um instrumental teórico-metodológico mais explícito e maior destaque em pesquisas no campo das

---

[9] Roger V. Gould. *Insurgent identities*: class, community and protest in Paris from 1848 to the Commune. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 46.

[10] Segundo E. P. Thompson: "a história é uma disciplina do contexto e do processo". Cf. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001, p. 243.

[11] Eder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 18-19.

[12] José Sérgio Leite Lopes. "A formação de uma cultura operária". *Tempo & Presença*, nº 220, 1987, p. 7.

ciências humanas[13], inclusive nas históricas. Destas, ressaltamos a investigação de Paulo Fontes[14], a qual se constituiu no principal referencial para a elaboração de nossa pesquisa. Assentado em sólida reflexão teórica e ampla base empírica, Fontes procurou analisar as articulações, no período 1945-1966, entre vínculos formais e informais na formação do operariado por meio de uma cuidadosa pesquisa sobre os trabalhadores de São Miguel Paulista ligados à indústria Nitro Química, grande empresa estabelecida no bairro paulistano desde fins dos anos 30[15]. Segundo o autor, "o estudo procura destacar a importância das redes sociais, e das relações comunitárias para a formação da classe". Partindo do cotidiano operário, foram investigadas as intricadas "relações entre industrialização, urbanização, migração e formação de classe no contexto brasileiro dos anos 40 e 60"[16]. A abordagem conferida por Fontes a seu objeto pareceu-nos extremamente fértil para pensarmos o caso de São Bernardo do Campo. Além do fato de que os processos analisados pelo autor terem sido, entre os anos 50 e 70[17], especialmente vigorosos na cidade do ABC paulista, a ênfase atribuída por Fontes à articulação entre "trabalhar" e "morar" – assim como às possíveis repercussões da mesma na constituição de densas redes sociais e de uma identidade operária[18] –

---

[13] Cf., por exemplo: Dulce Tourinho Baptista, op. cit.; Weber Soares. "A migração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais". In: A. C. B. Martes e S. Fleisher (orgs.). *Fronteiras cruzadas*: etnicidades, gêneros e redes sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 e Eduardo C. L. Marques. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

[14] *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

[15] "Os trabalhadores expressaram e confrontaram os desafios desta era por meio de uma série de estratégias. Suas redes sociais, baseadas no mais das vezes em relações informais entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade, foram fundamentais não apenas para o processo de migração das zonas rurais para a cidade, que grande parte dele vivenciou, mas também para o enfrentamento das dificuldades da vida urbana e do mundo do trabalho. *Tais redes e relações informais estavam na base de uma verdadeira 'onda associativa' e de boa parte da ação política experimentada pelas classes populares em São Paulo naquele período.*" Cf. Paulo Fontes, op. cit., p. 14.

[16] Para as duas últimas citações, Paulo Fontes, op. cit., p. 3 e 14 (respectivamente).

[17] Mais amplamente, podemos afirmar que industrialização, migração e urbanização foram processos centrais na reconversão da base da economia brasileira de agrário-exportadora para urbano-industrial. Tal fenômeno – intensificado a partir dos anos 30 e acelerado nos anos 50 e 70 – significou a configuração de um novo padrão de acumulação capitalista no país, centrado na realização parcial interna crescente do capital. Igualmente, redundou em profundos rearranjos sociais, políticos e espaciais, consolidando a hegemonia do centro-sul brasileiro. O crescimento da economia urbano-industrial foi marcado pela ampliação dos desequilíbrios sociais e regionais, inclusive entre a cidade e o campo – ambos passando por aceleradas modificações. Antes que por oposições entre setores "atrasado" e "moderno", o processo foi marcado pela articulação dos mesmos de modo a fomentar o novo modelo de expansão capitalista que se estabelecia no país. Cf. Francisco de Oliveira. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003 e Odair Paiva. *Caminhos cruzados*: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

[18] "Assim, a partir do estudo de São Miguel e da Nitro Química, esta tese procurou aprofundar a análise das relações entre a esfera do trabalho e da comunidade. Se de um lado a fábrica constituiu-se em um

mostrava-se bastante profícua para refletirmos sobre a experiência de grande parcela do operariado sambernardense, como nos apontavam diversos indícios.

No momento de sua municipalização, em meados dos anos 40, São Bernardo do Campo, que hoje compõe o que se denomina de ABCDMRP[19], possuía, aproximadamente, 15 mil habitantes, em contraposição aos poucos mais de 93 mil habitantes de Santo André e aos 1,46 milhões de São Paulo[20]. Após a inauguração da Rodovia Anchieta, em 1947, que corta a cidade ao meio em seu eixo norte-sul, o município iniciou um processo de profundas transformações em vários aspectos.

A localização da cidade (ver Mapa 1), no meio do caminho entre o litoral paulista e a capital do Estado, a oferta de água e energia assegurada pelo complexo da Represa Billings, a disponibilidade de força de trabalho, bem como a existência de terrenos baratos e a intervenção dos administradores públicos locais configuraram-se como fortes atrativos para a instalação de indústrias na cidade. Assim, São Bernardo incrementava seu processo de industrialização – movimento que nos vizinhos Santo André e São Caetano já ocorria desde as primeiras décadas do século XX devido, primordialmente, ao fato de contarem com estações da estrada de ferro São Paulo Railway[21].

O município, que, até então, tinha como principais atividades produtivas a agricultura e algumas indústrias dos ramos têxtil e, principalmente, moveleiro[22], iniciou um processo de intenso crescimento industrial, como nos revela a multiplicação, nas décadas seguintes, da quantidade de estabelecimentos fabris instalados: 133 (1950), 284 (1960), 589 (1970) e 1.099 (1980). Em 1958, a cidade já possuía o terceiro maior produto industrial do Estado de São Paulo[23]. Tal ritmo era fomentado, em boa medida[24], pela instalação, desde meados dos anos 50, de diversas empresas automobilísticas e de

---

fundamental espaço de criação de identidade operária, por outro, *o bairro também teve um papel central na criação de um forte senso de comunidade que fortemente interagiu com aquela identidade.*" Cf. Paulo Fontes, op. cit., p. 16.

[19] Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires. Até meados dos anos 40, acrescentemos, todas essas cidades constituíam um único município.

[20] Cf. Luiz Eduardo Simões de Souza. *Políticas públicas em São Bernardo do Campo no pós-guerra*: 1945-1964. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 129.

[21] Cf. Antônio de Almeida. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano*: cultura política dos trabalhadores do ABC paulista (1930-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

[22] Antônio de Almeida, op. cit., p. 58.

[23] Luiz Eduardo Simões de Souza, op. cit., p. 170.

[24] Lembremos que diversos outros ramos fabris também se estabeleceram em São Bernardo: produtos químicos, eletrodomésticos, tintas, alimentos etc. Cf. Antônio de Almeida, op. cit., p. 61-62.

outras a elas interligadas na cadeia produtiva[25], o que fez de São Bernardo o principal pólo produtor de veículos do país, tendo, na década de 70, respondido por 70% da produção nacional[26]. Igualmente extraordinário era o crescimento do número de postos de trabalho nas indústrias sambernardenses. Entre 1967 e 1980, por exemplo, eles saltaram de 62.067 para 124.627[27]. Tendo em conta tais números, compreendemos porque alguns pesquisadores apontaram São Bernardo do Campo e, mais amplamente, o ABC paulista como importantes núcleos tanto do "desenvolvimentismo" de Juscelino Kubitschek (1956-1961)[28] quanto do "milagre econômico" (1968-1973) do regime militar[29].

A célere industrialização sambernardense era acompanhada de urbanização e crescimento populacional igualmente velozes. Em 1980, 99% da população municipal já vivia em zona urbana[30]. Entre 1950 e 1980, a população da cidade passou de 29.295 para 425.602 habitantes[31]. Enquanto a cidade de São Paulo crescia a taxas de 4,8% (1960-1970) e 3,7% (1970-1980) ao ano[32], São Bernardo do Campo apresentava, respectivamente, taxas anuais de crescimento populacional de 9,52% e 7,76%[33]. Tais índices, evidentemente, não foram obtidos somente através de crescimento vegetativo. Pelo contrário, até a década de 80, o principal componente do crescimento populacional do município era a *migração*[34].

---

[25] Segundo o IBGE, em 1970, a indústria automobilística detinha 69,4% do valor da produção industrial do município. Já o setor metalúrgico (material de transporte, material elétrico, mecânica e metalurgia) respondia por 84,26% do referido valor. Cf. *PDIM*, vol. 32. PMSBC, 1977, p. 11 e 42/144.

[26] Marcelo Luiz Côrrea. *São Bernardo do Campo*: descaracterização da paisagem urbano-industrial e a "nova pobreza urbana". Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000, p. 57.

[27] Cf. *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Expansão Cultural. PMSBC, 1971, p. 24 e Pedro Rubens Coppini Blum. *São Bernardo do Campo*: um exemplo de desenvolvimento urbano condicionado por variáveis externas. Dissertação (Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 1985, p. 156. Acrescentemos que, entre 1960 e 1980, o número de pessoas empregadas no setor secundário da economia brasileira passou de 2,9 para 10,6 milhões. Cf. Alfred Stepan (org.). *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 392.

[28] Helen Shapiro. "A primeira migração das montadoras: 1956-1968". In: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. (org.). *De JK a FHC*: a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997 e Francisco Capuano Scarlato. *A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial da metrópole paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1981.

[29] Ricardo L. C. Antunes. *As formas da greve*: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

[30] Pedro Rubens Coppini Blum, op. cit., p. 114.

[31] *Compêndio Estatístico 2005*. Seção de Pesquisa e Banco de Dados. PMSBC, p. 25.

[32] Cf. Teresa Pires Caldeira. *A Política dos Outros:* o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 19.

[33] *Compêndio Estatístico 2005*. Seção de Pesquisa e Banco de Dados. PMSBC, p. 25.

[34] Cf. Maria Isabel Schulz Pimentel. *O migrante em São Bernardo do Campo*: experiências e expectativas de migrantes ingressos entre 1950 e 1980 em São Bernardo do Campo e sua integração à cidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1997, p. 44.

Os migrantes que afluíam para São Bernardo possuíam origens diversas. Tomando como referência o ano de 1979, eles tinham como locais de nascimento: a Grande São Paulo (91.869 habitantes ou 23,98% da população total); o interior do Estado de São Paulo (78.143 habitantes ou 20,40%); o Nordeste (43.419 habitantes ou 11,34%) e a Região Sudeste (exceto São Paulo), em sua maioria mineiros (37.530 habitantes ou 9,80%). Boa parte desses migrantes, contudo, não provinha de seus locais de nascimento quando se estabeleceram em São Bernardo[35]. Tal contingente humano dirigia-se à cidade buscando, muitas vezes, empregar-se nas indústrias que ali se estabeleciam, afinal, significativas mudanças que, desde meados do século XX, ocorriam no processo produtivo de diversos ramos industriais permitiam que um número crescente de trabalhadores não-qualificados ou semiqualificados, o que era o caso da maior parte dos migrantes, pudesse ser incorporado à produção fabril[36]. Do encontro, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, desses migrantes com os imigrantes e seus descendentes, principalmente italianos (os quais já habitavam a região, visto que, desde fins do século XIX, em parte da área hoje ocupada pelo município, desenvolveram-se núcleos coloniais), formar-se-ia a classe operária em São Bernardo do Campo[37].

A década de 80, por sua vez, assinalaria significativas inflexões em alguns dos processos intensificados a partir de meados dos anos 50: a expansão industrial perdia seu ímpeto e atingia uma estabilidade relativa; um certo cotidiano urbano já se estruturara na cidade; o fluxo de migrantes para o município sofria forte redução e o crescimento populacional, cada vez mais, passava a depender, prioritariamente, do

---

[35] *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.

[36] Cf. Paulo Fontes, op. cit., p. 77 e Leôncio Martins Rodrigues. *Industrialização e Atitudes Operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970. Aponta Luís Flávio Rainho que, em meados da década de 70, 85% dos operários da "moderna" indústria automobilística eram semiqualificados ou não-qualificados. Cf. *Os peões do grande ABC*: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 249. Afirmação corroborada por José Sérgio R. C. Gonçalves, que acrescenta: "os primeiros números evidenciam que o migrante de todas as regiões pode mover-se do nível de não-qualificado para o de semiqualificado". Cf. *Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 36-37.

[37] Como salientou John French (*O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, 1995), as organizações e lutas dos operários do ABC paulista remontam à primeira metade do século XX. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, por exemplo, do qual se originou, por desmembramento, em 1959, o SMSBCD, foi fundado em 1933. Reconhecendo tais continuidades, assim como os impactos e as especificidades dos processos que se intensificaram a partir dos anos 50, talvez, o termo mais adequado fosse "(re)formação da classe operária". Sendo este ou não o termo mais apropriado, o fundamental, parece-nos, é que mantenhamos a abordagem das classes sociais como formações socioculturais.

crescimento vegetativo[38]. Ao mesmo tempo, em função da expressão das reivindicações do operariado como linguagem articulada no espaço público, sobretudo por meio dos sindicatos e das greves metalúrgicas iniciadas em fins dos anos 70, a identidade operária ganhava novas dimensões[39].

Na perspectiva desta pesquisa, importa observar que, para os trabalhadores sambernardenses, o intervalo entre os anos 50 e 70, foi especialmente importante para a mobilização e estruturação de suas redes sociais. De fato, como veremos, nesse período, eles recorreram a parentes, amigos e conterrâneos para viabilizarem o processo migratório e para movimentarem-se no mercado de trabalho local; estabeleceram novos laços de vizinhança; reordenaram modalidades de lazer; teceram e entrelaçaram fios relacionais que consubstanciaram sua sociabilidade urbana. Igualmente, importa salientar que, se em meados dos anos 70 boa parte dos trabalhadores do setor metalúrgico *não* residia em São Bernardo, não podemos ignorar o fato de que, entre as décadas de 50 e 70, aproximadamente 50% da população economicamente ativa *residente* nessa cidade eram trabalhadores industriais[40]. Nesse sentido, vale observar que quando comparamos os processos que se desenrolavam, nas décadas de 40 a 70, nas cidades de São Bernardo e São Paulo, evidenciam-se os movimentos opostos que nelas ocorriam. Na segunda, "morar" e "trabalhar", que estavam estreitamente ligados espacialmente até os anos 30, vão se dissociando, passando os operários a habitar em locais cada vez mais distantes daqueles em que trabalhavam[41]. Movimento oposto ocorria, no mesmo período, com o operariado *residente* em São Bernardo. A instalação crescente de indústrias na cidade (ver Mapa 2), nas proximidades das quais vários bairros cresceram, fazia com que muitos sambernardenses nelas se empregassem (ver Mapa 3) e morassem mais próximos de seus locais de trabalho,

---

[38] Para as questões da expansão industrial e do declínio do fluxo migratório. Cf. Maria Isabel Schulz Pimentel, op. cit., p. 43 e 44 (respectivamente).

[39] Podemos, por exemplo, apontar o impulso às organizações reivindicatórias formais nos bairros que, em São Bernardo, será dado pela articulação com o sindicalismo. Cf. Silvio C. Bava. "As lutas nos bairros e a luta sindical". In: Lúcio Kowarick (coord.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 273.

[40] Maria Isabel Schulz Pimentel, op. cit., p. 47-48; R. Langenbuch. *A estruturação da grande São Paulo. Estudo de geografia urbana.* Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971, p. 269-270; Luiz Eduardo Simões de Souza, op. cit., p. 143-145. Em 1975, estimava-se que, das 125.910 pessoas ocupadas pelas indústrias de São Bernardo, 52.096, ou seja, 41% residiam em São Bernardo. Na mesma ocasião, das 95.274 pessoas empregadas pelo setor metalúrgico, 33.541, isto é, 35% morariam em São Bernardo do Campo. Cf. Maria Isabel Schulz Pimentel, op. cit., p. 47.

[41] Segundo Fontes, op. cit., p. 109: "Até os anos 30, era possível notar uma relativa concentração operária perto das fábricas e locais de trabalho. Bairros industriais como Brás, Mooca, Lapa, entre outros, também eram espaço de moradia da maior parte dos trabalhadores. Residindo em vilas operárias (construídas ou não pelos industriais), ou alugando pequenas casas ou cômodos em cortiços, os trabalhadores, até esse período, mantinham-se próximos aos seus empregos e não muito distantes das residências das camadas médias e altas da sociedade."

evitando, assim, longos deslocamentos para cidades vizinhas. Em 1972, por exemplo, apenas 20% da população economicamente ativa do município trabalhava em outra cidade[42].

Diante desse quadro, em nossa pesquisa procuramos investigar se a proximidade entre locais de moradia[43], de trabalho e de lazer[44] bem como a intensa concentração operária características do município, detentor de área relativamente exígua[45], estiveram associadas à constituição, entre os operários da cidade, de redes sociais densas e se estas repercutiram sobre a vigorosa mobilização coletiva que sustentou a Greve de 1980. Sendo assim, consideramos que o caso sambernardense foi de grande fertilidade para pensarmos dimensões espaciais no processo de formação da classe[46], juntamente com os aspectos temporais já amplamente enfatizados na abordagem thompsoniana[47]. Como sugere Savage, o espaço deve ser entendido como uma rede social, que pode ser a base onde identidades coletivas são construídas. Ele não é apenas o cenário, o *locus* onde a formação de classe acontece, mas é *em si parte desse processo*: enfim, as classes se constituem, também, ao se apropriarem, por meio de redes sociais, de modo diferenciado do espaço. Como veremos, isso ficou patente na Greve de 1980 quando a mobilização coletiva, extravasando fábricas e sindicato,

---

[42] Cf. Silvio C. Bava. "As lutas...", p. 255.

[43] Alguns trabalhos sobre o operariado procuraram acentuar a importância dos locais de moradia como fértil terreno para a constituição de sociabilidades e identidades coletivas, bem como para o estabelecimento de solidariedades duradouras e personalizadas. Cf. Antônio de Almeida, op. cit.; Richard Hoggart. *As utilizações da cultura*: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. v. 1. Lisboa: Presença, 1973; Adriano Luiz Duarte. "Os sentidos da comunidade: Notas para um estudo de bairros operários e identidade cultural". *Trajetos*, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2002; Adriano Luiz Duarte. *Cultura popular e cultura política nos após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

[44] Quanto a essa dimensão da vida cotidiana, partilhamos as colocações de J. G. C. Magnani: "Partir do lazer e não do trabalho pode ainda parecer pouco ortodoxo e sujeito a reservas: o lazer está nos antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação de consciência de classe, ocupa uma parte mínima do tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria voz." Cf. *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 2.ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, p. 30.

[45] Grosso modo, nos anos 70, algo em torno de 95% da população sambernardense vivia em uma área de cerca de 53,47 km^2. Cf. *Subsídios Estatísticos*. SPE. PMSBC, 1976, p. 48. Para comparação, lembramos que, em 1959, a área do município de São Paulo já era de 1.509 km^2. Cf. Teresa Pires Caldeira, op. cit., p. 15.

[46] Sugere M. Savage, op. cit., p. 59, que: "o espaço precisa ser visto como importante em duas maneiras diferentes e possivelmente contraditórias. Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats de certos grupos sociais de modo que estes lugares tornam-se integralmente ligados em seus 'habitus', seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço, construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos. Eu sugiro que há uma tensão entre essas duas concepções distintas, que vem de algum modo a explicar porque a formação de classe pode ser difícil de se sustentar durante longos períodos históricos, especialmente para classes sociais subordinadas."

[47] E. P. Thompson insistiu que as classes se fazem "no tempo". A noção de "formação" é decorrência dessa visão.

espraiou-se pelo espaço urbano sambernardense – sobretudo pelos bairros com concentrações de operários.

É instigante notarmos como estudiosos que se dedicaram a pensar a mobilização coletiva nas greves metalúrgicas – especialmente, aquelas do ciclo 1978-1980 – e as organizações formais dos trabalhadores sambernardenses constataram as potencialidades do quadro acima descrito, contudo, não levaram suas observações à frente por não ser esse o foco de suas investigações. Poucos anos após a "Greve dos 41 dias", Silvio C. Bava, por exemplo, observava que:

> *É freqüente a participação de familiares e amigos nas assembléias metalúrgicas. É o bairro que está em greve*. A população passa por um processo de politização que empurra as pessoas a participarem. Nos bairros operários, praticamente em todas as casas existe alguém que trabalha em uma montadora e que está parado. Daí irradiar-se para outros trabalhadores não metalúrgicos a solidariedade ao movimento.[48]

Antonio Luigi Negro, por sua vez, num trabalho recentemente publicado sobre o "novo sindicalismo", não deixa de constatar, sobre São Bernardo do Campo, que:

> *Tão importante* quanto a escala decorrente da queima de etapas – a parteira de um contingente operário fordista –, *o movimento sindical havia de ser capaz de interagir com denso circuito de relações interpessoais tecidas entre a moradia, o lazer, os templos, as ruas, os clubes, e associações e as usinas (...).*[49]

A Greve de 1980, na medida em que tornou evidente, como veremos, a articulação entre vínculos informais preexistentes ao movimento – tecidos tanto nas fábricas quanto em outros *loci* do espaço urbano sambernardense – com aqueles formais – especialmente, os sindicais –, mostrou-se um momento privilegiado para a investigarmos as *interações* sugeridas por Negro. Para isso, contudo, foi necessário que considerássemos a parede metalúrgica como, simultaneamente, *meio de pressão* e *modo de expressão*. Com efeito, majoritariamente, a paralisação coletiva do trabalho, recurso fundamental da luta de classes, é apreendida como "*instrumento de pressão* para conquista de reivindicações

---

[48] Cf. "As lutas nos bairros e a luta sindical". In: Lúcio Kowarick (coord.), op. cit., p. 262. Embora a observação de Bava nos seja valiosa, devemos ter em mente, também, as ponderações de Paulo Fontes, op. cit., p. 21-22, que, em uma leitura aguda de M. Savage, alerta sobre os riscos de se "extrair" a classe da comunidade e das relações pessoais que podem conduzir a uma solidariedade social. Segundo Fontes, nesse tipo de abordagem: "*a identificação automática entre bairro e comunidade pode ser enganosa*. A análise de um bairro como São Miguel Paulista como uma comunidade *só faz sentido quando abordada historicamente, quando seus moradores compartilham em determinado contexto de um senso de linguagem comunitária. Tal linguagem, em determinadas circunstâncias, pode se imbricar com uma linguagem de classe e também com outras noções de comunidade, como as baseadas em um local de moradia, de trabalho e uma origem migrante comum.* (...). *Não é o bairro que por si só torna-se uma comunidade, são as redes sociais construídas e articuladas por seus moradores que podem construí-la."*

[49] Antonio Luigi Negro. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 179.

sociais e políticas"[50]. Desse modo, muitas vezes, tende a ficar em segundo plano, quando não obliterado, o fato de que, na greve, transparece "a rede de sociabilidade e solidariedade tecidas no cotidiano"[51]. Nesse sentido, baseando-se nos clássicos trabalhos de Michelle Perrot que salientaram a paralisação coletiva do trabalho como momento propício para se explorar as múltiplas dimensões da classe, Leila Blass observa que, para apreendermos uma greve como meio de pressão *e modo de expressão política e cultural*, devemos considerar que:

> Uma ação coletiva em sua dimensão de conflito (meio de pressão) implica estabelecer as relações e correlações entre as diferentes dimensões (econômica, política, ideológica etc.), para que os vários agentes sociais envolvidos no conflito (trabalhadores, Estado, patrões e opinião pública) se façam presentes no cenário histórico, ao passo que, enquanto modo de expressão, exige a descoberta das diferentes linguagens, através das quais os grevistas se expressam nas reivindicações, nos protestos; petições, slogans, discursos, grafites, cantos, gritos, aclamações, injúrias, sons, ruídos etc. É possível, por seu intermédio, conhecer as suas aspirações, vontades, representações, expectativas, frustrações, que afloram, nesse momento, de maneira diversificada, e muitas vezes fragmentada.[52]

As indicações de Blass foram bastante profícuas para nossa pesquisa, afinal, ao explorarmos a Greve de 1980 como, também, *modo de expressão*, pudemos apreender e evidenciar valores e práticas socioculturais vigentes entre os trabalhadores que se mostraram imprescindíveis à mobilização coletiva e, portanto, decisivos para a maior efetividade da parede metalúrgica como meio de pressão. Igualmente, ao atentar, como recomenda a autora, às "diferentes linguagens" dos grevistas, pudemos discuti-las enquanto, simultaneamente, reveladoras e instituintes de identidades[53]. Como veremos, permeava a Greve de 1980 "uma linguagem própria" que ganhava sentido "quando referida a um determinado momento histórico e às experiências de seus protagonistas"[54].

Em que pese afirmações como as anteriormente citadas de Silvio C. Bava e de Antonio Luigi Negro, na vasta bibliografia sobre os metalúrgicos do ABC paulista e as greves por eles protagonizadas entre 1978 e 1980, os aspectos enfocados em nossa

---

[50] Esta é, por exemplo, a única definição apresentada por M. Kornis e Dora Flaksman. "Greve". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1984, p. 1527.
[51] Leila Blass. *Estamos em greve!*: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 21.
[52] Leila Blass, op. cit., p. 13-14.
[53] Nos estudos sobre o operariado, texto polêmico sobre esse tema é Gareth Stedman Jones. "Reconsideracion del cartismo". In: *Lenguajes de clase*: estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1982). Madrid: Siglo XXI, 1989. Cf., também, Paulo Fontes. "Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of Class* de Stedman Jones". *Locus: Revista de História*, v. 4, n. 2, 1998.
[54] Leila Blass, op. cit., p. 14.

investigação sobre a Greve de 1980 não foram aprofundados e, às vezes, nem mesmo mencionados, visto que as pesquisas privilegiaram, esmagadoramente, temas relacionados à fábrica, ao sindicato e à conjuntura – política, econômica e social – do país[55]. Apesar disso, devemos retomar, ainda que não exaustivamente, algumas dessas obras, uma vez que elas nos permitem caracterizar processos e eventos recorrentemente apontados como constitutivos da atuação dos operários metalúrgicos sambernardenses em seus movimentos paredistas iniciados em fins dos anos 70.

Entre as várias pesquisas que abordaram o espaço fabril, comecemos pela de John Humphrey[56] que salientou a ampliação do descontentamento ("senso de injustiça"), ao longo dos anos 70, dos trabalhadores da indústria automobilística brasileira em relação aos salários, ao aumento no ritmo/volume de trabalho, à elevada rotatividade no emprego, ao despotismo das chefias e aos padrões de salubridade/segurança no trabalho. Apontou, igualmente, como, nas relações entre empregados e patrões, intervinha, desde o Golpe de 1964, o "controle mantido pelo Estado sobre os sindicatos e sobre os militantes de base". Sob tais condições, no fim dos anos 70, os dirigentes do SMSBCD se afirmaram como "legítima representação" e conseguiram englobar a oposição sindical interna, a qual reconhecia o empenho daqueles em mobilizar os operários na tentativa de alterar a situação vigente. Amnéris Maroni[57], por sua vez, destacou que o "cotidiano operário vivido na fábrica" não foi apenas fonte de insatisfações, mas também a instância a partir da qual os operários elaboraram novas formas de organização e mobilização e, assim, expressaram suas demandas por meio do "discurso da ação". Nesse sentido, um marcante componente das greves metalúrgicas, a partir de 1978, seria o questionamento, por parte dos trabalhadores, de aspectos da "organização capitalista do processo de trabalho". Simultaneamente, os operários confrontavam o arrocho salarial, a ausência de liberdade de expressão e de organização sindical impostos, após o Golpe de 1964, pelo regime

---

[55] Localizamos somente uma obra que situa, em escala global e secular, as greves metalúrgicas abecedenses do ciclo 1978-1980. Elas são apontadas por Beverly Silver como evidência das dinâmicas do capitalismo mundial e dos movimentos trabalhistas. Segundo a autora, as indústrias automobilísticas dos EUA e da Europa Ocidental, após confrontarem-se, até meados do século XX, com fortes movimentos trabalhistas locais, procuraram solucionar seus problemas de lucratividade e de controle de mão-de-obra estabelecendo-se, na segunda metade do século, em outros países, como Brasil, Coréia do Sul, México e África do Sul. Entretanto, onde esperavam desfrutar de mão-de-obra mais barata e supostamente mais dócil, os empresários tiveram que, em pouco tempo, negociar com os fortes movimentos operários que se constituíram. Cf. *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

[56] *Fazendo o milagre*: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

[57] *A estratégia da recusa*: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

militar. Descrição muito similar às expostas por Humphrey e Maroni é apresentada por Luís Flávio Rainho[58], em sua investigação sobre a experiência fabril, nos anos 70, dos operários da indústria automobilística. O autor, contudo, extrapola os limites da usina e conclui que a organização/disciplina fabril subordinava todas as demais dimensões da vida do trabalhador. Assim, os movimentos grevistas, ainda que apresentassem como sua motivação temas salariais, seriam, de fato, expressão das condições de vida e consciência de classe do operariado metalúrgico. Tais elementos se combinavam com o amplo esforço de mobilização operária empreendido, mais intensamente a partir de meados dos anos 70, pelas lideranças sindicais sambernardenses. Antonio Luigi Negro[59] dirigiu, também, sua atenção para o chão de fábrica da indústria automobilística, ressaltando o empenho de ativistas sindicais e de militantes das mais diversas agremiações no sentido de levar adiante, desde a implantação das montadoras no país, a organização operária no espaço fabril e a sindicalização dos trabalhadores. Processos em que os trabalhadores qualificados teriam destacada atuação. Em outra obra, Antonio Luigi Negro[60] apontou como foi na faina da usina que os operários da indústria automobilística, especialmente os não-qualificados e os semiqualificados, forjaram a idéia de que, ao não "fugir da produção", eles mereciam os benefícios que auferiam e o reconhecimento da dignidade do seu trabalho, a qual teria sido atacada, nos anos 70, pelos patrões, que, ao tornarem insano o trabalho na fábrica com linha de montagem[61], teriam fomentado insurgência operária.

Nesse sentido, o "resgate da dignidade" estaria entre os tópicos abordados pelos pesquisadores que privilegiaram, em suas investigações sobre as greves metalúrgicas do ABC paulista, os sindicatos. Segundo Laís Abramo[62], o discurso sindical em torno do tema dignidade, formalizado pelos dirigentes do SMSBCD, teria encontrado profundas ressonâncias entre os operários metalúrgicos. Ele se assentaria na dura vivência fabril experimentada, nos anos 70, pelos trabalhadores e se alastraria numa conjuntura de aguda

---

[58] *Os peões do grande ABC*: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980.

[59] *Linhas de montagem...*

[60] "Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística". In: Cláudio H. M. Batalha e outros (orgs.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004.

[61] Entre 1970 e 1979, por exemplo, a quantidade anual de trabalhadores brasileiros vítimas de doenças e acidentes de trabalho saltou de 7,2 para 12,4 milhões, tendo o setor industrial muito contribuído para tal aumento. Cf. http://segurançanotrabalho.eng.br/estatisticas/tabela1.pdf (acessado em 26/03/2010).

[62] *O resgate da dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

crise de legitimidade do regime militar, em fins da década de 70. Por isso, nas greves metalúrgicas, seria possível reconhecer uma partilha tanto de interesses quanto de valores. Para a construção dessa unidade, reitera Kátia Paranhos[63], foi fundamental a atuação do SMSBCD. Este teria empreendido, ao longo dos anos 70, esforços em diversas áreas, destacando-se a organização de congressos de trabalhadores, a criação de um centro educacional para operários metalúrgicos (com cursos técnicos e supletivo), o fomento à produção de filmes e peça teatrais e a constituição de um eficiente órgão de imprensa operária, o jornal *Tribuna Metalúrgica*. Desse modo, o SMSBCD teria conseguido "criar a imagem e o discurso de uma identidade operária", um "discurso político de identificação operária", os quais teriam encontrado eco entre os operários metalúrgicos. Luís Flávio Rainho e Osvaldo M. Bargas[64] exploraram, também, o processo pelo qual o SMSBCD foi adquirindo legitimidade entre seus representados. Nesse sentido, a "Campanha de Reposição Salarial" – encaminhada em 1977 e que reivindicava a restituição das perdas salariais (34,1%) oriundas da manipulação dos índices do custo de vida pelo Executivo Federal, nos anos de 1973 e 1974 – é apresentada como um momento fundamental, além das greves, no reconhecimento dos esforços dos dirigentes sindicais pelos trabalhadores. As ações do SMSBCD foram consideradas, igualmente, por Leôncio Martins Rodrigues[65]. Este, contudo, relativizou a eficácia organizativa/mobilizadora das lideranças sindicais, ao sugerir que o "fator determinante" para o entendimento do "movimento sindical mais agressivo" existente em São Bernardo era a "grande concentração de trabalhadores num número reduzido de grandes fábricas localizadas muito próximas umas das outras"[66]. Para Rodrigues, a "concentração" levava, quase que automaticamente, à "agregação". O SMSBCD, desse

---

[63] *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: Unicamp, 1999; "Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta". *Revista de Sociologia e Política*, n. 103, 1999; *Mentes que brilham*: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

[64] *As lutas operárias e sindicais em São Bernardo.* v. 1. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983.

[65] "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical". In: *Partidos e Sindicatos*: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.

[66] Em fins dos anos 70, na cidade de São Bernardo, havia 650 empresas metalúrgicas, sendo que 70% dos operários desse setor se encontravam em unidades fabris com mais de 1000 trabalhadores. Tais números são, geralmente, confrontados com os da cidade de São Paulo, onde se contavam 9 mil empresas metalúrgicas e 13% dos operários do ramo em unidades com mais de 1000 trabalhadores. Cf. Aloizio Mercadante Oliva. *Estado autoritário e desobediência operária*: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dissertação (Mestrado). Campinas: DEPE-Unicamp, 1988, p. 291 e 519.

modo, apenas aproveitava-se dessas "condições objetivas"[67]. Estas, na verdade, são citadas em quase todos os estudos sobre os operários metalúrgicos de São Bernardo, variando o peso que lhes é atribuído para explicar a ação dos trabalhadores.

Cabe observar que a maior parte dos estudos que tratou, especialmente nos anos 70 e 80, do SMSBCD o apontou, reiterando concepções circulantes entre dirigentes e ativistas dessa instituição, como um dos núcleos de elaboração de discursos e práticas inovadoras que estariam fomentando, a partir de fins dos anos 70, a constituição, no país, de um "novo sindicalismo", radicalmente distinto tanto do peleguismo vigente quanto das experiências sindicais do pré-64. Estas, enfeixadas sob o rótulo de "sindicalismo populista", seriam marcadas por:

> a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula – oficiais ou paralelas – seriam privilegiadas em relação às Organizações no Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria); e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho.[68]

O "novo sindicalismo", como asseguravam muitos estudiosos em meio a um *boom* de pesquisas sobre o operariado nacional, seria, em cada um desses itens, o exato oposto. Emergindo nos setores mais dinâmicos da indústria, ele buscaria organizar os operários nos locais de trabalho e seria expressão "autêntica" das demandas surgidas no chão de fábrica. Cioso de sua autonomia, seria independente em relação aos partidos e ao Estado e exigiria negociação direta com os patrões[69]. Se estudos de sociologia do trabalho, muitos deles publicados após o Golpe de 1964, sugeriam que pouco se poderia

---

[67] Leôncio Martins Rodrigues formulou tal explicação em meados dos anos 80. Portanto, após as greves metalúrgicas do período 1978-1980. Na década anterior, Rodrigues, acompanhando as inúmeras pesquisas que, após o Golpe de 1964, enfatizavam "negatividades" do operariado brasileiro, publicou seu estudo (*Industrialização e Atitudes Operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970) sobre operários de uma indústria automobilística sambernardense e constatou que pouco se poderia esperar deles em termos de ação coletiva devido, basicamente, à sua predominante "origem rural recente". Assim, buscando explicar as greves metalúrgicas sem abdicar de suas antigas teses, Rodrigues teve que atribuir aquelas a "um fator [isto é, a "concentração"] que, de certa maneira, *é externo ao grupo operário*, e não tem relação com as características específicas de um dado segmento da classe trabalhadora, tais como escolaridade, nível de qualificação, origem, idade etc". Cf. "Trabalhadores de uma indústria automobilística...", p. 145.

[68] Marcelo Badaró Mattos (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003, p. 47.

[69] Marco Aurélio Santana. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990." In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 309.

esperar em termos de ação política autônoma dos operários brasileiros – sobretudo devido à sua predominante *origem migrante e rural*[70] –, muitas pesquisas que surgiam a partir de fins dos anos 70 depositavam imensas expectativas no operariado. Não era para menos: notáveis mobilizações de massa e enfrentamentos com o regime militar sugeriam que os trabalhadores ocupariam um lugar central na construção de uma almejada nova ordem social. Entretanto, nos anos 80 e, mais fortemente, na década de 90, desdobramentos do "novo sindicalismo" fomentaram a crença de que algumas de suas "promessas" não se cumpriram[71]. No mesmo período, aumentaram os estudos que revisitaram o período 1945-1964 e reformularam interpretações sobre o "velho sindicalismo", relativizando várias teses hegemônicas nos anos 70 e 80. Desse modo, atualmente, dispomos de uma imagem bastante matizada dos supostos contrastes entre "novo" e "velho" sindicalismo: onde, antes, havia somente rupturas, vemos, agora, algumas significativas continuidades[72].

A conjuntura brasileira dos anos 70 e 80 não apenas marcou as análises então produzidas sobre as greves metalúrgicas. Com efeito, alguns autores a tomaram, explicitamente, como o eixo principal para explicar os próprios movimentos paredistas. Assim, para Ricardo Antunes[73], a ação do operariado metalúrgico teria como "causalidade fundante" a luta contra a "superexploração do trabalho" e o "arrocho salarial". Aponta o autor que, entre 1968 e 1973, apoiado no tripé capital monopolista externo-capital monopolista privado-setor produtivo estatal e na intensa compressão dos salários dos trabalhadores, deu-se, sob o comando do regime militar, o período de grande crescimento da economia nacional – em média, 11% ao ano – denominado "milagre brasileiro". Desde meados dos anos 70, contudo, delineou-se o "esgotamento do padrão de acumulação" então estabelecido: as taxas de crescimento econômico declinavam; o endividamento externo havia alcançado limites insustentáveis (visto que os juros internacionais se elevavam rapidamente)

---

[70] Obras indispensáveis dessa linha interpretativa são: Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966 e Juarez Rubens Brandão Lopes. *Sociedade Industrial no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1971. Cf., também, o volume especial de *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961. Sobre a imagem da classe operária brasileira "em negativo", elaborada pela sociologia do trabalho dos anos 60 e 70 e seu especial destaque à "origem" como fator explicativo, ver o penetrante artigo de Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1984.

[71] Lembremos, por exemplo, que a propalada "ruptura total" com a estrutura sindical corporativa não foi efetivada. Cf. Marco Aurélio Santana. "Trabalhadores em...", p. 294.

[72] Cf. Marco Aurélio Santana. "O 'novo' e o 'velho' sindicalismo: análise de um debate". *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998 e Marco Aurélio Santana. "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 14, n. 41, 1999.

[73] *As formas da greve*: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

e as reservas cambiais estavam drasticamente reduzidas, sobretudo em função do desequilíbrio na balança de pagamentos; os termos de intercâmbio mundial deterioravam-se, rapidamente, em prejuízo do Brasil; a inflação aumentava em ritmo acelerado (atingindo, em 1980, 110%). Nesse quadro, teriam eclodido as greves metalúrgicas, as quais, na medida em que "feriam a base econômica do poder político e antepunham-se à política salarial", configuraram-se como um embate entre operários e patrões/Estado. Similarmente, Maria Helena Moreira Alves[74] também compreende os movimentos paredistas dos metalúrgicos como resposta às tensões surgidas do modelo econômico "altamente explorador" sustentado, após o Golpe de 1964, pelos militares. Tal modelo, dependente de capitais estrangeiros, pressupunha um clima atraente para os mesmos, o que incluiu, além de mudanças na CLT e repressão/burocratização dos sindicatos, uma legislação de controle das greves (Lei 4.330/64) e dos salários, os quais, reajustados segundo índices decretados pelo Executivo Federal, sofreram reduções reais ao longo das décadas de 60 e 70. Em contrapartida, consolidando um mercado para bens de consumo duráveis, enfatizado na estratégia econômica do governo, ampliava-se a concentração de renda nos estratos da burguesia e das classes médias altas[75]. Assim, o amplo ciclo de greves do período 1978-1980 – inclusive as metalúrgicas – consubstanciaria um "desafio ao modelo econômico" vigente. Finalmente, Pedro Castro[76], afirma que a conjuntura do "pós-milagre", definida pela crise do capitalismo brasileiro, seria o componente fundamental para compreendermos a participação de milhões de trabalhadores brasileiros em greves – de curtas paralisações setoriais em uma empresa até paredes nacionais – que, a seu ver, constituem um ciclo que se estende de 1974 a 1984.

A conjuntura sociopolítica nacional da segunda metade dos anos 70 foi especialmente enfocada por alguns autores. De modo geral, enfatizando a crise de legitimidade do regime militar – cujos primeiros indícios remontariam a derrotas do partido do governo, a ARENA, nas eleições parlamentares de 1974 –, eles procuraram situar as greves metalúrgicas de 1978-1980 no contexto da Abertura, da luta pela democracia e da emergência dos "novos movimentos sociais".

---

[74] *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 4.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

[75] Em 1980, por exemplo, os 10% mais ricos da sociedade brasileira apropriavam-se de 50,9% da renda total. Cf. João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novais. "Capitalismo tardio e sociabilidade moderna". Lilia Moritz Schwarcz. *História da vida privada*: contraste da intimidade contemporânea. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 633.

[76] *A greve na crise do Brasil pós-milagre*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1986.

A partir de meados dos anos 70, o regime militar, ainda que com dissensões internas às forças armadas[77], iniciou um processo de liberalização política controlada, buscando ampliar sua legitimidade social[78]. Assim, mesmo com recuos, passou a adotar medidas que, partindo do menor controle sobre a imprensa, chegaram, em fins da década, à anistia e ao restabelecimento do pluripartidarismo, delineando o quadro da chamada Abertura. Com isso, o governo procurava esvaziar a oposição parlamentar (o MDB), bem como atender às pressões de instituições, como a universidade, a OAB, a ABI e a CNBB, que se aglutinavam em torno de questões de liberdade de expressão, de imprensa e de associação, e da proteção aos direitos civis, políticos e humanos. Nesse espaço público ligeiramente alargado, acelerando a crise do regime militar e influindo sobre os rumos da transição política, os movimentos populares intensificaram suas ações reivindicatórias e as greves metalúrgicas irromperam[79]. Nestas, os trabalhadores compreenderam, devido à intensa repressão estatal, que para expressarem suas demandas econômico-sociais precisariam, simultaneamente, reconquistar o direito de participar da política (o "próprio direito de lutar"). Desse modo, ainda que *com um conteúdo próprio* – enfatizando, por exemplo, os direitos sociais –, os trabalhadores incorporavam-se à luta pela redemocratização do país, abalando os arranjos políticos que modelavam a Abertura e, até então, desconsideravam o operariado. Assim, o SMSBCD e outros sindicatos adentravam a "frente democrática brasileira" e passavam a integrar a ampla rede de organizações – que constituíam a oposição institucional ao regime militar – composta, entre outros, por: Igreja Católica, OAB, ABI, Movimento Estudantil, partidos políticos oposicionistas em formação (PMDB, PT, PTB) etc. Ainda que, em diversas ocasiões, tais atores tenham reunido suas forças, não devemos imaginá-los como um bloco monolítico. Setores do MDB, por exemplo, prestaram às greves metalúrgicas apoio pouco significativo, visto que, além de temerem um fortalecimento excessivo do movimento operário, avaliavam-nas, caso intensificassem

---

[77] Desde o governo Geisel (1974-1979), teria ficado evidente a posição dos militares ligados aos órgãos de segurança e informação – núcleo principal do grupo denominado "linha dura" – de manterem, fundamentalmente pela força, o regime. Direcionamento não partilhado pelo grupo "moderado", que buscava implementar medidas que permitissem às forças armadas retomarem, gradualmente, suas funções profissionais.

[78] Na ocasião, até mesmo setores do empresariado nacional estariam insatisfeitos com as possibilidades de que dispunham para influenciar a política. Não seriam ouvidos, por exemplo, em sua avaliação de que o favorecimento do governo às empresas estrangeiras e a presença do Estado na economia seriam excessivos.

[79] Até aqui, valemo-nos de Thomas Skidmore. *Brasil*: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Especialmente capítulos 6 e 7). Cf., também, Alfred Stepan (org.). *Democratizando o Brasil...*

o confronto com o regime militar, como uma ameaça potencial à Abertura[80]. Os riscos que a "radicalização" das greves do ABC paulista colocariam ao restabelecimento do Estado de Direito eram, também, salientados pela direção do PCB, a qual recomendava a unidade sindical, inclusive com os pelegos, em proveito de um amplo acúmulo de forças[81]. Por sua vez, inúmeros dirigentes sindicais, muitos dos quais ex-interventores nomeados pela ditadura, temiam as perdas de suas posições diante de uma vitória arrasadora dos operários do ABC paulista que poderia levar lideranças sindicais abecedenses e suas propostas a hegemonizarem o movimento sindical[82].

Outros autores, como Eder Sader[83], entenderam as greves metalúrgicas como evidências – assim como, as votações recolhidas pelo MDB nas eleições a partir de 1974, a extensão e as características de movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado "Movimento do Custo de Vida", o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura sindical ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base e a formação do Partido dos Trabalhadores – da "entrada em cena" de "novos personagens", os quais, com suas ações, participavam da contestação da ordem estabelecida e da modelagem do espaço público que se constituía. Afirma Sader que, com o fechamento do Estado autoritário a certos setores e demandas sociais, os trabalhadores da Grande São Paulo passaram, ao longo dos anos 70, a explorar as "potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal". Aqueles que se engajaram em tais movimentos apresentavam, assim, "novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos" constituintes de um sujeito coletivo e descentralizado. Ancorados, fundamentalmente, em três "matrizes discursivas" – a das comunidades de base, a de uma esquerda em crise e a do "novo sindicalismo" –, que revalorizaram as experiências cotidianas das classes populares e atribuíram-lhes novos significados, os "novos movimentos sociais" politizaram espaços

---

[80] Até aqui, valemo-nos de José Álvaro Moisés. *Lições de liberdade e de opressão*: os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[81] Cf. Guilhermo Cavalheiro Dias Filho. *O Partido Comunista Brasileiro e os movimentos de massa*: análise da posição do PCB frente às greves de 1978-80. Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

[82] As cisões no meio sindical se aprofundariam e visibilizariam com a criação do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (1983). Cf. Marco Aurélio Santana. "Trabalhadores em movimento...".

[83] *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Na mesma linha de Sader, cf. Vera da Silva Telles. "Anos 70: experiências e práticas cotidianas". In**:** Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985).* Porto Alegre: L&PM, 1986.

como fábricas e bairros periféricos. Indo além da "política tradicionalmente instituída", eles afirmaram sua autonomia em relação aos partidos e ao Estado, estabelecendo novas condições para o exercício da democracia[84]. Heloísa H. T. S. Martins[85], explorando temática correlata à emergência dos "novos movimentos sociais", investigou as relações entre Igreja e movimento operário no ABC paulista, as quais se mostraram decisivas nas paredes metalúrgicas. Segundo Martins, a atuação de militantes católicos, nas fábricas e nos sindicatos, e o apoio da Igreja ao movimento operário do ABC paulista remontaria aos anos 50. Nas greves de fins dos anos 70, as relações apenas se estreitaram em função de mudanças – a escolha fundamental pelos pobres, pela libertação integral e pelas comunidades de base – que vinham, ao longo dos anos 60, processando-se no interior da Igreja Católica brasileira[86] e que, ao alargarem o espaço dos "setores progressistas" na instituição, afinaram-na, nos anos 70, com os movimentos populares. Entretanto, Martins afirma que, especificamente na cidade de São Bernardo, a organização dos operários católicos era, no fim dos anos 70, incipiente. A Pastoral Operária, por exemplo, foi instituída, na cidade do ABC paulista, somente após a Greve de 1980. Tal quadro, não impediu, contudo, que a atuação, sobretudo nos bairros, de militantes católicos – em outras localidades envolvidas na parede e mesmo em São Bernardo – e que o apoio da Igreja, como instituição, fossem marcantes nas greves metalúrgicas, especialmente em 1979 e 1980.

Ao abordarem múltiplas facetas constituintes do fenômeno grevista, as pesquisas sumariamente arroladas nas páginas anteriores, revelam-nos a complexidade do mesmo e permitem-nos situar e relativizar o destaque conferido, em nosso trabalho, às relações entre redes sociais e mobilização coletiva. Nossa pesquisa, todavia, traz importantes contribuições para a compreensão do durável e intenso engajamento dos metalúrgicos

---

[84] Em fins dos anos 80, quando muitos dos "novos movimentos sociais" se institucionalizavam – ampliando suas interações com Estado e partidos –, Sader já afirmava que "a promessa de uma renovação radical da política" de que eles eram portadores continha muitas "ilusões". Por outro lado, os juízos negativos que este autor, tomando os "novos movimentos sociais" como referência, lançou sobre os movimentos sociais do pré-64 – quando o povo interviria na política sob a forma de "massa indiferenciada" – passaram a ser relativizados somente a partir dos anos 90. Algumas pesquisas mais recentes, matizando os contrastes acentuados por Sader, têm apontado continuidades naquilo que seria uma tradição associativa popular que teria emergido no fim do Estado Novo. Cf. Adriano Luiz Duarte. "Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950". *Estudos Históricos*. v. 21, 2008.

[85] *Igreja e movimento operário no ABC*: 1954-1975. São Paulo: Hucitec, 1994.

[86] Tais mudanças, como lembra Martins, articulavam-se àquelas que se desenrolavam no contexto latino-americano e mundial sintetizadas, basicamente, na II Conferência Episcopal Latino-Americana (1968) e do Concílio Vaticano II (1962-1965).

sambernardenses na "Greve dos 41 dias", uma das maiores ações coletivas do operariado brasileiro, que em seu transcorrer contou com adesões que largamente ultrapassaram a base de filiados do SMSBCD[87].

Fontes

Nossa investigação embasou-se em amplo conjunto de fontes: entrevistas, jornais (municipais, regionais e de circulação nacional), jornal operário, atas de reuniões e boletins sindicais, documentos policiais diversos do Acervo Deops sobre a Greve de 1980 e diversas séries estatísticas. A heterogeneidade deste "corpus documental" exige algumas breves indicações sobre a maneira pela qual conduzimos o trabalho com o mesmo.

No que tange às *fontes orais*, frisamos que utilizamos a história oral como *técnica*[88], o que implicou um constante *diálogo* entre aquelas e a documentação escrita. Mecanismos fundamentais da crítica documental, como busca de consistência interna, conferência cruzada de detalhes de outras fontes, confronto da evidência com um contexto mais amplo etc., orientaram nosso trabalho. Atentamos, especialmente, para as *condições de produção dessa fonte,* isto é, sua elaboração *intencional* e *a posteriori*. Nesse sentido, acuramos para as limitações e potencialidades que essa especificidade nos coloca[89]. Vale destacar que as fontes orais nos permitiram também um acesso privilegiado ao modo como os agentes sociais vivenciaram e significaram suas experiências[90]. Levando em conta essa dupla potencialidade da história oral (a de *evidência* sobre dados eventos sociais e a de *percepção singular* dos mesmos), bem como o amplo debate acadêmico sobre sua metodologia[91], optamos por combinar dois

---

[87] Estimava-se, antes do início do ciclo grevista de 1978-1980, que os sócios do SMSBCD fossem algo em torno de 40 mil, o que corresponderia, aproximadamente, a um terço da categoria. Cf. A Vanguarda, 17/09/1977.

[88] "Usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais." Cf. José Carlos Sebe Bom Meihy. *Manual de história oral*. 4.ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 46.

[89] A entrevista de História oral, como toda fonte histórica, deve ser vista como um "documento-monumento". Portanto, precisamos "desmontá-la", ou seja, ter em mente: as condições da relação entrevistado-entrevistador; as elaborações da memória e a "visão retrospectiva"; as estruturas narrativas das quais o entrevistado se utiliza etc. Cf. Verena Alberti. "Fontes Orais: Histórias dentro da História". In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. Contexto, 2006, p. 183.

[90] Cf. Paul Thompson. *A voz do passado*: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 184.

[91] Valemo-nos de: Michael Hall. "História oral: os riscos da inocência". In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH-Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1988; Gwyn Prins. "História Oral". In: Peter Burke (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992; Raphael Samuel. "História local e história oral". *Revista*

gêneros da mesma: a *história oral temática* e a *história oral de vida*[92]. Por isso, elaboramos um "roteiro geral" para as entrevistas, o qual sofreu algumas alterações em função de especificidades dos entrevistados.

O uso de *jornais*, por sua vez, como fonte e objeto da pesquisa histórica, sofreu, no Brasil, grande incremento nas duas últimas décadas do século XX, sendo eles investigados em seus aspectos materiais, gráficos, textuais etc. Produto de múltiplos agentes, marcado pela interpenetração das esferas pública e privada, o *jornal* é, hoje, explorado em sua condição de complexa representação do real[93]. Diante dessa "natureza" da fonte, procuramos efetuar o cotejo sistemático entre jornais da imprensa comercial e a *Tribuna Metalúrgica*, jornal do SMSBCD e caso bem sucedido de imprensa operária. O emprego deste tipo de fonte foi introduzido, nos anos 70, pelos brasilianistas que se dedicaram ao estudo da classe operária[94]. Desde então, muito se tem pensado sobre sua especificidade e complexidade. Com efeito, a imprensa sindical, uma das modalidades da imprensa operária, deve ser entendida em suas várias facetas[95]. Sem dúvida, o caráter institucional e classista confere grande riqueza a essa fonte. Destacamos que, para o trabalho com os jornais, assim como para aquele com as demais fontes escritas, elaboramos "fichas de coleta de dados".

Brasileira de História, n. 19, 1989/1990; Eclea Bosi. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; Marieta de Moraes Ferreira (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994; Mirta Ana Barbieri. "El contexto de producción de los relatos de vida". *Neho-História*, n. 1, 1999; Marieta Ferreira de Morais e Janaína Amado (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005; Martín Lienhard. "Los testimonios populares y la cuestión de su lectura". *Cuadernos de Literatura*, v. 38, 2001; Verena Alberti. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

[92] "Há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida. Nesses casos o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do depoente com informações colhidas. Essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque a informação, mesclando situações vivenciais, ganha mais vivacidade e sugere características do narrador." Cf. José Carlos Sebe Bom Meihy. *Manual*..., p. 148.

[93] "A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. *A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas*. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas". Cf. Maria Helena Rolim Capelato. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 24-25. Cf., também, Tania Regina de Luca. "Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos". In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. Contexto, 2006.

[94] Cf. Cláudio Batalha. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências". In: Marcos Cezar Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p. 150.

[95] Cf. Silvia Maria Pereira de Araújo. *Imprensa sindical*: instrumento de ação e objeto de conhecimento – 1976-1990. Tese (Doutorado). São Paulo: ECA-USP, 1991, p. 24. Cf., também, Maria Nazareth Ferreira. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

Se, como nos alerta Le Goff, todo documento é monumento, isto é, um instrumento de poder e produto de determinadas relações de força[96], é indiscutível que os "registros" produzidos no interior do Estado despertam ainda mais precauções no historiador. Com isso em mente, conduzimos o tratamento dos documentos – basicamente, registros produzidos por agentes policiais, bem como material do movimento operário apreendido pelos mesmos – do Acervo Deops sobre a Greve de 1980. Apesar dos arquivos do Deops (só desativado em 1983) terem sido disponibilizados apenas no fim do século XX, eles já serviram de subsídios a inúmeros e variados trabalhos, sendo que muitos pesquisadores procuraram destacar suas potencialidades na investigação da história operária[97]. As reflexões do historiador francês estiveram, igualmente, em nosso horizonte, quando investigamos atas de reuniões e boletins produzidos por dirigentes do SMSBCD e outras lideranças do movimento grevista.

Finalmente, cabe alguns comentários quanto às variadas séries estatísticas utilizadas em nossa pesquisa. O emprego destas fontes foi-nos de grande valia num trabalho de história social, visto que nos forneceram indícios sobre importantes fenômenos. Todavia, tratamos tais dados como fontes, o que implicou submetê-los à crítica documental. Afinal, a produção de estatísticas, sejam elas elaboradas por órgãos públicos ou sindicais, envolve múltiplos agentes e interesses sociais. Nesse processo, mobilizam-se conceitos e procedimentos que são escolhas (muitas vezes implícitas) e, portanto, devem ser problematizados. Já vai longe o tempo em que os números eram apontados como resposta definitiva. Hoje, devemos tomá-los como objeto de questionamento[98].

Capítulos

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos.

No primeiro, enfocamos as variadas maneiras – indo de bate-papos em botecos à formação de piquetes – pelas quais os metalúrgicos sambernardenses mobilizaram suas redes

---

[96] Jacques Le Goff. *História e Memória*. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996, p. 545-548.

[97] Cf., por exemplo, Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes. "Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical". In: Maria Aparecida de Aquino (org.). *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

[98] Cf. Simon Schwartzman. "Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas". *Teoria & Sociedade*, n. 2, 1997. Vigorosa discussão sobre os "usos e abusos" das estatísticas em história social pode ser encontrada em E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

sociais para sustentar a Greve de 1980, mostrando notável disposição em empregar seus recursos relacionais na mobilização coletiva. Com isso, os trabalhadores sambernardenses evidenciavam um denso tecido relacional, preexistente ao movimento paredista, que haviam tecido, nos anos anteriores, na medida em que se apropriavam do espaço urbano local. Tal disposição era, em boa medida, fomentada pela vigorosa atuação de dirigentes do SMSBCD e demais lideranças da parede. Uns e outras, recorrendo a suas experiências e demonstrando habilidade política e cultural, modelaram uma "linguagem de classe fundada em um vocabulário de redes sociais" que, por considerar vínculos, práticas e valores socioculturais vigentes entre os trabalhadores em greve, encontrou, na conjuntura da Abertura, ampla ressonância entre estes, levando à constituição da Greve de 1980 como, simultaneamente, comunidade de interesses e de valores.

O capítulo dois aborda a ação dos piquetes na "Greve dos 41 dias", reconhecendo-os como elementos constitutivos desta mobilização coletiva. Desse modo, indicamos tanto consistências quanto insuficiências da tese defendida em nosso trabalho. Com efeito, se as redes sociais se mostraram fundamentais até mesmo para a formação dos piquetes, estes evidenciavam que o recurso a várias modalidades de violência foi, diante de cisões entre os próprios trabalhadores, igualmente necessário à mobilização coletiva. Por isso, não apenas detectamos o uso de violência por parte de piqueteiros, mas discutimos algumas características do mesmo, procurando analisar seu duplo fundamento ("racionalidade política" e "moralidade"). Finalmente, sugerimos que, apesar da relutância de dirigentes do SMSBCD em admitirem que, na Greve de 1980, houve atuação de piquetes, estes, como podemos inferir a partir da bibliografia nacional sobre o tema, parecem ser elemento constitutivo, mais visivelmente desde meados do século XX, de uma tradição operária de mobilização coletiva. Como veremos, além de buscar conter fura-greves, os piquetes, ao longo de décadas, têm tido o papel adicional de dificultar, em contextos de aguda assimetria de recursos entre patrões/Estado e trabalhadores, que os primeiros lancem a pecha de "grevista" e as punições que dela podem resultar sobre aqueles que aderem à paralisação coletiva do trabalho.

O capítulo três, por fim, centra-se na idéia de que, se a conjuntura sociopolítica brasileira da segunda metade dos anos 70 foi imprescindível para *visibilizar* as redes sociais dos trabalhadores sambernardenses como recurso de mobilização coletiva, a tessitura destas ocorreu, todavia, de forma bem mais lenta por meio de processos centrais, desde meados do século XX, na formação da classe. Assim, exploramos

aspectos da migração, urbanização, industrialização e sociabilidade urbana, destacando como os trabalhadores sambernardenses – boa parte deles operários metalúrgicos – agiram sob(re) tais processos e as potencialidades dessas ações para a imbricação e adensamento de suas redes sociais. Talvez, esse capítulo pudesse ser o primeiro. Isso, contudo, poderia sugerir que a intensa mobilização coletiva presente na "Greve dos 41 dias" seria uma decorrência automática da configuração assumida pelas redes sociais dos trabalhadores sambernardenses, o que não seria nada mais que reafirmar a idéia de que "concentração operária" *resulta* em "agregação" e ação coletiva. Entretanto, o que se procura salientar neste trabalho é que, apesar dos vários condicionantes, a ação humana deliberada, situada em contextos e fundada em valores e práticas socioculturais, teve substancial espaço *tanto* na tessitura de redes sociais *quanto* na constituição da mobilização coletiva que sustentou a Greve de 1980. Para realçar essa perspectiva, a análise da "Greve dos 41 dias" abre esta dissertação.

Capítulo 1

Redes sociais e mobilização coletiva:
família, parentes, amigos, vizinhos e colegas na Greve de 1980

A política atém-se, muitas vezes, exatamente a este ponto: como a classe acontecerá? Onde a linha será traçada? E o desenho dela não é (como o pronome impessoal induz a razão a aceitar) matéria de vontade consciente – ou até inconsciente – "dela" (da classe), mas resultado de habilidade política e cultural. Reduzir a classe a uma identidade é esquecer exatamente onde reside a **agência**, não na classe, mas nos homens.

E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

Com um saber só de experiências feito...

Mal acabara o Natal de 1979 e os dirigentes do SMSBCD já se reuniam na sede sindical, situada na Rua João Basso, em São Bernardo do Campo. Urgia prosseguir com os preparativos da Campanha Salarial de 1980. Após algum debate, decidiram que era necessário "promover reuniões nos *bairros operários* para esclarecer aos trabalhadores ali residentes"[1] sobre a campanha salarial em curso. Mais de uma década depois, a historiadora Kátia Paranhos, comentando tal deliberação, observava que, em 1980, os "*dirigentes sindicais* resolveram encaminhar a campanha salarial *de maneira diferente*". Isto é, "além das reuniões por fábricas ou até mesmo setores de cada empresa", eles empreenderam reuniões em bairros "procurando *buscar o trabalhador em seu local de moradia*"[2]. Notemos que o caráter *inabitual* do procedimento dos sindicalistas não passou despercebido à pesquisadora, a qual, contudo, não se deteve na questão, visto que se desviaria de seu foco de investigação, a *Tribuna Metalúrgica*, órgão de imprensa do SMSBCD. Para nós, todavia, a indicação da historiadora é bastante profícua. Afinal, o que teria levado os dirigentes sindicais a agirem "de maneira diferente"?

Parte fundamental da resposta encontra-se na experiência de mobilização coletiva vivenciada, durante a Greve de 1979, por operários e seus dirigentes sindicais. Se em 1978 as greves metalúrgicas ocorreram no interior das fábricas, em 1979 elas assumiram a característica de greve geral que se espraiou pelas ruas de São Bernardo do Campo e outras cidades do ABC paulista. Para que isso ocorresse, muito colaborou a estratégia repressiva adotada pelos patrões após as paredes de 1978. Com efeito, no começo de 1979, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) instruía seus filiados a:

> *Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública*; se não for possível no dia da deflagração, no próximo dia perguntar na entrada da fábrica ou em outros pontos estratégicos, quais os empregados que querem trabalhar e quais os empregados que não querem, colocando transporte à disposição dos que não querem trabalhar. *Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público, pois os empregados em grande número estarão em via pública e podemos também exercer uma pressão psicológica sobre o Sindicato dos Empregados, pois a tendência natural é os empregados se dirigirem à sede dos Sindicatos para reclamar ou pedir providências.* Possibilitar condições àqueles empregados que querem realmente exercer trabalho produtivo, devendo então a empresa, pelo menos parcialmente, permanecer produzindo (...).[3]

---

[1] Ata da reunião ordinária da diretoria efetiva do SMSBCD, 26/12/1979. Arquivo do SMABC.

[2] Kátia Rodrigues Paranhos. *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: Unicamp, 1999, p. 193.

[3] *Documento da FIESP orientando seus filiados a respeito do procedimento a ser adotado na hipótese de ocorrência de novas greves (1979)*. Cf. Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas. *As lutas*

Os empresários, portanto, procuravam valer-se de sua aliança com o "poder público" – leia-se: forças de segurança do Estado – para minar as ações reivindicatórias dos operários. Enxotados das fábricas para sofrerem repressão policial, os trabalhadores evidenciaram uma nova força nas ruas. Para desgosto dos patrões, os "empregados" não seguiram sua "tendência natural", mas elaboraram novas práticas de mobilização, (re)apropriando-se do espaço urbano sambernardense e revelando às lideranças sindicais metalúrgicas a importância de vínculos como vizinhança e amizade para a sustentação do movimento paredista.

Nesse sentido, em 25 de março de 1979, momento crítico da greve, visto que dois dias antes havia sido efetivada intervenção federal no SMSBCD, Luiz Inácio da Silva, o Lula, na época presidente da instituição, discursava a 15 mil metalúrgicos na praça em frente da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo:

> A partir de hoje, mesmo estando destituída a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, assumo outra vez o comando do movimento para evitar que pessoas estranhas a ele tentem dar palavras de ordem estranhas aos metalúrgicos. Isso não quer dizer que não aceitamos a solidariedade, aceitamos qualquer solidariedade, mas queremos evitar palavras de ordem que não sejam dadas pelos metalúrgicos. Amanhã, *todos sabem o que fazer a partir das 4h30, é preciso estar nos pontos de ônibus e nos bares. O mais importante é não ir às portas de fábrica. Vocês sabem o que fazer, já fizeram isto durante 10 dias, um trabalho de formiguinha.*[4]

Estando o sindicato, principal instrumento formal de organização e expressão política dos trabalhadores, inoperante, a mais destacada liderança do movimento grevista apontava os espaços decisivos onde iria se desenrolar a sustentação da greve. Assim, os pontos de ônibus – localizados nos bairros – e os bares, espaços do cotidiano e da sociabilidade habitual dos trabalhadores, eram apresentados como a nova "arena pública" em que seria definida a unidade dos trabalhadores e a continuidade do movimento. Entretanto, é fundamental destacarmos que o dirigente sindical afirmava estar apenas formulando ao nível discursivo e atribuindo caráter de orientação geral àquilo que já estava sendo praticado pelos trabalhadores desde o início da greve ("já fizeram isto durante 10 dias, um trabalho de formiguinha"). Enfim, a própria liderança indica-nos que estava apenas reconhecendo vínculos e espaços sociais que davam sustentação à greve no âmbito do cotidiano. Receoso de um confronto entre metalúrgicos e policiais no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, Lula insistia:

---

operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979). v.1. São Bernardo do Campo: Assoc. Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983, p. 213.

[4] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 141.

> Vocês têm que ir para casa de forma ordeira e pacífica, como vimos fazendo desde o começo do movimento. *Todos têm que fazer o seu trabalho, em suas casas, nas suas vilas e bairros, visitando companheiros e conversando.* A diretoria do movimento está mais animada que antes e disposta a ir até o fim. Estou com vocês até o fim. *As máquinas têm que continuar paradas.*[5]

Apesar dos esforços do presidente do SMSBCD, os metalúrgicos se dirigiram ao Paço Municipal e lá realizaram uma assembléia no período da tarde. O líder sindical, ainda tentando evitar confrontos nos espaços públicos sob vigilância policial, voltou a salientar a importância dos vínculos de vizinhança – e do modo como já vinham sendo mobilizados – para a continuidade do movimento:

> Todos devem se encontrar em suas próprias casas, *fazendo contatos com os companheiros que moram mais perto*, quem disser que não sabe o que fazer está mentindo, *ninguém pode ter esquecido.*[6]

Tais orientações não eram uma posição isolada de Lula, mas algo compartilhado pelas demais lideranças da parede. Assim, quando lemos o "Boletim de Orientação" de 26 de março, subscrito pela "Diretoria do SMSBCD" e pela "Comissão de Salários"[7], entre as 10 instruções listadas no documento, encontramos as duas seguintes:

> 4 – Devemos *ir aos pontos de ônibus* para *convencer* os companheiros a não ir trabalhar. Devemos *visitar os amigos para explicar as nossas decisões.* Devemos mostrar aos companheiros mais vacilantes a necessidade de manter a união e levar a luta até o fim!
> 6 – Não devemos fazer passeatas. *Devemos ficar em casa com a família e visitar os amigos para convencê-los a manter a unidade.* Passeata nós vamos fazer quando vencermos![8]

É, portanto, todo o comando da greve que aponta os "espaços" privilegiados para a atuação operária (pontos de ônibus e casas dos amigos) e o modo como os vínculos de amizade deveriam ser mobilizados na sustentação do movimento paredista. Como narra Sampaio, em seu "romance-reportagem" sobre a Greve de 1979: "a ordem era conversar. Em casa, nos bares, nas portas das fábricas, dentro dos ônibus, nos trens, nas igrejas,

---

[5] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 141.
[6] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 142.
[7] Em junho de 1980, Frei Beto, responsável pela organização da Pastoral Operária em São Bernardo, explicava: "A comissão de salários é o órgão deliberativo dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Nada se faz aqui sem a discussão e a decisão da comissão de salários, que é integrada por 425 trabalhadores que representam as principais indústrias da região. Evidentemente, que nem sempre se reúnem todos, mas as reuniões da comissão de salários têm uma média aí de 100 a 200 trabalhadores". (...) *É o órgão mais representativo que existe na base metalúrgica de São Bernardo.*" Cf. Entrevista com Frei Beto, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 18.
[8] Aloízio Mercadante Oliva (coord.). *Imagens da Luta*: 1905-1985. São Bernardo do Campo: SMSBCD, 1987, p. 175.

onde quer que encontrassem grevistas"[9]. A essa altura, tais indicações se afirmavam como parte da estratégia geral de condução da greve. A continuidade do movimento assim o demonstraria. No dia 27 de março, os metalúrgicos decidiram suspender a greve durante 45 dias para que as negociações com os patrões tivessem andamento. Em 6 de maio de 1979, alguns dias antes da assembléia dos metalúrgicos que decidiria se o acordo que estava sendo entabulado com os patrões seria aprovado, a diretoria do SMSBCD distribuía um "Boletim de Orientação" em que se destacava a necessidade de "*continuar* as discussões com os companheiros *dentro das fábricas* e *com aqueles que moram perto de suas casas*"[10]. Nessa ocasião, fábrica e bairro já eram entendidos como espaços igualmente relevantes para a mobilização coletiva.

Os sindicalistas sambernardenses rapidamente perceberam potencialidades mobilizadoras em vínculos informais de vizinhança e de amizade existentes entre operários da cidade[11] e buscaram canalizá-las para a sustentação do movimento grevista. Assim, as lideranças sindicais reconheciam e procuravam mobilizar importantes vínculos constitutivos das redes sociais dos operários, *sugerindo-nos a existência de um denso tecido relacional nos locais de moradia dos trabalhadores*.

Em boa medida, os membros da diretoria do SMSBCD assim agiam por partilharem experiências comuns a tantos outros operários sambernardenses. Para além do conhecimento do duro cotidiano do chão de fábrica, outras vivências externas ao espaço da usina pareciam, também, ser decisivas. Se considerarmos os diretores eleitos para a gestão 1978-1981, verificaremos que, em sua maioria, eles sabiam o que era residir em bairros com grande concentração de operários, uma vez que dois terços deles (16 em 24) eram *moradores* de São Bernardo[12], onde aproximadamente 7 em 10 trabalhadores industriais empregados *e* residentes na cidade atuariam, segundo uma publicação municipal de 1976[13], em empresas metalúrgicas. Lula, o presidente do

---

[9] Antonio Possidonio Sampaio. *Lula e a greve dos peões* (romance-reportagem). São Paulo: Escrita, 1982, p. 103.

[10] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 234.

[11] As orientações das lideranças sindicais serviam, também, para os metalúrgicos residentes em outras cidades do ABC paulista e mesmo para aqueles morando em bairros paulistanos (das zonas sul e leste, fundamentalmente). Nossa pesquisa, todavia, focalizou prioritariamente os metalúrgicos residentes em São Bernardo, município polarizador da mobilização coletiva e onde morava a ampla maioria dos dirigentes do SMSBCD.

[12] Comunicado de Roberto Quass (Diretor da Divisão de Informação) para Edsel Magnotti (Diretor da DOS). Fichas dos componentes da diretoria do SMSBCD. 11/05/1978. Doc. 4. OS – 0288. Aesp, setor Deops. A diretoria do SMSBCD era composta por: sete diretores em tempo integral, três membros do Conselho Fiscal, dois membros para a Federação e doze suplentes eleitos caso algum membro da diretoria efetiva tivesse que se afastar.

[13] Para a estimativa, Cf. *Subsídios Estatísticos*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1976.

SMSBCD, por exemplo, residia na mesma vizinhança em que outros três diretores eleitos em 1978: Nelson Campanholo, Salvador Venâncio e José Joeste Fontes. Vale acrescentar que Nelson era amigo pessoal de Lula e foi, em 1974, padrinho de seu casamento[14]. Este, portanto, sabia o que era ter um amigo/vizinho metalúrgico e visitar a casa do mesmo. Ambos podiam estimar a probabilidade de que metalúrgicos fossem vizinhos *e* de que fomentassem alguma prática de interação vicinal[15]. Supunham, igualmente, diversas influências que poderiam fluir por tal canal, inclusive estímulos para aderir ou permanecer em greve. Todavia, na Greve de 1979, aparentemente, foram os próprios operários que, diante da crescente repressão policial e de outras dificuldades colocadas à manutenção da parede, passaram, para prosseguir com o movimento, a mobilizar suas redes sociais, revelando potencialidades destas às lideranças sindicais. Em julho de 1979, Wagner Lino Alves, operário metalúrgico e ativista sindical, tentava sintetizar como se deu tal processo:

> No primeiro momento vocês podiam ver o piquete se concentrar todo na porta da fábrica, pois era o local onde o pessoal descia do ônibus. E o próprio trabalhador assumiu a greve, como resultado de todo um trabalho. Porque vanguarda sindical é isso, toma a dianteira e organiza a classe. Quando a repressão aumentou nas portas de fábricas, o próprio trabalhador falou: "Nós vamos parar o negócio no meio do caminho". E começaram a aparecer os piquetes volantes que paravam os ônibus no meio das estradas. E *aí você já não ia dizer que deveria se fazer piquete aqui ou ali, o cara já falava pra gente onde seria feito. O que se organizou de grupo de piquete aí... Num momento mais avançado, o próprio trabalhador assumiu tudo, porque o negócio começou a ser feito no próprio bairro, de casa em casa, na feira-livre*. A maioria dos ônibus de empresa sai dos bairros e a polícia andou prendendo gente nas feiras, nos bairros. *O pessoal começou a ir aos pontos de ônibus de manhã, para evitar que a turma tomasse o ônibus*, aliviando, assim, o pessoal da porta da fábrica, que a gente continuou mantendo. *O ônibus chegava, mas 95% da carga já não existiam*. Em certo momento, quando chegava um ônibus cheio na firma, não tínhamos condição mais de parar, porque o policiamento era muito grande. Além disso, o ônibus entrava dentro da fábrica. Na Volks, por exemplo, não havia nem revista, coisa que eles fazem normalmente. *No último momento, quando a coisa era no bairro, se um companheiro sabia que outro estava furando, ele levava a mulher e os dois iam conversar com o cara e com a família*. O mais importante dessa greve foi que o Sindicato de São Bernardo, com a direção muito firme, conseguiu manter o movimento na rédea, tá entendendo? (...) Existiam idéias diferentes no meio do pessoal, mas *prevaleceu a idéia do sindicato, da direção do sindicato*.[16]

---

[14] Cf. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos 30 anos da greve da Scania. SBC, 12/05/08. www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr672-2@.doc (acessado em 09/11/2009).

[15] As pessoas precisam atuar ativamente para produzir relações de vizinhança. Assumir que uma dada configuração do espaço estabelece, necessariamente, determinados vínculos sociais seria aceitar o determinismo espacial. Discussão mais aprofundada sobre esse tema será empreendida no Capítulo 3.

[16] Entrevista com Wagner Lino Alves, concedida a Maria Dolores Prades e Maria Aparecida de Paula Rago em 19/07/1979 e 26/07/1979. Cf. "O arrocho treme nas bases do ABC: debate com os trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo". *Escrita. Ensaio*, ano IV, n. 7, abril de 1980, p. 68.

Ao recorrerem às suas redes sociais para que a greve continuasse, os operários sugerem-nos a plasticidade de suas práticas socioculturais. Nos estertores da parede, por exemplo, teríamos visitas familiares sendo convertidas em atos fomentadores da mobilização coletiva. O depoimento de Alves enfatiza, ainda, a relação entre formas de repressão policial e de mobilização operária. À medida que a primeira se intensificava, a segunda se tornava mais informal, o que certamente dificultava ou mesmo impossibilitava a ação repressora das forças de segurança do Estado. De certo modo, o que Alves delineia é um processo em que se foi do "piquete em porta de fábrica" ao "piquete em porta de casa", passando pelo "piquete em ponto de ônibus", sendo que tais modalidades de ação não se excluíam, mas se combinavam, em função das circunstâncias, de múltiplas maneiras. Nesse movimento, o que o operário metalúrgico destaca é a articulação entre instituição formal e práticas informais dos operários, as quais interagiam com deliberações coletivas e orientações das lideranças sindicais. Estas, por sua vez, reconheceram a eficácia mobilizadora das redes sociais dos operários da cidade, os quais, em alguns momentos, até surpreendiam as lideranças da parede devido à sua autonomia em certas ações, como nos piquetes feitos nos bairros. Como lembra Alves, "você já não ia dizer que deveria se fazer piquete aqui ou ali, o cara já falava pra gente onde seria feito. O que se organizou de grupo de piquete aí...". Na mesma direção, Rainho e Bargas acrescentam que "esses piquetes em bairros, às vezes, chegaram a contar até com 200 ou mais trabalhadores que se reuniam, *em muitos casos, independentemente e até mesmo sem o conhecimento da direção da greve*"[17].

Experiências dos 15 dias de paralisação do trabalho em 1979 muito repercutiram sobre a preparação e os modos de condução da Greve de 1980. Nesta, a perspectiva de um longo movimento paredista e de, a partir de seu início, uma intervenção federal iminente[18] contribuíram para que as redes sociais dos operários ganhassem amplo espaço na estratégia de mobilização dos dirigentes do SMSBCD. No limite, podemos afirmar que a experiência de 1979 levou algumas lideranças sindicais metalúrgicas a reformularem aspectos de suas concepções de ação individual e de mobilização coletiva. De fato, quando na preparação da Greve de 1980, imaginavam um operário tomando decisões sobre sua participação na parede, ele não era concebido como indivíduo isolado, mas como sujeito "enredado", o qual

[17] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 127.
[18] Em 26 de março de 1980, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, já advertia, através da imprensa, que, se houvesse greve dos metalúrgicos e esta fosse julgada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), haveria intervenção nos sindicatos do ABC. Cf. FSP, 27/03/1980 e 28/03/1980.

deliberava tensionado por pressões das empresas e por relações com familiares, parentes, amigos, vizinhos e, é claro, colegas de trabalho. Gilberto de Souza Cunha, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, recorda-se que:

> (...) nós percebíamos, primeiro, *era necessário envolver a família do metalúrgico*. *Não adiantava termos só o metalúrgico*, por que o que acontece? Ele vai lá, na assembléia, aprova uma greve. Chegando em casa, ele arruma uma briga com a mulher! Porque a mulher não está entendendo o porquê dessa greve, que ainda era reivindicatória. *Na medida em que você conquistar a família, na medida em que o trabalhador conquistar a própria família, ele está muito mais forte, ele se sente muito mais fortalecido.* (...) Na medida em que você conversa com outras pessoas, você percebe que você não está sozinho, que você não está isolado na coisa. Porque você vai pra assembléia, se manifesta levantando ou não a mão, vira as costas e vai embora... e aí cada um pra sua casa... acaba se isolando. Então, *vamos continuar conversando sobre o nosso problema, a nossa questão da greve, com o nosso vizinho, com o nosso filho, que também... filho de metalúrgico já estava trabalhando... Maioria deles* (risos). *Família toda fazendo greve.* Então: "Vamos conversar. Não deixa pra conversar sobre a greve, sobre o nosso movimento, só lá na assembléia".[19]

A constatação da importância das esposas e da família na mobilização coletiva é, também, ressaltada por Djalma Bom, diretor do SMSBCD entre 1975 e 1980, quando afirma que:

> Outra coisa também super importante é o seguinte: durante o processo das greves, principalmente da Greve de 1979 – em que a gente foi acumulando experiência –, *nós começamos a perceber, também, que uma grande aliada, pra que a greve pudesse acontecer, seria a companheira do metalúrgico*. *O convencimento da companheira pra que pudesse acontecer a participação do companheiro na greve.* (...) em muitas assembléias, acontecia o seguinte: *não só a participação do trabalhador metalúrgico, da trabalhadora metalúrgica, mas também da família metalúrgica nas assembléias.*[20]

Do mesmo modo que a maioria dos operários metalúrgicos sambernardenses, os diretores eleitos para a gestão 1978-1981 do SMSBCD eram, em sua maior parte, *homens casados*[21]. Vivenciavam, portanto, a mesma experiência da pressão dos vínculos familiares – em especial, das esposas – sobre suas decisões. Isso nos ajuda a entender porque Sampaio, em seu "romance-reportagem" sobre a Greve de 1979, apresenta-nos um Lula preocupado com as "*visitas que ele e os demais diretores do sindicato* deveriam fazer no fim de semana *às esposas* dos companheiros mais ativos, antes que os adversários pusessem minhocas

---

[19] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[20] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[21] Em estudo realizado, em 1984, por Leôncio Martins Rodrigues, na fábrica da Ford em São Bernardo, sua amostra indicou que 79% dos "trabalhadores horistas" da empresa eram "casados" ou "viviam maritalmente". Cf. "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical". In: *Partidos e Sindicatos*: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990, p. 110. Segundo Elisabeth Souza-Lobo, no setor metalúrgico sambernardense, as mulheres eram, em 1976, apenas 9%. Cf. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 33.

na cabeça das desprevenidas"[22]. Assim, os clamores das lideranças sindicais pela mobilização de vínculos familiares, de parentesco, de amizade e de vizinhança iam, aparentemente, ao encontro de valores e práticas socioculturais arraigados entre os operários. Por isso, obtinham resposta.

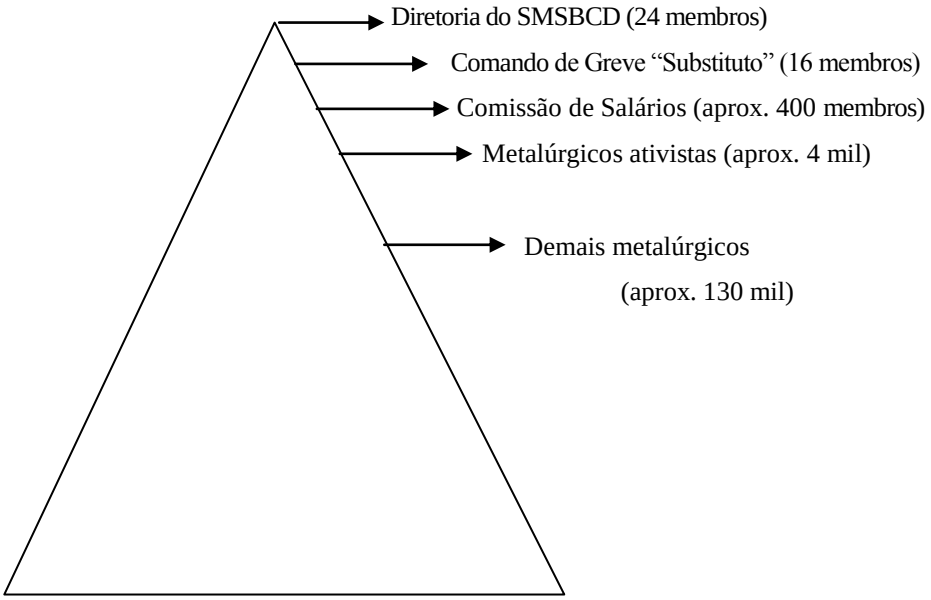
Se foi no "calor da luta" que as lideranças sindicais metalúrgicas formularam a concepção de que a mobilização coletiva engendrava-se a partir da articulação de múltiplos vínculos e espaços sociais – da militância sindical aos laços familiares; das assembléias em espaços públicos às casas dos operários –, o longo e cuidadoso trabalho de preparação da Greve de 1980, por parte dos dirigentes e ativistas do SMSBCD, foi imprescindível para que o potencial mobilizador das redes sociais dos operários fosse intensamente aproveitado. Lembra Djalma Bom que "a nossa data-base era dia 1º de abril e nós começávamos a nossa campanha salarial sempre no começo de janeiro do ano. Nós voltamos pro Sindicato em junho e começamos a campanha salarial de 1980 em julho de 1979"[23]. A *Tribuna Metalúrgica*, jornal do SMSBCD, fornece-nos números que dimensionam o esforço organizativo da articulação fábricas-sindicato-bairros:

> *Desde o começo, a nossa campanha salarial foi discutida em favelas, sociedades amigos de bairro, em reuniões que participaram até quatrocentos companheiros e suas famílias*. (...) Foram rodados 450 mil boletins para as três assembléias gerais, 600 mil suplementos da Tribuna Metalúrgica; distribuídos 62 mil adesivos da "oncinha" dizendo "Tá Na Hora da Onça Beber Água", colocados 19 mil cartazes nos principais pontos de ônibus de São Bernardo e Diadema e fixadas 20 faixas chamando para a assembléia do dia 30. (...) Toda essa movimentação começou com as 215 reuniões por fábricas, realizadas no Sindicato com companheiros da maioria das empresas e com 65 assembléias nas saídas e entradas de turma das fábricas; onde foram discutidas as 26 reivindicações da nossa categoria. (...) Na nossa 1ª assembléia, nos dias 29/2 e 1/3, compareceram 4.500 companheiros nas três sessões e foi formado o comando de mobilização com 446 companheiros que ficaram com a incumbência de organizar, fiscalizar as nossas próximas assembléias, para garantir a ordem e evitar provocações.[24]

Acrescentemos que a própria estrutura organizativa elaborada por dirigentes e ativistas sindicais, para sustentar a mobilização na Greve de 1980, era composta por uma hierarquia de elos que ia da diretoria efetiva do SMSBCD aos operários incrustados nos bairros em que residiam. Tal como planejado, o arranjo organizativo teria a forma piramidal abaixo exposta[25]:

---

[22] Antonio Possidonio Sampaio, op. cit., p. 54.
[23] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[24] TM, 04/1980. A preparação da Campanha Salarial incluiu a realização de "operações tartaruga" e a redução da quantidade de horas extras prestadas pelos operários. As montadoras, por exemplo, dispunham de estoques baixos quando a Greve de 1980 principiou. Cf. FSP, 30/03/1980 e ABCD Jornal, 11/03/1980.
[25] Cf. FSP, 03/05/1980; Ricardo L. C Antunes. *As formas da greve*: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p. 207-208; *41 Dias de Resistência e Luta*:



Uma vez tomada, em assembléia geral pública, a decisão de iniciar ou prosseguir com a Greve, a "pirâmide" acima se colocaria em movimento. Estratégias de mobilização seriam definidas pela Diretoria do SMSBCD, pelo Comando de Greve "Substituto"[26] e pelos membros Comissão de Salários[27]. Os últimos seriam referência para articular a ação de outros metalúrgicos ativistas[28], alcançando, finalmente, os demais operários. O fluxo poderia, também, ser invertido: informações oriundas da base – sobre, por exemplo, as ações nos bairros e o "ânimo" dos grevistas – teriam a possibilidade de chegar ao topo da pirâmide e assim manter as lideranças cientes do

---

uma análise da greve feita por quem dela participou. Cadernos do Trabalhador 1. São Bernardo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

[26] Os diretores do SMSBCD, prevendo sua própria prisão, escolheram 16 pessoas para substituí-los. A maior parte dos "substitutos" atuava na Comissão de Salários, sendo alguns militantes de organizações polítcas de esquerda que já atuavam clandestinamente nas fábricas.

[27] Cf. nota 7. Um dos membros da Comissão de Salários explica que: "(...) não era todo mundo que poderia ser da Comissão. A reunião no sindicato era mais secreta, não era uma reunião para todo mundo. Senão vinha pelego, vinha nego para estragar. Então, tinha o pessoal de confiança. *E aquele pessoal de confiança era quem deveria conhecer mais gente na vila para ajudar na organização*". Cf. Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009. Acrescentemos que a Comissão de Salários contava com a participação substancial e ativa de operários que militavam em organizações políticas de esquerda. Cf. Entrevista com Enílson Simões de Moura, concedida ao autor em 02/09/2009.

[28] Considerando os trabalhadores que compareciam às assembléias sindicais imediatamente anteriores ao início da Greve de 1980 (aprox. 4 mil) e aqueles que estavam presentes na assembléia que pôs fim à parede (aprox. 4 mil), estimamos um agrupamento com comprometimento relativamente elevado em relação ao SMSBCD. Aos integrantes desse conjunto, denominamos "metalúrgicos ativistas" cuja intensidade e modalidade de participação na mobilização coletiva foram extremamente variáveis. Cf., respectivamente, "Estatística do número de trabalhadores, por empresa, na assembléia geral extraordinária, do dia 29 [de fevereiro] e 1º [de março], às 3 seções, em convocação, referente à Campanha Salarial." (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMABC e Rel. nº 75/80 de Fox 06 para Delegado Titular da Delegacia de Sind. e Assoc. de Classe do Deops. Ref. Ass. dos Metalúrgicos do ABC. 12/05/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops.

"cotidiano da Greve"[29]. Vale ainda ressaltar que o arranjo organizacional deveria funcionar independentemente de quem estivesse, em dado momento, ocupando uma certa posição: se alguém fosse preso – o que já era esperado –, outra pessoa, previamente escolhida, que estivesse numa posição imediatamente abaixo assumiria seu lugar. Com isso, assegurava-se a possibilidade da parede estender-se por considerável período. Na mesma direção, foi criado o Fundo de Greve (FG). Para isso, a experiência de 1979 foi, mais uma vez, fundamental. Quando a paralisação de 1979 começou a se estender – no total, foram 15 dias –, as lideranças metalúrgicas concluíram que muitos trabalhadores voltariam ao trabalho pelo fato de não terem como se manter economicamente, alguns não dispondo nem mesmo de alimentos essenciais. Daí a criação do FG, no segundo semestre de 1979, para tentar pelo menos mitigar, ao longo da Greve de 1980, algumas das necessidades dos trabalhadores, como alimentos, remédios e, até mesmo, dinheiro para o pagamento de gás, luz e água[30]. Além disso, como o FG era uma entidade juridicamente autônoma em relação ao SMSBCD, mesmo que houvesse intervenção federal, os dirigentes sindicais poderiam manter um braço institucional sob seu controle. Este se mostrou imprescindível durante a parede, visto que funcionava tanto auxiliando os trabalhadores quanto recebendo, de todo o país, doações de dinheiro e de alimentos provenientes das mais diversas origens (sindicatos, associações profissionais, igrejas, pessoas físicas etc.)[31], articulando, desse modo, uma teia de relações com outros setores sociais.

Em que pese as múltiplas alianças e apoios que a conjuntura sociopolítica da Abertura propiciava, os dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo e Diadema depositavam, fundamentalmente, suas expectativas de sucesso da Greve de 1980 no volume de adesões e na capacidade de mobilização dos operários metalúrgicos envolvidos na parede. Por isso, a diretoria do SMSBCD empenhou-se para superar o desgaste que sofrera em sua legitimidade com o desfecho da Greve de 1979, quando o acordo negociado com os patrões e o governo

---

[29] "Foi nos bairros que a gente conseguiu medir se a gente tinha que voltar ao trabalho ou não. Nas assembléias na Matriz não tinha condição de fazer isso. Com a repressão que existia, a gente não tinha como medir como estava o movimento, não tinha muitas condições de fazer um levantamento de todas as fábricas." Cf. *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 27-28.

[30] Para avaliações dos dirigentes do SMSBCD sobre a criação do FG, Cf. LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos).

[31] Segundo o Relatório do FG, entre 14 de abril e 21 de maio, foram atendidas, apenas em São Bernardo, 24.332 famílias de grevistas e beneficiadas 145.992 pessoas, sendo consumidas 416.900 toneladas de mantimentos. Cf. FSB, 24/05/1980.

fora aprovado, com notável insatisfação, pelos metalúrgicos em assembléia[32]. Se, em 1979, dirigentes e ativistas sindicais, ainda que divididos, entenderam que não havia recursos para prosseguir com a parede, em 1980, a greve deveria estender-se até onde os trabalhadores julgassem adequado. Daí a exaustiva Campanha Salarial, iniciada já no começo do segundo semestre de 1979, para aglutinar forças operárias nas fábricas e nos bairros. Com o início da Greve de 1980, o apelo das lideranças metalúrgicas às redes sociais dos operários como canais de mobilização seria constante e crescente.

Linguagem de classe e vocabulário de redes sociais na Greve de 1980

Em 30 de março de 1980, muitos olhos, esperanças e cassetetes dirigiram-se para a cidade de São Bernardo do Campo, que se tornaria o epicentro da política nacional nos dias seguintes. Nessa data, aproximadamente 300 mil metalúrgicos do ABC paulista e de algumas cidades do interior do estado de São Paulo decidiram entrar em greve frente ao não atendimento pelos patrões de suas reivindicações. Em 31 de março, é recusada pelos empresários a última contraproposta dos trabalhadores (aumento salarial de 7% e estabilidade no emprego por 12 meses[33]). Com isso, a Greve irrompeu a partir de 1º de abril. Nos dias seguintes, os metalúrgicos de alguns municípios aceitariam a proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)[34]. Desse modo, a partir de 9 de abril, apenas os metalúrgicos de São Bernardo, Diadema e Santo André mantiveram-se em greve, sendo que os do último município optaram, em 5 de maio, pelo fim do movimento. Tal decisão só seria tomada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 11 de maio de 1980.

Desde os primeiros dias de paralisação, as lideranças sindicais sambernardenses recorreram, explicitamente, ao potencial mobilizador das redes sociais dos operários. Sobre o primeiro dia da parede, o *Diário do Grande ABC* noticiava que:

---

[32] Em publicação oficial do SMSBCD, admitiu-se que: "(...) na Assembléia realizada após os 45 dias de 'trégua', não restou à direção do movimento outra saída senão pedir um 'voto de confiança' aos trabalhadores propondo que aceitassem o acordo, *o que ocorreria embora a contragosto*." Cf. Aloízio Mercadante Oliva (coord.), op. cit., p. 163.

[33] A pauta inicial de reivindicações incluía 26 itens e um aumento de 15% acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o qual teria sido calculado com base no aumento do custo de vida de set./1979 a fev./1980, atingindo o percentual de 39,9%. Contudo, com o andamento das negociações, patrões e empregados polarizaram nos temas acima indicados, sobretudo na polêmica questão da estabilidade. Cf. FSP, 26/03/1980 e *41 Dias de Resistência e Luta...*

[34] O TRT definiu um reajuste salarial, em função do aumento da taxa de produtividade, de 7% para os trabalhadores que ganhavam de um a três salários mínimos e de 6% para quem ganhava mais de três salários mínimos. Porém, não concedeu a estabilidade no emprego por 12 meses. Cf. DGABC, 02/04/1980.

> Na assembléia de ontem, que durou uma hora e reuniu cerca de 40 mil trabalhadores, Lula reiterou o pedido para que não sejam feitos piquetes nas portas das fábricas a não ser que seja determinado pelo sindicato. *Salientou, entretanto, para os operários procurarem os vizinhos e os amigos, para que eles adiram à paralisação* (...).[35]

A Greve, portanto, estava em seu primeiro dia e a mobilização de vínculos de amizade e vizinhança para produzir adesão ao movimento já era evocada pelo presidente do SMSBCD. Dois dias depois, em assembléia geral no Estádio de Vila Euclides, "Lula pediu aos trabalhadores que aproveitem o feriado [da Semana Santa] para *visitar outros companheiros e aumentar as adesões à greve*"[36] e que, para a próxima reunião pública, "cada trabalhador traga mais dois"[37]. Por sua vez, estimulando a coesão entre os grevistas, o boletim oficial do SMSBCD recomendava, em suas edições de 8 e 10 de abril: "convença seu *vizinho* metalúrgico a *continuar em greve*. Só voltaremos a trabalhar vitoriosos"[38]. Em 12 de abril, um sábado, Lula voltava a explicitar a tarefa em que trabalhadores deveriam se empenhar aos domingos, dia em que, geralmente, não ocorriam assembléias: "Amanhã *é dia de visitar os amigos e os vizinhos* e pedir para eles não trabalharem"[39]. Similarmente, no domingo anterior, o presidente do SMSBCD orientara que "*todos deveriam ir às casas dos companheiros levar estímulo e apoio moral*, explicando bem o objetivo da greve para que todos possam estar cientes e confiantes na vitória"[40].

Durante a "Greve dos 41 dias", apelos semelhantes perpassaram documentos e discursos públicos elaborados por dirigentes e ativistas sindicais. Em 14 de abril, horas antes do julgamento em que o TRT declararia a ilegalidade da Greve, o boletim do SMSBCD instruía: "*visite seus colegas metalúrgicos*. Mantenha-os firme"[41]. Quinze dias depois, concitando os trabalhadores à presença no 1º de Maio, em Vila Euclides,

---

[35] DGABC, 02/04/1980. O jornal do SMSBCD confirmava a orientação aos trabalhadores: "No geral, 70% dos trabalhadores cruzaram os braços às primeiras horas do dia 1º. O pessoal da produção praticamente não compareceu ao serviço no dia de ontem; só uma parte dos mensalistas entrou em serviço. No dia de hoje, *é preciso que a paralisação atinja um índice absoluto, devendo os companheiros se empenharem junto aos 'fura-greves', nos próprios locais de residência, para que eles se convençam de não ir trabalhar.*" Cf. TM, 04/1980.

[36] FSP, 04/04/1980.

[37] Telex do Deops (SP) ao SNI, DRT, CIOP, IV Comar, II Exército e Comissão Naval sobre o "Ato público realizado pelos metalúrgicos grevistas no Estádio de Vila Euclides, em S. Bernardo do Campo." 03/04/1980. OS – 0099. Aesp, setor Deops.

[38] *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 08/04/1980 e 10/04/1980.

[39] DGABC, 13/04/1980.

[40] Resumo sobre a Missa Pascal dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. 06/04/1980. Doc. 02. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

[41] *Boletim intitulado "Nossa luta continua até a vitória final, haja o que houver"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado em 14/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

Juraci Magalhães, dirigente do SMSBCD, insistia: "todos devem comparecer, *convidando também os vizinhos e amigos*"[42]. Tais convites deveriam se estender aos familiares e parentes. Pouco antes do início da Greve, discursando nas portas da Mercedes Benz, o ativista sindical Alemão, convocando os trabalhadores à assembléia, repetia o que se tornara, praticamente, um dos motes centrais da Campanha Salarial de 1980: "levem seus filhos, esposas, noivas, sogro e sogra, levem todos para o Estádio"[43]. Para o mesmo local, com o movimento grevista em seus primeiros dias, Lula pedia aos trabalhadores que "fossem e *levassem seus parentes e amigos*"[44]. Dias antes, nos portões da Volkswagen não perdera a oportunidade: "vá ao campo e vamos fazer efetivamente uma *assembléia com mulheres e filhos dos trabalhadores*"[45]. Nos últimos momentos da parede, quando a maior parte da diretoria do SMSBCD já estava presa, o boletim da Greve não desafinava: "o lugar das famílias dos trabalhadores, sua mulher, irmã, mãe, sogra e de seus filhos já está assegurado: *não só dentro de casa, mas ombro a ombro assumindo a sua* luta"[46].

Na Greve de 1980, assim como em 1979, na medida em que se intensificava a repressão estatal à parede, as redes sociais dos operários foram ganhando mais importância no processo de mobilização coletiva. O tom do discurso de Lula, na assembléia geral de 15 de abril, um dia após a decretação da ilegalidade da Greve pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), indicou o horizonte para o qual a mobilização operária convergiria com o prolongamento da parede. Segundo a *Folha de São Paulo*:

> Sobre o aumento do policiamento registrado ontem em frente às fábricas do ABC, o presidente do sindicato de São Bernardo disse [durante a assembléia de ontem]: "*Deixem colocar polícia nas fábricas, porque nós vamos parar os companheiros dentro das suas casas. Guerra é guerra*". (...) "Se o campo estiver ocupado, vamos fazer assembléia no Paço Municipal. Se o Paço estiver ocupado, vamos fazer assembléias em cada igreja do ABC. E se as igrejas estiverem ocupadas, vamos ficar em casa coçando o (...), em greve". [47]

---

[42] Relatório de informante (Segurança da Mercedes Benz) ao Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. Ref. Assembléia realizada na Matriz de São Bernardo do Campo, no dia 29/04/1980, às 10.30 horas. s/data. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

[43] Relatório de informante (Segurança da Mercedes Benz) ao Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. Ref. Resumo dos discursos da Diretoria do SMSBCD, realizados, nas portas da Mercedes Benz, no dia 19/03/1980. S/data. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

[44] Telex do Deops (SP) ao SNI, DRT, CIOP, IV Comar, II Exército e Comissão Naval sobre o "Ato público realizado pelos metalúrgicos grevistas no Estádio de Vila Euclides, em S. Bernardo do Campo." 03/04/1980. OS – 0099. Aesp, setor Deops.

[45] Transcrição do discurso de Lula em comício da diretoria do SMSBCD na portaria (P-II) da Volkswagen do Brasil no dia 11/03/1980 às 14:30 hs. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

[46] *Boletim intitulado "Companheiros e companheiras! A luta continua..." assinado por "A Diretoria/Comissão de Salários"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado alguns dias antes de 08/05/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 23). Aesp, setor Deops.

[47] FSP, 16/04/1980.

Observemos que, a cada possível avanço da repressão estatal sobre um dado espaço, Lula recomendava, para que a Greve prosseguisse, a apropriação e politização de um novo. Partindo das fábricas, chegar-se-ia aos locais de moradia dos operários. Impedidas as assembléias campais públicas, a Greve se sustentaria a partir das casas dos trabalhadores, espaços privados, mas *loci* da ação coletiva que é a greve.

Eventos como a decretação da ilegalidade da Greve pelo TRT (14 de abril)[48]; a escalada da repressão policial em toda a cidade (a partir de 15 de abril); a intervenção federal no SMSBCD (17 de abril); o início das prisões de dirigentes e ativistas sindicais (19 de abril); a proibição das assembléias em espaços públicos (20 de abril) e as ameaças patronais de demissão por justa causa dos grevistas sob alegação de que estes iriam completar trinta dias contínuos de ausência ao trabalho, o que configuraria "abandono de emprego"[49] (a partir de 23 de abril), fomentaram o discurso que estimulava os trabalhadores à politização crescente de espaços e relações de sua vida cotidiana. Em 30 de abril, possivelmente o auge da Greve – visto que, mesmo diante das ameaças patronais de demissão, a parede se manteve, permitindo a realização do 1º de Maio com mais de 100 mil participantes –, um boletim assinado por "A Diretoria/Comissão de Salários" revela-nos o paroxismo desse processo:

> 30 Dias...Os patrões estão abandonados!
>
> *Patrões e Governo* tentaram criar um clima de terror para nós com essa estória de abandono de emprego depois de trinta dias. Nossa resposta aí está: A greve continua!
> O trabalhador já está suficientemente informado sobre a questão jurídica. Ele já sabe que se for dispensado com a alegação de abandono, sua chance de vencer na justiça é muito grande. (...)
> GUERRA É GUERRA – ATENÇÃO: Compareça às Assembléias na Igreja Matriz de São Bernardo. *Não acredite em notícias de rádio, TV e jornais. Não acredite em boletins falsos. Você conhece a nossa linguagem.*
> 2. *Organize os companheiros de sua rua e de seu bairro. Segurem os furagreves* [sic]. *Eles são traidores da categoria. Animem os colegas em greve. Só temos a ganhar.*
> 3. *Faça seu próprio Fundo de Greve com ajuda de vizinhos e parentes*. Economize. Prepare-se para a luta prolongada.
> *LEMBREM-SE: nossos vizinhos e parentes podem ajudar a repor os alimentos que faltam em nossa dispensa. Porém, ninguém pode ajudar os patrões a reporem as mercadorias em*

---

[48] Fissuras no aparelho de Estado – explicitadas em função do quadro político da Abertura – colaboraram, também, para a longa duração da Greve. No dia 1º de abril, o TRT declarou-se, ao contrário do que até então vinha fazendo, incompetente para julgar a legalidade de greves. Com isso, retardou a intervenção federal no SMSBCD, permitindo que as lideranças sindicais pudessem se valer dos recursos da instituição até 17 de abril. Apenas em 14 de abril, o TRT reformou sua decisão, sob pressão do Executivo Federal, fornecendo bases judiciais para a intensificação da repressão à parede. Cf. FSP, 02/04/1980 e 16/04/1980. Em matéria de 5 de abril, a *FSB* polemizava: "Por que então, durante todos esses anos de arbítrio, o TRT não hesitou em julgar ilegais as greves dos trabalhadores? *Isso só pode ser explicado pelo fator político, a pressão que a ordem institucional vigente exercia sobre os juízes.*" Cf. FSB, 05/04/1980.

[49] FSP, 25/04/1980.

> *seus estoques que se esvaziam.* Sem o nosso trabalho eles não têm saída, senão negociar. Próxima Assembléia: 2.a feira, dia 5 de maio às 10 horas, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo.
>
> TRABALHADOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO
> A DIRETORIA/COMISSÃO DE SALÁRIOS[50]

Ao orientar os trabalhadores a não acreditarem em notícias veiculadas nos meios de comunicação de massa, as lideranças da parede denunciavam o atrelamento destes – seja por comprometimento ou repressão – às posições dos patrões e do governo. Uns e outro, por sinal, eram, no discurso das lideranças sindicais, identificados, naquele momento, como um só agrupamento, ou melhor, duas faces – uma privada, outra pública – de um mesmo inimigo. Devemos, contudo, atentar para um outro aspecto que a orientação das lideranças nos revela: sua confiança na eficácia da rede alternativa de comunicações construída pelos grevistas. Ainda mais significativa é a avaliação das lideranças da parede de que, por tais canais, as informações não eram simplesmente veiculadas. De fato, elas seriam difundidas *com marcas específicas*, identificáveis tanto pelas lideranças quanto pelos demais trabalhadores: "você conhece a *nossa* linguagem". Ressaltemos que "nossa" pode estar se referindo a "nós" (o conjunto dos trabalhadores em greve) ou a "nós" (as lideranças da parede). Tal ambigüidade sugere-nos complexas interações de "diferenciação-assemelhação" entre esses dois agrupamentos na constituição de uma "linguagem de classe".

No boletim citado, temos uma série de orientações sobre como os trabalhadores devem agir, o que fica patente pelo uso do imperativo (*compareça, organize, faça, lembrem-se*). Com tal procedimento, as lideranças diferenciam-se dos demais trabalhadores, ficando subentendida uma relação entre um "nós" e um "vocês". Todavia, nas linhas finais do documento, as lideranças da parede (re)inserem-se no conjunto dos trabalhadores em greve, anulando qualquer distinção, e evidenciando a partilha de experiências comuns: "*nossos* vizinhos e parentes podem ajudar a repor os alimentos que faltam em nossa dispensa. Porém, ninguém pode ajudar os patrões a reporem as mercadorias em seus estoques que se esvaziam". Assim, esboça-se a identidade de uma classe una e homogênea confrontada com outro agrupamento do mesmo tipo. A distinção fundamental entre "trabalhadores" e "patrões" se basearia no fato de que os primeiros poderiam dispor de suas redes sociais (compostas por vizinhos

---

[50] *Boletim intitulado "30 Dias...Os patrões estão abandonados!" assinado por "A Diretoria/Comissão de Salários"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado no dia 30/04/1980. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

e parentes), enquanto os últimos estão sozinhos ("abandonados"). Como sabemos, desde o período de preparação da Greve de 1980, tal idéia está, de certo modo, presente. Agora, entretanto, no 30º dia de Greve, apogeu da mobilização coletiva no antagonismo de classe, ela assume uma formulação explícita.

Parece-nos, portanto, que a dupla inserção das lideranças grevistas – membros e representantes da classe – lhes permitirá transitar entre um "falar para dentro" – baseado em categorias como família, parentes, amigo, vizinho, colega etc. – e um "falar para fora" – ancorado em termos como classe trabalhadora, classe operária etc. Com esse duplo movimento, elaboravam uma "*linguagem de classe* fundada em um *vocabulário de redes sociais*" a qual, na conjuntura sociopolítica da Abertura, encontrava ampla ressonância em vínculos, práticas e valores socioculturais vigentes entre os trabalhadores em greve e será imprescindível na constituição da "comunidade operária".

A Greve de 1980: comunidade de interesses e *de valores*

Se a dimensão mais evidente de uma greve é sua definição como "comunidade de interesses", a "linguagem de classe fundada em um vocabulário de redes sociais", presente na Greve de 1980, indica-nos a constituição *simultânea* desta como "comunidade de valores"[51]. Com efeito, a alguns ilustres observadores, a imagem da "comunidade operária" detentora de "densidade moral" pareceu-lhes a mais adequada para compreender a intensa mobilização coletiva que testemunhavam, nas ruas de São Bernardo, em 1980. Nesse sentido, pouco antes do término da Greve, afirmava o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues:

> A minha observação de São Bernardo chegou ao que se poderia chamar uma idéia de *comunidade operária*, que a meu ver é fundamental. Não que não possam ocorrer movimentos grevistas em outras partes, claro que sim. (...) Mas eu creio que São Bernardo tem alguma coisa à parte. Muitos fatores confluíram no sentido de *formar esse sentimento de que existe uma comunidade* – e isto é decisivo porque provavelmente há uma identificação muito grande da cidade com os trabalhadores. (...) Mas eu acentuaria essa idéia de comunidade operária, que junta a Igreja, junta a população local e uma forte concentração operária, com essa *densidade moral*...

Na mesma ocasião, Fernando Henrique Cardoso admitia, também, a idéia de "comunidade", deslocando a ênfase, contudo, para o componente "moral" que a definiria:

---

[51] Como nos sugere E. P. Thompson: "toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse". Cf. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 189.

> Eu queria concordar com a idéia de comunidade, mas não tanto nesse sentido. *A última idéia sim, da densidade moral, sim*. A assembléia sindical é um fato, mas o que está acontecendo hoje lá não é uma assembléia sindical, *é realmente o sentimento de comunhão, de comunidade e de apoio*. Não creio que seja da cidade, como já se falou aqui, mas *é dos operários mesmos.*[52]

O "tensionamento"[53] das redes sociais dos trabalhadores cumpria papel fundamental na constituição da Greve de 1980 como comunidade assentada em duplo fundamento (interesses e valores). Nesse processo, inseria-se uma das mais acirradas disputas da Greve de 1980: a definição e atribuição das pechas de "grevista" e "fura-greve". Assim, após as paredes de 1978, a FIESP instruía o empresariado paulista a:

> Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública; se não for possível no dia da deflagração, no próximo dia *perguntar na entrada da fábrica ou em outros pontos estratégicos, quais os empregados que querem trabalhar e quais os empregados que não querem, colocando transporte à disposição dos que não querem trabalhar.* (...) *Suspender* por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na Fábrica sob a condição de trabalharem e não cumprirem o prometido. Em última instância *dispensar* um certo número de pessoas por Justa Causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caraterizará um ato de insubordinação). Essa situação *gera insegurança no pessoal*. Geralmente após essa prática ou os empregados ou o Sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho.[54]

Seguramente, a esmagadora maioria dos "empregados" "queria" trabalhar – isto é, "queria" permanecer com seus empregos – tanto quanto "queria" seu aumento salarial, como nos revela a maciça adesão à Greve de 1979. O intento dos patrões era, de fato, lançar a pecha de "grevista" – e as *punições* atreladas a esta condição – sobre os operários que aderissem à paralisação do trabalho.

Dirigentes e ativistas sindicais, por sua vez, empenhavam-se em estigmatizar ao máximo a pecha de "fura-greve" e lançá-la sobre aqueles que não aderissem à parede. Os trabalhadores em greve não dispunham do poder econômico desfrutado pelas empresas. Podiam, contudo, valer-se de juízos morais negativos e exclusões grupais em relação aos que fossem tachados de fura-greve. Diante disso, a greve, "comunidade de interesses" por definição, deveria ser também constituída como "comunidade de valores". É nessas circunstâncias que as redes sociais ganhavam importância no

---

[52] Para as duas citações, Cf. FSP, 11/05/1980.

[53] Utilizamos o termo em vaga menção ao emprego corrente entre os físicos, isto é, a "tensão" entendida como "força ou sistema de forças que age sobre um corpo sólido, por unidade de área, e é capaz de provocar compressão, cisalhamento ou tração." Cf. *Dicionário Houaiss*.

[54] *Documento da FIESP orientando seus filiados a respeito do procedimento a ser adotado na hipótese de ocorrência de novas greves (1979)*. Cf. Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979).* v.1. São Bernardo do Campo: Assoc. Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983, p. 213.

processo de mobilização coletiva. Por meio delas, poder-se-ia obter coesão e adesões em relação à Greve de 1980[55].

Variados e numerosos indícios apontam para o êxito de dirigentes, ativistas e operários na constituição da "comunidade operária" cujo pertencimento, como nos sugerem participantes da Greve de 1980, definir-se-ia pelo engajamento na parede. Assim, no primeiro dia de paralisação do trabalho, um repórter do *Diário do Grande ABC*, observando uma "rodinha de operários" que se formara nas imediações dos portões da Volkswagen, registrava que:

> Os metalúrgicos garantiam que só se dirigiram à empresa por não saber ao certo se a greve fora deflagrada ou não. "Cada um diz uma coisa, então o mais correto é a gente aparecer para ver como está a situação e também *marcar o rosto dos falsos colegas que não aderiram à nossa luta*" – informaram os operários.[56]

Em 7 de maio, quando a Greve já se encaminhava para o fim, repórter da *Folha de São Bernardo* que acompanhava diálogos travados entre alguns operários nas proximidades da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, anotava que:

> Os metalúrgicos que não conseguiram entrar no templo aguardavam pacientemente sua vez de votar a continuidade do movimento. (...) Para os metalúrgicos ao pé da torre da igreja, as conversas variavam muito. *Alguns comentavam com tristeza que aquele amigo comum "que safado", tinha furado a greve*. Outros comentavam sobre o Fundo de Greve, que nunca deixou faltar comida. Uns tristes *maldiziam* os companheiros de Santo André que, naquele dia, resolveram voltar ao trabalho. Não faltou nem o papo sobre o futebol (...).[57]

Para os operários das "rodinhas" próximas à Volkswagen e à Igreja Matriz, os vínculos de "coleguismo" tecidos dentro e fora do espaço fabril deveriam fomentar a participação no movimento paredista. Nesse sentido, aqueles que não aderiram à luta eram "falsos colegas", no limite, "safados": a Greve seria, portanto, um movimento de "verdadeiros colegas" que constituiriam uma "comunidade moral". Fica indicado, também, que relações anteriores ao movimento paredista, forjadas na faina cotidiana, poderiam ter sua validade atestada pela adesão ou não à Greve. Enfim, lealdades pretéritas eram, agora, cobradas. No momento do confronto com os patrões, elas deveriam ser atualizadas. Acrescentemos que a posição tomada diante da Greve não se

---

[55] Estimulante proposição sobre como o grau de coesão interna e de controle comunitário pode ser suficiente – ou seja, sem posse monopolista de recursos materiais – para produzir diferenciais de poder na relação de forças entre um grupo e outro é apresentada por Norbert Elias e John L. Scotson. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
[56] DGABC, 02/04/1980.
[57] FSB, 10/05/1980.

exauriria naquele momento: "*marcar* o rosto dos falsos colegas" sugere-nos que, quando os ritmos da vida cotidiana fossem restabelecidos, a relação dos grevistas com aqueles que furaram a parede poderia não ser mais a mesma de antes da Greve. Nesse sentido, é sugestivo um episódio ocorrido dois dias após o término desta, em uma empresa metalúrgica sambernardense:

> Na manhã do dia 13, terça-feira, no cemitério de Vila Paulicéia, cerca de mil pessoas aguardavam ansiosas a chegada do corpo de dona Lindu, Eurídice Ferreira de Melo, mãe de Lula (liberado no Deops para acompanhar o féretro). (...) Na rua central do cemitério, cerca de 300 funcionários da Tyssen Hueller, uniformizados, formavam duas filas e explicavam como tinham conseguido a dispensa: "Foi fácil, todos pararam a Ferramentaria, Usinagem e Montagem e avisamos que a gente ia sair, *mais não deixamos os fura-greves vir com a gente*, apesar de alguns teimarem e estarem presentes".[58]

A exclusão da "comunidade operária" poderia significar, concretamente, ser submetido a agudas limitações nas práticas de "coleguismo", experiência bastante valorizada, de modo geral, pelos operários[59]. Portanto, os "grevistas", desde que houvesse elevado grau de coesão entre eles, poderiam infligir diversas formas de violência simbólica aos "fura-greves". José Euzébio, operário metalúrgico da Volkswagen, explicita algumas situações constrangedoras que poderiam ser impostas a um operário sobre o qual fosse lançada a pecha de "fura-greve":

> *A turma brigava. A turma tirava um sarro.* O presidente [sic] Lula na época falava: "Não bate no amigo. Furou a greve? Não precisa brigar com ele. Tira um sarro dele. *Vira as costas pra ele*. Basta *não conversar com ele* no horário de almoço. *Já chega pra ele se corrigir*." E é verdade. (...) A gente falava pra não fazer mais [furar a greve], mas, se a pessoa desse má resposta, aí ninguém conversava mais com ele, nem no ônibus, *era um figura apagada*. E nós fomos bem instruídos, na Volkswagen (...).[60]

Na mesma direção, Odilon Dias de Souza, operário metalúrgico da Fram Filtros, afirma que:

> O cara pra ser um fura-greve dentro de uma firma ele tem que ter um cargo muito apadrinhado ou ele tem que pensar muito...porque *ele se torna um cara sozinho dentro do setor depois*. (...) Tem que pensar....porque *ele acaba perdendo o grupo*. Você trabalha num setor que tem vinte pessoas: quatro conversam com você e quinze não...você vai ficando queimado. *Toda vez que um passa faz piadinha: "Ô furão de greve! Ô traíra!"*[61]

---

[58] FSB, 17/05/1980.

[59] "Gozar de boa reputação e amizade entre os colegas" era altamente valorizado entre os operários, podendo chegar ao ponto de ser critério aferidor de legitimidade política. Isso pode ser constatado na apresentação dos diretores eleitos para a gestão 1978-1981 do SMSBCD. Na ocasião, registrou-se nas páginas da *Tribuna Metalúrgica*: "A próxima direção do sindicato foi sensivelmente modificada. Dos 24 diretores antigos, 14 resolveram dar seu lugar para companheiros novos e continuarem como simples associados. (...) Os novos foram escolhidos entre aqueles que vêm demonstrando interesse pelas lutas sindicais e que *gozam de boa reputação e amizade entre os colegas*." Cf. TM, 12/1977.

[60] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.

[61] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

Os juízos morais negativos e as exclusões grupais que poderiam fluir pelas redes sociais dos operários pesavam nas deliberações destes. Alguns trabalhadores chegam, no limite, a afirmar que sua adesão à parede baseou-se, fundamentalmente, no tensionamento de suas redes sociais. Antônio Xavier dos Santos, metalúrgico da Mollins, sobre seu envolvimento na parede, declara que:

> *Eu não participei da Greve, não. Eu acompanhei os outros.* Nós ficamos lá fora. Nós não entrávamos pra trabalhar. Nós ficamos acampados ali na portaria. E o pessoal do Sindicato ia pra conversar, pra negociar com o patrão. *Eu tinha que ficar junto*. Porque se *a turma* está ali e eu entrar...subir lá em cima pra trabalhar...*os caras não deixavam*. Diziam que eu estava furando a greve. *A turma falava: "Fura-greve!"*. Nós não íamos. *Ficávamos junto com os outros.*[62]

Apesar de ter aderido à paralisação coletiva do trabalho, Antônio nega ter "participado" da Greve de 1980. Em sua concepção, "participar" significa, como outras passagens de seu relato deixam entrever, ir a assembléias gerais, fazer passeatas, enfim, assumir-se publicamente como grevista[63]. Ele, na medida em que ficava em casa, não "participava" e, com isso, buscava evitar a pecha de "grevista". Entretanto, do ponto de vista da efetividade da parede, ao não se dirigir ao trabalho, Antonio Xavier contribuía para a força do movimento e livrava-se da pecha de "fura-greve". Assim, avaliando suas próprias atitudes, Xavier prefere dizer que "acompanhou os outros". Em sua decisão, pesava a ação dos piqueteiros ("os caras não deixavam"), mas havia também uma outra ameaça: ser tachado pela *"turma"* de "fura-greve". Diante disso, ele acabava "ficando junto com outros". Entre estes, havia dois irmãos seus, os quais participavam, eventualmente, de piquetes, moravam junto com ele e foram os responsáveis por seu ingresso como operário na empresa. Em meio a tantas pressões, Antônio não via como resistir: "Eu *tinha* que ficar junto".

Coações morais aos fura-greves eram largamente estimuladas pela diretoria do SMSBCD. De modo geral, havia, em postos de distribuição de alimentos, cartazes nos quais os grevistas poderiam escrever os nomes de fura-greves[64]. Por um lado, tratava-se

---

[62] Entrevista com Antônio Xavier dos Santos, concedida ao autor em 11/11/2008.

[63] "Eu preferia, em vez de ficar andando na rua, fazendo passeata, essas coisa aí, participar de greve, *ficar na minha casa.* E ninguém percebia coisa alguma. *Era uma pessoa só que ficava fora da greve*. Ninguém falava nada. *Quem quiser participar vai, quem não quiser fica em casa*. Era o que eu fazia: ficava em casa, não na rua". Cf. Entrevista com Antônio Xavier dos Santos, concedida ao autor em 11/11/2008.

[64] O mesmo procedimento foi utilizado na Greve de 1979 e pode ser verificado no documentário ABC DA GREVE. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1979. DVD. (75 minutos). O FG em São Bernardo mantinha um arquivo com nomes de fura-greves. Cf. FSP, 03/05/1980. Em Santo André, há, também, cartazes com nomes de fura-greves. Cf. DGABC, 27/04/1980.

de uma precaução contra aqueles que, mesmo não estando em greve, tentassem se aproveitar do FG. Por outro, de uma exposição pública dos nomes daqueles que deveriam ser execrados e expulsos da "comunidade operária". Lula utilizava, geralmente, juízos morais negativos – como "safado" e "traidor" – para se referir aos fura-greves, atitude na qual era acompanhado por muitos dirigentes[65], ativistas sindicais e operários metalúrgicos. Na quarta semana da Greve, por exemplo, Conceição, trabalhadora da empresa metalúrgica MTE, enquanto retirava alimentos no FG, concedia entrevista ao repórter d'*A Vanguarda* e praguejava da "*gente falsa e covarde* que continua trabalhando, *traindo* os outros". Em greve desde o primeiro dia, Conceição não hesitava: ela fazia "o que é *certo*"[66].

Na Greve de 1980, a "densidade moral" fomentou profundas cisões entre os que aderiram e os que não se engajaram na parede. Até mesmo definir quem era fura-greve tornou-se um tema espinhoso. Com efeito, ainda que, formalmente, a Greve só tenha sido encerrada em 11 de maio, a partir da última semana, o retorno ao trabalho ampliou-se crescentemente. O simples regresso descompassado abriu novo campo de disputas em torno da atribuição da pecha de "fura-greve". Nesse sentido, *três meses* após o fim da Greve de 1980, as lideranças sindicais, ainda, orientavam os operários:

> Os companheiros que voltaram ao trabalho nos últimos dias da greve, porque não agüentavam mais, são *companheiros mesmo*. *Fura-greve é quem traiu o movimento desde o começo. Esses sim é que merecem todo o nosso desprezo.*[67]

Portanto, era sob múltiplas (e contraditórias) pressões e aguda insegurança que os operários efetivavam suas escolhas. Por um lado, alguns pretendiam evitar ser caracterizados como "grevistas" por suas chefias. Afinal, temiam represálias e, no limite, a perda do emprego. Por outro, não desejavam ser tachados de "fura-greves" por colegas de trabalho, amigos, vizinhos e até parentes metalúrgicos que aderissem à parede, visto que isso poderia, também, render-lhes admoestações. Em meio a tal tensionamento de suas redes sociais, os trabalhadores se moveram com suas convicções e constituíram uma "comunidade operária" detentora de "densidade moral".

---

[65] Para um discurso de Lula, Cf. DGABC, 11/04/1980. Para Nelson Campanholo, 1º secretário da gestão 1978-1981 do SMSBCD, Cf. LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos). Para o suplente do SMSBCD, Gilberto de Souza Cunha, Cf. Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[66] A Vanguarda, 26/04/1980.
[67] ABCD Jornal, 17/08/1980.

Redes sociais em movimento na sustentação da Greve de 1980

Na preparação da Greve de 1980, os dirigentes do SMSBCD esforçaram-se para definir a família, não o indivíduo, como unidade básica da mobilização coletiva. Nesse sentido, às vésperas do início da parede, o *ABCD Jornal* registrava:

> "*Discutam com suas esposas, tragam toda a família para a assembléia, porque sem ela não teremos vitória. É preciso que toda a família assuma a nossa luta*", esse foi um dos apelos de Lula *nesta* campanha salarial. E o apelo foi atendido *como se viu na assembléia* de domingo [16 de março].[68]

Os patrões também viram nas esposas e nas famílias importantes aliados na definição dos rumos da Greve. Assim, logo nos primeiros dias de paralisação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André "criticou a campanha que *os empresários* vêm fazendo, através de jornais, rádio e televisão, *convocando as mulheres dos metalúrgicos em greve a convencê-los a voltar o trabalho*"[69].

Patrões e sindicalistas chegaram, portanto, à mesma conclusão: ainda que permanecessem no âmbito doméstico, as esposas poderiam ser o fiel da balança. Mesmo ausentes de determinados espaços tidos consensualmente como "públicos", elas tinham um papel decisivo na sustentação da Greve. Intervinham, assim, na política por meio de práticas e espaços, naquele momento, altamente eficientes. Os 41 dias de greve nos indicam que, majoritariamente, as esposas penderam para o lado dos sindicalistas. Para isso, muito colaborou o *apoio público* que a Igreja ofereceu aos movimentos grevistas do ABC paulista, desde sua irrupção em fins dos anos 70: menções à justeza da Greve em missas e a reuniões com esposas em paróquias e clubes de mães podem ser encontradas com facilidade[70].

Entretanto, o discurso urdido pelas lideranças sindicais foi, também, significativo nesse processo, visto que ia ao encontro de práticas e valores socioculturais vigentes entre os operários metalúrgicos e suas esposas. Como Souza-Lobo apontou, "o" metalúrgico, na representação recorrente verificada na documentação produzida pelo SMSBCD (jornais, discursos públicos, boletins), teria como atributos principais: ser do sexo masculino, adulto, heterossexual, casado, pai e (único) provedor econômico do

---

[68] ABCD Jornal, 18/03/1980. No primeiro dia da Greve, reiterava-se: "Quarta-feira, dia 2, às 10 horas, Assembléia no Estádio da Vila Euclides. *Leve sua família.*" Cf. *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 01/04/1980.

[69] FSP, 04/04/1980.

[70] Cf. Resumo sobre a Missa Pascal dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. 06/04/1980. Doc. 02. OS – 1148. Aesp, setor Deops e Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008.

lar[71]. Nos documentos sindicais, insiste-se na idéia de que os trabalhadores estão em greve para cumprirem de modo satisfatório sua condição de pais-provedores. Nesse sentido, estão em greve porque são "homens" que se empenham no cumprimento de "obrigações" que são, em última instância, a confirmação de sua "masculinidade". Aderir à greve é, portanto, "agir como homem". Por outro lado, participar da parede colocava em risco o próprio emprego, o que ameaçava a efetivação da condição de pai-provedor, abrindo espaço para que muitas esposas também cobrassem de seus maridos o cumprimento de suas obrigações "masculinas" e, portanto, não se arriscassem na greve.

Os dirigentes sindicais perceberam, em 1979, como o "ser homem" poderia afirmar-se em duas posições opostas: aderir à greve ou recusar-se a participar. Para solucionar tal impasse, era preciso fazer coincidir as "necessidades da categoria" com as "necessidades da família", o que implicava reconhecer a importância do papel das esposas nas decisões de seus maridos: "dê apoio ao seu marido. Ele está *lutando conosco* por um salário mais justo. Ele está *lutando para dar mais conforto para você e seus filhos*. Você, companheira, é nossa aliada. Contamos com sua ajuda!!!"[72] Portanto, era preciso dirigir-se diretamente às esposas, nomeando-as publicamente e convencendo-as de que, quando seus maridos aderiam à greve, almejavam cumprir de modo satisfatório suas obrigações de pai-provedor. Nessa perspectiva, participar da Greve era um ato ordeiro, visando estabelecer melhores condições para cumprir as "obrigações" do "homem". A luta era dos homens, mas, ao ser apoiada pelas mulheres, evidenciava-se que eles nela se engajavam por terem obrigações familiares. Daí as referências constantes às famílias e a presença pública recorrente das mulheres, afirmando o ato ordeiro de seus maridos.

Se as "mulheres-esposas" estiveram "visíveis" e "nomeadas" ao longo de toda a Greve de 1980 – raramente ocorrendo o mesmo com as "mulheres-metalúrgicas" –, dois eventos aparecem como pontos culminantes dessa condição: a retomada, no 1º de Maio,

---

[71] Às vésperas da Greve, por exemplo, Lula declarava que: "(...) no 1º dia *a gente* entra em greve geral e não é para vir à porta da fábrica brigar não, *é para ficar em casa dormindo, fazendo carinho na mulher, carinho nos filhos*". Cf. Transcrição do discurso de Lula em comício da diretoria do SMSBCD na porta da Mercedes Benz do Brasil no dia 25/03/1980 às 07:15 hs. OS – 0099. Aesp, setor Deops. Mesmo reconhecendo que, na ocasião, "a porcentagem das mulheres metalúrgicas é relativamente pequena em São Bernardo" – 9% no setor e, aproximadamente, 4% nas empresas automobilísticas –, Elisabeth Souza-Lobo não hesita em afirmar que: "A idéia de *unidade*, no conceito de 'unidade da classe operária', confunde-se [no discurso sindical] com a idéia de *identidade*, que exclui a noção de *diferença*". Cf. op. cit., p. 38.

[72] *Boletim sem título assinado por Luiz Inácio da Silva* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado entre 01/04 e 19/04/1980. Doc. 1. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

do Estádio de Vila Euclides[73] e a "caminhada da família metalúrgica em prol da reabertura das negociações", em 8 de maio, da qual participaram *apenas* mulheres (esposas, sogras, mães e avós) e filhos dos metalúrgicos em greve[74]. As esposas, contudo, desempenharam outras tarefas menos evidentes, como a arrecadação de alimentos para o FG. Além disso, podiam empregar o amplo conhecimento da dinâmica social dos bairros em que residiam a serviço da manutenção da Greve conforme nos sugere a mineira Maria da Conceição Freitas Cunha, moradora da Vila do Tanque, em São Bernardo do Campo:

> (...) praticamente, a gente, as mulheres, ficava assim: "Fulano foi trabalhar." A gente passava pro marido. Passava pra outra pessoa: *"Oh, você viu? Fulano estava trabalhando em tal lugar e ele foi trabalhar hoje. Ele foi trabalhar"*. Então, a gente já dava as dicas. Ficava...tipo assim...*um olheiro* dos maridos, do pessoal que trabalhava mais pesado no piquete. A gente ficava mais assim. Aí, falava: *"Olha, você viu, fulano? O ônibus passou e fulano entrou"*. Aí, no outro dia, eles iam lá pra conversar com o cara, pra bater um papo, pra chamar pra participar das assembléias.[75]

Assim, tradicionais mecanismos informais de controle social, como a fofoca, poderiam ser colocados a favor da mobilização operária nos bairros, uma vez que permitiam o monitoramento da movimentação de pessoas e da circulação de informações. Gilberto de Souza Cunha, diretor de base do SMSBCD entre 1978 e 1980 e esposo de Maria da Conceição, reitera a eficácia de tais práticas e indica que elas não se restringiam às esposas:

> (...) *mesmo aqueles moradores do entorno, das ruas próximas, nos davam informação. Porque eles também tinham metalúrgicos. Eles eram metalúrgicos também, participantes da Greve*. Então: "Olha, vocês estão aqui, o pessoal [fura-greves] está entrando nove horas, lá pelo portão de cima, lá perto da minha casa." – "Você mora onde?" – "Assim, assim, assado." – "Vamos dar uma olhada lá". (...) Eles [policiais do Deops] ficavam vinte e quatro horas de olho aqui, mas *a vizinhança também vinte e quatro horas de olho neles*.[76]

Na mesma direção, em depoimento concedido em junho de 1980, o operário metalúrgico Daniel, membro da Comissão de Salários, salientava que:

> *O trabalho nos bairros durante a greve foi muito parecido na organização. Eu fazia a ligação com a comissão e o bairro*. Um ponto que eu queria levantar é que *houve uma grande participação do povo nos bairros*. *A gente era ajudado na distribuição dos boletins e das orientações do sindicato*, pelo povo do bairro, pelas donas de casa, os jovens, o pessoal de outras categorias. Ajudava, inclusive, a alertar quando tinha muita polícia.

---

[73] "*Repleta de mulheres empunhando rosas e crianças, a maioria nos ombros dos pais*, a passeata [do 1º de Maio] contornou o Paço e entrou vitoriosa na Vila Euclides". Ou ainda: "Com a igreja [Matriz de São Bernardo, na missa do 1º de Maio] absolutamente repleta, *sobretudo de famílias de metalúrgicos que, atendendo ao convite do sindicato levaram esposa e filhos* (...)". Cf. A Vanguarda, 03/05/1980.
[74] Cf. FSP, 09/05/1980.
[75] Entrevista com Maria da Conceição de Freitas Cunha, concedida ao autor em 21/10/2008.
[76] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.

> Depois que começou a organização nos bairros, a polícia centralizou nos bairros. *O povo, então, avisava, quando tinha muita polícia, em que rua estava.*[77]

Tais indícios sugerem-nos, portanto, que o denso circuito relacional existente nos bairros em que os trabalhadores residiam funcionou, durante a Greve de 1980, como eficiente "rede informal de comunicações". Na conjuntura sociopolítica restritiva da Abertura, os grevistas deparavam-se com ingerências governamentais sobre a veiculação de informações nos órgãos de imprensa, anúncios nos meios de comunicação pagos pela FIESP etc. Diante disso, restava aos trabalhadores servirem-se dos recursos de que dispunham, entre eles a ágil distribuição de boletins nos bairros[78] e as reuniões – organizadas por dirigentes e ativistas sindicais – em sociedades amigos de bairros e igrejas. As informações obtidas por tais meios, assim como aquelas oriundas das próprias assembléias gerais públicas, ganhavam, por sua vez, novas possibilidades de difusão ao transitar pelas redes sociais dos trabalhadores. Por isso, as lideranças da parede insistiam: "Não acredite nas notícias de jornais, rádios e televisão, que falam do fracasso da greve. NÃO ACREDITE NA VOZ DOS PATRÕES. ACREDITE NA VOZ DOS TRABALHADORES"[79]. Nos bairros, conversas nas ruas e bares, visitas às casas de outros operários eram situações que permitiam, indo além da metáfora, ouvir "a voz" de trabalhadores que traziam notícias e opiniões sobre o movimento grevista[80]. Assim, práticas corriqueiras e com amplo espaço na sociabilidade de operários e camadas populares em geral[81], eram deliberadamente estimuladas pelos dirigentes sindicais sambernardenses como meio para obter coesão ou adesões em relação à Greve.

Nesse sentido, o operário Ervício F., por exemplo, depondo, em 15 de maio de 1980 no Deops, assegurava que "foi falar com trabalhador que iria trabalhar para que não fizesse isso", afinal:

---

[77] Cf. Entrevista com Daniel, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 43.

[78] Em poucas horas, a Comissão de Salários e membros da diretoria do SMSBCD distribuíam até 100 mil comunicados informando, por exemplo, horários e locais de reuniões públicas. Cf. FSP, 22/04/1980.

[79] *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 08/04/1980.

[80] Sobretudo nos momentos finais da Greve, as lideranças insistiam: "A Assembléia Geral, antes realizada no Estádio e agora na Igreja Matriz, é importante, mas *não deve ser encarada como a única referência, como a única forma de participação na greve*, pois o trabalho nos bairros também é de vital importância. (...) É necessário *reforçar e fazer crescer esse movimento nos bairros*, participando das assembléias, das reuniões de avaliação e das equipes que percorrem as casas recolhendo as contribuições para o Fundo de Greve, *ou as casas dos companheiros vacilantes e dos que continuam trabalhando porque não se conscientizaram da justeza de nossas posições e reivindicações e convencê-los a parar também.*" Cf. ABCD Jornal, 07/05/1980.

[81] A discussão sobre esse tema será realizada no Capítulo 3.

> (...) *durante as assembléias, todos os diretores* que falaram ao microfone após a decretação da ilegalidade pediram aos trabalhadores que continuassem em greve e *que cada um falasse com os colegas* que pretendessem retornar ao trabalho que não fizessem isso a fim de não prejudicar o movimento grevista que era de todos (...).[82]

Em junho de 1980, José, trabalhador da Mercedes Benz e membro da Comissão de Salários, lembrava sobre sua atuação durante a Greve, na Vila São José, bairro da periferia sambernardense, que "quando era um cara conhecido no bairro, nós íamos à casa dele perguntar porque estava furando greve"[83]. Membro da mesma comissão e morador de um bairro vizinho, Dorgival Ferreira da Silva, que participou da Greve de 1980 juntamente com o pai, irmãos, tios e primos, todos metalúrgicos, assegura que: "muitas vezes, a gente ia até a casa dele [de um fura-greve], conversar com ele, tomar um café com ele, [dizer] que ele não deveria furar a greve"[84]. Tal trabalho de convencimento podia dar-se no próprio espaço doméstico visto que era freqüente operários metalúrgicos sambernardenses contarem com parentes exercendo a mesma profissão. Nesse sentido, José Lourenço, morador da Favela do Jardim do Lago, bairro da periferia sambernardense, relata-nos a conversa que teria entabulado com Jobi, seu primo, assim como ele operário na Fram Filtros:

> Porque você veja: se a gente brigando assim já está difícil, você imagina se a gente entregar: os caras vão subir para cima mesmo! Aí, sim, aí é que nunca o brasileiro vai ter direito de brigar para ter os direitos dele. Ele não vai ter direito nunca se a gente não reagir, não aproveitar essa oportunidade que nós estamos tendo agora, nessa época, que as firmas estão vendendo à revelia, ganhando muito dinheiro, Jobi, e nós defasados... Vamos continuar assim? Defasado, você aceita assim? Ou...você é uma pessoa bem capacitada...que acha que se você sair dali você não tem capacidade de arrumar emprego em outro lugar? (...) *Acredite em mim porque eu acho que é isso. Porque eu, Jobi, sou essa pessoa que você conhece há muitos anos, nós somos parentes, somos primos [de] primeiro [grau] e você me conhece muito bem.* (...) Eu não volto! Enquanto nós não conseguirmos o que nós estamos reivindicando, eu não volto, Jobi."[85]

José Lourenço e o primo residiam na mesma casa e trabalhavam na mesma empresa. Foi o último, inclusive, quem conseguiu o emprego para José. Durante a parede de 1980, Jobi furou greve e justificava sua atitude alegando que possuía um cargo de chefia e suas faltas recorrentes poderiam redundar em demissão. Grevista de

---

[82] Assentada de Ervício F. para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 15/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops. Para depoimento idêntico, cf. Assentada de Nelson S. para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 15/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

[83] Entrevista com José, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 38.

[84] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.

[85] Entrevista com José Lourenço dos Santos, concedida ao autor em 07/07/2009.

primeira hora, José Lourenço procurava demover o primo a mudar de atitude, valendo-se, para isso, de múltiplos argumentos. Sugere que a Greve é um modo de reduzir (ou, apenas, estabilizar) a grande assimetria entre patrões e empregados ("os caras vão subir para cima mesmo!"). Na seqüência, afirma que a Greve é um ato de cidadania ("brigar para ter os direitos") ou, mais precisamente, de estabelecimento das condições para o exercício da cidadania ("ter direito de brigar"). Continuando, José enfatiza a disparidade entre os ganhos das empresas ("ganhando muito dinheiro") e aqueles auferidos pelos trabalhadores ("defasados"). Mais adiante, atiça os brios profissionais de seu primo: se este é um trabalhador capacitado, porque não encontraria outro emprego se perdesse o que hoje tem? Finalmente, José Lourenço, o Zé Pezinho, procura requalificar todos os argumentos que utilizou para o convencimento em função da relação existente entre ele e Jobi ("sou essa pessoa que você conhece"). Assim, notamos que os "motivos" para se aderir à parede inseriam-se em um *contexto relacional específico*. Este, no limite, seria o fiador da veracidade das razões expressas no discurso. Vemos, portanto, que os "motivos" da Greve, captados e generalizados por um vigoroso ativismo das lideranças sindicais junto aos operários, ganhavam uma nova força *na medida em passavam a circular pelas densas redes sociais dos trabalhadores sambernardenses*.

As práticas informais de visitas e conversas nos bairros chegaram até mesmo a receber alguma formalização por parte de ativistas sindicais. Em entrevista de julho de 1980, Isaías, operário metalúrgico e membro do Fundo de Greve, descrevia as "visitas" encabeçadas por ativistas sindicais realizadas em bairros da periferia paulistana nos quais também residiam operários metalúrgicos que atuavam nas indústrias de São Bernardo e Diadema. Segundo ele, em São Miguel Paulista, por exemplo:

> (...) criaram uma *equipe de visitas*, coisa um pouco inédita. *A função dessa equipe era visitar a família*. A função do cara da equipe era, por exemplo, visitar cinco famílias pela manhã. *O cara não conhecia aquelas famílias*, entrava nas casas e depois ele fazia, à noite um balanço do que ele encontrou. A família ou a mulher estavam, às vezes, desanimada, preocupada. A mulher gritava: *"chegou o cara do sindicato"*, era aquela animação. Chegou, traz as notícias aí; se estivesse desanimada, já animava, e o cara da equipe também *pegava as opiniões da esposa, do cara. Convidava o cara para participar e tal*. Era interessante esse negócio porque à noite ele ia avaliar como estava a *situação das famílias*, como estava a moral do pessoal, se estava alta, se estava baixa. Mas o mais importante é que *ele trazia o ânimo e fazia a ligação entre a casa, que era a família, e o movimento. Foi um exemplo pequeno, é lógico*, não daria para dizer que foi muito estendido, mas mostrou que *a equipe funciona e funcionou maravilhosamente. Essa não era uma equipe para*

> *visitar os fura-greves, para amedrontar, era para visitar os próprios grevistas, ou a própria esposa do grevista, que, às vezes, não participava da comunidade.*[86]

Diferentemente dos casos até aqui narrados, Isaías assegura que, no caso de São Miguel, os visitadores não conheciam previamente os visitados. Sua afirmação, contudo, permite-nos vislumbrar a eficiência da "rede informal de comunicações" no bairro. Com efeito, se as "equipes" tinham como objetivo "visitar os próprios grevistas, ou a própria esposa do grevista", os visitadores deveriam estar minimamente informados sobre a quais residências deveriam se dirigir. Destaquemos que, no depoimento de Isaías, a interação nos bairros aparece como uma prática de coesão e estímulo mútuo à continuidade da greve ("*não* era uma equipe para visitar os fura-greves, para amedrontar"). Mais adiante, afirma Isaías que o "exemplo" da "equipe de visitas" teria sido "pequeno". Certamente, sua avaliação diz respeito à "visita" como prática relativamente formalizada empregada pelos ativistas sindicais ("o cara do sindicato"). Tal modalidade, todavia, coexistiu, ao longo de toda a parede, com ações bastante informais.

Nesse sentido, encontros e bate-papos em botecos podiam ser, também, importantes situações para difundir informações e travar debates, promovendo coesão e adesão em relação à Greve por meio de tensionamentos nas redes sociais dos trabalhadores. Segundo Dorgival Ferreira da Silva, pernambucano de Garanhuns e morador da Vila Ferrazópolis:

> *A gente correu muito atrás dos próprios amigos*. (risos) A gente sabia que era pelego e aí, depois, *até num bar, num boteco* ou em algum lugar, era ruim para ele... porque a gente ia para cima. (...) Porque *a gente ia para cima cobrar*: "Pô! Você está furando greve! Amanhã teus filhos, tua situação...nós estamos lutando por um país melhor e você furando greve? Deixa de ser filho da puta! Você já tem uma vida boa!" Então, a gente, o grupo, sempre cobrava.[87]

Episódio similar, ocorrido no mesmo bairro sambernardense em que residia Dorgival, foi relatado na edição de 4 de abril de 1980 do jornal *Diário do Grande ABC*:

---

[86] Entrevista com Isaías, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 41. Sobre a "formalização" das visitas, Cf. FSP, 04/04/1980: "*A Comissão de Salários também manterá um trabalho intenso durante esses dias, visitando casas de metalúrgicos e sociedades amigos de bairros.* Lula lembrou as afirmações do ministro Murilo Macedo que acusou os metalúrgicos de estarem pressionando os trabalhadores que não aderiram à greve, e *pediu para que os operários continuem com essas pressões*. Os patrões, segundo Lula, também estão pressionando e estão até indo buscar trabalhador em casa. Ele citou o exemplo da Mercedes Benz, que comprou 40 peruas Kombi para o transporte de empregados."

[87] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.

> O desentendimento entre *dois metalúrgicos devido à greve*, acabou em agressão e tiros. O fato aconteceu *no interior de um bar* da rua Rolando Bietro Bonini, 91, bairro de Ferrazópolis, em São Bernardo do Campo, quando José Manoel Leandro de Brito, de 25 anos, *chamou seu companheiro de trabalho*, Francisco Antão de Souza, de 24 anos, de *fura-greve*. (...) *Ofendido*, Francisco passou a discutir com o *amigo* e só não entrou em luta corporal com José devido à intervenção de outros elementos que se encontravam no local. Francisco *foi para sua casa e armou-se com um revólver, retornando ao bar*. A princípio, nada de anormal ocorreu entre os *amigos*. (...) Todavia, momentos mais tarde reiniciou-se a discussão, havendo troca de ofensas de ambos os lados. Francisco, *com receio de ser espancado pelo companheiro, sacou de sua arma e fez dois disparos contra o chão* sendo que um dos projéteis atingiu o metalúrgico José Manoel Leandro de Brito. (...) O agressor não deu muita importância ao fato e retornou para sua casa, enquanto a vítima era medicada no Pronto Socorro Municipal, sendo depois transferida para o Hospital São Bernardo.[88]

Notemos, inicialmente, a densa teia relacional em que o incidente transcorre: José e Francisco seriam metalúrgicos, companheiros de trabalho, amigos e freqüentadores do mesmo bar. O primeiro, aparentemente, aderiu à Greve, no que não foi seguido por Francisco. Este, contudo, "ofendeu-se" quando José lançou-lhe a pecha de "fura-greve", a qual, como já vimos, estava associada a juízos morais negativos e a possíveis exclusões da "comunidade operária". A atitude de Francisco demonstra que ele sabia, ainda que não aderindo à Greve, estar contrariando uma certa "comunidade de valores" que se estabelecera em torno do evento, tanto que percebeu o qualificativo fura-greve, lançado por uma pessoa de seu círculo de relações e que participava da Greve, como "ofensa". Nessas circunstâncias, a pecha de fura-greve assumia condição similar a de uma "falha moral". Daí, provavelmente, a reação de Francisco que se sentiu autorizado (ou com a necessidade) de reagir para reparar o dano moral sofrido.

Tais eventos sugerem-nos porque, já em 1979, os bares haviam sido apontados pelas lideranças sindicais sambernardenses como *loci* importantes da mobilização coletiva. Na verdade, após a intervenção federal no SMSBCD, em março de 1979, a própria Diretoria e a Comissão de Salários instalaram-se no salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo *e no Bar Aquárius*, situado próximo à Matriz, tornando-os pontos de confluência e de encontro de operários[89]. Em discurso de maio de 1979, logo após o fim da intervenção, Lula formalizou, provocativamente, sua apreensão dessa experiência:

> Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, falando à imprensa, declarou que o fim da intervenção e o retorno da diretoria do sindicato não é motivo de alegrias. "É momento de reflexão porque temos muito trabalho pela frente". Disse, ainda, que o episódio dos últimos 60 dias permitiu que todos aprendessem: *o governo*, que entendeu a luta dos trabalhadores devolvendo-lhe o Sindicato e que *sindicalismo não se fez no prédio, mas no salão paroquial e no boteco* (...).[90]

---

[88] DGABC, 04/04/1980.
[89] Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, op. cit., p. 149.
[90] FSB, 19/05/1979.

Assim, a liderança metalúrgica reconhecia que o exercício do sindicalismo e a mobilização coletiva haviam extravasado os limites do Sindicato e das fábricas, atingindo *loci* fundamentais da sociabilidade extra-fabril dos operários. Na Greve de 1980, a situação não foi diferente. Por isso, os bares apareceram, novamente, nos discursos do dirigente metalúrgico. Nesse sentido, em 14 de abril:

> Lula exortou [na assembléia geral], *mais uma vez*, a todos que *continuem levando o movimento* pelas ruas, nos *bares*, nas igrejas, e em toda a comunidade. Solicitou também que *continuem a conversar com os que retornaram às fábricas para que voltem à greve*.[91]

Os bares, em especial, eram entendidos por Lula como uma espécie de "termômetro" para aferir a disposição dos trabalhadores em relação às paredes. Recorda-se Manoel Anísio, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, que, nas assembléias gerais públicas, em Vila Euclides, "o Lula tinha a *mania* de passar no meio da peãozada. *Ele ia nos botequins, nas redondezas da Vila Euclides*...um mézinho aqui...um mézinho acolá. *Pra sentir! Pra sentir como é que estava*"[92]. A atitude de Lula indica-nos, portanto, que, para os trabalhadores, os bares eram locais onde poderiam obter informações e travar debates sobre o andamento da Greve, reunindo, desse modo, elementos para suas deliberações. A grande e regular afluência dos trabalhadores aos bares, durante a Greve, pode ser estimada pela orientação exaustivamente repetida pelas lideranças sindicais aos operários para que: "Não tome bebidas alcoólicas durante a greve. Devemos permanecer de cabeça fria"[93]. Corroborando tal inferência, relata o proprietário de um bar situado nas imediações do SMSBCD que:

> Teve greve aí de 40 dias, 41 dias. Então, o povo todo dia vinha ao Sindicato. Aquilo ali ficava lotado. *E a maioria vinha ao Sindicato, mas não ia lá. Ficava ali, no bar, tomando uma cachacinha, tomando um caldinho* [de mocotó]. *Porque a turma vai pra uma reunião...mas, às vezes, nem vai... Pergunta pro outro: "E aí, como é que foi lá?*[risos]"[94]

Nessas circunstâncias, os bares poderiam se tornar locais proscritos aos fura-greves, caso fosse elevada a coesão grupal dos grevistas de uma localidade na atribuição da pecha de "fura-greve". O padre italiano Sante Collina apresenta-nos um depoimento

---

[91] DGABC, 15/04/1980.

[92] Entrevista com Manoel Anísio Gomes, concedida ao autor em 21/10/2008. Este depoimento evoca as observações de Karl Marx, que, discutindo a dinâmica da "república parlamentar" estabelecida na França após a Revolução de 1848, afirmava: "A luta dos oradores na tribuna evoca a luta dos escribas na imprensa; o clube de debates do Parlamento é *necessariamente suplementado pelos clubes de debates dos salões e das tabernas* (...)." Cf. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 38.

[93] *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 08/04/1980.

[94] Entrevista com José D. I., concedida ao SMA-SBC em 12/05/2009.

que aponta nessa direção. Tendo chegado da África um mês antes do início da Greve de 1980, ele assumiu, com mais dois companheiros, uma paróquia na periferia de São Bernardo. Passou a residir na área, que segundo seu parceiro, padre Leo, era "essencialmente de operários"[95]. A princípio, Sante Collina, observa que "os trabalhadores, quando vinham pra casa [do trabalho], era a 'sosta'[96] obrigatória nos botecos etc. De fato, tinha uma hora ali das seis e meia, sete e meia, oito que era assim". Depois, ao tratar da situação dos fura-greves do bairro, o padre italiano acrescenta: "Houve quem furasse [a greve no bairro]. *Mas, estava em casa. Estava em casa. Não se expunha*. (...) *Se sabia que era alguém que furava, então, não se expunha, não*"[97]. Em seu relato, o sacerdote sugere-nos que, de certo modo, um fura-greve poderia ser – por livre escolha ou forçado – exilado da vida social do bairro[98]. Com efeito, uma vez que outros operários do bairro lhe atribuíssem a pecha de fura-greve ("se sabia que era alguém que furava"), o recolhimento ao âmbito doméstico era prudente. Afinal, uma simples ida ao bar poderia render-lhe, como vimos, admoestações e, até mesmo, agressões físicas.

Assim como os bares, diversas pensões, localizadas especialmente nas proximidades do *Centro* de São Bernardo, eram "nós" de densa sociabilidade operária. Não surpreende, portanto, que, durante a Greve de 1980, tenham emergido, em alguns episódios, como importantes núcleos de ativismo operário, especialmente nas ocasiões de confrontos abertos entre grevistas e policiais nas áreas centrais da cidade. Noticiando, nos últimos dias da Greve, embates desse tipo, a *Folha de São Bernardo* observava que:

> No número 2551 da Marechal Deodoro, a menos de 20 metros da esquina, dona Maria Ribeiro da Silva, proprietária do imóvel, *onde funciona uma pensão*, estava preocupada, com medo, como todos os presentes ao local. Dentro de sua casa pensão, várias pessoas haviam procurado refúgio. "De repente, a polícia quebrou a porta ao lado e entrou toda dentro da minha casa. *Levaram seis dos meus pensionistas* e mais algumas pessoas que eu não conhecia. Não sobrou nada da porta", disse dona Maria. Contou ainda que, depois disso os policiais ainda voltaram e, desta vez mais, *pediram à senhora que identificasse quem era ou não seu pensionista. A partir do momento em que ela viu que, ao apontá-los eles*

[95] FSB, 22/12/1979.
[96] Sosta: local de parada, em italiano.
[97] Entrevista com Sante Collina, concedida ao autor em 20/10/2008.
[98] Em casos extremos, era possível que, durante a parede, um fura-greve tivesse que sair do próprio bairro em que morava. Referindo-se ao Ferrazópolis, bairro sambernardense onde residia, Dorgival relata que: "o bairro, nisso [durante greves], ele era muito agitado. Numa greve dessa [a de 1980], *o pessoal que era de confiança da empresa, era líder, era chefe, eles tinham que sair fora*." Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.

> *estavam sendo levados presos, parou de dar declarações e fechou sua porta.* "Aí eles invadiram mais uma vez".[99]

Aparentemente, então, os pensionistas de dona Maria, possivelmente operários metalúrgicos, atuavam com vigor na mobilização grevista, tanto que seu local de moradia passou a ser alvo dos policiais. Nessa atuação, vínculos prévios à parede tecidos entre os moradores das pensões poderiam ser mobilizados. Em debate promovido pouco antes do término da Greve, a força dos laços estabelecidos entre os operários que residiam em pensões da cidade foi destacada pelo advogado do SMSBCD, Almir Pazzianotto:

> Hoje, alguém me perguntava, quem é que alimenta a greve? É o peão ou é o operário especializado? Eu acho que ambos alimentam a greve, cada um à sua maneira, cada um pelas suas razões. *Mas o peão mora fundamentalmente em pensões. E esta convivência diária gera um espírito de fraternidade, que é o que possibilita a luta*. Se nós vamos, ou não, ter greves em outros setores, onde as condições são diferentes de São Bernardo, eu respondo sem medo nenhum, sem preocupação nenhuma que nós vamos ter as greves, mesmo porque o processo é meio epidêmico e as condições de salário e de vida são muito semelhantes. *Agora, São Bernardo é de fato uma comunidade.*[100]

Potencialidades mobilizadoras das relações entre operários-pensionistas já eram vislumbradas, antes do início da Greve, por ativistas sindicais. Com efeito, a peça teatral *Pensão Liberdade*[101] – elaborada e apresentada, durante a Campanha Salarial de 1980, por operários e filhas de operários que compunham o *Grupo de Teatro Forja* do SMSBCD – traz, no próprio título, o cenário escolhido para se discutir múltiplos aspectos de um movimento grevista. É certo que a peça teatral em questão é um texto ficcional. Este, contudo, começou a ser preparado alguns dias após o término da Greve de 1979 e tinha a explícita intenção de contribuir para a preparação da Greve de 1980. Nesse sentido, explorava idéias e práticas verossímeis aos trabalhadores.

Portanto, em seus domicílios, nos bairros em que residiam, nos botecos e, evidentemente, nas assembléias e em portas de fábricas – onde encontravam colegas de trabalho e amigos metalúrgicos –, os trabalhadores sambernardenses puseram em movimento, na sustentação da Greve de 1980, um *denso tecido relacional preexistente*, em boa medida, à intensa mobilização coletiva que tomou as ruas de São Bernardo entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. O "tensionamento de redes sociais" não foi, contudo, o único processo pelo qual se produzia adesão e coesão em torno da parede. Na obtenção

---

[99] FSB, 31/05/1980.
[100] FSP, 11/05/1980.
[101] Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 47-48.

destas, a ação dos "piquetes" foi, também, imprescindível. Por sinal, alguns episódios sugerem-nos as tênues fronteiras entre um e outro tipo de ação. Em 30 de abril 1980, por exemplo, a Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen registrava que:

> (...) compareceu à esta Chefia o funcionário Sr. JOSÉ GERALDO DE ALMEIDA (...), informando-nos que, nesta data aproximadamente às 15:30 horas, *um homem e uma mulher compareceram à sua residência* situada na Rua Diogo Furtado – Jardim Silvina – S.B.C., *incitando-o a fazer "greve" e piquetes*, inclusive dizendo-lhe que *se não aderisse à greve* o Sr. JOSÉ *e outros seus 02 primos* Srs. JOÃO MARGARIDO PAULINO (...) e ANTONIO PAULINO – (...), *iriam sofrer graves conseqüências por parte dos "piqueteiros"*. (...) Segundo informações do Sr. JOSÉ, *o casal* estava com uma Brasília de placas (...) – Sto. André, cor Bege, e que *já o encontrou por diversas vezes na Rua Telles de Menezes, no Jardim Silvina, presumindo-se que tenha sua residência nesta rua e que trabalha na empresa Mercedes Benz*. (...) Após ter sido ouvido pelo Supervisor de Serviço de Proteção à Fábrica em serviço no horário, o Sr. JOSÉ foi liberado para as suas funções normais de trabalho, sendo que *a Empresa Mercedes Benz, tomou ciência de ocorrido, através do Supervisor de Segurança Industrial, Sr. MARTINES, inclusive o 6º Batalhão da Polícia Militar, por telefone.*[102]

José e o "casal" residiam nas imediações de um mesmo bairro sambernardense, o Jardim Silvina. Eles se monitoravam, demonstrando algum conhecimento recíproco e revelando-nos aspectos, ainda que rarefeitos, de relação de vizinhança, os quais devem ter parecido suficientes ao casal para que procurasse José em sua residência e o "incitasse" a fazer greve e piquetes. A princípio, estamos diante da "visita" tantas vezes propalada pelas lideranças da parede, isto é, testemunhamos um tensionamento de redes sociais. Inclusive, ao se dirigir ao domicílio de José como casal, os "incitadores" parecem tentar mitigar uma apreensão da visita como ato coativo. Todavia, ao referir-se às "graves conseqüências por parte dos 'piqueteiros'" a que José *e seus primos* metalúrgicos se sujeitariam caso não aderissem à parede, o casal utiliza-se de ameaças veladas, projetando um horizonte de possível emprego de violência física. Com isso, a "visita" ganhava contornos de "piquete". Este, todavia, na Greve de 1980, recorria, com freqüência, ao convencimento argumentativo e às coações morais[103]. Inversamente, como vimos no caso do desentendimento entre metalúrgicos no boteco, o tensionamento de redes sociais poderia descambar para a violência física.

---

[102] BO nº 1.629 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 30/04/1980. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

[103] Alguns diretores do SMSBCD, por exemplo, chamavam os piquetes em porta de fábrica de "comissões de vigilância", alegando que seriam empregados apenas *"coação moral e diálogo"*. Cf. DGABC, 08/04/1980. A utilização de tais recursos pelos piquetes pode ser largamente confirmada em inúmeras cenas dos filmes: LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos); ABC DA GREVE. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1979. DVD. (75 minutos) e GREVE. Direção: João Batista de Andrade, 1979. VÍDEO. (36 minutos).

Tendo em conta tais ressalvas, podemos afirmar que o "tensionamento de redes sociais" era possível nos casos em que, necessariamente, havia vínculos interpessoais entre os envolvidos e, por isso, o emprego de violência física era visto como um recurso liminar. Os piquetes, por sua vez, atuavam, *principalmente*, em relação a trabalhadores com os quais os piqueteiros não mantinham conexões interpessoais a seu ver relevantes e tinham, sempre, o emprego de violência física como um horizonte possível em suas ações. Como lembra o metalúrgico Odilon Dias de Souza:

> (...) o pessoal usava uma artimanha. Pra você não interferir com moradores, pra você não criar problemas, você ia para outra região. Aí, vinha [alguém] de uma outra região pra cá. *Quando você via que o negócio tinha que ser muito levado a ferro e fogo mesmo* [chocando uma mão fechada contra a outra espalmada], *porque não podia furar de jeito nenhum, eu não ia arrumar problema com o meu vizinho, o meu conhecido.*[104]

De qualquer modo, também no que tange aos piquetes, as redes sociais se mostraram relevantes, visto que elas foram amplamente mobilizadas para a constituição dos mesmos. Enfim, para o enfrentamento da rede de controle/repressão empresarial-policial que, como nos apontou o caso de José Geraldo, era capaz de conectar rapidamente a Chefia de Segurança da Volkswagen à Supervisão de Segurança Industrial da Mercedes Benz e ao Batalhão da Polícia Militar, os trabalhadores muito se apoiariam, mais uma vez, em seus recursos relacionais.

Piquetes e suas metamorfoses na Greve de 1980

Na "Greve dos 41 dias", os piquetes constituíram-se a partir da mobilização de um variado espectro de vínculos sociais, atuaram em diversos espaços e empregaram múltiplos recursos de coação. Nesse sentido, Gilberto de Souza Cunha, que foi diretor de base do SMSBCD entre 1978 e 1980 e acompanhou toda a Greve no bairro sambernardense em que residia, a Vila do Tanque, afirma que:

> (...) *tinha vários tipos de piquete. Tinha o piquete que impedia aquele um que estava furando a greve de ir; tinha o piquete que, em vez de você fazer o piquete na porta da fábrica, você segurava o ônibus.* Então, o ônibus é o seguinte: o início da linha era aqui no nosso bairro. Segura o ônibus aqui, pronto! Se não passar o ônibus, o pessoal não vai.
> (...) *o pessoal ia pra porta da fábrica e fazia o piquete na fábrica*. Então, a entrada era seis horas. Mas, daí a pouco, a gente ficava sabendo que às sete e quinze, sete e meia o pessoal entrava pelo portão do fundo. Só que as pessoas que eram fura-greves entravam pelo portão do fundo e não dava pra você fazer nada porque tinha dois, três carros do DOPS, da polícia, lá. *Então, nós vamos ter que segurar esse cara onde? Na casa dele.* (...) *A polícia cerca lá,*

[104] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008. Muitas vezes, mesmo nos "piquetes em porta de fábrica", também para evitarem ser tachados de "grevistas" pelas chefias, piqueteiros que trabalhavam em uma empresa atuavam nas portas de outras.

> *nós cercamos aqui*. (...) Então, *aconteceu muito esse tipo de piquete: polícia proibia lá, vamos cercar ele na casa dele.* Quer dizer, *o piquetão, que era no horário de entrada mesmo, esse aí nós tínhamos mais gente do que a própria polícia*.[105]

Os "piquetes em porta de fábrica" eram, em grande medida, preparados a partir do SMSBCD e contavam, fundamentalmente, com ativistas sindicais – muitos deles militantes de organizações políticas de esquerda que já atuavam clandestinamente no espaço fabril –, podendo reunir muitos participantes[106]. Nos primeiros dias da Greve de 1980, essa modalidade de piquete pouco atuou. Entretanto, conforme a paralisação se estendia, sua importância aumentava, visto que alguns operários tentavam retornar ao trabalho[107].

Com o julgamento da ilegalidade da Greve pelo TRT e a decretação da intervenção federal no SMSBCD – em 14 e 17 de abril, respectivamente –, essa modalidade de piquete sofreu sérias restrições em função do aumento do contingente policial que passou a "acampar" em São Bernardo do Campo e Diadema[108], sobretudo nas áreas centrais e em portas de fábricas. Nesse momento, os "piquetes em bairros" – que já vinham ocorrendo fundamentalmente nos pontos de ônibus – *cresceram* em importância[109]. Eram, em geral, agrupamentos menores que os "piquetes em porta de fábrica" e contavam bastante, em sua constituição, com ativistas sindicais, os quais, entretanto, mobilizavam suas redes sociais nos bairros em que residiam, incorporando colegas de trabalho, vizinhos, amigos, parentes etc. aos piquetes. Em relato de junho de 1980, José, operário metalúrgico residente na Vila São José, bairro da periferia sambernardense, observava que:

> *Eu era membro da comissão de salários*, mas eu ficava só assistindo as assembléias; *isto até quando houve a intervenção no sindicato*. Aí passamos a usar a praça da Matriz, porque o campo de Vila Euclides foi fechado. *Começou a surgir muita violência* e eu, então, achei que *seria melhor parar de ir na Igreja Matriz e começar a rezar as orações para os irmãos aqui do bairro*. Foi justamente antes de começar a missa de terça-feira, 3 de maio, que

---

[105] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.

[106] Poucos dias antes do início da Greve, agente do Deops informava em seu relatório: "Quanto à sua [de Lula] estratégia para piquetes é a seguinte: Turma da Volks, aproximadamente 450 operários param a Mercedes Benz enquanto os operários desta param a Volkswagen." Cf. Relatório nº 035/80 de Fox 9 para Delegacia de Sindicatos e Associações de Classe do Deops. Ref. Ronda pelo ABCD em observação a movimentos grevistas nas indústrias metalúrgicas. 20/03/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops.

[107] Cf. A Vanguarda, 05/04/1980.

[108] Cf. DGABC, 19/04/1980. As forças de segurança do Estado envolvidas diretamente na repressão à parede foram: Polícia Militar, Deops, Polícia Federal, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Exército (apenas helicópteros). Cf. FSP, 27/04/1980 e 02/05/1980.

[109] "Devanir [diretor do SMSBCD, em reunião, no dia 17/04 na sede sindical, com a presença de mil participantes] diz aos trabalhadores que a diretoria vai dormir no local. Mas *os trabalhadores da vanguarda devem se retirar e fazer o trabalho nos bairros, conforme já foram orientados* (operação 'mão de graxa' que consiste em visitar os trabalhadores em suas casas e ir nos pontos de ônibus convencer os mais hesitantes a cruzarem os braços e não irem à fábrica pra trabalhar)." Cf. FSB, 19/04/1980.

> chegou um companheiro, responsável pela estatística de quanto tinham entrado na Mercedes, na Scania, na Volks; me chamou e avisou que *o nosso bairro estava sendo o maior furão da greve*. Aí eu chamei um dos coordenadores da comunidade e lhe disse que nós precisávamos, urgente, dar um aviso total, acionar os *aparelhos de comunicação do bairro* e que nós precisávamos começar a "ferrar o pau" já, amanhã de madrugada. *Saímos a pé avisando o pessoal, era meia-noite, nós estávamos, ainda, na rua, batendo na porta do pessoal*, e falando: "o nosso bairro está assim e assim, estão furando muito a greve e amanhã de madrugada nós estamos com cento e tantos homens para fazer piquetes, amanhã ninguém, nenhum metalúrgico, sai para trabalhar". *No outro dia, às quatro horas da manhã, nós saímos para a rua, com oitenta e tantos homens e fomos fazer piquetes* (...).[110]

Em seu depoimento, o operário reiterava como a intensidade e formas de repressão das forças de segurança do Estado relacionavam-se com estratégias de mobilização coletiva dos trabalhadores[111]. Igualmente, fica manifesto, em seu relato, como o conhecimento do "pedaço" facilitava a constituição do piquete: sair a pé, bater na porta etc. As redes sociais existentes no bairro agilizavam a circulação de pessoas e informações. Nessas condições, em poucas horas, mais de oitenta homens teriam sido arregimentados por meio dos "aparelhos de comunicação do bairro", isto é, *uma densa teia relacional existente nos locais de moradia*.

A partir do dia 19 de abril, com o início das prisões de diretores e ativistas sindicais, a proibição das assembléias gerais em espaços públicos[112] e o sitiamento de São Bernardo do Campo pela forças de repressão do Estado[113], *os bairros tornaram-se crescentemente o espaço fundamental da mobilização coletiva*[114]. Nessas circunstâncias, várias modalidades informais de "agrupamentos de coação" ampliaram sua importância na mobilização operária, podendo contar com um número

---

[110] Entrevista com José, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 38. Para relatos semelhantes, Cf. Entrevistas com Odilon Dias de Souza (03/07/2008 e 15/09/2008), José Euzébio (16/10/2008), José Ferreira de Souza (23/06/2009), Pio de Souza Santos (06/08/2009), Dorgival Ferreira da Silva (29/05/2009) e Maria José de Oliveira Xavier (30/09/2008), concedidas ao autor.

[111] Na mesma direção, após conversas com ativistas sindicais, a reportagem de um jornal sambernardense registrava: "Para evitar que os operários permaneçam nas imediações da igreja, *sujeitos à repressão policial*, estão sendo realizadas assembléias em vários bairros de São Bernardo e mesmo São Paulo, em áreas de grande concentração de metalúrgicos. (...) *'A repressão inclusive já percebeu essa descentralização e está tentando ir para os bairros, mas lá é muito mais difícil, eles não conseguem encontrar o pessoal', comentam."* Cf. A Vanguarda, 03/05/1980.

[112] No dia 20 de abril de 1980, o Deops proibiu a realização de assembléias em Vila Euclides e no Paço Municipal. Cf. FSP, 20/04/1980.

[113] Os piquetes em pontos de ônibus também passaram a ser reprimidos pela polícia. Em 23 de abril, a *FSP* noticiava que: "Ao todo, nesta cidade [Santo André] e em São Bernardo, cerca de mil policiais da Tropa de Choque da PM se movimentaram para dissolver os *piquetes que os metalúrgicos poderiam realizar nos pontos iniciais dos ônibus* (...)."Cf. FSP, 23/04/1980.

[114] "*Depois da intervenção, o trabalho começou a ter muito peso dentro do bairro*, na medida em que o trabalhador não pôde se reunir em grandes concentrações. E a gente viu que tinha que fazer despontar no bairro a própria organização." Cf. *41 Dias de Resistência e Luta*..., p. 27.

extremamente variável de participantes, entre estes havendo ativistas sindicais ou não. Indício de sua informalidade é o fato de que tais "agrupamentos" nem mesmo receberam uma denominação específica. Como chegaram a coagir fura-greves em suas próprias residências, chamemo-los de "piquetes em porta de casa".

Convencimento argumentativo, coação moral e violência física foram recursos utilizados por todas as modalidades de piquete aqui descritas, as quais coexistiram em diversos momentos da Greve, variando, em boa medida, a importância relativa de cada uma delas em função da intensidade e formas de repressão adotadas pelo Estado para confrontar a mobilização operária. Nesse processo, mais uma vez os trabalhadores colocariam em movimento suas redes sociais na sustentação da Greve de 1980.

Redes sociais e formação de piquetes

Alguns "piquetes em porta de casa" podiam ser compostos por, apenas, uma ou duas pessoas. No dia 30 de abril, por exemplo, Roberto de Souza Dantas, operário da Volkswagen, procurou a Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo para registrar um boletim de ocorrência. Alegou que acabara de retornar do trabalho quando José e Francisco, também trabalhadores da Volkswagen, o interpelaram no portão de sua residência:

> (...) sendo que o primeiro indiciado [José] ao notar sua presença, passou a ameaçá-lo de agressão, chamando-o para fora de sua casa, momento em que o 2º indiciado [Francisco] aproximou-se, ajudando o 1º indiciado, *proferindo também ameaças de agressão, contra a vítima, isto pelo motivo de não haver entrado em greve*.[115]

O funileiro José R. S. era vizinho de Roberto em uma rua no Jardim Petroni, bairro da periferia sambernardense. Tendo aderido à parede, deve ter acompanhado, diariamente, Roberto dirigindo-se à fábrica para o exercício normal de suas funções. Entretanto, foi apenas em 30 de abril, momento decisivo para a continuidade da Greve, diante das ameaças patronais de demissão por justa causa e da intensificação da repressão policial, que José decidiu mobilizar recursos a seu alcance para coagir o vizinho. Para empreender o piquete, José recorreu ao seu colega de Volkswagen Francisco A. S. – também cearense de Boa Viagem e, possivelmente, seu primo –, o qual residia na Vila Paula, em São Caetano do Sul, a alguns quilômetros do local onde o

[115] BO nº 2607/80. Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0099. **Toda a documentação policial utilizada a seguir encontra-se no Setor Deops do Arquivo do Estado de São Paulo. Por isso, nas referências seguintes indicaremos somente as caixas, prontuários e dossiês.**

piquete atuou. Aparentemente, portanto, vínculos de parentesco e "origem comum" (conterraneidade) mostraram-se imprescindíveis para a constituição do piquete, superando, inclusive, a razoável distância entre os locais de moradia de seus componentes.

Em outras ocasiões, vínculos de parentesco voltaram a se mostrar importantes. No crítico dia 30 de abril, por exemplo, quatro operários de sobrenome Moraes, todos trabalhadores da Volkswagen, articularam, com mais dois vizinhos, um piquete que atuava nas proximidades da fábrica da Brastemp[116]. Além de parentes, três dos quatro Moraes residiam na mesma casa – ou terreno – situada no bairro Ferrazópolis. Finalmente, dos seis piqueteiros, cinco eram cearenses, o que, novamente, indica-nos que a partilha de uma "origem comum" poderia ser relevante na constituição de piquetes.

Não poucas vezes migrantes nascidos em uma mesma cidade brasileira conseguiram empregar-se em indústrias metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema. Alguns se conheciam em suas cidades de origem ou migraram juntos. Outros poderiam entrar em contato após o processo migratório. De qualquer modo, os indícios apontam que tais vínculos preexistentes à parede colaboraram para a constituição de piquetes. Ainda no dia 30 de abril, por exemplo, oito operários metalúrgicos foram presos, *em um bar*, acusados de empreenderem piquete em um ponto de ônibus nas proximidades. Entre os detidos, cinco eram nascidos na cidade mineira de Cristais e trabalhavam na Ford[117]. Todos os oito detidos, acrescentemos, residiam nas imediações de um mesmo bairro, a Vila Gerty, em São Caetano, o que nos remete a um dos vínculos sociais de mais notável importância na constituição de piquetes: a vizinhança.

---

[116] Mensagem 2384/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2597/80. 30/04/1980. OS – 0099 e BO nº 2597/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0099. Para outro caso, cf. Mensagem 3628/80, Telex da Del. Pol. de Santo André ao Deops de São Paulo. 15/04/1980. OS – 0096. Cf., também, Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008 e Entrevista com Maria da Conceição de Freitas Cunha, concedida ao autor em 21/10/2008.

[117] Mensagem 2004/80, Telex da Del. Pol. de São Caetano do Sul ao Deops de São Paulo. Ref. BO 1721/80. 30/04/1980. OS – 0099 e BO nº 1721/80. Del. Pol. de São Caetano do Sul. 30/04/1980. OS – 0099. Em 7 de maio, outros 4 trabalhadores foram detidos, sendo 3 cearenses. Cf. Auto de prisão em flagrante delito de Francisco H. O., Luiz A., Rommel P. C. e Geraldo M. S. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 07/05/1980. OS – 0099. Outros 4 baianos de Bom Jesus da Lapa foram detidos em um mesmo piquete, cf. Mensagem 2110/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. 16/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22).

Nesse sentido, a documentação policial nos relata um sugestivo episódio, ocorrido em 29 de abril, em um bairro periférico de Santo André[118]. Nessa data, quatro metalúrgicos, *empregados de diferentes fábricas*, foram presos em flagrante delito acusados de praticar crime de "lesão corporal" e de "coação para exercer greve" contra um quinto metalúrgico que se recusara a aderir ao movimento. Notável é observar que todas essas ações se deram nas proximidades da casa da vítima, onde os agressores foram procurá-la, e que todos os envolvidos moravam nas imediações do mesmo bairro. Um dos acusados, apontado como articulador da ação, trabalhava na mesma empresa (*Volkswagen*, em São Bernardo), era conhecido da família e freqüentava os mesmos bares que a vítima. O agredido, inclusive, já havia sido informado por colegas de bar e vizinhos que o articulador da ação havia proferido ameaças contra ele nos bares do bairro. A própria esposa da vítima sabia dessas ameaças. Desse modo, quando os agressores procuraram seu marido em casa e não o encontraram, visto que havia se ausentado para fazer algumas compras no bairro, ela saiu a procurá-lo para avisá-lo do perigo que corria. Todavia, não pôde evitar o conflito. Detalhe significativo é que *os depoentes apontaram que era a adesão da vítima à Greve o que estava em jogo em todas essas ações*, ou seja, nenhum deles tentou explicar as ocorrências em função de rixas pessoais entre os envolvidos. Contudo, não podemos descartar a interferência dos agentes policiais na produção dessa homogeneidade, afinal, procuravam enquadrar os agressores na Lei 4.330/64, que regulava o direito de greve, *e* no Código Penal (lesão corporal). Nesse sentido, os agressores foram nomeados, ao longo do auto de prisão, como "piqueteiros". Igualmente, não podemos desprezar o fato de que a vítima teve quatro depoimentos a seu "favor" (o da mulher, o da filha, o de um vizinho e o seu próprio) e não houve nenhuma menção a desentendimentos pessoais entre os agressores e o agredido. A hipótese de que o conflito girava em torno da adesão ou não da vítima à Greve se mostra mais consistente quando lemos o depoimento de um de seus vizinhos. Este também trabalhava na *Volkswagen*, inclusive no mesmo setor do acusado de articular a ação. Assim como a vítima, não aderira à Greve e, na semana anterior ao episódio, havia sido ameaçado pelo articulador da ação, o qual teria lhe apresentado as seguintes condições: contribuir com alimentos para os companheiros que estavam

[118] "Auto de prisão em flagrante delito contra Ervício F., Clovis V. S., Alfredo J. R. e Sérgio F.". Del. Pol. de Santo André (Polícia Civil de São Paulo)". 29/04/1980. Doc. 104. OS – 0097. Pasta 19.

parados (uma espécie de multa por ter "furado a greve") e parar no dia seguinte. Caso contrário, "entraria no pau".

O evento narrado nos indica como um *denso tecido relacional*, preexistente à Greve, poderia ser mobilizado, politizando espaços e relações cotidianas. Os seis metalúrgicos reconhecidos que participaram do acontecimento em Santo André – um quinto agressor evadiu e não foi delatado pelos companheiros – moravam nas imediações de um mesmo bairro. O grupo de agressores, por sua vez, não trabalhava na mesma empresa, entretanto, possuía laços de vizinhança e "estreita amizade", como explicitaram em seus depoimentos. Portanto, para a constituição do "piquete em porta de casa", os agressores aglutinaram-se por serem metalúrgicos, grevistas, *amigos e vizinhos*.

Considerando as prisões efetuadas pela polícia e comunicadas ao Deops, é notável a recorrência da presença de vizinhos em um mesmo piquete. Muitos são os casos de trabalhadores que moravam na mesma rua ou em ruas adjacentes e que foram presos *juntos*, acusados de empreenderem piquetes. Nesse sentido, a própria documentação policial nos revela como o engajamento em piquetes podia ganhar uma nova consistência ao se assentar sobre tais lealdades preexistentes. Com efeito, deparamo-nos com casos em que, a quilômetros de distância de seus locais de moradia, piqueteiros vizinhos eram presos juntos, sugerindo-nos a força do vínculo entre eles e a lealdade nele presente[119]. Enfim, a relação de vizinhança podia ser convertida numa nova proximidade, entre dois ou mais indivíduos, no interior de um piquete mais amplo que contava com a presença de mais trabalhadores. Assim, fios relacionais, à primeira vista invisíveis, conferiam uma notável coesão, sobretudo em ações de grande risco.

Episódio limite e altamente evocativo de nossas afirmações foi o confronto entre trabalhadores e policiais, nas imediações do SMSBCD, em 18 de abril, ocasião em que o interventor federal, Osvaldo Pereira de Aguiar, tomaria posse no comando do sindicato[120]. Nesse evento, segundo a documentação do Deops, 27 trabalhadores foram

---

[119] Cf. Mensagem 1221/80, Telex da Del. Pol. de Mauá ao Deops de São Paulo. Ref. 06/05/1980. OS – 0099; Mensagem 2497/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2730/80. 06/05/1980. OS – 0096; Mensagem 2223/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2440/80. 22/04/1980. OS – 0096.

[120] Ficha de identificação. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Polícia Civil de São Paulo. 18/04/1980. Prontuário 149.689 (v. 1) e BO nº 2330/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 18/04/1980. OS – 1149. Para outros casos de vizinhos presos juntos, Cf. Auto de prisão em flagrante delito de Rubens C., Xisto M., Newton F. S. e José L. C.. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 08/05/1980. OS – 0096 e BO nº 2333/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 18/04/1980. OS – 1149.

presos, sendo que 85% deles residiam em São Bernardo do Campo e destes aproximadamente 80% moravam em apenas dois macro-bairros do município – *Centro* e *Ferrazópolis* – ambos próximos ao SMSBCD, o que deve ter facilitado rápido acesso dos trabalhadores ao local do confronto. Analisando mais detidamente a grande presença de trabalhadores residentes em São Bernardo, verificamos que oito deles moravam em uma mesma rua a menos de 20 metros uns dos outros, sendo que quatro moravam em uma mesma residência e outros três numa outra. Todos os oito eram, muito provavelmente, pensionistas, havendo entre eles conterrâneos e parentes. Desse modo, vale acrescentar que pensões[121], assim como bares[122], apareceram em outros episódios como *núcleos de preparação de piquetes*, fomentando a vigilância policial sobre tais espaços.

Entre os 27 operários detidos em São Bernardo em 18 de abril, podemos individuar, ainda, mais dois outros evidentes subgrupos, ambos do Ferrazópolis: um de quatro trabalhadores residentes em ruas adjacentes e outro com quatro componentes residentes em uma mesma rua (três deles na mesma casa ou terreno). Os agrupamentos delineados apresentam-nos vigorosos indícios da relevância que determinadas inserções em redes sociais podiam ter para o engajamento em piquetes/confrontos com a polícia. Joaquim A. S., por exemplo, nem mesmo era metalúrgico. O jovem goiano era balconista em uma padaria. Poderíamos julgar sua prisão um simples equívoco. Contudo, quando observamos que, junto com ele, foram detidos outros dois residentes na Rua Marechal Deodoro, 2549, parece-nos provável que acompanhasse Antônio L. O., operário da Brastemp com quem partilhava o local de moradia. Situação similar devia ser experimentada pelos irmãos José Arnaldo e José Nivaldo F. Ambos não eram metalúrgicos, mas funcionários de uma transportadora. Todavia, habitavam a mesma residência – ou terreno – que o operário metalúrgico Jorge C. L., prático de funileiro da Brastemp. Em que pese sua condição, os irmãos F., naturais do município pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe, parecem ter se engajado com grande

---

[121] Entrevista com Raimundo Alexandre Sobrinho, concedida ao autor em 24/08/2009.

[122] Cf. DGABC, 11/04/1980 e 17/04/1980. Cf. BO nº 1.736 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 06/05/1980. OS – 1148. Aesp, setor Deops. Em um dos relatórios dos espiões do Deops, lemos que: "Ao final [da assembléia] Luiz Inácio da Silva (Lula) pediu aos grevistas para cercarem os ônibus que conduzem os trabalhadores para as fábricas e *da formação de piquetes em botequins* e lugares *onde concentram-se os fura-greves* e marcou nova assembléia para 12/04/80 (...)". Cf. Relatório nº 050/80 de Fox 10 para Delegado Titular da Delegacia de Sindicatos e Associações de Classe do Deops. Ref. Assembléia dos Metalúrgicos do ABCD. 10/04/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops. Sobre a vigilância policial, Cf. DGABC, 23/04/1980.

intensidade no confronto com a Polícia Militar. José Arnaldo foi acusado pela polícia de estar "dirigindo caminhão que distribuía pedras para os metalúrgicos jogarem nas viaturas". Na ficha de José Nivaldo, podemos ler: "atirou pedras nos PMs". Auxiliavam, portanto, Jorge C. L. que foi acusado de apedrejar a viatura da Rota. Os irmãos F. e Jorge C. L. comunicaram, muito provavelmente, a ação que empreenderiam, nas imediações do SMSBCD, ao vizinho deles, o ponteador da Volkswagen Roberto P. C., também detido pela polícia.

Aparentemente, vínculos de parentesco, amizade, vizinhança e conterraneidade tiveram presença mais marcante nos piquetes constituídos para atuar "em porta de casa" e "em bairro". Como lembra Gilberto de Souza Cunha, eram "pessoas do dia-a-dia que vinham fazer esses piquetinhos por aí"[123]. Isso não significa, contudo, que tais vínculos estivessem ausentes nos "piquetes em porta de fábrica". Em 30 abril, por exemplo, os irmãos Edvaldo e Antonio F. V., apesar de trabalharem em fábricas diferentes, foram detidos sob acusação de participarem de um mesmo piquete nas imediações da Mercedes Benz[124]. Ainda em 30 de abril, outros dezessete trabalhadores foram presos acusados de empreenderem um piquete nos arredores da Chrysler[125]. Entre os detidos, havia grande diversidade de locais de trabalho e de moradia, o que nos sugere que a articulação entre estes trabalhadores devia ser oriunda de uma orientação comum da Comissão de Salários ou da Diretoria do SMSBCD, responsáveis, talvez, pela deliberação de constituir um piquete nas proximidades da montadora já mencionada. Ainda que tal hipótese se sustente, podemos notar as redes sociais operando, também, na formação deste piquete. Os operários João A. e Renato A. residem na mesma casa ou terreno e trabalham na mesma empresa. João T., Nivaldo e Vitalmiro não estão empregados na mesma empresa, mas partilham uma mesma casa ou terreno. Aparecido C., José S., Joaquim F., Arnaldo B. e Pio F., por sua vez, residem nas mesmas imediações[126].

---

[123] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.

[124] BO nº 2592/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0099 e Termo de declarações de Edvaldo F. V. para Doutor José Arimathéa G. R. de Almeida. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0097.

[125] Mensagem 2383/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2595/80. 30/04/1980. OS – 0099. Para caso similar, Cf. Mensagem 2383/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2596/80. 30/04/1980. OS – 0099 e 0096.

[126] Para outro piquete com características similares, Cf. Mensagem 2224/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2441/80. 22/04/1980. OS – 0096.

Em outros casos, a "proximidade" entre os piqueteiros era oriunda das amizades forjadas no chão de fábrica, as quais podiam ser o vínculo fundamental para que um agrupamento de trabalhadores constituísse um piquete. Em 30 de abril, por exemplo, quatro operários da Ferropeças Villares foram presos. Lourival A. R., um dos detidos declarou que:

> (...) encontrava-se juntamente com mais três *colegas*, todos funcionários da empresa FERROPEÇAS VILLARES, em um ponto determinado da via Anchieta, proximidade daquela empresa, *a fim de impedir que alguns de seus colegas fossem trabalhar*, quando surgiu uma viatura policial e efetuou a detenção do declarante e seus colegas; que, o declarante tem a informar que sua atitude ali era passiva, isto é, não iria haver violência; que, o declarante informa que não vem trabalhando desde a instalação da greve e que tem participado ativamente das assembléias; que, o declarante não vem recebendo ajuda do denominado "fundo de greve", não tendo tão pouco [sic] cooperado com o mesmo; que, *o declarante informa que os demais colegas que estavam com ele na via Anchieta são da Divisão de Controle de Qualidade da Ferropeças Villares* (...).[127]

É claro que muitos trabalhadores, independentemente de vínculos de parentesco, amizade, vizinhança ou conterraneidade com outros piqueteiros, engajaram-se em piquetes, seja por ativismo sindical, pertencimento a organizações partidárias (ou de outro tipo) ou, simplesmente, por entenderem que as reivindicações da Greve eram justas e quererem levá-las adiante. Nesse sentido, a Diretoria do SMBSCD, a Comissão de Salários, as reuniões em igrejas e sociedades amigos de bairros bem como as próprias assembléias públicas[128] foram, sem dúvida, instâncias articuladoras que puseram em contato e coordenaram muitos operários que empreenderam piquetes em suas diversas modalidades. Até mesmo um "piquete em porta de casa" poderia passar pelas mencionadas instâncias. Segundo o operário Odilon Dias de Souza, residente no Jardim Petroni, em São Bernardo do Campo:

> (...) a gente se encontrava na assembléia. A gente participava de todas as assembléias. Eu tenho que montar um piquete, mas é o seguinte: "Pô! Rapaz, lá na rua em que eu moro tem um cara safado, furão de greve". "E daí..." "Mas, eu não posso dar um colão no cara porque o cara é conhecido meu, vai ficar chato". "Ah! Então deixa comigo." Então, você ia para aquele movimento dele, tirava o cara de lá e levava o cara para o outro movimento. Se acontecesse de precisar mesmo dar um colão no cara, o cara estava de bem com o vizinho dele a mesma coisa [*risos*].[129]

---

[127] Termo de declarações de Lourival A. R. para Doutor Edson Pereira Serpa, Del. Pol. de São Bernardo do Campo. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0097. Para relato similar, Cf. Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.

[128] Sobre piquetes constituídos a partir de encontros de operários em assembléias, Cf. Auto de prisão em flagrante delito de João S. L. M. e de Leonardo R. C. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 05/05/1980. OS – 0096.

[129] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

No que tange à constituição de piquetes "em porta de fábrica" ou "em ponto de ônibus"[130], o papel da Diretoria do SMSBCD e da Comissão de Salários foi ainda mais decisivo[131]. Para sermos mais precisos, mesmos os piquetes que se constituíam a partir de vínculos informais preexistentes (parentesco, conterraneidade, vizinhança ou amizade) e das lealdades nestes presentes *interagiam* com demandas/orientações da Diretoria do SMSBCD, da Comissão de Salários e das assembléias gerais públicas. Assim, ainda que possam estar ancoradas em vínculos preexistentes, as ações dos piquetes adquiriam, como discutiremos no Capítulo 2, um sentido contextual baseado em *racionalidade política* e *moralidade*, duplo fundamento decorrente da constituição da Greve de 1980 como, simultaneamente, "comunidade de interesses" e "comunidade de valores".

Conjuntura, redes sociais e mobilização coletiva na Greve de 1980

Os indícios aqui apresentados evidenciaram como as redes sociais dos trabalhadores mostraram-se fundamentais na intensa mobilização coletiva que foi a "Greve dos 41 dias". Na definição de aspectos cruciais do fenômeno, todavia, a conjuntura sociopolítica brasileira mais ampla – geralmente, chamada de Abertura – que ganhava contornos mais nítidos na segunda metade dos anos 1970 foi imprescindível.

A progressiva crise de legitimidade do regime militar[132] muito colaborou para que, no enfrentamento com o governo, os trabalhadores mostrassem disposição em mobilizar suas redes sociais para sustentar o movimento grevista. Especificamente entre os metalúrgicos sambernardenses, diversos episódios delinearam a escalada do antagonismo em relação ao governo federal. Na Campanha de Reposição Salarial de 1977, por exemplo, dirigentes e ativistas sindicais denunciaram a manipulação, pelo Executivo Federal, dos índices inflacionários de 1973-1974, que resultou em sensíveis perdas salariais para os trabalhadores. Em 1978 e, especialmente, em 1979, quando o

---

[130] Na Rua Oratório, bairro Sônia Maria (Santo André), por exemplo, tais piquetes reuniram cem pessoas ou mais. Cf. BO nº 2787/80. DP de Santo André. 05/05/1980. OS – 0097 e Termo de declarações de Luiz C. V. P. para Doutor Irnak Cardoso Malta, Del. Pol. de Santo André. DP de Santo André. 05/05/1980. OS – 0097. Nas mesmas imediações, registrou-se outro piquete de proporções similares. Cf. Assentada de João Roberto Alves para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 16/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2).

[131] Cf. Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.

[132] Como indício, destacamos que, nas eleições de 15 de novembro de 1978 para os legislativos estadual e federal, os arenistas foram, em São Bernardo, derrotados por "larga margem de votos". Cf. A Vanguarda, 25/11/1978.

SMSBCD sofreu intervenção federal e a polícia tomou as ruas de São Bernardo, os operários experimentaram a intensa repressão estatal lançada contra eles. Por isso, passaram crescentemente a perceber o governo federal, em especial, como um "outro" pouco receptivo às suas demandas, quando não abertamente contrário a elas.

Em sentido oposto, o apoio público da Igreja encorajava os trabalhadores sobre a justeza de suas reivindicações. Membros da hierarquia eclesiástica e militantes católicos subiam em palanques e punham sua força simbólica e seus recursos organizacionais a serviço da sustentação da Greve. Numa cidade como São Bernardo, em que 87,52% da população se declarava católica[133], é possível vislumbrarmos o estímulo às convicções e à disposição de movimentar redes sociais entre os trabalhadores quando, por exemplo, na assembléia que decidiu pelo início da Greve, D. Cláudio Hummes, bispo responsável pela região do ABC paulista, declarava que "a decisão de vocês só merece aplausos e deve ser assumida até o fim" e que "da parte da Diocese, estamos a serviço de vocês", colocando-se, em seguida, "à frente de um pai nosso, rezado com muita fé por todos os trabalhadores"[134]. Diante disso, em junho de 1980, um militante católico enfatizava:

> O grande papel da Igreja, juntamente com os trabalhos comunitários, mesmo através de sua cúpula, é ter apoiado o movimento, mesmo sem trabalho de base aqui [em São Bernardo] nas Igrejas, nas comunidades. *O grande papel da Igreja é que ela está do nosso lado, a favor da greve, a favor da luta.*[135]

O SMSBCD, por sua vez, afirmava-se como importante referência para os operários, encontrando seus esforços organizativos, entre os quais a "linguagem de classe fundada em um vocabulário de redes", cada vez mais ressonância entre os trabalhadores. Mesmo para militantes de diversas organizações políticas de esquerda[136] que atuavam, ainda antes da retomada das paredes, clandestinamente nas fábricas, o SMSBCD afigurava-se, em fins dos anos 70, na medida em que abria a possibilidade de confrontar o Estado autoritário, como um centro polarizador. Em maior ou menor confluência com a direção sindical, a conjugação de forças, na Greve de 1980, ficou

---

[133] *Pesquisa Sócio-Econômica*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1979.
[134] A Vanguarda, 05/04/1980.
[135] Entrevista com Isaías, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 30. Lembramos, contudo, que, em março de 1980, duas paróquias, em São Bernardo, já contavam com Comunidades Eclesiais de Base: a de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, de Ferrazópolis, onde atuavam seis grupos; e a de São Geraldo Magela, no Jardim Petroni, com oito grupos. Cf. FSB, 08/03/1980.
[136] MR-8, PCdoB, PCB, Convergência Socialista, MEP, Ala Vermelha entre outras.

evidente: "foi todo mundo pro pau"[137], como sentencia um dos militantes. Participando ativamente da Comissão de Salários[138], eles procuraram continuamente alargar sua influência na configuração da parede[139].

Também em oposição ao regime militar, outros setores da sociedade civil, para além da Igreja, punham-se ao lado dos grevistas. Daí o apoio público do movimento estudantil em reorganização[140], da OAB, da ABI, dos sindicatos etc. Acrescentando os partidos políticos oposicionistas em formação (PMDB, PTB e PT), constituía-se, então, um "olhar público" majoritariamente favorável aos grevistas. Assim, por exemplo, nos primeiros dias da Greve, a Comissão de Salários recomendava à Diretoria do SMSBCD: "solicitar aos Comitês de Solidariedade, parlamentares, entidades sindicais e movimentos democráticos e populares desenvolverem um trabalho forçando a reabertura de negociações e um posicionamento não parcial do Ministro do Trabalho"[141]. Reiterando tal postura, os dirigentes sindicais não vacilavam: "precisamos de todas as entidades que lutam por anistia, liberdade, melhores condições de vida, de trabalho, de ensino etc. *Nossa causa é a mesma*"[142].

Em São Bernardo do Campo, os trabalhadores encontravam, ainda, o arrimo do prefeito Tito Costa. Membro do PMDB, ele mirava, simultaneamente, o enfraquecimento do regime militar e os dividendos eleitorais[143]. Assim, não hesitava em franquear aos grevistas importantes logradouros públicos, como o Estádio de Vila Euclides e o Paço Municipal, para suas reuniões. Atitude diametralmente oposta às adotadas pelos governos federal e estadual – este capitaneado pelo arenista e mantenedor de boas relações com setores da linha-dura Paulo Maluf –, os quais cercearam espaços públicos e reprimiram os trabalhadores e suas organizações. Posturas

---

[137] Entrevista com Enílson Simões de Moura, concedida ao autor em 02/09/2009. Cf., também, Relatório I.P. n. 15/80. Divisão de Ordem Social- DOPS/SP. 29/04/1980. Assinado pelo Delegado de Polícia Titular da DOS-DOPS/SP, Edson Magnotti. Prontuário 149.689 (v. 1). Aesp, setor Deops.

[138] Lembremos que os três escolhidos para discursar, nas assembléias gerais, em nome da Comissão de Salários, eram militantes de organizações políticas de esquerda: Alemão (MR-8), Osmarzinho (Unidade Comunista) e João Batista (PCdoB).

[139] Cf., por exemplo, "Ata de reunião da Comissão de Mobilização". s/data. (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMABC.

[140] Em 1979, foi criada a Comissão Pró-Reconstrução da UNE. Cf. A Vanguarda, 17/03/1979.

[141] "Ata de reunião da Comissão de Mobilização". s/data. (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMABC.

[142] Carta intitulada "Ao povo brasileiro" impressa em papel com o timbre do SMSBCD. s/data. (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMABC.

[143] Acrescentemos que, nas eleições municipais de 1976, dois ex-dirigentes do SMSBCD elegeram-se pelo MDB, Paulo Vidal (vereador) e Mário Ladeia (vice-prefeito). Por isso, *A Vanguarda* referia-se ao SMSBCD como "um dos quartéis da campanha eleitoral do MDB na cidade". Cf. 21/03/1976.

que, paradoxalmente, fomentaram a mobilização coletiva e, em grande medida, foram responsáveis pela *visibilidade* que as redes sociais assumiram como recurso de mobilização na Greve de 1980. Nesse sentido, em depoimento de 1981, o ativista sindical Keiji Kanashiro era categórico:

> *Depois que houve a intervenção no Sindicato* [18/04] *e depois que o Lula e os companheiros da Diretoria foram presos* [19/04], *realmente a Greve cresceu*. E dá pra explicar por que. Primeiro, porque o campo da Vila Euclides estava tomado pela polícia e lá que a gente concentrava as grandes assembléias. Segundo, porque o Paço Municipal, que seria a segunda alternativa, também estava tomado pela polícia. E, na Igreja Matriz, a gente só conseguia reunir 4 ou 5 mil trabalhadores em assembléia. *Por isso, todo o trabalho foi dado, realmente, pros bairros.* Naquela ocasião, já haviam sido criados os postos de distribuição, do Fundo de Greve, de arrecadação e distribuição de alimentos pros bairros. Então, em cima desses postos, foram organizados os trabalhadores pra poder manter a luta. Por exemplo, a gente conseguia distribuir 100, 120 mil boletins no espaço de 3 horas, com a organização que tinha. *E, naquela ocasião, a gente chegou a contar até um dia em que havia, pelo menos, 8 mil pessoas, trabalhadores, empenhados nesse trabalho. E, seguramente, foi esse trabalho nos bairros que conseguiu levar e segurar a Greve até onde ela foi*.[144]

Refluindo crescentemente para os bairros, a Greve apoiava-se no empenho dos ativistas sindicais[145] e na ampliação do tensionamento das redes sociais dos trabalhadores. Com isso, revitalizava-se, aprofundando a polarização em relação aos patrões e, sobretudo, ao governo. Desse modo, em 21 de abril de 1980, avaliando a conjuntura, afirmava um operário da Volkswagen:

> (...) *está o presidente contra nós, o ministro contra nós, a polícia contra nós* e nossa única arma é não voltar para o trabalho. Nós não queremos briga com ninguém. Cada vez o pessoal está mais unido e *até quem estava furando a greve agora parou*. *Um vizinho meu, fura-greve, só parou por causa da prisão do Lula. Ele me falou: "isso não pode acontecer. Até meu sogro e minha sogra que eram a favor do governo, agora viraram contra,* descobriram que o Murilo Macedo [Ministro do Trabalho] só quer judiar dos pobres".[146]

Cadinhos da enorme multiplicidade de experiências operárias, os bairros – isto é, o denso tecido relacional neles existente – mostraram-se, portanto, fundamentais na Greve de 1980. Entretanto, imediatamente após o término da parede, o que muitos ativistas sindicais concluíram foi que se a organização nos bairros e as redes sociais aí tecidas pelos trabalhadores foram, em boa medida, o sustentáculo, em especial após a intervenção federal no SMSBCD, do "esforço de greve", ambas não poderiam, por si, levar a parede adiante por muito tempo. As assembléias públicas gerais, em Vila

---

[144] Cf. LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos).

[145] "Nós fomos para os bairros porque o Sindicato está ligado com a fábrica, essa fábrica está ligada com a comissão de salários, que mais ou menos está ligada aos bairros, porque esses trabalhadores moram em determinados bairros. Então, esse trabalho já se faz mais ou menos ligado." Cf. *41 Dias de Resistência e Luta*..., p. 28.

[146] FSP, 22/04/1980.

Euclides, e os recursos institucionais e humanos do SMSBCD eram indispensáveis para uma maior capacidade de resistência. Era da *interação* de todos esses componentes que a mobilização coletiva extraía sua força máxima. Nesse sentido, após uma série de debates, em julho de 1980, com cinqüenta ativistas "que tiveram atuação destacada durante a greve", publicou-se um pequeno livro que tentava sintetizar avaliações sobre a mobilização coletiva findada em 11 de maio de 1980 no qual se afirma que:

> *Se não tivéssemos uma ação nos bairros, olha, a vaca tinha ido pro brejo há muito mais tempo*. Mas, por outro lado, *a direção do movimento não soube realmente como centralizar esse trabalho em todos os bairros* e dar uma direção só, uma palavra de ordem só para os bairros. E controlar a volta ao trabalho. (...) *A ação nos bairros, aliada à impossibilidade de reuniões centralizadoras, criou, no entanto, um fator negativo* (...).[147]

Evidentemente, o esgotamento dos recursos econômicos dos operários e elementos da conjuntura sociopolítica mais ampla minavam, igualmente, o "esforço de greve" dos trabalhadores. A intransigência patronal em reabrir as negociações, atitude apoiada e estimulada pelos militares em Brasília, tornava o atendimento das reivindicações operárias cada vez mais distante e complicado. No pequeno livro anteriormente citado, os ativistas sindicais destacavam que:

> Não se pode colocar que a extensão da greve depende só da organização do movimento. Você pode ter uma organização muito boa, mas se você não tem uma resposta pro teu movimento, o movimento vai pro brejo. Você pode estar muito bem organizado, mas você não sustenta uma greve indeterminadamente. Por isso é que *no bairro se vê aquela inversão: um cara que era piqueteiro até o 28º dia, no dia seguinte passa a furar a greve*. *A gente tem que ver que a falta de perspectiva de solução para a coisa e a situação econômica do pessoal é que vão determinar quanto dura a greve*.[148]

Na medida em que os operários mobilizavam suas redes sociais para sustentar a Greve e as demandas desta pareciam quase inalcançáveis, o "esforço de greve" ia perdendo seu próprio sentido. Daí o declínio da adesão ao movimento e a volta ao trabalho por parte de muitos que o haviam apoiado. Grevistas vacilantes, que, muitas vezes, aderiram pressionados pelos piquetes e por suas relações com outros operários, retornavam, muito provavelmente, em um ritmo ainda mais acelerado.

Após 41 dias de paralisação do trabalho, os prejuízos das empresas eram colossais. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a indústria automobilística havia deixado de produzir, no período, 75 mil veículos. Os patrões receberam aportes financeiros do governo federal. A precária situação

---

[147] *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 29-30.
[148] *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 30.

econômica dos grevistas, contudo, não recebeu a mesma atenção. Pelo contrário, para muitos deles, a penúria se intensificou com o início das demissões após o retorno ao trabalho. No primeiro dia depois da assembléia que pôs fim à Greve de 1980, principiaram as dispensas por justa causa[149]. Trinta dias depois, os demitidos totalizavam 5 mil operários metalúrgicos[150], segundo diretores cassados do SMSBCD, entre os quais alguns perderam, também, seus empregos. Nessa "caça às bruxas", estreitas relações entre empresariado e polícia mais uma vez se evidenciaram. Aquele encaminhou a esta, durante a parede, listas com nomes de supostos piqueteiros[151]. Findada a Greve, os policiais retribuíam, gentilmente, fornecendo a relação dos presos envolvidos com a mobilização coletiva[152].

Em que pese o não atendimento das demandas colocadas pela Greve, dirigentes do SMSBCD procuravam, logo após o fim da parede, salientar o que julgavam serem vitórias e aprendizados propiciados pelo movimento:

> Outro ponto interessante, tirado das experiências dessa greve, diz Mané [Manoel Anísio, diretor cassado do SMSBCD], é a *organização por bairros, que alcançou nesta greve um nível muito elevado*. "Foi uma experiência muito válida, tendo em vista as dificuldades e perseguições que os metalúrgicos sofreram. *A organização por bairros possibilitou o entrosamento de companheiros de várias fábricas* e ali foram discutidas formas práticas de organização e traçadas diretrizes para serem levadas dentro das fábricas. Com isso, *evitamos a ação dos dedos-duros e pudemos desenvolver principalmente o trabalho de pé de ouvido. Esse trabalho deve continuar porque foi muito producente*".[153]

Em outro jornal que passou a ser utilizado pela diretoria cassada do SMSBCD, podemos ler:

> *Nesse tempo fora da fábrica, descobrimos novas formas de organização, reforçamos nossa união e pudemos sentir que nenhum trabalhador está sozinho*. Já sabemos que *dispomos de meios pra fazer prevalecer nosso movimento*, que, antes de mais nada, é justo. *Desde o trabalho de formiguinha, nos bairros, até as assembléia e passeatas*, nossas demonstrações foram sempre de quem sabe o que quer e está no caminho certo para conquistar a vitória.[154]

De fato, como em 1979, os dirigentes do SMSBCD constataram, em 1980, que "nenhum trabalhador está sozinho", mas sim "enredado". Assim, reconhecendo

---

[149] FSP, 13/05/1980.
[150] ABCD Jornal, 17/06/1980.
[151] A Chefia de Segurança Industrial Volkswagen, por exemplo, encaminhou todos os "BOs" que lavrou ao Deops. Cf. OS – 1148. Aesp, setor Deops. Cf., também, Carta da empresa Borg & Beck ao Exmº. Dr. Delegado Titular da Delegacia de Polícia de São Bernardo. 23/04/1980. Prontuário 149.689 (v. 1). Aesp, setor Deops.
[152] Relatório sobre reunião ocorrida na sede do SMSBCD. Setor de Análise, Operações e Informações. 12/06/1980. OS – 0099. Aesp, setor Deops.
[153] FSB, 17/05/1980.
[154] ABCD Jornal, 17/08/1980.

potencialidades mobilizadoras em vínculos constitutivos das redes sociais desses operários, as lideranças sindicais iniciaram a preparação da Campanha Salarial de 1981 com reuniões em bairros operários da periferia de Diadema e de São Bernardo nas quais havia "a participação de todos, da mulher, dos filhos, dos amigos". Além disso, afirmava-se: "os moradores dos bairros estão ajudando a levar adiante nossa campanha salarial"[155]. Nesse processo, as lideranças sindicais procuravam manter ou encetar interações com diversas modalidades organizativas – também articuladoras de redes sociais – que atuavam ao nível dos bairros e se mostraram relevantes durante a mobilização coletiva: de comunidades eclesiais de base[156] a associações de amigos de bairros[157], passando por clubes de futebol. Em 22 de novembro de 1980, por exemplo, Lula discursava, em debate na sede do Olaria Futebol Clube, em São Bernardo, sobre a "intervenção do Sindicato, ocorrida no primeiro semestre deste ano, a organização política dos trabalhadores, incentivada pelos atos da repressão e sobre a campanha salarial de 1981"[158]. Por sua vez, José Ferreira de Souza, diretor do SMSBCD a partir de 1981, residindo em São Bernardo, na Favela do Jardim do Lago, onde "já tinha [antes da Greve de 1980] uma participação ativa no movimento popular para organização de luz e água", não hesita em afirmar: "isso me trouxe, inclusive, para a diretoria do Sindicato. A minha tarefa foi fazer a campanha salarial nos bairros"[159].

Tais práticas nos sugerem, portanto, que o processo de formação de classe passava pela articulação de múltiplas experiências e espaços sociais. Se vivências nos locais de trabalho e a percepção da exploração fabril fomentavam as principais demandas dos trabalhadores, estimulando-os às greves, vínculos tecidos nos locais de moradia e em outros espaços de sociabilidade ofereceram evidente substrato para o empreendimento das mobilizações coletivas de 1979 e 1980. Notável articulador de redes sociais dos trabalhadores, o SMSBCD reconheceu o mesmo papel em outras organizações atuantes nos bairros em que residiam os operários e com elas buscou interagir.

---

[155] TM, 12/1980.
[156] Entrevista com o Diácono Franco Chippari, concedida ao autor em 03/07/2009.
[157] "Pelo menos quanto a São Bernardo, [afirma Mário Alonso, presidente da Federação das SABs de São Bernardo] o apoio foi quase total. *Além da arrecadação para o fundo de greve, que as próprias SABs organizaram e cederam suas sedes, muitos diretores, que inclusive são metalúrgicos, participaram ativamente dando apoio à greve*." Cf. FSB, 17/05/1980.
[158] FSB, 22/11/1980.
[159] Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009. Acrescentemos que, assim como na capital paulista, as SABs de São Bernardo, ampliavam, na segunda metade dos anos 1970, seu espaço de atuação e sua visibilidade pública. A fundação da União de Sociedades Amigos de Bairro de São Bernardo do Campo, em 1976, é um importante indício desse processo. Cf. A Vanguarda, 08/08/1976.

Se, na Greve de 1980, as redes sociais dos operários sambernardenses mostraram-se imprescindíveis para a constituição da “comunidade operária”, esta se apoiou, também, no uso de diversas modalidades de violência por parte de trabalhadores – em especial, aqueles atuando em piquetes. Tal tema é o eixo central do próximo capítulo.

Capítulo 2

Piquetes e mobilização coletiva:
padrões de ação, usos da violência, interpretações divergentes e historiografia

A gente tinha essa preocupação de estar orientando: “Gente, greve é uma coisa séria! Greve é um estado de guerra. Quando você está de greve, você tem que estar mais consciente do que nunca. Quando você não tem que passar a noite inteira na luta, tenta dormir, tenta descansar, e se alimentar, porque você está numa guerra, você não pode estar fraco, senão o cara te quebra mesmo”. (...) você tem que ter uma consciência que você está como se fosse um cara que está com uma “metranca” na mão pra meter fogo a qualquer hora. Qual a sua arma? Você não tem nenhuma faca, nenhuma arma explosiva. É seu braço, sua força, sua cabeça, o convencimento. Tinha que usar desses artifícios.

Adão, piqueteiro, metalúrgico e participante da Greve de 1980.

A Greve de 1980: "festa" e "guerra"[1]

Durante a "Greve dos 41 dias", a imagem da "festa" emergiu em diversas ocasiões, para denotar a "comunidade operária" que se constituíra em torno do movimento paredista. Ainda nos primeiros dias de paralisação, discursando aos 60 mil presentes no Estádio de Vila Euclides, Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do SMSBCD, explicava: "estamos *em festa* porque estamos convictos do que estamos fazendo"[2]. Pouco antes do término da parede metalúrgica, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que observara *in loco* a mobilização operária desde seu princípio, acrescentava:

> Essa dimensão de festa esteve presente o tempo todo, quando não há o medo da reação, da repressão, vem a festa. Isso tem a ver com esse sentimento de uma fraternidade que, inclusive, quase misticamente dissolve as hierarquias. O bispo está ali, está o deputado, está o jornalista, está o líder operário, *desfeitos naquela comunhão*.[3]

Tais aspectos festivos, presentes em várias assembléias grevistas, eram reforçados pelos operários quando, por exemplo, dirigiam-se, "acompanhados de suas famílias", ao Estádio de Vila Euclides com "suas roupas domingueiras"[4]. Ponto culminante desse comportamento deu-se em São Bernardo do Campo, nas comemorações do 1º de Maio. Ocasião em que, segundo o operário metalúrgico José Euzébio, mesmo tendo a polícia "atrapalhado a *festa*" com bombas de gás lacrimogêneo, "*nós nos reunimos* do mesmo jeito. Nós saímos da igreja, esperamos as coisas acalmarem e *a assembléia continuou do mesmo jeito*"[5].

O depoimento de José Euzébio e as observações de Fernando Henrique remetem-nos ao clássico estudo de Michelle Perrot sobre as greves francesas do último quartel do século XIX onde a autora salienta que:

> As reuniões e as manifestações, que formam a trama da vida coletiva dos grevistas, não têm somente uma função utilitária de comunicação e de decisão. Elas realizam a união dos fragmentos. A organização industrial, pela divisão do trabalho, esse drama do progresso técnico, isola o operário preso à sua tarefa parcelizada (...). A greve, para além dos níveis de qualificação, das hierarquias de salário, sublinha o denominador comum: a situação de assalariado, de explorado; ela dissolve as diferenças na igualdade da recusa. *O espetáculo*

---

[1] A citação que epigrafa este capítulo foi extraída de Guilherme Gibran Pogibin. *Memórias de metalúrgicos grevistas do ABC paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IP-USP, 2009, p. 54.
[2] Discurso de Luiz Inácio da Silva "Lula" proferido em São Bernardo do Campo, no dia 10 de abril de 1980 às 10,00 hs. Divisão de Informações do Deops. OS – 1147. Aesp, setor Deops.
[3] FSP, 11/05/1980.
[4] FSP, 07/04/1980.
[5] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.

> *das salas lotadas, das manifestações populosas, cimenta a união, sugere a constatação reconfortante: "nós somos a maioria". A greve é festa porque reúne e, por aí, comunhão.*[6]

Na preparação da Greve de 1980, dirigentes do SMSBCD já anunciavam a parede operária como ruptura das rotinas, momento de inversão de práticas cotidianas no qual se substituiria, por exemplo, o trabalho pelo lazer. Nesse sentido, em 25 de março, discursando nos portões da Mercedes Benz, Rubens Teodoro de Arruda, vice-presidente do SMSBCD, assegurava que "na 3ª feira [1º de abril], se realmente as empresas não chegarem a nada, os empregados metalúrgicos *irão fazer lazer todos os dias úteis e não só no domingo*"[7]. No oitavo dia de paralisação do trabalho, tal instauração do lazer foi explicitamente evocada quando Lula recomendou aos 50 mil presentes em Vila Euclides que aproveitassem o dia seguinte para "tomar um mézinho e pescar tilápias na beira da represa [Billings]"[8]. Recomendação prazerosamente cumprida por muitos trabalhadores. Como lembra Odilon Dias de Souza, naquela *quarta-feira*, em pleno dia "útil", "você não achava lugar onde encostar pra jogar sua varinha, todo mundo foi pescar!"[9]. Como vemos, décadas depois, o evento ainda é rememorado por nossos entrevistados. Não é para menos: demonstrando a elevada coesão da mobilização operária, os grevistas haviam decretado "feriado" em São Bernardo do Campo.

Se "festa" e "lazer" foram imagens correntes na apreensão da Greve de 1980, não há duvida de que esta foi onipresente e fundamentalmente evocada como "guerra". De fato, a intensa repressão sofrida, em 1979, pelos trabalhadores, nas fábricas, nas ruas e em sua própria entidade representativa, muito colaborou para que a "Greve dos 41 dias" fosse, desde sua preparação, permeada por um tom belicoso. Intransigência patronal e repressão policial, intensificadas ao longo da parede metalúrgica, fomentaram e cristalizaram a imagem da "guerra". Nos primeiros dias de paralisação, Lula já observava: "estamos reivindicando um pouco mais de salário e estabilidade no emprego e os patrões estão declarando uma *guerra*"[10]. Dias depois, com a decretação da

---

[6] Michelle Perrot. *Les ouvriers em grève*: France, 1871-1890. v. 2. Paris: Mouton, 1974, p. 551-552. (Ver especialmente o Cap. VII). Para importante pesquisa brasileira que enfocou a greve como festa, cf. Leila Maria da Silva Blass. *Estamos em greve!*: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Hucitec, 1992.

[7] Transcrição do discurso de Rubens Teodoro de Arruda em comício da diretoria do sindicato na porta da Mercedes Benz do Brasil no dia 25/03/1980 às 07:15 hs. OS – 0099. Aesp, setor Deops.

[8] FSP, 09/04/1980 e Relatório nº 049/80 de Fox 10 para Delegado Titular da Delegacia de Sindicatos e Associações de Classe do Deops. Ref. Assembléia dos Metalúrgicos do ABCD. 08/04/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops.

[9] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008. Cf., também, Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009.

[10] A Vanguarda, 12/04/1980.

ilegalidade da greve pelo TRT e o aumento da presença policial em São Bernardo, o presidente do SMSBCD, admitindo a escalada do conflito, arrematava: "*Guerra é guerra*"[11]. Na assembléia que encerrou a parede metalúrgica, o boletim distribuído – assinado por "Diretoria/Comissão de Salários" – reiterava a imagem predominante na Greve de 1980 e assegurava: "A *Guerra* continua..."[12].

Como outras "guerras", a Greve de 1980 envolveu a utilização, pelos beligerantes, de diversas modalidades de violência. Esta, da parte dos trabalhadores, teve como seus principais executores os piquetes, cuja ação se mostrou decisiva na constituição da "comunidade operária", o que nos impele a, neste capítulo, explorá-los mais detidamente. Para isso, nos valeremos, principalmente, da documentação policial reunida pelo Deops na qual são arrolados 290 detidos ao longo dos 41 dias de greve que estariam envolvidos na mobilização coletiva[13]. Aproximadamente 70% desses detidos eram acusados, grosso modo, de empreenderem piquetes, isto é, de tentar impedir, dos mais variados modos, que operários metalúrgicos que buscavam se dirigir aos seus locais de trabalho e exercer normalmente suas funções pudessem fazê-los. Quanto aos demais detidos, eram quase todos acusados de entrar em confronto com a Polícia Militar, geralmente lançando pedras e outros objetos contra viaturas e policiais[14].

Possuindo idade média de 28 anos[15], *todos* os detidos pela polícia eram – com casados e solteiros praticamente se equivalendo[16] – homens. Tais números ecoam o

---

[11] FSP, 16/04/1980.

[12] *Boletim intitulado "A Guerra continua..." assinado por "Diretoria/Comissão de Salários"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado no dia 11/05/1980. Pront. 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

[13] Aparentemente, havia uma determinação para que todas as delegacias de polícia da Grande São Paulo comunicassem, imediatamente, ao Deops a detenção de qualquer pessoa suspeita de envolvimento com a Greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Entre os mais diversos documentos enviados ao Deops, temos: autos de prisão em flagrante delito, mensagens telegráficas, assentadas, notas de culpa, termos de declarações, boletins de ocorrência etc. **Toda a documentação policial utilizada neste capítulo encontra-se no Setor Deops do Arquivo do Estado de São Paulo. Por isso, nas referências seguintes indicaremos somente as caixas, prontuários e dossiês.**

[14] É certo que o número de detidos pela polícia durante a Greve de 1980 foi superior a 290. Segundo nossos entrevistados, policiais poderiam prender trabalhadores e, após algum tempo, soltá-los, sem nem mesmo levá-los aos distritos policiais. Além disso, é possível que nem todas as delegacias tenham comunicado as detenções por elas efetuadas ao Deops.

[15] Obtivemos a idade de 229 dos detidos, sendo que 70% possuíam entre 17 e 30 anos. Apenas algo em torno de 8% tinham 40 anos ou mais. Nesse sentido, é possível sugerirmos que os piquetes foram empreendidos, fundamentalmente, por adultos jovens.

[16] Os casados respondiam por 52,63% dos 209 detidos de que pudemos identificar o estado civil. Em estudo realizado, em 1984, por Leôncio Martins Rodrigues (Cf. "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical". In: *Partidos e Sindicatos*: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990, p. 110), na fábrica da Ford em São Bernardo, sua amostra indicou que 79% dos "trabalhadores horistas" da empresa eram "casados" ou "viviam maritalmente". A partir dessa referência, parece provável uma super-representação dos solteiros entre os detidos pelas autoridades

esmagador predomínio masculino no setor metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema. Entretanto, cabe aqui menção a uma possível seletividade da polícia no momento da detenção. Com efeito, muitos policiais podem simplesmente não ter prendido mulheres presentes em agrupamentos de piqueteiros por julgarem que elas não "deveriam" estar ali e, "portanto", nada tinham a ver com a ação do piquete. Acrescentemos ainda a possibilidade de que policiais evitassem a prisão de mulheres por entenderem que isso fomentaria uma indignação ainda maior por parte dos grevistas em relação à repressão policial. De qualquer modo, importa salientar que, mesmo encontrando ocasionalmente resistências masculinas, mulheres engajaram-se em piquetes[17]. Inclusive, estes foram, após catorze anos de regime militar, reintroduzidos, nas mobilizações operárias de São Bernardo do Campo e Diadema, pelas trabalhadoras da indústria Resil[18].

Finalmente, vale acrescentar que a documentação do Deops nos permite reiterar que São Bernardo foi o palco principal de atuação da repressão policial, visto que 83,45% do total de prisões arroladas por aquela instituição ocorreram na cidade do ABC paulista. É muito provável que São Bernardo tenha sido, também, o cenário principal da mobilização operária ou o *locus* em que esta atingiu suas formas mais intensas. Com efeito, considerando que as assembléias públicas gerais e "piquetes em porta de fábrica" – e muitos outros em vias públicas – eram realizados em São Bernardo, parece-nos ser razoável admitir que, no espaço urbano sambernardense, tenha se desenrolado amplo volume de ações que sustentaram a Greve de 1980. Tal quadro deve ter contribuído para que os trabalhadores residentes em São Bernardo totalizassem 57,14% dos 259 detidos de que pudemos identificar os locais de moradia, o que nos sugere sua super-representação entre os piqueteiros e reforçam nossas considerações sobre a importância das redes sociais densas na intensa mobilização coletiva da Greve de 1980. Nesta, as ações dos piquetes mostraram-se fundamentadas, basicamente, em duas orientações, como abaixo discutiremos.

---

policiais durante a Greve de 1980. Talvez, desincumbidos de certos compromissos familiares e com maior facilidade de obter empregos por serem, de modo geral, mais jovens que os casados, o solteiros tenham se arriscado com maior freqüência ao participar de perigosas ações como piquetes e confrontos com a polícia. Para mais uma evidência nesse sentido, cf. Assentada de João Sanches Rios para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 15/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2).

[17] Cf. Entrevista com Maria da Conceição de Freitas Cunha, concedida ao autor em 21/10/2008; Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008; Entrevista com Maria de Fátima Araújo Ramos, concedida ao autor em 03/07/2009 e FSB, 17/03/1979.

[18] Antonio Luigi Negro. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 310.

Racionalidade política e moralidade na ação dos piquetes

Admitindo que, ao longo da "Greve dos 41 dias", os períodos de maior incidência de prisões correspondam àqueles de aumento da ação dos piquetes/confrontos com policiais[19], verificamos que esta se efetivava a partir de notável *racionalidade política*, configurando-se como forma decisiva de intervenção nos dois principais antagonismos que estruturavam a Greve de 1980: *operários x patrões* e *operários x Estado*. Isso fica evidente por meio de um simples cruzamento das cronologias de ação dos piquetes/confrontos com a polícia e de eventos da conjuntura política.

Até 15 de abril, apenas 5 operários haviam, segundo os registros do Deops, sido detidos pela polícia. Isso se devia tanto a uma menor atuação dos piquetes quanto a uma menor repressão policial. Com efeito, foi apenas na noite do dia 14 de abril que o TRT declarou a ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC paulista, o que deu aos patrões e ao Estado base legal para ampliarem suas pressões e ameaças sobre os operários em greve. No jogo de forças, a balança penderia, nos dias seguintes, para o lado dos patrões e do Estado, levando muitos trabalhadores a considerarem a volta ao trabalho. Nesse contexto, os piqueteiros engajaram-se com mais intensidade. Assim, nos dias 15 e 16 de abril, a polícia efetuou um total de 42 prisões.

Em 18 de abril, o interventor federal assumia o SMSBCD. Diante disso, para os operários em greve confirmava-se que, no antagonismo *operários x patrões*, o Estado postava-se ao lado dos últimos[20]. Nesse quadro, podemos entender o confronto, nas imediações do SMSBCD, entre operários e policiais em que os primeiros ritualizaram o antagonismo apedrejando as viaturas dos "agentes da segurança pública". Saldo do dia 18 de abril: 48 detenções.

No dia 19 de abril, as principais lideranças da parede metalúrgica foram presas pelo Deops. Logo em seguida, iniciaram-se as ameaças patronais de demissão por justa causa dos grevistas, sob a alegação de que se estes continuassem em greve

[19] A ponderação é necessária, visto que mais prisões poderiam derivar simplesmente da intensificação da repressão policial. Todavia, no caso da Greve de 1980, se consideramos os discursos das lideranças da parede conclamando a atuação dos piquetes, podemos admitir que tal forma de engajamento na mobilização coletiva intensificou-se *pari passu* com a repressão policial.

[20] A intensa repressão policial sofrida, durante a Greve de 1979, pelos trabalhadores deixara um solo propício para a escalada dos confrontos com as forças de segurança do Estado ao longo da Greve de 1980. Nos primeiros dias desta, por exemplo, relatório do Deops sobre assembléia dos metalúrgicos já registrava: "Um representante dos metalúrgicos de Santos [Arnaldo Gonçalves], insuflando a multidão, disse que *a polícia é sem-vergonha, que a polícia não presta, sendo muito aplaudido*". Cf. Telex do Deops (SP) ao SNI, DRT, CIOP, IV Comar, II Exército e Comissão Naval sobre o "Ato público realizado pelos metalúrgicos grevistas no Estádio de Vila Euclides, em S. Bernardo." 03/04/1980. OS – 0099.

completariam trinta dias contínuos de ausência ao trabalho, o que configuraria "abandono de emprego". Ameaçados, muitos operários começam a retornar às fábricas ou a considerar o retorno. A balança pendia mais um pouco a favor do Estado e dos patrões. Os piquetes põem-se em movimento na tentativa de contrabalançar as pressões e ameaças estatais e patronais. Entre 22 e 29 de abril, 38 trabalhadores foram detidos. Contudo, foi no dia 30 abril, verdadeiro dia "D", que os piqueteiros empreenderam seu esforço mais intenso. Até as ações nas portas de fábrica – massivamente vigiadas pelas forças de segurança do Estado – foram ampliadas por eles. Como resultado, as baixas do dia entre os trabalhadores totalizaram 106. Esse vigoroso engajamento, buscando reequilibrar o jogo de forças, muito contribuiu para viabilizar a comemoração do 1º Maio, no Estádio de Vila Euclides, com a retomada do local por dezenas de milhares de trabalhadores num notável ato público, o "maior até então desde a implantação do regime militar"[21].

Entretanto, a continuidade das ameaças patronais de demissão por justa causa e da intensa repressão policial em São Bernardo, bem como a falta de perspectivas políticas para o movimento e as inúmeras dificuldades econômicas experimentadas pelos grevistas devido ao longo período de paralisação, reintroduziram, nos dias subseqüentes ao 1º Maio, a vantagem aos patrões e ao Estado, fomentando o retorno crescente dos operários ao trabalho[22]. Quando, em 5 de maio, os metalúrgicos de Santo André decidiram pelo fim da parede, os de São Bernardo do Campo e Diadema que permaneciam em greve vislumbraram o fim de seu próprio movimento. Ainda que a Greve de 1980 estivesse praticamente selada como evento político, piqueteiros continuaram agindo – sendo registradas, entre 5 e 8 de maio, 46 detenções –, empreendendo, fundamentalmente, ações punitivas em relação aos fura-greves, como espancamentos e apedrejamentos sumários de ônibus que os conduziam aos locais de trabalho. Se, no que tange à racionalidade política, os piquetes mostravam-se cada vez mais desprovidos de sentido, do ponto de vista da moralidade, os fura-greves – inúmeras vezes, como vimos, chamados de "cachorros", "sem-vergonhas" e "traidores" – mereciam, para muitos piqueteiros e operários engajados na parede, ser punidos, o que

[21] Eder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 28.

[22] Ainda que os números apresentados sejam bastante divergentes, até mesmo as lideranças da parede admitiam que, a partir 5 de maio, aumentou o retorno ao trabalho. Cf. FSP, 06 e 07/05/1980.

fundamentava a ação dos piquetes[23], expressando assim, mais uma vez, a própria configuração da Greve de 1980 como, simultaneamente, "comunidade de interesses" e "comunidade de valores". Uma vez que a comunidade, no primeiro sentido, vislumbrava sua impossibilidade de realização, aquela, no segundo entendimento, afirmava-se na ação punitiva de piqueteiros contra fura-greves. Na última semana da Greve de 1980, portanto, os piquetes evidenciaram que, se eram pautados por *racionalidade política*, nem por isso deixavam de ser orientados por uma certa *moralidade*. Ambas as orientações estiveram – em geral, *simultaneamente* – presentes na atuação dos piquetes ao longo de *toda* a parede metalúrgica. Desse modo, o que buscamos delinear foram dois momentos, sendo que, no primeiro, *preponderou* a racionalidade política e, no seguinte, a moralidade.

Diante do exposto, entendemos que os piquetes eram configurações sociais complexas pautadas simultaneamente por interesses e valores, racionalidade política e moralidade, indicando-nos a combinação de aspectos socioeconômicos e culturais no processo de formação de classe. Tal compreensão permite-nos, ainda, sugerir uma abordagem ao emprego de violência por parte dos piquetes. Para isso, além dos documentos utilizados até aqui, vamos nos valer dos aproximadamente 150 boletins de ocorrência emitidos pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen referentes a eventos relacionados à Greve de 1980[24]. Essa documentação encontra-se, também, no Acervo Deops e, grosso modo, trata de ocorrências em que trabalhadores ligados à Volkswagen foram vítimas da ação dos piquetes. No conjunto, a análise das fontes aponta-nos, como veremos, que o duplo fundamento orientador da ação dos piquetes embasava o uso, em dois sentidos opostos, de diversas modalidades de violência.

Agregar e excluir: sentidos da violência na constituição da "comunidade operária"

Entre 1 e 30 de abril, quando a ação dos piquetes foi *preponderantemente* orientada por racionalidade política, eles fizeram, de modo geral, *uso moderado de violência* com o objetivo fundamental de *agregar* os operários – obtendo adesão ou

[23] Isso não exclui o fato de que piqueteiros pudessem *continuar* legitimando suas ações nas decisões *políticas* das assembléias públicas gerais. Nesse sentido, em 14 de maio, por exemplo, um operário, vítima de piquetes, depunha, no Deops, e relatava que: "muitos dos piqueteiros entravam no ônibus com truculência, dizendo 'como é, quer descer ou quer apanhar', *dizendo ainda não poderiam trabalhar antes da decisão final*". Cf. Assentada de José Antonio da Silva e Euclides Rigoto para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 14/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2).

[24] Cf. BOs emitidos pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. OS – 1148.

permanência em greve – em torno do movimento paredista. Pautados por um sentido de intervenção política em momentos críticos do confronto com patrões e Estado, os piquetes almejavam, basicamente, contrabalançar os constrangimentos impostos por ambos os antagonistas, buscando estabelecer um equilíbrio das pressões que atuavam sobre os operários metalúrgicos em sua tomada de decisões sobre a parede[25]. Dessa forma, como a Greve de 1980 ainda era um evento "em aberto" e fura-greves poderiam converter-se em grevistas (e vice-versa), raramente piqueteiros fizeram, nos primeiros 30 dias da parede, uso desmedido de violência. Nesse período, convencimento argumentativo e coação moral tinham amplo espaço na ação dos piquetes, os quais, buscando, fundamentalmente, *intimidar* fura-greves e grevistas vacilantes recorriam, também em larga escala, a ameaças verbais e múltiplas formas de violência simbólica/física.

Contudo, após 30 de abril e, em especial, entre 4 e 10 de maio, última semana da Greve de 1980, quando a moralidade *predominou* na orientação dos piquetes, as *conotações punitivas* vão se sobressair na ação dos mesmos, sendo mais freqüente o *uso imoderado de violência* – física, em especial. As múltiplas modalidades de violência, que haviam sido prioritariamente empregadas com um sentido *agregador*, passaram, então, a servir, predominantemente, como práticas confirmadoras da *exclusão* dos fura-greves da "comunidade moral" dos grevistas. Esta, na medida em que a "Greve dos 41 dias" perdia seu caráter de evento "em aberto", "fechava-se", uma vez que virtualmente, a parede metalúrgica já não mais existia como evento para que dele se participasse.

Vejamos mais de perto os modos de atuação dos piquetes, destacando as mutações nos "sentidos da violência"[26] por eles empregada, ao longo da Greve de 1980, visto que, no Capítulo 1, já enfocamos variadas relações que foram mobilizadas na formação dos piquetes, bem como os múltiplos espaços em que eles agiram.

---

[25] Em 3 de abril, discursando em assembléia pública no Estádio de Vila Euclides, Lula sugeriu esse aspecto da ação dos piquetes. Segundo a *Folha de São Paulo*: "Lula lembrou as afirmações do ministro [do Trabalho] Murilo Macedo que acusou os metalúrgicos de estarem pressionando os trabalhadores que não aderiram à greve, e *pediu para que os operários continuem com essas pressões. Os patrões, segundo Lula, também estão pressionando* e estão até indo buscar trabalhador em casa." Cf. FSP, 04/04/1980.

[26] Vale destacar que a abordagem aqui sugerida para uso de violência pelos piquetes pouco tem de original. Desde os anos 60, pesquisas de história social, principalmente nos EUA e na Europa, insistem no "caráter racional e instrumental" que o uso de violência pode assumir em ações coletivas. Por esse viés, o ator violento é "um personagem consciente do que está em jogo em sua ação". Assim, não devemos separar "a violência do conflito mais geral no qual ela eventualmente surge, greve operária, manifestação camponesa, por exemplo". A relação entre moralidade e violência, por sua vez, remete-nos ao "vínculo entre cultura e violência", o qual é considerado pelas ciências sociais desde a primeira metade do século XX. Cf. Michel Wierviorka. "Violência Hoje". In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 2007, p. 1151-1152.

Piquetes em ação e as mutações nos "sentidos da violência"

Em 25 de abril, a Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo comunicava ao Deops a detenção de 4 operários metalúrgicos, informando que:

> Segundo os P.MS. atenderam a oc. os indiciados, trabalhadores em greve, nesta manhã, estavam no local dos fatos [um ponto de ônibus] com outros elementos, que estavam *cercando pessoas e convencendo as a não se dirigirem a seus locais de serviço*. Detidos somente os quatro os demais evadiram-se.[27]

Notemos que os policiais responsáveis pela detenção dos trabalhadores caracterizaram a ação do piquete como "convencimento". É bastante provável que qualquer emprego de violência verbal ou física por parte dos piqueteiros em relação aos outros operários seria prontamente registrado pelos policiais, afinal, lhes permitiria enquadrar em mais infrações legais os agentes dos piquetes[28]. Estes, por sinal, atuaram, especialmente nas três primeiras semanas da Greve de 1980, incontáveis vezes de modo similar ao apontado pelos policiais sambernardenses no episódio narrado. Nesse sentido, o *Diário do Grande ABC* noticiava, em 17 de abril, que:

> Doze operários foram detidos ontem em São Bernardo pela PM, nas imediações das fábricas, e um deles, Narrudem Paulo Valadares, em flagrante de delito, foi enquadrado no artigo 197, do Código Penal, por atentar contra a liberdade do trabalho. À tarde todos estavam liberados. Para isso o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo pagou fiança de Cr$ 8 mil. (...) *Segundo o boletim de ocorrência*, feito no 1º distrito de São Bernardo, "*os indiciados estavam parando os coletivos que transportam funcionários de várias firmas e seus ocupantes convidados socialmente a deixarem o veículo*".[29]

No fragmento do boletim de ocorrência citado pelo jornal, vemos que os policiais procuraram caracterizar a abordagem dos piqueteiros aos operários que se dirigiam ao trabalho como um "convite social" para que estes deixassem os ônibus. Cenas desse tipo de atuação podem ser observadas em filmes gravados durante as Greves de 1979 e

---

[27] Mensagem 2292/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2485/80. 25/04/1980. OS – 0099.

[28] De modo geral, na Greve de 1980, os piqueteiros foram enquadrados na Lei 4.330/64 (a "Lei de greve"), incisos VII ("praticar coação para impedir ou exercer a greve") e I ("promover, participar o insuflar greve ou *lock-out* com desrespeito a esta lei"). Eventualmente, os agentes policiais recorreram ao Decreto-lei 2.848/40 (Código Penal), arts. 129 ("ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem"), 197 ("constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça") e 200 ("participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa"). Nos últimos dias da parede, houve metalúrgicos enquadrados na Lei 6.220/78 (Lei de Segurança Nacional).

[29] DGABC, 17/04/1980. Para o citado BO, Cf. Mensagem 2111/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. 16/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Para outro relato de "convencimento", cf. Mensagem 2293/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2486/80. 25/04/1980. OS – 0099.

1980 onde vemos sorridentes ocupantes desembarcando sob aplausos[30]. Assim, não devemos entender como mero eufemismo o fato de que alguns diretores do SMSBCD chamassem, nos momentos iniciais da parede, os "piquetes em porta de fábrica" de "comissões de vigilância", alegando que eles empregariam apenas "coação moral e diálogo"[31]. Na mesma direção, tratando da ação dos piquetes em seu bairro, José Lourenço dos Santos, piqueteiro e operário metalúrgico, recorda-se que:

> Nós conversávamos com eles [fura-greves que moravam no bairro] na moral. Sem agressão. Porque eu nunca fui ligado, eu nunca gostei de agressão. Eu acho que tudo no diálogo é bem mais fácil de resolver. (...) *Trocávamos uma idéia*. Eu via o cara chegando meio ressabiado, de cabeça baixa...eu falava: "− E aí, meu, como é que estava o serviço lá? Muito serviço, corrido, porque está faltando gente lá, né?" "− Rapaz, eu dei um cacete danado hoje lá!" Eu falava: "− Pois é...você está sendo contra você mesmo! Porque, *enquanto os seus amigos estão aqui fora brigando por você, você está lá dentro traindo eles*".[32]

Evidentemente tais recursos nem sempre foram suficientes para forjar a almejada coesão do movimento grevista. Daí os piqueteiros valerem-se das mais diversas modalidades de ameaças. Assim, em 25 de abril, José Francisco da Silva procurou a Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen, empresa em que trabalhava, para comunicar que:

> (...) na data de ontem, dia 24.04, ao chegar em sua residência aproximadamente às 18:30 hs, ao abrir a porta constatou que através da parte inferior da mesma, haviam colocado um *panfleto ameaçador mimeografado*, salientando-se ainda que segundo seus vizinhos, *elementos grevistas das adjacências do local*, pretendiam agredi-lo fisicamente. (...) Informo que o Sr. JOSÉ (...) encontra-se trabalhando normalmente.[33]

Pela denúncia de José, é patente que o objetivo do piquete é antes veicular ameaças para obter adesão que agredir o fura-greve. Por isso, os piqueteiros deixaram o "aviso" tanto por escrito quanto com os vizinhos do operário metalúrgico. Muitas vezes, o principal canal para a difusão da ameaça era a esposa do fura-greve. Em 30 de abril, por exemplo, o Setor de Segurança Industrial da Volkswagen lavrava a seguinte ocorrência:

> Na data de ontem, compareceu nesta chefia o Sr. JOÃO DOS ANJOS SANTOS, (...) residente à Rua Araguari (...), e informou-nos que *a esposa* do funcionário Sr. ANTONIO KALOCBI (...) *recebera ameaças de 10 elementos, os quais alegavam que no retorno da*

---

[30] Cf. ABC DA GREVE. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1979. DVD. (75 minutos); LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos); GREVE! Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 1979. Vídeo. (37 minutos).
[31] DGABC, 08/04/1980.
[32] Entrevista com José Lourenço dos Santos, concedida ao autor em 07/07/2009.
[33] BO nº 1.542 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 25/04/1980. OS – 1148.

> *fábrica o Sr. ANTONIO seria espancado*. (...) Nesta data, compareceu nesta chefia o funcionário Sr. JOÃO BORGES DE OLIVEIRA (...), *morador da mesma rua* (...), e confirmou que os elementos também foram à sua residência proferir tais ameaças, sendo que ambos os funcionários alegaram ainda que esses elementos invadiram o quintal de suas respectivas residências, para fazerem tais ameaças. (...) Conforme informações dos funcionários acima, no grupo identificaram alguns participantes como sendo os Srs. JOSÉ, ADÃO, DITO (Linha da Kombi – Ala XIV) e SONECA (Funilaria Ala II), todos funcionários VW.[34]

Se, no caso anterior, os piqueteiros residiam nas mesmas imediações em que os fura-greves, neste, alguns membros do piquete foram até identificados. Observemos que os piqueteiros sabiam exatamente onde os fura-greves Antônio e João moravam. Possivelmente, tinham também conhecimento do horário em que teriam maior probabilidade de encontrar Antônio em casa. No mínimo, sabiam o horário do término do turno na Volkswagen, empresa em que também trabalhavam. Parece-nos, então, que os piqueteiros evitaram, *deliberadamente*, o encontro com o fura-greve. Pretendiam, apenas, veicular, por meio da esposa, ameaças ao mesmo. Interessava-lhes obter a adesão do fura-greve à parede, não espancá-lo[35]. Nesse sentido, vemos que os piqueteiros em questão evitavam criar uma situação de confronto. Mesmo quando esta se configurava, os piquetes pouco empregaram, até 30 de abril, o uso *imoderado* de violência com fins punitivos. São inúmeros os relatos de ameaças *não convertidas* em agressão física a fura-greves. Não existe, também, em toda a documentação consultada, *nenhum* registro de que as ameaças, tantas vezes proferidas, de agressões físicas a familiares de fura-greves tenham sido cumpridas. Nesse sentido, um boletim emitido no trigésimo dia da Greve pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen parece-nos exemplar:

> Compareceu nesta Chefia, na data e horário acima mencionados o funcionário Sr. JOSÉ M. FERREIRA DA SILVA (...), informando-nos que, há alguns dias atrás, um grupo de elementos *"grevistas", dirigiram-se à sua residência*, sita à Rua São Gabriel (...) – Vila Palmares – Santo André, e *após solicitarem a presença de sua esposa e sogro, proferiram ameaças físicas contra sua pessoa, bem como a seus familiares*, caso o funcionário em tela continuasse a vir a trabalhar. (...) Nesta data, às 05:00 horas, aproximadamente quando o Sr. JOSÉ, se dirigia à Empresa, *nas proximidades de sua residência, fora interceptado por elementos que formavam piquetes ao longo da via pública, os quais proferiram ameaças de agressão contra o mesmo, obrigando-o a voltar para sua casa*. (...) Segundo informações do funcionário em pauta, *este conhece os elementos que "comandavam" os piquetes* como

[34] BO nº 1.617 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 30/04/1980. OS – 1148. Para outro caso similar, Cf. Auto de prisão em flagrante delito de Narciso D. F. e de Rodolfo V. H. Del. Pol. de São Bernardo do Campo (Pol. Civil de São Paulo). 30/04/1980. OS – 0096.

[35] Adicionalmente, os piqueteiros evitavam os riscos que também correriam em um possível embate físico com fura-greves. Em 14 de abril, por exemplo, Clézio de O. P. foi esfaqueado, enquanto empreendia um piquete, pelo fura-greve Severino L. S. Mensagem 3597/80, Telex da Del. Pol. de Santo André ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2345/80. 14/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22).

> sendo ISMAEL, funcionário VW da área de produção; PICULA (Apelido), funcionário VW que trabalha na área de Alimentação; TOTA (Apelido), funcionário VW que trabalha na área de produção, *sendo que tais elementos são moradores do Bairro mencionado*.[36]

Vemos que, apesar de disporem de condições favoráveis do ponto de vista numérico para praticarem violência física contra José, os piqueteiros, optaram, simplesmente, por reiterar as *ameaças* de que se valeriam dela[37]. Chama a atenção que, para ameaçarem José, os piqueteiros solicitassem a presença de sua esposa e sogro. Por um lado, isso se devia ao fato de que a ameaça de agressão física estendia-se aos familiares do fura-greve. Por outro, os piqueteiros deviam supor que os juízos da esposa e do sogro fossem relevantes na tomada de decisão de José. Assim, exigiam que ambos estivessem presentes quando a ameaça fosse proferida. Entretanto, podemos, ainda, entender a repreensão feita a um homem adulto por outros, diante de sua esposa e sogro, como um ato que almejava a humilhação/exposição "pública" do fura-greve[38]. Por sinal, atitudes com tal objetivo foram freqüentes por parte dos piqueteiros. Em 24 de abril, o feitor Antônio Francisco Filho procurou a Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen e informou que:

> (...) *várias* vezes fora *ameaçado* de agressão física, por elementos "Grevistas" nas proximidades de sua residência, sita à Rua Lago da Mangueira (...), e nesta data, por volta das 14:30 horas, recebera um telefonema de sua cunhada, informando-o que, *alguns elementos "pintavam inscrições" no muro de sua casa, com tinta preta, com os dizeres "Aqui mora um furão"*. (...) Alertava ainda que, quando da chegada do funcionário à sua residência seria agredido. (...) O funcionário em tela ainda informou que não conhece os elementos que o ameaçaram anteriormente.[39]

No dia seguinte, José do Nascimento procurou a mesma Chefia relatando, de modo similar, que:

> (...) na data de 21.04, por volta das 21:00 hs, *quatro elementos* bateram à porta de sua residência, sendo que ao atendê-los, um dos elementos (funcionário da empresa, conhecido por "ANTONIO"), proferiu-lhe *ameaças* de agressão, em virtude do mesmo não ter aderido à greve e estar trabalhando normalmente. *(...) Na data de ontem, dia 24.04 aproximadamente às 04:00 hs, constatou que o muro de sua residência, apresentava uma inscrição manuscrita com tinta Spray "AQUI MORA UM FURADOR DE GREVE",*

---

[36] BO nº 1.632 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 30/04/1980. OS – 1148.

[37] Para outro relato de *repetidas* ameaças *não* convertidas em violência física, cf. BO nº 1.633. 30/04/1980. OS – 1148.

[38] Texto seminal para reflexões sobre o uso de violência simbólica contra fura-greves é E. P. Thompson. "Rough music". In: *Costumes em comum.* Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[39] BO emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 24/04/1980. Ref. Queixa de Antonio Francisco Filho. OS – 1148.

> salientando-se ainda que às 01:00 hs da data de hoje, o mesmo fora novamente visitado e *ameaçado* em sua residência, por outro elemento desconhecido.[40]

O primeiro boletim de ocorrência é acompanhado por duas fotos do muro da residência de Antônio Francisco Filho. Na primeira, podemos ler a inscrição: "O furão mora aqui. Pau no furão". Na segunda foto, lemos: "Vamos te matar furão". Temos, então, dois destinatários distintos para as inscrições apresentadas. A primeira é endereçada a todos aqueles que possam julgar relevante que ali mora um "fura-greve" – mais provavelmente, os grevistas daquela localidade onde a casa se situa – e pode ser entendida como um ato de violência simbólica, visando à exposição do fura-greve aos juízos dos grevistas residentes nas imediações. Todavia, na oração seguinte dessa primeira inscrição, constatamos que tal violência simbólica poderia – ou deveria, como parece ser a expectativa dos responsáveis pela inscrição – ser convertida em violência física: "Pau no furão". A recomendação ou ordem, nesse caso, parece dirigir-se a todos aqueles que condenassem a atitude do fura-greve. Na segunda inscrição, o grupo responsável por ela dirige-se ao próprio fura-greve, ameaçando-o: "Vamos te matar furão". Por sua vez, na foto do muro da residência de José do Nascimento, anexada ao segundo boletim de ocorrência, podemos ler: "Mora aqui o furão de greve". Trata-se de uma mensagem não destinada ao fura-greve, mas a todos aqueles aos quais fosse relevante individualizá-lo como não aderente à greve. Temos, novamente, uma exposição pública do fura-greve que poderia render-lhe condenações morais e, no limite, agressões físicas.

Em diversas ocasiões, ao invés de ameaças verbais ou agressões físicas, os piqueteiros optavam por infligir danos a bens de propriedade dos fura-greves, como forma de pressionar os últimos a aderirem à parede. Em 22 de abril, o operário metalúrgico José Fantim Neto foi vítima de uma ação desse tipo. À Chefia de Segurança da Volkswagen, informou que:

> *(...) vem sendo constantemente ameaçado de agressão física, por parte de elementos grevistas, principalmente por funcionário VW, de nome "VALDEMAR" de tal, que reside nas proximidades de sua residência*, sita à Rua Lourenço Leite Penteado (...) Parque São Rafael – São Paulo, *ameaças estas a sua pessoa e extensivas à sua família*. (...) Informou-nos que na data de 22 p.p., às 05:00 horas aproximadamente, o veículo tipo Brasília, cor Amarelo Primavera, ano 80, de sua propriedade, que se encontrava estacionada na garagem de sua residência, *fora alvo de atentado por parte de elementos desconhecidos, os quais atiraram sobre o mesmo um galão com tinta "preta", tendo se espalhado sobre o teto e outras partes do veículo*, sendo que no entanto o veículo não apresentara danos na pintura,

[40] BO emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 25/04/1980. Ref. Queixa de José do Nascimento. OS – 1148.

> devido à pronta intervenção do citado funcionário, removendo a tinta, fazendo uso para tal de gasolina.[41]

Vemos que, no caso de José Fantim e sua Brasília, os danos materiais impostos pelos piqueteiros foram quase nulos, assumindo o ato um aspecto de zombaria[42], afinal, baseava-se no lançamento de tinta preta sobre um carro de cor amarela. Eventualmente, entretanto, os danos materiais impostos aos fura-greves podiam assumir proporção bem maior. No mesmo dia 22 de abril, o funcionário Pedro Scaramuzza compareceu à Chefia de Segurança de Volkswagen relatando que:

> (...) nesta data às 00:05 hs., fora despertado por ruído de uma explosão, e ao chegar no quintal de sua residência, constatou que *o veículo tipo Brasília, cor azul, ano 77, (...), de sua propriedade, e ali estacionado, encontrava-se completamente danificado*. (...) Comparecendo ao local, constatou que tal explosão fora provocada por uma bomba de fabricação "caseira", que provavelmente fora introduzida no interior do veículo sobre a tampa do motor, através de orifício ocasionado por uma pedra, que quebrara o vidro da tampa traseira, conforme B.O. em referência. (...) *Cumpre ressaltar que o funcionário em tela vem sendo ameaçado constantemente por pessoas da vizinhança, em virtude de vir trabalhar diariamente, e inclusive citavam que seu veículo poderia ser danificado, e entre essas pessoas existem alguns funcionários VW.* (...) O funcionário reside à Rua Aroeiras (...) – S. B. Campo, local do ocorrido.[43]

Em que pese as variadas práticas mobilizadas pelos piqueteiros em seu intuito de obterem adesões à greve, é inegável que o uso *moderado* de violência *física* contra fura-greves foi um recurso largamente presente nas ações dos piquetes. Como já afirmamos, até 30 de abril, os piqueteiros utilizaram, fundamentalmente, violência física contra fura-greves como um recurso intimidatório, isto é, mais como um meio de reforçar ameaças do que como forma de punir aqueles que não se engajavam na parede. Nesse

---

[41] BO emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. s/data. Ref. Queixa de José Fantim Neto. OS – 1148. Para relato quase idêntico, Cf. BO nº 1.697 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 06/05/1980. OS – 1148. Na documentação do Deops, encontramos uma carta manuscrita redigida por piqueteiros e destinada a um fura-greve que nos revela que as ameaças poderiam ser direcionadas, simultaneamente, ao fura-greve, seus familiares e seus bens, sendo opção do piquete o "alvo" escolhido. O texto integral é: "São Bernardo do Campo, 22 de abril de 1980. (...) *sem vergonha*, de três vai lhe acontecer uma, ou nós lhe arrancaremos o bigode com um alicate bem mal amolado, ou damos uma quebradinha de leve no seu carro de modo que não sobre nem um pneu pra contar estória, ou sua filha entrará na dança sem ter nada a haver com isso e pagará sua *safadeza*. (...) Isso só acontecerá se você continuar trabalhando, (...) se você *criar vergonha* e ficar em casa que é seu lugar você pode dormir sossegado e ter bons sonhos. (...) Ass: Comando Geral do Piquete". Carta anexada ao BO nº 448/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo (3º DP). 24/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 23). Para outro caso de danos leves a veículo de fura-greve, Cf. BO nº 1.704 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 05/05/1980. OS – 1148.

[42] Há, também, relatos de danos materiais fortemente ritualizados, como os casos em que operários da Volkswagen abordados por piquetes tiveram seus uniformes de trabalho tomados ou queimados. Cf. BO nº 1.679 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 05/05/1980. OS – 1148 e BO nº 1.695 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 06/05/1980. OS – 1148.

[43] BO emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 22/04/1980. Ref. Queixa de Pedro Scaramuzza. OS – 1148.

período, a Greve era ainda um fenômeno "em aberto", daí os piqueteiros almejarem coesão – por meio de novas adesões ou permanência em greve – em torno parede, o que estimulava o uso *moderado* de violência física. Este, adicionalmente, colaborava para evitar episódios que poderiam repercutir negativamente junto ao "olhar público" que acompanhava a parede metalúrgica[44].

Nesse sentido, na noite de 24 de abril, o jovem funcionário da Volkswagen Levino de Souza foi agredido fisicamente por um grupo de piqueteiros nas imediações de sua residência. Em seu depoimento na Delegacia de Polícia de São Bernardo, a vítima informou que:

> (...) encontrava-se no ônibus que o transporta ao trabalho quando no fim da Rua dos Vianas foi o veículo barrado por *cinco indivíduos desconhecidos* que dizendo ter a vítima "furado a greve", fizeram-no descer do coletivo *a socos e pontapés*. Após a agressão referidos indivíduos fugiram deixando a vítima ferida no local. Hoje pela manhã dirigiu-se ao Hospital Assunção onde foi medicada e dispensada.[45]

Apesar da evidente desproporção numérica (5 x 1), os piqueteiros infligiram a Levino "lesões de natureza leve", segundo o laudo do IML anexado ao boletim de ocorrência[46]. Igualmente, não há menção à utilização de instrumentos pelos piqueteiros para efetivarem a agressão física: a vítima afirma ter recebido "socos e pontapés". Tais indicações sugerem-nos que o objetivo do piquete era, de fato, intimidar e obter a adesão de Levino à Greve por meio de um uso *moderado* de violência física. O mesmo procedimento parece ter sido empregado pelos piqueteiros em relação ao operário metalúrgico da Borg Warner, Anaelso de Oliveira, o qual, no dia 23 de abril, procurou a Delegacia de Polícia de São Bernardo para comunicar que:

> (...) no dia de ontem (22/04/80), por volta das dezenove horas se encontrava em sua residência, quando ali *apareceram os dois elementos* descritos que bateram palmas e perguntaram por um técnico de rádio e televisão; QUE, após dizer aos elementos que havia um técnico a poucos quarteirões dali, os elementos insistiram em que a vítima saísse para fora do portão para lhes indicar a casa do técnico; QUE, quando saiu para fora do portão *os elementos o agarraram por trás* e dizendo, "você furou greve seu desgraçado", para em seguida lhe desferir *socos e pontapés* que lhes atingiu o rosto e várias partes do corpo, tais

---

[44] Em 1969, amplo estudo sobre o uso de violência, entre os anos 1870 e 1960, por parte do movimento operário dos EUA, observou, também, o predomínio da moderação, atribuindo isso ao fato de que: "Grevistas, não importa quão violentos eles possam ser, procurariam, virtualmente sempre, *conquistar a simpatia da comunidade para seu lado* (...)." Cf. Philip Taft e Philip Ross. "American labor violence: its causes, character, and outcome". In: Hugh Davis Grahan e Ted Robert Gurr. *Violence in America:* historical and comparative perspectives. New York: New American Libray, 1969.

[45] BO nº 2508/80. Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo. 25/04/1980. OS – 1149.

[46] Laudo de exame de corpo de delito/Lesão corporal nº 544/80 de Levino de Souza emitido por Dr. Camillo Barbieri e Dr. Sílvio Laganá de Andrade do Instituto Médico Legal (Posto Seccional do ABCD). 28/04/80. OS – 1149.

> como costa, joelhos etc; QUE, passou somente pelo médico da firma; QUE não conhece os elementos que o agrediram.[47]

Vemos que o paranaense Anaelso encontrava-se, também, em desvantagem numérica quando foi agredido fisicamente pelos piqueteiros (2 x 1). Todavia, segundo o laudo do exame de corpo de delito, ele teria sofrido "lesões de natureza LEVE"[48]. Notemos que, mais uma vez, os piqueteiros não fizeram uso de instrumentos, apenas de "socos e pontapés". Poderiam ter infligido graves lesões corporais ao fura-greve, contudo, não o fizeram. Tal padrão de ação parece ter sido *predominante* entre os piqueteiros até 30 abril. Com efeito, os boletins de ocorrência emitidos pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen registram muitas queixas de operários que se dirigiam à empresa e tiveram os ônibus que os transportavam interceptados por piquetes em vias públicas. Obrigados a descer da condução, os fura-greves eram submetidos à agressão física, em geral socos e pontapés. Tais vítimas das ações dos piquetes, entretanto, muito raramente eram dispensadas, pelos médicos da empresa, do exercício normal de suas funções. Quando muito, era recomendado que os operários agredidos fossem alocados em trabalhos leves. De modo geral, portanto, eles devem ter sofrido aquilo que os laudos de medicina legal qualificariam como "lesões de natureza leve"[49]. Desse modo, as evidências parecem sustentar a tese do uso *moderado* de violência física, com fins de coesão em torno da Greve, por parte dos piqueteiros, mesmo quando estes dispunham de incontestável vantagem numérica como nos piquetes de intercepção de ônibus compostos, às vezes, por dezenas de operários grevistas.

Se a interpretação sugerida parece-nos satisfatória para indicar, nos 30 primeiros dias da Greve de 1980, *a tendência predominante* no emprego de violência física por parte dos piquetes, não pretendemos, de modo algum, negar que tenha havido uso *imoderado* de violência física durante este período[50]. Visamos, apenas, distinguir dois

---

[47] BO nº 2459/80. Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo. 23/04/1980. OS – 1149.

[48] Laudo de exame de corpo de delito/Lesão corporal nº 511/80 de Anaelso de Oliveira de Souza emitido pelo Instituto Médico Legal (Posto Seccional do ABCD). 23/04/80. OS – 1149.

[49] Tais definições baseavam-se na versão vigente do Decreto-lei 2.848/40 (Código Penal). Nela, o critério para a classificação de lesão corporal de natureza leve é obtido por exclusão. Será leve a lesão que não for grave e nem gravíssima. São graves as lesões que tornem a vítima incapacitada para suas atividades habituais por mais de 30 dias; as que gerem perigo de vida; as que gerem debilidade permanente de um membro, sentido ou função; e as que acelerem o parto. São gravíssimas as lesões que gerem para a vítima a incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou gere o aborto em gestante.

[50] Em 11 de abril, por exemplo, o *DGABC* registrava que: "Três metalúrgicos fura-greves da Cofap [em Santo André] foram *espancados* ontem de manhã defronte ao bar Azulão, nas proximidades da empresa, após terem discutido com operários grevistas. (...) Houve discussão, *com vários grevistas espancando*

momentos, sendo que, no segundo, *esboçado* já a partir de 30 abril, os piquetes irão se valer crescentemente do uso de *violência física*, instaurando como *tendência preponderante* sua utilização *imoderada* com o objetivo principal de infligir punições aos fura-greves, confirmando a exclusão destes da comunidade moral que havia se constituído pela participação na Greve de 1980. Nesse sentido, podemos encontrar, ainda em 28 de abril, casos de intensivo emprego de modalidades de violência, inclusive física, como o sofrido, por Gilmar Eirim Macambira, operário da Volkswagen, o qual procurou a Chefia de Segurança Industrial desta empresa e relatou que:

> (...) por volta das 13:30 hs, na data de 28.04.80 quando se dirigia para esta Empresa para assumir suas atividades normais de trabalho, utilizando-se de um coletivo para transporte de funcionário VW (...), ao atingirem o Parque São Rafael, um "Piquete" de aproximadamente 20 grevistas, vieram a parar o coletivo, *forçando* os passageiros a descerem. (...) O Sr. Gilmar, ao descer do ônibus, foi *agarrado* por alguns elementos, *torcendo-lhe os braços para trás e queimando-lhe a palma da mão direita com cigarros e fósforos, além de lhe darem tapas na cabeça proferindo-lhe palavras de baixo calão e outras palavras como "cachorro", "sem vergonha", "fura greve", sendo que o Sr. Gilmar ficou detido no local pelos grevistas até às 17:00 hs, aproximadamente*, e posteriormente retornando para sua residência.[51]

Vemos que, contra Gilmar, os piqueteiros valeram-se de violência física e verbal e, no limite, empreenderam uma ação de cárcere privado. A atitude do piquete assumiu evidentes conotações punitivas, o que nos sugere que os piqueteiros sabiam, assim como nos informa o boletim de ocorrência, que "Gilmar tem vindo trabalhar todos os dias". Em que pese as múltiplas agressões sofridas pelo operário da Volkswagen, no dia seguinte à ocorrência ele "foi encaminhado para o Ambulatório Central, onde foi atendido pelo facultativo Dr. Osíris Pinotti (...), que diagnosticou 'queimadura de 2º Grau na mão direita', após medicado, *foi liberado para suas funções normais de trabalho*"[52]. Assim, concluímos que, apesar da imensa desproporção numérica (20 x 1), os piqueteiros não infligiram lesões corporais graves a Gilmar, o qual, no dia seguinte ao ocorrido, tinha condições *físicas* de exercer seu trabalho. Portanto, mesmo nesse caso extremo, os piqueteiros ainda devem ter considerado que Gilmar poderia ter se intimidado e aderir à parede.

Nos dias subseqüentes ao episódio relatado, os piquetes se pautariam cada vez menos pela busca da "agregação", indicando-nos mutações em curso nos "sentidos da

---

violentamente os fura-greves deixando-os desacordados. (...) Segundo informou o comando de greve, esses foram os únicos incidentes graves registrados *nos piquetes* de ontem".

[51] BO nº 1.596 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 29/04/1980. OS – 1148.

[52] BO nº 1.596 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 29/04/1980. OS – 1148.

violência". Em 6 de maio, por exemplo, Elson Sabino Gonçalves, registrava boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia de São Bernardo, relatando que "desceu do coletivo e foi tomar um café em um bar", ocasião em que supostos piqueteiros "chegaram e começaram a lhe espancar a pontapés"[53]. No mesmo dia, três metalúrgicos foram presos nas imediações de uma fábrica sambernardense. Por meio de mensagem enviada ao Deops, a Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo comunicou que: "doze piqueteiros se postaram a espreita dos metalúrgicos que se *retiravam* [da empresa], ocasião em que houve *agressões com pedaços de pau*''. Ainda que não tenham sido encontradas "vítimas e nem as provas materiais necessárias; usadas para *agredir* os metalúrgicos que *saíam* da firma"[54], a simples denúncia de que tal ação teria ocorrido é reveladora. Com efeito, o suposto piquete, ao invés de *impedir*, como habitualmente, a entrada de operários em seus locais de trabalho para o exercício de suas funções normais, aguardava que os operários *saíssem* da empresa para agredi-los a pauladas. Antes que obter adesões à Greve, o objetivo fundamental do suposto piquete parece ser punir com violência física os fura-greves, preferencialmente de maneira intensa. Por sinal, a variedade de instrumentos detidos, nos últimos dias da Greve, em posse de piqueteiros e com os quais poderiam praticar violência física chama a atenção: além dos pedaços de pau, correias de borracha[55], cassetete de borracha[56], "pedaço de cano, com uma das pontas dobradas e noutra ponta um laço de fio elétrico, usado como bastão"[57], entre outros. A mudança em curso na ação dos piqueteiros não passou despercebida à reportagem da *Folha de São Paulo*. Em 5 de maio, ela observou que: "os metalúrgicos encerram [na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo] a segunda assembléia do dia e encontram um cartaz na saída: 'Reunião depois da assembléia para *pegar* os fura-greves'". Dois dias depois, segundo registro do mencionado jornal, os grevistas eram mais explícitos em suas intenções: "Em frente, à Matriz alguns peões gritaram: 'Há, há, há, os furão vão *apanhar*'"[58].

---

[53] Mensagem 2515/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2741/80. 06/05/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 23).
[54] Mensagem 2497/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2730/80. 06/05/1980. OS – 0096.
[55] Cf. BOs emitidos pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. OS – 1148.
[56] Mensagem 2392/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2604/80. 30/04/1980. OS – 0099.
[57] Mensagem 2473/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2713/80. 05/05/1980. OS – 0096.
[58] Cf. FSP, 06/05/1980 e 08/05/1980.

Parece-nos, contudo, que a prática mais sugestiva da mudança na forma predominante de ação dos piquetes, nos últimos dias da Greve de 1980, seja o apedrejamento *sumário* de ônibus que conduziam operários metalúrgicos aos seus locais de trabalho. Ao longo de todo movimento paredista ocorreram apedrejamentos de ônibus – o que, inclusive, rendeu a São Bernardo a alcunha de "Stilingrado"[59] –, todavia, eles se davam *esporadicamente*, em geral quando os piqueteiros tentavam interceptar os coletivos e os motoristas não atendiam à ordem de parada[60]. Contudo, nos últimos dias da parede, além do grande número de ônibus apedrejados, *não* houve, muitas vezes, tentativa de interceptação ou ordem de parada. Em várias ocasiões, os apedrejadores nem mesmo foram vistos. Ao passar por certos locais em que piqueteiros já estavam atocaiados, os ônibus eram simplesmente apedrejados. Mais uma vez, ficam sugeridas as conotações punitivas da ação dos piquetes, uma vez que a busca de adesão tinha, *naquele momento*, menor importância. Segundo os boletins de ocorrência lavrados pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen, até 30 de abril, 3 ônibus teriam sido apedrejados. Entre 2 e 8 de maio, por sua vez, teriam ocorrido 29 apedrejamentos de ônibus[61]. Acrescentemos, finalmente, que a última semana da parede registrou, também, um aumento dos apedrejamentos a policiais e suas viaturas, confirmando que, assim como os fura-greves, as forças de segurança do Estado eram definitivamente um "outro" contra com o qual o uso *imoderado* de violência com fins punitivos estava igualmente autorizado. Assim, no dia 5 de maio, em São Bernardo do Campo, um policial militar declarava que:

> (...) no dia de hoje encontrava-se de serviço no Tático Móvel 212, que está atendendo a greve existente nesta cidade; que quando o Tático Móvel, juntamente com outras viaturas, passavam pela rua Padre Lustosa, ao passarem em frente a um aglomerado de pessoas, *inesperadamente o aglomerado de pessoas começaram a atirar pedras nas viaturas*

---

[59] O termo remete ao uso de estilingues pelos piqueteiros e a Stalingrado, símbolo da resistência ao avanço nazista na Segunda Guerra Mundial. Cf. Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.

[60] Relatos como o do motorista de ônibus Moacir José Alves são sugestivos. Em 30 de abril, ele perfazia "(...) o trajeto entre, São Miguel Paulista/Fábrica, para o transporte de funcionários VW, durante o trajeto ao atingir a Av. do Estado, foi cercado por um grupo de 'Piqueteiros', que mandaram o ônibus parar. (...) ao dar seta à direta para estacionar o veículo, percebeu que não era possível, vindo a prosseguir e parado mais adiante, porém, *um dos elementos grevistas, supondo que o coletivo não iria parar, arremessou uma pedra atingindo o pára-brisa do lado direito, quebrando totalmente o vidro*, o citado elemento evadiu-se do local, não sendo possível a sua identificação." BO nº 1.626 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 30/04/1980. OS – 1148.

[61] Cf. BOs emitidos pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. OS – 1148. Outras fontes sobre apedrejamentos de ônibus: Mensagem 4164/80, Telex da Del. Pol. de Santo André ao Deops de São Paulo. 05/05/1980. OS – 0096; Mensagem 2553/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2754/80. 07/05/1980. OS – 0096.

> *policiais*; que quando o declarante estava descendo da viatura, foi atingido por uma pedrada, que o atingiu na cabeça; que os policiais conseguiram deter algumas pessoas que estavam no aglomerado, mas que o declarante esclarece que não tem condições de informar quem foi [sic] os elementos que atiraram as pedras, *pois no aglomerado existiam cerca de mil pessoas*, e a maioria das pessoas conseguiram se evadirem; que os elementos detidos foram conduzidos a esta Delpol.[62]

Nas linhas precedentes, portanto, esboçamos considerações sobre alguns aspectos dos piquetes e suas ações na Greve de 1980, uma das maiores e mais intensas mobilizações operárias da história brasileira da segunda metade do século XX. Como vimos, muitos trabalhadores viram nos piquetes uma forma privilegiada de contribuírem para a sustentação do movimento paredista. Nesse sentido, suas ações orientaram-se por *racionalidade política* e *moralidade*, tendo a Greve, em seu duplo sentido comunitário já exposto, como referência constante. Ao tratarmos dos piquetes foi inevitável explorarmos o tema da violência, visto que esta, em diversas formas, integrou o horizonte de *possibilidades* de atuação daqueles. Ao invés de considerações abstratas sobre a presença ou ausência de violência, tentamos discutir como, concretamente, os piqueteiros se utilizaram dela em suas várias modalidades e os significados, em contextos específicos, desses usos para os próprios agentes. Componentes decisivos na mobilização coletiva, os piquetes estiveram sujeitos a múltiplos olhares dos quais se originaram interpretações divergentes a seu respeito. Conheçamo-las mais detidamente.

Piquetes e mobilização coletiva: interpretações divergentes

A ação dos piquetes na Greve de 1980 não passou despercebida à imprensa escrita. Contudo, quando se tratava de caracterizá-los e de definir seu papel na mobilização coletiva, as opiniões eram heterogêneas e, aparentemente, variavam conforme a posição que o órgão de imprensa assumia diante da parede metalúrgica. Nesse sentido, *A Vanguarda*, periódico sambernardense que adotou uma postura cambiante frente à "Greve dos 41 dias", fornece-nos uma idéia de alguns dos tons disponíveis.

Nos primeiros dias da parede, claramente apoiando o movimento, *A Vanguarda* afirmava que: "a greve continua, pacífica e ordeira. Sem piquetes no início, com

---

[62] Termo de declarações de Antônio Aparecido Weniel para Doutor Antonio Guirao. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 05/05/1980. OS – 1149. Para relato similar, cf. Auto de prisão em flagrante delito de João B. S. e Roberto S.. Del. Pol. de São Bernardo do Campo (Pol. Civil de São Paulo). 06/05/1980. OS – 0099.

piquetes a partir de ontem"[63]. Vemos, portanto, a sugestão de uma harmonia entre trabalhadores em greve e piquetes, cuja atuação, notemos, não retirava da parede seu caráter "pacífico e ordeiro". Duas semanas depois, criticando o não cumprimento da decisão do TRT que decretou a ilegalidade do movimento e retirando seu apoio à parede metalúrgica, *A Vanguarda* mudava sua posição e concluía: "Com piquetes, a greve forçada". Segundo o periódico, por meio dos piquetes, "líderes do movimento" impunham a greve "aproveitando-se da ignorância da massa"[64]. Desse modo, fica esboçado um antagonismo entre trabalhadores em greve ("forçados") e piqueteiros. Na semana seguinte, admitindo que as "autoridades governamentais" haviam se excedido na repressão ao movimento, *A Vanguarda* qualificava as ações operárias para manutenção da greve, entre as quais o jornal incluía os piquetes, como "atitude de defesa". Apesar disso, não deixava de se referir aos "aproveitadores do movimento paredista, muito do interesse das esquerdas" que "cometeram vários crimes sob o manto dessa greve"[65]. Nesse momento, portanto, os piquetes, ainda que possam contar com "esquerdistas" infiltrados, são apresentados como um dos elementos da resistência dos trabalhadores em greve à dura repressão estatal que lhes foi lançada. Mais uma vez, então, sugere-se a sintonia entre piquetes e trabalhadores em greve. Finalmente, nos últimos dias da parede, *A Vanguarda* registrava que os piquetes ainda continuavam atuando, mas evitava tecer maiores juízos sobre eles e, reaproximando-se do movimento, abria espaço para que lideranças da "Greve dos 41 dias" atribuíssem episódios de violência operária a policiais infiltrados entre os grevistas[66]. Tais hesitações em relação aos piquetes não eram apanágio do periódico sambernardense.

Com efeito, os agentes do Deops encarregados de produzir o relatório encaminhado à Justiça Militar para compor o processo que seria movido contra as lideranças da Greve de 1980 não dispunham, também, de uma interpretação unívoca para os piquetes. Por um lado, estes seriam, como igualmente especulavam membros dos governos federal e estadual[67], uma das formas pelas quais as "correntes políticas marxistas" se infiltrariam na parede metalúrgica, manipulando-a[68]. Apesar de buscar

---

[63] A Vanguarda, 05/04/1980.
[64] A Vanguarda, 19/04/1980.
[65] A Vanguarda, 26/04/1980.
[66] A Vanguarda, 10/05/1980.
[67] FSP, 06 e 08/05/1980.
[68] "Nos Autos deste Inquérito, *ficou demonstrado que os interesses da greve vão muito além dos interesses próprios dos trabalhadores metalúrgicos ora em litígio com as empresas, pois verificamos que*

provar, por incontáveis meios, tal tese, Edsel Magnotti, delegado de polícia titular de uma das divisões do Deops, parecia se surpreender quando encontrava alguma evidência de suas conclusões. Em 14 de maio, por exemplo, ele interrogou o operário José Antonio da Silva, o qual fora vítima da ação de piquetes. No depoimento, registra-se que:

> (...) *o depoente acredita que os piquetes são organizados pelo Sindicato* para impedir de trabalhar aqueles que desejam exercer livremente seu direito de trabalhar; Que, o depoente *expontaneamente* [sic] quer dizer que *acredita que nesses piquetes há envolvimentos de pessoas da Convergência* [Socialista], uma vez que acha que *somente o trabalhador não teria coragem de atitudes como essa que o depoente foi vítima*.[69]

As suspeitas levantadas pelo operário eram tão avidamente alimentadas por Magnotti e outros agentes do Deops que foi necessário explicitar que a sugestão de envolvimento de "pessoas da Convergência [Socialista]" nos piquetes foi obtida de modo espontâneo, indicando que não houvera indução ou coação do depoente. A mera "crença" de José Antonio deve ter parecido a Magnotti uma gota preciosa em um deserto de falta de provas. Com efeito, das 290 prisões feitas pela Polícia e comunicadas ao Deops, não houve sequer um piqueteiro que tenha se declarado membro de "correntes políticas marxistas" ou que tenha sido imediatamente identificado pelo Deops como tal. Seguramente, pessoas com tais afiliações tiveram importante participação nos piquetes. O próprio Deops registrou a presença, em São Bernardo, de militantes de diversas "correntes" em inúmeras ocasiões[70]. Eles, talvez, não tenham sido presos[71] ou identificados pelo Deops. Entretanto, ao contrário do que alguns desses próprios militantes também sugerem[72], eles não foram os únicos a se engajarem em

---

uma infinidade de correntes políticas marxistas através de seus elementos dão apoio de toda a natureza (...)." Cf. Relatório I.P. n. 15/80. Divisão de Ordem Social- DOPS/SP. 29/04/1980. Assinado pelo Delegado de Polícia Titular da DOS-DOPS/SP, Edsel Magnotti. Prontuário 149.689 (v. 1). fl. 5.

[69] Assentada de José Antonio da Silva e Euclides Rigoto para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 14/05/1980. Prontuário 149.689 (v. 2). fl. 167.

[70] Em um dos relatórios, por exemplo, lemos que: "Durante o período em que se desenrola o Movimento grevista dos metalúrgicos do ABCD, foi detectado por agentes deste SOI, nas varias assembléias que lá desenvolveram, a presença de vários militantes da organização subversiva auto denominada CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (...)". Cf. Relatórios de Análise. Referente à GREVE NO ABCD. Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. 11/04/1980. Doc. 03. OS – 1147.

[71] Nesse sentido, Adão, operário metalúrgico e piqueteiro, sugerindo uma menor proporção de prisões entre militantes, afirma que: "eu não tenho dúvida nenhuma, que [na Greve de 1980] muita gente inocente, *principalmente os que não gostavam muito de participar de uma reunião de Sindicato, das comunidades de base, as associações*...esses que faziam esse treinamento já estavam um pouco mais livres de sofrer as penalidades porque já sabiam como agir numa greve. *Agora esse que não queria nem saber era o primeiro que levava pau. Ele se expunha.*" Cf. Entrevista com Adão, concedida a Guilherme Gibran Pogibin, op. cit., p. 93.

[72] Entrevista com Enílson Simões de Moura, concedida ao autor em 02/09/2009.

piquetes e, provavelmente, nem mesmo a maioria dos que o fizeram. Percebendo isso, os agentes do Deops eram obrigados a sugerir mais uma interpretação para os piquetes. Assim, no já mencionado relatório enviado à Justiça Militar, Edsel Magnotti observava que:

> É grave a recomendação dada pelos indiciados [diretores sindicais e outras lideranças paredistas] através desse Boletim [*A guerra continua*..., divulgado em 11/05/1980], pois causaram dificuldades materiais aos trabalhadores ao incitá-los a continuidade da greve ilegal, *induzindo aos mais incautos a envolverem-se com piquetes e violências e outras ações criminosas*, sendo presos em flagrante, e abandonados no cárcere, sem assistência jurídica, enquanto que os diretores presos eram visitados duas ou três vezes diariamente pelos advogados, o que levou o Diretor deste Departamento a fazer um apelo público para que algum advogado comparecesse para dar assistência aqueles trabalhadores abandonados na prisão.[73]

Fica evidente que as autoridades policiais do Deops, interessadas em responsabilizar os dirigentes sindicais, esforçavam-se para construir a imagem dos piqueteiros como "massas moldáveis". Por isso, os trabalhadores envolvidos em piquetes são caracterizados, pelo delegado do Deops, como os "mais incautos". Devido à sua ingenuidade, puderam ser manipulados pelas lideranças da parede. Desse modo, a prisão de inúmeros piqueteiros devia-se não à ação repressora da polícia, mas às manobras das lideranças grevistas. Diante disso, inclusive, autoridades do Deops podiam clamar por assistência jurídica aos "trabalhadores abandonados no cárcere", tornando-se benfeitoras desses operários "incautos". Entretanto, como vimos, os piquetes constituíram-se de diversas formas, mobilizando variadas relações e atuando em múltiplos espaços. Nesse processo, interagindo, constantemente, com demandas/orientações da Diretoria do SMSBCD, da Comissão de Salários e das assembléias gerais públicas, bem como com a dinâmica da conjuntura política, os piqueteiros demonstraram notável autonomia, o que torna difícil admiti-los como meros títeres.

Dirigentes do SMSBCD e outras lideranças grevistas, por sua vez, buscaram, reiteradas vezes, negar, publicamente, o emprego, por parte dos operários em greve, de violência. Ainda que recorrentemente evocando a imagem da "guerra" durante a Greve de 1980, eles esforçaram-se para caracterizar os grevistas como "pacíficos e ordeiros[74].

---

[73] Relatório I.P. n. 25/80. Divisão de Ordem Social- DEOPS/SP. 16/05/1980. Assinado pelo Delegado de Polícia Titular da DOS-DOPS/SP, Edsel Magnotti. Prontuário 149.689 (v. 2). fl. 11.

[74] *Boletim intitulado "Companheiros e companheiras! É hora de avançar!" assinado por "A Diretoria/Comissão de Salários"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado entre 19 e 23/04/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops.

Nesse sentido, o boletim assinado por "A Diretoria/Comissão de Salários" e divulgado em 28 de abril é exemplar:

> Estamos numa *guerra* prolongada. Já resistimos *pacificamente* durante 28 dias. Vamos dar um exemplo ao Brasil e ao mundo. Vamos resistir *pacificamente* mais 28 dias, até os empresários e o governo não suportarem os prejuízos que estão tendo. (...) Várias empresários têm nos procurado para diálogo. Querem negociar mas o governo não deixa. O governo quer a classe trabalhadora sob o arrocho salarial. (...) *Quem está fraco e desesperado são os patrões e o governo que apelam para a violência e a repressão.*[75]

Vemos que o uso de violência é apresentado de modo bastante negativo, afinal, seria expressão de fraqueza e desespero. Portanto, sendo fortes e seguros, os trabalhadores são pacíficos. Se há emprego de violência, ele é feito pelo "outro", o que o desqualifica. Atribuir-lhe a pecha de violento é parte da estratégia para vencer o embate político[76]: "Quem não tem argumentos apela para a força"[77]. Uma vez que entre piquetes e violência havia uma associação difusa e quase automática[78], tornava-se difícil a dirigentes do SMSBCD e outras lideranças paredistas exporem considerações públicas mais detidas sobre os piquetes, em relação aos quais, contudo, podemos afirmar que mantiveram, de modo geral, uma opinião ambivalente.

Por um lado, ainda que, nas assembléias gerais públicas, se evite falar explicitamente deles[79], os piquetes, nas reuniões mais reservadas – onde os piqueteiros chegaram a ser chamados de "vanguarda"[80] –, são estimulados, organizados, admitidos como necessários e constitutivos da mobilização operária. Seu papel declarado seria conter os fura-greves, contra os quais se admite até o uso *moderado* de violência física[81]. Assim, no primeiro dia da Greve de 1980, discursando na sede do SMSBCD:

---

[75] *Boletim intitulado "Não trairemos o futuro da classe trabalhadora" assinado por A Diretoria/Comissão de Salários"*, impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado em 28/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

[76] Philip Taft e Philip Ross, em seu já citado estudo sobre o movimento operário dos EUA, notaram, também, que, de modo geral, os sindicalistas procuravam dissociar-se de episódios de violência, temendo repercussões políticas que prejudicassem o andamento das negociações.

[77] *Boletim intitulado "Nossa luta continua até a vitória final, haja o que houver"* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado em 14/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

[78] Como nos relata Odilon Dias de Souza, piqueteiro e operário metalúrgico: "o piquete é uma coisa meio pesada. (...) *O povo acha que quando fala em piquete é bater*". Cf. Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

[79] A Comissão de Salários e Mobilização, por exemplo, recomendava: "Convocação *na Assembléia* para reunião *no Sindicato* com o objetivo de organizar piquetes e grupos de vigilância, *embora isto não seja mencionado na Assembléia*". Cf. "Ata de reunião da Comissão de Mobilização". s/data. (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMABC.

[80] Cf. nota 109 do Capítulo 1.

[81] O estímulo à moderação levava em conta, também, aprendizados da Greve de 1979, quando excessos cometidos por piqueteiros haviam redundado em desagregação entre grevistas, fomentando, inclusive, o retorno ao trabalho em algumas empresas. (Cf. Entrevista com Cláudio Roberto Rosa, concedida ao autor

> [Lula] Disse ainda para os trabalhadores, se possível, irem até os pontos de ônibus e proibirem que os demais companheiros tomem os ônibus das empresas. Acrescentou que se desta feita os trabalhadores apanharem da polícia os puxa-saco/fura-greve que se cuidem, pois irão levar "cascudos e vão apanhar mesmo".[82]

Por outro lado, os piquetes seriam dispensáveis na mobilização operária. Sua atuação, no limite, é vista negativamente, uma vez que eles seriam indício de um *déficit* de "consciência" dos operários. Apenas quando este existe, é que os piquetes são necessários. Nesse sentido, o discurso de Lula, na assembléia de 8 de abril no Estádio de Vila Euclides, é bastante sugestivo:

> Se preciso for iremos ficar em greve por 5 dias, 10 dias, 20 dias, 25 dias e até 30 dias e não iremos passar fome porque *somos conscientes pois nossa greve não conta sequer com piquetes,* sendo vocês, cada um de nós, um *piqueteiro consciente* por excelência.[83]

Quase trinta anos após o término da Greve de 1980, Djalma Bom, outro dirigente do SMSBCD e importante liderança da parede, apresenta avaliação similar à de Lula:

> Algumas pessoas, a mídia, os jornais, os articulistas políticos viam os ônibus chegarem vazios lá, nas portas das fábricas, e falavam: "Oh, meu! *É a consciência dos trabalhadores*. De fato, eles não vêm e tal." *Mas,* era o seguinte: *nós organizamos os trabalhadores nos bairros, nos pontos iniciais dos ônibus* que faziam a condução dos trabalhadores dos bairros (...) para as fábricas (...). Os *piquetes* eram organizados nos pontos iniciais ou nos bairros onde os trabalhadores tomavam os ônibus.[84]

Mais uma vez, é explícita a oposição entre piquetes e "consciência", como se "esta" fosse o único elemento definidor do engajamento ou permanência em greve. Todavia, a análise da documentação sugere-nos que a polarização apresentada pelos dirigentes sindicais deve ser bastante relativizada. Afinal, muitos operários *avaliavam* não apenas suas "consciências", mas também *o equilíbrio circunstancial das forças em jogo,* quando tomavam suas decisões sobre aderir ou manter-se em greve. Como já vimos, era exatamente nesse jogo de forças que os piquetes buscaram intervir, tentando, em mais de uma ocasião, restabelecer o equilíbrio do confronto.

Na Greve de 1980, o embate entre Estado/patrões e operários tinha como pano de fundo uma situação em que os primeiros detinham recursos que lhes permitiam exercer

---

em 10/12/2008). Nos últimos dias da Greve de 1980, contudo, houve, mesmo entre dirigentes do SMSBCD, estímulo ao uso imoderado de violência física com fins punitivos. Cf., por exemplo, Relatório. Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. 07/05/1980. Doc. 03. OS – 1147.

[82] Relatório para a Delegacia Seccional de Polícia do ABCD. Ref. Reunião na Sede do SMSBCD, em 01/04/1980. s/data. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22).

[83] Relatório de espião não identificado ao Delegado da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD. 08/04/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22).

[84] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.

fortes pressões e ameaças sobre os últimos. O Estado, amparado em ampla legislação autoritária, ainda tendia, apesar das oscilações, a tratar greves como crimes. Os patrões não ficavam atrás: lembremos, por exemplo, que, após as greves de 1978, a FIESP recomendou ao patronato que expulsasse os trabalhadores das fábricas e chamasse a polícia para que esta, em vias públicas, com cavalos, cassetetes e revólveres, pudesse fazer a separação – temida pela maior parte dos operários devido às punições em que poderia redundar – entre "grevistas" e "trabalhadores"[85]. Tal distinção era, por diversos meios, buscada, continuamente, por patrões/Estado. A ação dos piquetes, por sua vez, insistentemente, a borrava. Se tinham os fura-greves como alvos claramente definidos, os piquetes não deixaram de colocar eficientes obstáculos às pretensões de Estado/patrões de lançarem a "pecha" de grevista – e suas decorrências – sobre aqueles que *aderiram* à parede metalúrgica. Com efeito, uma vez que os operários metalúrgicos viviam aquilo que Savage definiu como condição de "insegurança estrutural"[86], muitos entre eles valiam-se da ação dos piquetes para arriscarem-se, mas minimizando os riscos. Assim, as ações difusas dos piquetes serviam a muitos operários metalúrgicos como um anteparo – uma vez que "explicava" sua ausência ao trabalho –, diante das ameaças e pressões de Estado/patrões, para que pudessem participar da Greve sem assumir a pecha de "grevista".

Tal interpretação nos ajuda a entender, por exemplo, porque, como vimos anteriormente, nas três primeiras semanas da parede, por meio de simples "convencimento" e "convite social", piqueteiros detidos pela polícia dissuadiam trabalhadores de exercerem normalmente suas atividades. Como nos sugere Maria José de Oliveira Xavier, piqueteira e operária metalúrgica: "tinha gente que estava indo, morrendo de vontade de alguém que fizesse eles descerem [do ônibus] para terem desculpa e dizerem: 'Eu estava indo e fui parado...por causa do piquete e tal e tal'"[87].

---

[85] Ver Capítulo 1.

[86] "Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. (...)". "Não se trata somente do fato de a vida dos trabalhadores ser insegura, pois, em alguma medida, a incerteza se aplica genericamente à vida social. Pode-se entretanto, argumentar que tanto a extensão quanto a grandeza da insegurança são maiores para os trabalhadores e os tipos de recursos e capacidades disponíveis aos mesmos trabalhadores são muito restritos". Cf. Mike Savage. "Classe e história do trabalho". In: Cláudio H. M. Batalha e outros (orgs.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004, p. 33 e 46 (respectivamente).

[87] Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008. Para relato similar, cf. Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008. Esses depoimentos nos ajudam a entender como um piqueteiro sozinho (ou em pequeno grupo) poderia parar

Evidentemente, tal "vontade" em muito se ancorava no amplo trabalho de persuasão, capitaneado pelo SMSBCD, que precedeu a deflagração da Greve de 1980.

José Euzébio, por exemplo, foi um dos que se valeram da "desculpa" apontada por Maria José. Ele relata-nos que, durante a "Greve dos 41 dias", procurou, nos portões da Volkswagen, sua chefia e comunicou-lhe que: "Enquanto tiver greve, eu não vou vir. Porque eu *não sou acostumado com bagunça* (...). Agora, passou a greve, *no que precisar de mim*, até um sábado, hora extra, pode contar comigo". Nesse ato, constatamos o esforço do operário metalúrgico para escapar da pecha de "grevista". Por isso, afirma sua disposição para o trabalho e se explica sobre sua ausência: "não sou acostumado com bagunça". Esta, por sinal, incluía os piquetes em bairros, dos quais José Euzébio, ainda que não tenha comunicado ao seu chefe, *participou*[88]. Assim, servindo-se dos difusos boatos sobre a ação dos piquetes, o operário da Volkswagen diminuía os riscos de sua participação, como grevista e piqueteiro, na "Greve dos 41 dias". Parece-nos, portanto, que, em um contexto de aguda disparidade de recursos entre os contendores, a atuação dos piquetes, além de conter os fura-greves, alargava o espaço para que muitos operários pudessem agir de acordo com suas "consciências". Diversos outros indícios apontam para esse papel adicional dos piquetes na intensa mobilização coletiva que foi a Greve de 1980.

No dia 29 de abril, por exemplo, Manoel G. V., morador de São Bernardo, natural de Água Boa (MG) e, na ocasião, com 20 anos de idade foi preso em flagrante delito pela polícia local. Sobre ele, pesavam as acusações de empreender piquete e danificar, com pedradas, uma viatura policial. Submetido a interrogatório, declarou que:

> (...) é metalúrgico, trabalhando na Volkswagen do Brasil, SBCampo, na função de Operador de máquinas, setor 1129, há três anos; que, recebe Cr$ 8.000,00 mensais; QUE, está de greve desde o começo deste mês; que, *não foi trabalhar nem um dia este mês*; que, nesse período não participou de nenhum piquete contra quem queria trabalhar; que, somente ia às assembléias e pescar; *que, hoje acordou por volta das 05.30 hs e pretendia ir trabalhar e foi a um ponto de ônibus esperar uma condução da firma; que, no ponto de ônibus no Km. 27 da via Anchieta chegaram outros trabalhadores e disseram ao interrogado que não era para ir trabalhar, face à greve, dizendo que quem furasse a greve apanhava, daí porque o interrogado deixou de ir trabalhar*; permanecendo naquele ponto de ônibus; que, *os ônibus com trabalhadores com destino às firmas que por ali passavam eram interceptados pelos piqueteiros que lá estavam, entre os quais, o interrogado, devido às ameaças; que paravam os ônibus, entravam e faziam os trabalhadores descerem; que dispensavam os ônibus vazios; que, fizeram isso por duas vezes*; que, nisso chegou uma

---

um ou vários ônibus repletos de operários e dissuadi-los de irem trabalhar. Cf. Entrevista com Isaías, concedida a concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/06/1980 e 28/06/1980. Cf. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 42.

[88] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.

> viatura da polícia militar; que, todos os participantes do movimento correram; que, o interrogado atravessou a pista; que, o interrogado fez gesto com a mão para a viatura soltar os seus colegas que eram todos trabalhadores; que, não acenou para a viatura com o fim de chamar os policiais para a briga; que, então a viatura parou no acostamento havendo os policiais descido da mesma e nesse momento outros piqueteiros que estavam atrás do interrogado jogaram pedras contra os policiais e contra a viatura; que, tais piqueteiros foram embora e como interrogado ficou no local, foi confundido pelos policiais e preso por engano; que, não sabe os autores do crime; que nega haver atirado pedra contra os policiais e viatura; *que, confessa apenas, haver participado de piquete nesta data, não por vontade própria, mas porque sofreu ameaças*; que, nunca foi preso nem processado.[89]

Notemos que o caso acima é extremo, mas não o único que encontramos[90]: trata-se de um piqueteiro que alega ter tomado parte em um piquete porque este o ameaçou. Em outros termos: Manoel argumenta que participava do piquete, mas não era piqueteiro. No limite, uma vez atuando no piquete, talvez "ameaçasse" outros trabalhadores para que participassem do piquete. Este, portanto, existia, mas não havia responsáveis por ele, o que poderia isentar seus participantes de punições. Inúmeros operários, sobretudo nos momentos mais críticos do confronto com Estado e patrões, poderiam alegar o mesmo em relação à Greve de 1980. Ela existe. Eles participam dela, mas não são grevistas. Nas mais variadas gradações e combinações, a "onipresença" dos piquetes foi invocada por trabalhadores pressionados e ameaçados por patrões e Estado. O baiano Isaías C. V., por exemplo, detido em 30 de abril sob a acusação de empreender piquetes, declarou que:

> (...) trabalha na VW do Brasil em SBCampo há quase dez anos, *estando em greve desde o dia 1º de abril* do corrente ano e na tarde de hoje estava em uma bar na r. Augusto Ferreirinha, SCSul, quando foi detido por PMs e conduzido à esta DP; que, *nega tenha praticado piquetes*; que *está participando da greve pois assim decidiu a maioria em assembléias e o declarante vai pela maioria e só voltará a trabalhar quando acabar a greve, decidida pela assembléia de sua classe; que, também não volta a trabalhar pois acha perigoso temendo por sua integridade física.*[91]

Inquirido pelas autoridades policiais, Isaías não hesita em afirmar sua adesão à greve. Entretanto, acusado de empreender piquetes, procura minimizar as responsabilidades de seu engajamento na parede. Assim, afirma seguir as decisões da assembléia, isto é, que "vai pela maioria". Notemos a habilidade do operário metalúrgico: ele assegura que "vai pela maioria", não que pertença ou concorde com "a

---

[89] Auto de prisão em flagrante delito de Manoel G. V. Del. Pol. de São Bernardo do Campo (Polícia Civil de São Paulo). 29/04/1980. OS – 0099.

[90] Para narrativas quase idênticas, cf. Auto de prisão em flagrante delito de Pedro P. C. e Daniel A. L. 32º D. P. Itaquera (Departamento das Delegacias Regionais de Polícia Metropolitana da Grande São Paulo). 08/05/1980. OS – 0097 e Termo de declarações de José F. para Doutor Antonio Guirao. Delegado de Polícia de São Bernardo do Campo. 06/05/1980. OS – 1149.

[91] Termo de declarações de Isaías C. V. para a Doutor Nelson J. N. Nassif. Delegado de Polícia de São Caetano do Sul. Del. Pol. de São Caetano do Sul. 30/04/1980. OS – 0097.

maioria", ocultando, assim, sua posição sobre a Greve e evitando a pecha de grevista. Em seguida, insinua que, ainda que pertencesse a uma "minoria" que quisesse retornar ao trabalho, seria "perigoso temendo por sua integridade física". Aqui, a vaga referência aos piquetes e suas ameaças é evidente. O caso de Isaías parece-nos sugestivo da extraordinária maleabilidade com que os trabalhadores poderiam mobilizar os recursos ao seu alcance. Como vimos, o operário metalúrgico confirmou, mesmo sob interrogatório policial, sua adesão à Greve, demonstrou lealdade e reconhecimento da legitimidade das assembléias "de sua classe" e, por fim, invocou, implicitamente, a ação dos piquetes para sugerir que não havia como não "participar" da Greve.

Outro episódio apresenta-nos mais uma maneira pela qual a "onipresença" dos piquetes podia se converter em importante recurso para trabalhadores que buscassem contrabalançar as pressões e ameaças de patrões e Estado e levar a Greve adiante. Em 2 de maio, Francisco de Assis Mendes procurou a Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen e informou que:

> (...) nesta data, por volta das 02:30 horas fora acordado por um barulho vindo do interior da garagem de sua residência, onde posteriormente constatara que havia sido atirada sobre o teto da mesma uma pedra, embrulhada com duas folhas de Boletim do Sindicato, e no verso das mesmas, um manuscrito proferindo ameaças contra sua pessoa; constatou ainda que no pára-brisa do veículo tipo Brasília, cor bege, ano 80 (...), encontrava-se um outro manuscrito ameaçador. (...) Informou-nos ainda que na tarde do dia anterior, por volta das 18:30hs, ao sair no portão de sua residência, sita a Rua Gama (...) – Parque Novo Oratório – Santo André, fora abordado pelo seu vizinho de nome *Sr. ALCIDES, residente à mesma (...), funcionário VW e que não tem vindo trabalhar logo após o início da greve, o qual lhe perguntara se o mesmo não tinha sido ameaçado, e se continuava a trabalhar, e diante da resposta afirmativa do Sr. FRANCISCO, este lhe retrucara: "Você não tem medo".* (...) Cumpre ressaltar que a residência do Sr. ALCIDES, encontra-se em fase de construção, e o material usado para tal, é semelhante ao atirado sobre o teto da garagem do Sr. FRANCISCO.[92]

A suspeita de Francisco em relação a Alcides parece-nos plausível, sobretudo considerando que para empreender uma ação por volta das duas e meia da madrugada e evadir-se rapidamente, a proximidade entre as duas moradias era um elemento facilitador. Admitindo que Alcides seja o autor das ameaças, a situação apresenta-se rica em matizes. Ele podia, de fato, não se dirigir ao trabalho devido a ameaças que tenha sofrido. Entretanto, o comparecimento regular de Francisco à Volkswagen, onde também era empregado, abalava a credibilidade da justificativa que Alcides poderia apresentar, na empresa, sobre sua própria ausência. A atitude de Francisco privava Alcides do anteparo de que dispunha frente às pressões e ameaças dos patrões. Assim,

[92] BO nº 1.642 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 02/05/1980. OS – 1148.

Alcides receberia, possivelmente, a pecha de grevista. Diante disso, ele serviu-se, provavelmente, das mesmas ameaças difusas que podem ter lhe parecido suficientes para aderir à Greve para intimidar Francisco de modo que este deixasse de se dirigir à empresa e exercer suas funções. Era, portanto, *necessário* que patrões, Estado e operários acreditassem na efetividade das ações dos piquetes para que estes funcionassem como um anteparo disponível aos trabalhadores. Aparentemente, a ação de Francisco debilitou a crença e a de Alcides buscou restaurá-la.

A articulação tácita entre piqueteiros e demais grevistas, aqui sugerida, não pode, *de modo algum*, ser generalizada para a totalidade dos operários metalúrgicos, nem para a Greve de 1980 em toda sua duração. Casos aqui narrados anteriormente são mais do que suficientes para demonstrar que operários sentiram-se simplesmente coagidos por piqueteiros. A última semana de Greve, por sua vez, indica-nos que, apesar de muitos operários avaliarem que era hora de retornar ao trabalho[93], alguns piqueteiros não cessaram suas ações. Pelo contrário, intensificaram as conotações punitivas das mesmas. Nesse sentido, concluímos que, se os piquetes se mostraram *constitutivos* da mobilização operária, nem por isso suas ações apresentaram-se isentas de mal-entendidos, descompassos, desencontros e excessos, evidenciando-nos contradições que, a nosso ver, são inerentes a qualquer mobilização coletiva e, em especial, ao complexo processo de formação de classe. Apesar disso, enfatizamos que os operários envolvidos na Greve de 1980 não devem ser vistos como meros joguetes de pressões e ameaças, seja de piqueteiros e lideranças da parede, seja de patrões e Estado. Pelo contrário, o que a documentação nos indicou foi a destreza com que com trabalhadores, em limitadas brechas, inseriram suas ações/escolhas. Nesse sentido, um outro caso nos parece significativo. Em 30 de abril, Maria Aparecida Gimenez Tonin prestou depoimento na Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo e relatou que:

> (...) seu marido Esmeraldo Tonin trabalha na Volkswagen e *nesta data* [30/04] *fora trabalhar normalmente, não o fazendo nos dias anteriores deste mês devido às ameaças*; que hoje à tarde a depoente estava no portão de sua residência quando viu estacionar um Maverick azul defronte a sua casa, do qual desceram dois indivíduos; que mais atrás havia também um Volkswagen ocupado também por indivíduos grevistas; que dos dois do Maverick um deles desceu com um cassetete na mão, que portava na cintura, dizendo "que

[93] Na última semana da Greve, observava um espião do Deops: "Em roda de metalúrgicos os mesmos afirmam de que no dia de hoje a maioria das indústrias estão trabalhando com o índice de 45% de freqüência de operários. (...) *Muitos metalúrgicos estão com vontade de irem trabalhar – mas alegam que estão sendo impedidos de entrarem nas fábricas em seus próprios bairros e residências pelos piqueteiros*". Cf. Relatório para a Delegacia Seccional de Polícia do ABCD. Ref. Assembléia dos Metalúrgicos de SBC e Diadema, em 07/05/1980. 07/05/1980. OS – 1148.

> era para fazer carícia em quem fora trabalhar"; dizendo ainda que "os que foram trabalhar pensam que são bonitinhos devido irem ao trabalho enquanto os outros agüentam a greve"; que o outro indivíduo a depoente não viu direito pois ficara no veículo; que em seguida dois foram até o Volks – que estava mais atrás e em seguida foram embora; que *a depoente ficou receosa e telefonou para a polícia* (...).[94]

Segundo a esposa de Esmeraldo, ele não fora trabalhar durante 29 dias "devido às ameaças". Vemos que se trata de uma menção vaga. Maria não relata nenhuma outra ameaça específica que tenha sofrido (ela ou o marido). Aparentemente, na primeira ameaça direta em que foi envolvida, entrou em contato com a polícia e denunciou os piqueteiros. As "ameaças", como sabemos, não cessaram, mas se intensificaram, no dia 30 de abril. Sendo assim, parece-nos difícil crer que Esmeraldo não tenha se dirigido ao trabalho durante 29 dias exclusivamente "devido às ameaças". Até 29 de abril, "elas" devem ter lhe fornecido um bom motivo/justificativa para não ir trabalhar, ou seja, para participar da greve sem ser grevista. Entretanto, o risco de perder o emprego no 30º dia da parede fez as "ameaças" dos patrões pesarem mais que "aquelas" dos piqueteiros. Assim como fez greve devido "às ameaças", Esmeraldo poderia declarar que voltou ao trabalho devido "às ameaças". Poderíamos, portanto, julgar Esmeraldo uma marionete, movendo-se de um lado a outro em função de "ameaças". Todavia, o que a mudança de posição de Esmeraldo, no 30º dia, revela-nos é, exatamente, o espaço que a difusa ação dos piquetes criou para que ele pudesse *escolher/agir*, mesmo que em meio a um complexo e vigoroso conjunto de pressões. Com efeito, ainda que Esmeraldo tenha permanecido 29 dias em casa, sua esposa não o apresentava à polícia como um "grevista". Mesma tática adotada por Manoel Abílio Brandão quando depondo no dia 30 de abril, em uma delegacia de São Caetano, declarou que:

> (...) *encontra-se em greve desde o dia 01.04.1980*; Que *não compareceu ao trabalho com receio de piquetes* que pudessem encontrar no trajeto; Que é funcionário da Firma Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo há cêrca de 08 anos; Que *no dia de hoje o declarante tenciova retornar ao trabalho a fim de não ser demitido, conforme pode ouvir em noticiários* (...).[95]

É bastante provável que Esmeraldo e Abílio, retornando ao trabalho, valessem-se de argumentação similar diante de suas chefias. Desse modo, parece-nos que, para muitos trabalhadores, as "ameaças" operárias contrabalançavam "aquelas" de

---

[94] Auto de prisão em flagrante delito de Narciso D. F. e de Rodolfo V. H. Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo (Polícia Civil de São Paulo). 30/04/1980. OS – 0096.

[95] Termo de declarações de Manoel Abílio Brandão para Doutor A. Fernando Costa, Del. Pol. de São Caetano do Sul. Del. Pol. de São Caetano do Sul. 30/04/1980. OS – 0097. Cf., também, BO nº 1714/80. Delegacia de Polícia de São Caetano do Sul. 30/04/1980. OS – 0097.

patrões/Estado, abrindo espaço para que eles, baseados em uma constante avaliação do equilíbrio circunstancial do campo de forças, pudessem deliberar sobre sua adesão ou permanência em greve. Com tal hipótese, lançamos mais um olhar e uma interpretação divergente sobre a ação dos piquetes, os quais, como na seqüência veremos, têm fomentado significativas controvérsias historiográficas.

Piquetes e mobilização coletiva: interpretações divergentes na historiografia

Ainda que não seja muito extensa, a bibliografia brasileira que enfocou mais detidamente os piquetes em mobilizações operárias já suscitou importantes debates sobre o tema. Entretanto, tais investigações são quase que exclusivamente dedicadas ao período 1945-1964[96], ocasião em que os piquetes mostraram-se freqüentes e decisivos nas paredes operárias.

Nesse sentido, o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, em uma das obras inaugurais do campo de estudos do operariado nacional pela universidade brasileira[97], construindo uma das vertentes da tese do "sindicalismo populista"[98], afirmava, em meados dos anos 60, que a paralisação do trabalho por parte dos operários da capital paulista, nos anos 50, "só se verifica com a presença dos piquetes". Estes, assim como no movimento sindical dos Estados Unidos, objetivariam impedir a entrada de fura-greves pela pressão moral ou violência, disciplinar os operários e elevar-lhes o moral. Contudo, tais funções, eram, no caso do movimento operário paulistano, *secundárias*, uma vez que o "piquete visa diretamente a grande massa operária", a qual – composta por muitos migrantes recentemente vindos do meio rural que ocupavam fundamentalmente postos não-qualificados e semiqualificados na indústria – apresentava baixa integração à vida urbana e aos sindicatos, sendo alheia aos

---

[96] Para o operariado da Primeira República, encontramos apenas um texto que toma especificamente o piquete como seu objeto de investigação. (Cf. Adhemar Lourenço da Silva Júnior. "Contribuição a uma 'história dos de baixo' do sindicalismo". *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXI, n.1, 1995). Tratando de tema mais amplo, a "violência operária", cf. Jacy Alves de Seixas. "Ação direta, greves, sabotagem e boicotes: violência operária ou pedagogia revolucionária?". In: Elizabeth Cancelli (org.). *História de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: UnB, 2004.

[97] Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

[98] Se Rodrigues e outros pesquisadores apontaram a "origem rural recente" de ampla parcela da classe operária como fator central para explicar as características do sindicalismo do período 1945-1964, estas serão atribuídas, por outros autores, à ação consciente de uma vanguarda política, instrumento de transmissão de decisões partidárias. Por uma ou outra vertente, busca-se explicar o "cupulismo" que caracterizaria a ação sindical. Cf. Marcelo Badaró Mattos (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003, p. 47.

"problemas da classe". Os sindicatos, por sua vez, não teriam estímulos para alargar suas bases e implementar quaisquer formas de organização nos locais de trabalho, visto que a estrutura corporativa imposta pelo Estado lhes assegurava a existência ao garantir-lhes o monopólio da representação e o imposto sindical[99]. Desse modo, eles reuniriam somente uma minoria dos operários, em geral composta pelas "camadas profissionalmente mais qualificadas do proletariado, de nível educacional mais elevado, mais integradas na vida urbana, mais politizadas, com uma consciência profissional mais desenvolvida". Deste pequeno núcleo, pautado por uma orientação nacional-desenvolvimentista, proviriam os ativistas sindicais – e os piqueteiros – que buscariam ampliar a participação operária nas "vantagens da industrialização"[100]. Assim, lideranças sindicais, mais interessadas nos "temas gerais do *desenvolvimento econômico* e das *lutas políticas*" que nas "aspirações profissionais e econômicas das diversas categorias"[101], desencadeavam e realizavam greves de "fora" para "dentro" das fábricas, arrastando com piquetes grande contingente de operários que, contudo, não eram necessariamente hostis aos sindicatos, uma vez que as greves poderiam redundar em ganhos salariais.

Acrescentemos, finalmente, que boa parte das teses de Rodrigues já havia sido esboçada, poucos anos antes, pelo sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes, autor de outra obra inaugural dos debates acadêmicos sobre o operariado nacional. Por isso, Rodrigues não deixava de afirmar que o único trabalho sociológico de seu conhecimento que descrevia a "atitude dos operários de uma fábrica em relação ao sindicato e sua reação quando da chegada de um piquete de greve" era a "monografia de uma empresa industrial de Juarez Brandão Lopes"[102]. Este, tratando do papel dos piquetes em greve ocorrida, durante sua pesquisa, em 1957, observou que: "a alegação [dada pelos operários] de não virem trabalhar para evitar 'encrenca' era, em parte, uma desculpa que davam aos seus chefes para participarem do movimento grevista". Apesar de reconhecer que a ação dos piquetes abria espaço para que operários aderissem, com maior segurança, à paralisação do trabalho, Lopes, preparando o caminho para Rodrigues, optava por enfatizar que "são estes [os ativistas sindicais] os que declaram e

[99] A exposição até aqui é uma síntese da "Segunda Parte" de Leôncio Martins Rodrigues, op. cit.
[100] Para as duas últimas citações, Cf. Leôncio Martins Rodrigues, op. cit., p. 188.
[101] Leôncio Martins Rodrigues, op. cit., p. 37 (grifos no original).
[102] Leôncio Martins Rodrigues, op. cit., p. 73.

organizam greves; *os operários desta como de outras fábricas têm um papel apenas passivo*"[103].

Mais intensamente a partir dos anos 90, diversos estudos, propondo uma nova abordagem para o movimento operário do período 1945-1964[104], questionaram as teses de Rodrigues e Lopes, o que redundou em trabalhos que sugeriram novas interpretações para os piquetes. Em que pese as diferenças, no conjunto, tais estudos, valendo-se, muitas vezes, de ampla documentação policial e entrevistas com militantes, sustentam que, mesmo enfrentando a vigilante repressão da aliança empresarial-policial, ativistas sindicais filiados a diversas forças políticas conectaram, às vezes intermitentemente, fábricas e diretorias de sindicatos ao erigirem múltiplas modalidades de organização nos locais de trabalho, as quais eram fundamentais, por exemplo, durante as paredes operárias. Desse modo, os sindicatos não se mostravam, em geral, indiferentes as demandas e pressões do chão de fábrica. Igualmente, não se apresentavam aos trabalhadores somente nos momentos de paralisação do trabalho para compeli-los, por meios de seus ativistas, à adesão. Pelo contrário, inúmeras evidências apontam para um cuidadoso trabalho de preparação das greves em que ativistas sindicais, em um esforço de convencimento, tanto difundiam informações dos sindicatos nas fábricas quanto nestas coletavam opiniões para aqueles. Portanto, os novos estudos relativizam, especialmente pela investigação de duas grandes paredes ocorridas na capital paulista, a Greve dos 300 Mil (1953) e a Greve dos 400 Mil (1957), a suposta passividade da "grande massa operária" – inclusive, aquela dos trabalhadores migrantes recém-chegados do campo.

Nesse novo quadro, alguns pesquisadores reafirmaram a importância dos piquetes para o êxito das paredes operárias do período, salientando que eles eram uma forma de participação nas mobilizações coletivas adotada por muitos operários. Na Greve dos 400

---

[103] Para as duas citações, cf. Juarez Rubens Brandão Lopes. *Sociedade Industrial no Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971, p. 65.

[104] Cf., por exemplo: Hélio da Costa. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995; Marco Aurélio Santana. "O 'novo' e o 'velho' sindicalismo: análise de um debate". *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998; Paulo Fontes. "Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)." In: Alexandre Fortes e outros (orgs.). *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999; Hélio da Costa. "Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)". In: Alexandre Fortes e outros (orgs.), op. cit.; Marco Aurélio Santana. "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 14, n. 41, out./1999; Antonio Luigi Negro, op. cit.; Marcelo Badaró Mattos (coord.), op. cit.; M. L. Pereira Neto. "A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a 'reinvenção' da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, 2009.

Mil, por exemplo, alguns piquetes chegaram a contar com milhares de trabalhadores. Acrescenta Paulo Fontes que, nessa greve, "se os piquetes surgiram a partir da direção sindical, dos delegados sindicais e do núcleo de trabalhadores mais ligados ao sindicato", "os contatos informais entre os próprios trabalhadores cumpriam papel fundamental na ampliação" dos mesmos. Assim, diante das inúmeras adesões em portas de fábricas e em ruas de bairros operários, os piquetes, conclui Fontes, "devem ser visto muito mais como sinais de vitalidade do que de fraqueza do movimento". Considerados pelos sindicalistas como "instrumento de comunicação e organização" – fomentando a coesão e disciplina do movimento –, os piquetes também funcionavam, afirma Fontes, como uma espécie de "biombo", afinal, "eram a garantia para o trabalhador de que a greve estava acontecendo e de que ele poderia aderir sem correr o risco de ficar sozinho, sujeito às represálias patronais"[105]. Observações similares foram apresentadas por Hélio da Costa em relação à Greve dos 300 Mil. Reconstituindo, por meio de entrevistas, a ação dos piquetes, que contaram com até três mil participantes, Costa afirma que: "intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve"[106].

Reiterando observações de Fontes e Costa, Antonio Luigi Negro aponta que os piquetes eram um recurso "usual e mais bem-sucedidos seriam quanto mais fossem antecedidos por iniciativas, nas fábricas e bairros, que levassem os trabalhadores a reorganizarem-se comissões e associações ou a reanimar aquelas resistentes à repressão e aos seus problemas internos"[107]. O autor é especialmente enfático quanto à importância que os piquetes grevistas teriam no enfrentamento do "piquete policial". Este, especializado em furar greves, isto é, "perseguir ('dissolver' e 'neutralizar') piquetes, rodinhas, passeatas e aglomerações", colocava, ao atender aos chamados patronais, grandes dificuldades às mobilizações coletivas dos trabalhadores. Segundo Negro, diante da freqüente "medida de evacuar as fábricas para pôr os grevistas na rua" – "decisão ratificada tanto no recinto de debates da Fiesp quanto nos gabinetes da administração estadual paulista" –, "só um piquete do lado de fora da fábrica poderia fazer frente tanto à triagem policial entre 'grevistas' e 'trabalhadores' quanto aos ataques da tropa de choque"[108]. Tratando de greve ocorrida na Cobrasma (Osasco), em

---

[105] Paulo Fontes, op. cit., p. 166-171
[106] Hélio da Costa. *Em busca da memória...*, p. 184.
[107] Antonio Luigi Negro, op. cit., p. 91.
[108] Antonio Luigi Negro, op. cit., p. 37.

dezembro de 1950, e duramente reprimida pela polícia, Negro observa que: "se a greve era tratada como um delito – e não um direito constitucional –, a rua bem podia ser vista com a ante-sala da prisão, da demissão ou de punições"[109]. Por isso, lembra o historiador que:

> A palavra piquete não significa apenas o ajuntamento de grevistas dispostos em frente a uma fábrica ou um cordão em marcha nos bairros proletários. Também significa o destacamento de soldados para a guarda avançada de postos estratégicos. *Piquete contra piquete – eis aí um aspecto menosprezado nas apreciações das greves entre o final dos anos 40 e os meados dos anos 60*, subestimação cujo apogeu culminou com a Greve dos 400 Mil de 1957. A aliança empresarial-policial, diga-se logo, e os piquetes de cavalaria não são uma invenção do pós-30 (...).[110]

Pelo exposto, fica evidente que nossa a análise sobre os piquetes na Greve de 1980 é amplamente tributária dos recentes estudos que procuraram reformular as interpretações do período 1945-1964. Com efeito, se recorrermos aos inúmeros indícios – apresentados neste capítulo e no anterior – referentes aos padrões de constituição e ação dos piquetes, é notável a inadequação das teses de Rodrigues e Lopes para pensarmos o caso dos metalúrgicos sambernardenses. Isso fica ainda mais patente quando consideramos alguns atributos dos piqueteiros detidos durante a "Greve dos 41 dias" e arrolados na documentação do Deops. Entre os 207 detidos cujos locais de nascimento foram indicados, constatamos que 87,92% *não* eram naturais da Grande São Paulo. Entre os migrantes, destacavam-se os nordestinos que respondiam por 43,41%. Desse modo, ainda que não saibamos o momento em que deixaram seus locais de nascimento, fica indicada a ampla participação de trabalhadores migrantes em piquetes. No que tange à escolaridade dos piqueteiros, dispomos de informações sobre instrução formal para apenas 67 dos detidos pela polícia. Ainda assim, a homogeneidade dos indícios chama a atenção: 92,54% da amostra possuem *no máximo* o primário completo. Em relação ao nível de qualificação profissional, dos 133 trabalhadores detidos cuja profissão foi identificada, a ampla maioria exercia profissões classificadas como não-qualificadas ou semiqualificadas[111]. Portanto, os piqueteiros detidos durante a "Greve

---

[109] Antonio Luigi Negro, op. cit., p. 49.

[110] Antonio Luigi Negro, op. cit., p. 44. No mesmo sentido, vale lembrar que, no já mencionado estudo de Philip Taft e Philip Ross sobre o movimento operário dos EUA, conclui-se que confrontos entre piquetes grevistas e policiais estão entre os principais focos em que irrompe a violência operária.

[111] Na segunda metade dos anos 70, na indústria automobilística, por exemplo, os trabalhadores horistas totalizavam 82 funções, assim distribuídas: 38 não-qualificadas, 31 semiqualificadas e 13 qualificadas. Para uma relação das funções, cf. Luis Flávio Rainho. *Os peões do grande ABC*: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 237.

dos 41 dias" eram, fundamentalmente, operários *migrantes, não-qualificados ou semiqualificados e com poucos anos de instrução formal*, atributos bastante distintos daqueles *supostos* por Rodrigues para os piqueteiros das greves dos operários paulistanos dos anos 50.

Se, em São Bernardo do Campo, nas greves de 1978, os operários qualificados – os quais, além de apresentarem taxas mais elevadas de sindicalização, contavam com mais tempo de vida urbana e mais anos de instrução formal[112] –, mostraram-se fundamentais, especialmente por sua posição no processo de trabalho, para desencadear e sustentar a paralisação dentro das fábricas[113], nas Greves de 1979 e 1980, outros atores ganharam, também, *visibilidade*. Com efeito, uma vez que a mobilização operária espraiou-se pelas ruas da cidade – especialmente, dos bairros operários –, trabalhadores migrantes, não-qualificados ou semiqualificados e com poucos anos de instrução formal – muitos deles não sendo ativistas sindicais e, às vezes, nem mesmo sindicalizados – viram, *também*, nos piquetes uma importante forma de contribuir para a sustentação do movimento paredista. Nesse processo, parece ter contado tanto sua adesão às reivindicações do movimento – e sua confiança na greve como meio para obtê-las – quanto, como vimos no Capítulo 1, sua inserção em redes sociais que os arrastavam para a mobilização coletiva.

Alguns dos fatores que possivelmente levaram também operários migrantes, não-qualificados ou semiqualificados e com poucos anos de instrução formal a engajarem-se, na Greve de 1980, com intensidade – inclusive em piquetes – já podiam ser vislumbrados em estudos que, nos anos 60, apontavam as debilidades da ação coletiva entre trabalhadores com tal perfil. Pesquisando, em meados dos anos 60, os operários de uma indústria automobilística sambernardense, Leôncio Martins Rodrigues perguntou-lhes se a greve poderia melhorar a situação dos trabalhadores e constatou que a maior proporção dos que responderam afirmativamente à questão foi encontrada *entre os migrantes*. Diante do dado inesperado ("contraditório"), o sociólogo, declarando que poderia apenas "opinar", sugeriu: "não se pode excluir que – na ausência de recursos individuais que os capacitem a ascender na empresa e em decorrência do

---

[112] Leôncio Martins Rodrigues. "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical". In: *Partidos e Sindicatos*: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990, p. 139.

[113] Aloizio Mercadante Oliva. *Estado autoritário e desobediência operária*: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dissertação (Mestrado). Campinas: DEPE-Unicamp, 1988, p. 436.

descontentamento mais acentuado que manifestam quanto aos salários – *inclinem-se mais fortemente a aceitar a greve*"[114]. Juarez Rubens Brandão Lopes, por sua vez, observando, durante a Greve dos 400 Mil (1957), os operários, em sua maioria migrantes e não-qualificados ou semiqualificados, de uma indústria paulistana, concluía que, além dos piquetes, outro componente para que os trabalhadores aderissem à parede foi o "vago sentimento de solidariedade aos colegas de trabalho", o qual ancorava-se, fundamentalmente, em relações de amizade entre aqueles que trabalhavam mais próximos e em vínculos de parentesco ou conterraneidade. Apesar de constatar que, durante a greve, a troca de opiniões "deu-se entre os *operários que moram vizinhos* ou que, sendo *parentes ou amigos, se visitaram no entretempo* ou ainda, de manhã, nos *grupos que todos os dias se formavam nas proximidades da fábrica*", não via, nessas pequenas interações e grupos, base para "ações coletivas maiores"[115].

Após recuperarmos obras fundadoras da literatura sobre piquetes e alguns dos questionamentos mais recentes que a elas se fizeram, resta considerarmos o que a bibliografia sobre a Greve de 1980 informa-nos sobre os piquetes. Nesse sentido, podemos afirmar que alguns autores nem mesmo os mencionaram, visto que não tinham os padrões de mobilização operária como foco prioritário[116]. Outros relataram a ação dos piquetes, mas não lhes conferiram maior centralidade em suas investigações[117]. Finalmente, houve aqueles que os obliteraram. Entre estes, estava Aloízio Mercadante Oliva, que, *a serviço do SMSBCD*, coordenou e publicou, em meados dos anos 80, uma obra onde podemos ler que a Greve de 1980 fora: "*realizada sem piquetes* e mantida por 41 dias, apesar da intervenção no Sindicato, prisões de diretores e ativistas e a fortíssima repressão policial e militar sobre os trabalhadores"[118]. A afirmação é intrigante. Afinal, por que em livro encomendado pelo SMSBCD não se reconhecia a atuação dos piquetes no movimento paredista? A equipe de editoração da obra afirma que, na elaboração da mesma, "tomou conta de nós a certeza de estarmos reconstruindo

---

[114] Leôncio Martins Rodrigues. *Industrialização e Atitudes Operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 126.
[115] Juarez Rubens Brandão Lopes, op. cit., p. 57-66.
[116] Por exemplo, Kátia Rodrigues Paranhos. *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: Unicamp, 1999.
[117] Por exemplo, Ricardo L. C. Antunes. *As formas da greve*: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986.
[118] Aloízio Mercadante Oliva (coord.). *Imagens da Luta*: 1905-1985. São Bernardo do Campo: SMSBCD, 1987, p. 180. A afirmação é repetida em Aloízio Mercadante Oliva. *Estado autoritário e desobediência operária*: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dissertação (Mestrado). Campinas: DE-Unicamp, 1988, p. 522.

a história do passado com os olhos de quem quer olhar o futuro”[119]. Esqueceram de acrescentar que seus olhos eram, também, de quem *não* podia deixar de olhar o presente. Neste, encontraremos elementos para entender a obliteração da ação dos piquetes na Greve de 1980.

Desde fins dos anos 70, o SMSBCD constituía-se em um dos pilares do emergente “novo sindicalismo”, cujas lideranças mais expressivas – muitas vezes, amparadas em intelectuais como Oliva – afirmavam sua “novidade” tanto em contraponto ao peleguismo então predominante no movimento sindical quanto em oposição ao “velho sindicalismo” vigorante até 1964[120]. Este, na memória histórica vigente nos anos 70, reforçada por trabalhos como os de Rodrigues e Lopes, tinha o piquete como seu “ícone identificador”. Na medida em que propunha uma “clara ruptura com *toda* a experiência sindical do passado”[121], o “novo sindicalismo” enfatizava a suposta “novidade de suas comissões [de fábrica] e se orgulhava de fazer greves sem piquetes”[122]. Com efeito, a necessidade de piquetes poderia ser entendida, por exemplo, como “falta de consciência” proveniente de “falta” de trabalho de base, suposição inadmissível para dirigentes do SMSBCD que se diziam expressão “autêntica” das bases e adversários do “cupulismo” que caracterizaria o sindicalismo do período 1945-1964. Desse modo, a Greve de 1980 – mantida sem a máquina sindical e sem algumas de suas principais lideranças; marcada por grande adesão e forte comprometimento dos operários com o sindicato – foi tomada pelos “novos sindicalistas” como um de seus símbolos[123]. Admitir que os piquetes haviam sido constitutivos – e mesmo decisivos – da Greve de 1980, seria maculá-la com traços do “velho sindicalismo”, contra cujos supostos herdeiros – identificados pelos “novos sindicalistas” fundamentalmente com os militantes do PCB – ainda se disputava, no presente, a hegemonia do movimento sindical brasileiro. Assim, acentuar as supostas diferenças entre o passado e o presente era um meio de ganhar forças para as lutas coetâneas, sobretudo, quando aquele era identificado com a “derrota” do Golpe de 1964 e este com o ascenso da luta dos

---

[119] Cf. Aloízo Mercadante Oliva (coord.), op. cit., “nota da equipe de editoração”.
[120] *Hélio da Costa. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo...”, p. 90.*
[121] Aloízo Mercadante Oliva (coord.), op. cit., p. 162-163.
[122] Antono Luigi Negro, op. cit., p. 119.
[123] Tal caráter não pesou sobre a Greve de 1979, em que a publicação oficial do SMSBCD coordenada por Oliva pôde assumir a presença de piquetes. Cf. Aloízo Mercadante Oliva (coord.), op. cit., p. 162.

trabalhadores na transformação social e na derrubada do regime militar[124]. Tal visão ruptural da história do movimento sindical e operário redundava em significativos efeitos colaterais. Entre eles, especificamente no caso dos piquetes, a dificuldade de percebê-los como elemento constitutivo, mais visivelmente desde meados do século XX, de uma tradição operária de mobilização coletiva[125].

Ainda que os piquetes tenham colaborado para a constituição, na Greve de 1980, da "comunidade operária", esta se baseou, primordialmente, nas redes sociais dos trabalhadores, visto que elas mostraram-se fundamentais até mesmo para a formação de piquetes. Se a conjuntura sociopolítica brasileira da segunda metade dos anos 70 foi imprescindível para *visibilizar* as redes sociais dos trabalhadores como recurso de mobilização coletiva, a tessitura destas ocorreu, todavia, de forma bem mais lenta por meio de processos centrais, desde meados do século XX, na formação da classe. Assim, no próximo capítulo, exploraremos aspectos da migração, urbanização, industrialização e sociabilidade urbana, evidenciando suas potencialidades para a constituição de um denso tecido relacional entre os trabalhadores sambernardenses.

[124] Cf. Marco Aurélio Santana. "O 'novo' e o 'velho' sindicalismo..." e Marco Aurélio Santana. "Entre a ruptura e a continuidade...".
[125] Devemos este argumento ao Prof. Paulo Fontes.

Capítulo 3

Tecendo redes sociais:
apontamentos sobre migração, urbanização, industrialização e sociabilidade

(...) estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico.

E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*.

Processos de longo curso e tessitura de redes sociais

Nos capítulos anteriores, vimos como as redes sociais dos operários sambernardenses constituíram-se, na Greve de 1980, em "canais de mobilização", mostrando-se "um nível intermediário crucial" para entendermos o processo mobilizatório, afinal, por meio delas, indivíduos "interagiram" e "se influenciaram" mutuamente e "se engajaram em negociações", produzindo "esquemas cognitivos e motivacionais necessários à ação coletiva"[1]. Salientamos igualmente que no aproveitamento do potencial mobilizador das redes sociais, a conjuntura sociopolítica brasileira da segunda metade dos anos 70 e esforços deliberados de dirigentes e ativistas sindicais foram *imprescindíveis*.

Entretanto, como ficou sugerido anteriormente, grande parte dos vínculos mobilizados durante a "Greve dos 41 dias" era preexistente ao evento, o que nos remete à necessidade de esboçarmos linhas gerais do processo de tessitura de redes sociais entre os trabalhadores sambernardenses. Para isso, ainda que priorizando bastante a década de 70, revisitaremos aspectos de processos que, desde meados do século XX, foram centrais na formação da classe trabalhadora brasileira, vale dizer, migração, urbanização, industrialização e sociabilidade urbana[2], destacando como os trabalhadores sambernardenses – boa parte deles operários metalúrgicos – agiram sob(re) os mesmos e as potencialidades dessas ações para a imbricação e adensamento de suas redes sociais[3]. Assim, indicaremos como transformações no espaço urbano sambernardense repercutiam e tinham repercussões sobre as relações sociais tecidas entre os trabalhadores da cidade. Enfim, antes que tomar a concentração operária – em fábricas e bairros – característica de São Bernardo como ponto de chegada, trata-se de considerá-

---

[1] Os termos entre aspas foram extraídos da discussão de Dulce Maria Tourinho Baptista sobre possíveis "conteúdos emancipatórios" das redes sociais. Cf. *Nas Terras do "Deus-Dará"*: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1998, p. 260. A autora, por sua vez, baseou-se em Alberto Melucci. "Um objetivo para os movimentos sociais". *Lua Nova*, n. 17, 1989.

[2] Cf. Paulo Fontes. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese (Doutorado). IFCH-Unicamp, 2002.

[3] Importantes dificuldades e limitações permearam a elaboração deste capítulo, pois, como constatou Regina Weber: "De um ponto de vista histórico, os estudos de cultura operária pertencem a uma história do trabalho (ou história operária) que reclamam de uma literatura que privilegiou a história institucional da classe operária ou eventos significativos do movimento operário e, então, volta-se para o cotidiano de vida e trabalho dos operários, sem deixar de referir-se ao contexto sociopolítico envolvente. Assim, recorre-se à noção de cultura, que é tomada em seu sentido 'antropológico', como 'modo de vida'. *Justamente por se afastar da história político-institucional, nem sempre é possível distinguir o que é operário do que é 'popular'*". Cf. "Considerações sobre a cultura operária". *Humanas*, 1, 1999, p. 79.

la um ponto de partida para investigar "mecanismos de agregação e associação"[4] vivificados pelos trabalhadores da cidade, uma vez que a Greve de 1980 indicou-nos que, para o período estudado, a formação da classe trabalhadora passou, também, pela "pequena escala", pelas "interdependências face a face"[5].

Objetivando ampliar nossas possibilidades de descrição, enfocamos exclusivamente práticas socioculturais empreendidas pelos trabalhadores sambernardenses no âmbito do município. Ainda que estas ocupem larga extensão na vida social de muitos deles, vale lembrar que eles poderiam circular, também, por cidades vizinhas, como Santo André, Diadema e São Paulo, além de outras. Assim, não cabe imaginarmos qualquer forma de isolamento "geográfico" ou "social".

Redes sociais, migração e reassentamento residencial

Após uma demorada e cansativa viagem, Dorgival Ferreira da Silva chegou, em janeiro de 1976, à São Bernardo do Campo. Juntamente com sua mãe e seus irmãos, reencontrava o pai, que, desde 1970, já se achava na Capital do Automóvel e, finalmente, reunira condições para trazer o restante da família, a qual se estabeleceria na Vila Ferrazópolis. Assim, Dorgival inseria-se em um fluxo migratório que conectava a cidade do ABC paulista e Garanhuns (PE), pelo menos desde meados do século XX, quando seu avô, Zé João, assentara-se em terras sambernardenses. O pioneiro, "quase fundador" da Vila Ferrazópolis, foi, desse modo, importante referência para irmãos e filhos que optaram por, também, residir no bairro. Papel semelhante cumpriu a família de Celso Germano da Silva, quando partindo de Andradina (SP), em meados do século passado, rumou para São Bernardo e, após alguns anos vivendo no Centro da cidade, mudou-se para a Vila dos Vianas, onde ulteriormente outros parentes passaram a residir. Por sua vez, José Ferreira de Souza, mineiro de Açucena, assegura que sua chegada em São Bernardo ocorreu em 19 de julho de 1968. Imediatamente, procurou sua irmã mais velha, a qual residia em um barraco na Favela do Jardim do Lago, local onde ele viveria as quatro décadas seguintes. Já Maria de Fátima Araújo Ramos afirma que foram seus vizinhos em São Joaquim (PI) que a convidaram, em 1975, para retornar com eles à

---

[4] Fernando Teixeira da Silva. "Sociabilidade Operária e a Teoria das Massas Isoladas: os Portuários em Perspectiva Internacional". *Anais do X Encontro Estadual de História* - ANPUH/SC, Florianópolis: ANPUH/SC; Proextensão/UFSC, 2004.

[5] Talja Blokland e Mike Savage. "Networks, class and place". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25 (2), 2001, p. 223.

Capital do Automóvel. Oferta que a jovem não declinou. Mesma atitude adotada por Pio de Souza Santos, quando seu pai, um primo e mais dois colegas dirigiram-se, em 1977, para São Bernardo, com o intuito de se alojarem na casa de um conterrâneo deles, natural de Tucano (BA)[6].

Os relatos de Dorgival, Celso, José, Maria e Pio fornecem-nos significativos indícios da importância das redes sociais no processo migratório, como já constatado em outras investigações sobre os volumosos deslocamentos populacionais internos que, ampliando-se na segunda metade do século XX, mudaram a face do Brasil. Ainda nos anos 60, por exemplo, em uma das primeiras pesquisas sobre a migração rural-urbana para a capital paulista, Durhan enfatizava que "a migração de uma pessoa não é um fato isolado, mas um aspecto de um processo que envolve a movimentação sucessiva de pessoas diferentes e pode-se estender por tempo considerável". Mais adiante, taxativamente, afirmava:

> Quer se trate da movimentação de indivíduos ou de famílias, a direção do movimento depende, em grande parte, da tradição migratória do grupo de relações primárias original. As pessoas migram para as localidades onde tenham conterrâneos, amigos ou parentes (...). Vai-se para onde está a família do irmão, do pai, os antigos vizinhos, os amigos da infância.[7]

Pesquisas mais recentes que abordaram a migração para a Grande São Paulo nas décadas de 1940 a 1990 voltaram a salientar como muitos migrantes organizaram seu deslocamento mobilizando vínculos – tecidos desde os locais de origem – de parentesco, amizade, compadrio, vizinhança etc. por meio dos quais puderam dispor de informações sobre a cidade receptora e ofertas de emprego, de um local provisório para moradia e de uma série de outros elementos que contribuiriam para minorar custos e inseguranças envolvidas no processo migratório. Baptista, por exemplo, em trabalho sobre a migração nordestina, na segunda metade do século XX, para a capital paulista, esclarece que as redes sociais "servem de apoio para o movimento da migração, assim como para o assentamento, engajamento e apropriação do espaço urbano"[8]. Simultaneamente, apontam alguns estudos, os migrantes, ao orientarem-se por suas

---

[6] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009; Entrevista com Celso Germano da Silva, concedida ao autor em 16/10/2008; Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009; Entrevista com Maria de Fátima Araújo Ramos, concedida ao autor em 03/07/2009 e Entrevista de Pio de Souza Santos, concedida ao autor em 06/08/2009.

[7] Eunice R. Durhan *A caminho da cidade*: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 130 e 134-135 (respectivamente).

[8] Dulce Maria Tourinho Baptista, op. cit., p. 11.

redes sociais, criariam a possibilidade de constituir, em determinadas localidades da cidade receptora, concentrações de pessoas provenientes de um mesmo ponto de origem[9]. Algo sugerido, também, por um levantamento populacional empreendido, em 1979, pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (PMSBC), o qual, aglutinando os, aproximadamente, 600 pontos habitacionais do município (vilas, favelas, conjuntos habitacionais etc.) em 17 macro-bairros[10], revelou que, tomados por seus *locais de nascimento*, os migrantes *não* se distribuíam de maneira proporcional pela área urbana, como se observa na tabela abaixo, onde podemos comparar a população migrante de três macro-bairros entre si e com a da cidade tomada em conjunto:

TABELA 1

Locais de nascimento da população migrante sambernardense (1979)								
		Baeta Neves		**Ferrazópolis**		**Casa**		***São Bernardo***
Local de Nascimento		**%**		**%**		**%**		**%**
Grande São Paulo (exceto SBC)		22,42		10,14		10,42		32,65
Outros municípios do estado de SP		35,54		17,60		21,86		27,77
Região Norte		0,12		0,41		0,00		0,54
Região Nordeste		9,92		35,20		23,89		15,43
Região Sudeste (exceto SP)		23,03		28,58		29,09		13,34
Região Sul		4,37		4,14		11,14		4,30
Região Centro-Oeste		0,79		0,83		1,88		0,52
Outro país		3,13		2,91		1,59		5,01
Não Informou		0,67		0,02		0,10		0,44
Total		100		100		100		100
Fonte: *Pesquisa Sócio-Econômica*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1979.								

Se, para o município como um todo, predominavam os migrantes nascidos na Grande São Paulo, o mesmo não ocorria em nenhum dos três macro-bairros sambernardenses selecionados para comparação. Com efeito, no Baeta Neves, o grupo saliente de migrantes tem por local de nascimento o interior do estado de São Paulo. No

[9] Para as décadas de 40 a 60 e a forte presença nordestina em São Miguel Paulista, Cf. Paulo Fontes, op. cit. A elevada concentração de nordestinos em uma favela paulistana foi investigada, nos anos 90, por Dulce Maria Tourinho Baptista, op. cit. Sobre a migração de mineiros de Barbacena, entre os anos 60 e 90, para o Jardim Barbacena (Cotia – SP), Cf. Célia Toledo Lucena. *Artes de lembrar e de inventar*: (re) lembranças de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. Baseada na aplicação de questionários entre moradores de diversas favelas da periferia paulistana, uma pesquisadora, na segunda metade da década de 70, generalizava: "É comum os migrantes de uma mesma região se concentrarem numa mesma área". Cf. Arlete Moysés Rodrigues. *Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1981, p. 95-96.

[10] Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979. Oficialmente, a divisão por macro-bairros utilizada pela *Pesquisa* só foi instituída pelo decreto municipal nº 6.441 de 10 de março de 1980. Este dividiu a cidade em 23 porções, sendo que 6 delas eram escassamente habitadas em 1979 e, por isso, não foram abrangidas pelo levantamento.

Ferrazópolis, essa posição é ocupada pelos nordestinos e, no Casa, destacam-se os migrantes naturais da região Sudeste (excluído o estado de São Paulo).

Quando descemos, por meio de outras fontes, à escala dos bairros sambernardenses, encontramos mais indicações sobre a existência, em alguns deles, de agrupamentos salientes de migrantes. Assim, por exemplo, matéria publicada em março de 1978 pelo jornal sambernardense *A Vanguarda* mencionava "uma favela que ficou popularmente conhecida entre os moradores do bairro [Jardim da Represa] como 'segunda Bahia'"[11]. Outra concentração de "migrantes, principalmente da Bahia", também existiria, segundo o mesmo jornal, entre os moradores da favela do Parque São José, onde residiriam, "geralmente", "famílias de operários não-qualificados de pequenas indústrias do município"[12]. Sobre a favela do Jardim Petroni, o mesmo órgão da imprensa local assegurava que "grande parte dos moradores é oriunda de Minas Gerais e têm profissão definida, em algumas indústrias"[13]. Por sua vez, o pernambucano Dorgival Ferreira da Silva afiançou-nos que, nos anos 70, na Vila Ferrazópolis, onde residia, "era muito forte [a "comunidade"] do Ceará", natural, especialmente, do município de Várzea Alegre[14]. Já Gilberto de Souza Cunha, morador, desde os anos 1950, da Vila do Tanque, bairro da periferia de São Bernardo, garantiu-nos que "três quartos" dos moradores da rua em que se situa sua casa "são mineiros de Lambari"[15]. Até mesmo em algumas pensões sambernardenses, concentrações similares poderiam ser encontradas, uma vez que, não raramente, era por meio de informações de parentes e conterrâneos – ou seja, de suas redes sociais – que trabalhadores definiam a pensão na qual se estabeleceriam. Nesse sentido, Raimundo Alexandre Sobrinho, que, em 1976, veio para São Bernardo com um amigo, passando a morar em uma pensão onde já residiam "muitas" outras pessoas, assim como ele, naturais de Souza (PB), assegurou-nos que "o lugar era gostoso de morar. Todo mundo era conhecido, era de nossa região e tratava a gente muito bem"[16]. Finalmente, João Francisco da Silva, morador, nos anos 70, de uma das áreas periféricas do macro-bairro Baeta Neves, buscando explicar a concentração de mineiros na favela em que residia, declara que:

---

[11] A Vanguarda, 04/03/1978.
[12] A Vanguarda, 26/01/1980.
[13] A Vanguarda, 26/01/1980.
[14] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.
[15] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[16] Entrevista com Raimundo Alexandre Sobrinho, concedida ao autor em 24/08/2009. Cf., também, José Sérgio R. C. Gonçalves. *Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 122.

> Em 76, 77, a favela do Parque São Bernardo já era uma das maiores de São Bernardo do Campo. Por que ela era a maior? Porque *a favela do Parque São Bernardo é composta por mais de 80% de mineiro, o pessoal estava vindo de Açucena e é aquela situação: vem o primo, vem a tia, vem o afilhado não sei de quem*.[17]

Pesquisa empreendida, em 1976, pela PMSBC, na região em que residia João Francisco, corroborou seu depoimento ao constatar que, aproximadamente, 40% das famílias entrevistadas vieram morar onde se encontravam porque tinham "parentes ou amigos no local"[18], explicitando, assim, a relevância que as redes sociais poderiam assumir no reassentamento urbano dos migrantes.

Valendo-se, portanto, dos recursos de que dispunham, os migrantes deixavam suas marcas nos processos de migração e urbanização, afirmando-se como agentes nestes. Condições adversas experimentadas nos pontos de origem e oportunidades entendidas como favoráveis nos locais de destino[19] podiam conectar-se por meio de vínculos constitutivos das redes sociais dos migrantes, estimulando e viabilizando a migração. Ainda que pressionados por elevados custos de moradia ou pela saturação habitacional de certas regiões da cidade, seu reassentamento residencial em São Bernardo poderia pautar-se, também, pela consideração da importância de determinados vínculos sociais, estabelecendo uma apropriação ativa do espaço urbano local[20].

Monitorando, nos anos 1970, o acelerado crescimento da população sambernardense, agentes da PMSBC indicaram, em diversas ocasiões, a importância das redes sociais no processo. Em 1972, documentos oficiais apontavam, sobre o rápido aumento da população favelada da cidade, que "os favelados iniciais *trouxeram seus amigos e parentes*, fazendo crescer as favelas"[21]. Em 1974, amplo levantamento conduzido pela PMSBC nos bairros periféricos da cidade destacava, em sua

---

[17] Entrevista com João Francisco da Silva Neto, concedida a Luiz Carlos Miranda do Nascimento em 08/03/1992 e 13/06/1993. Cf. *Vila Comunitária*: uma proposta alternativa para a habitação popular. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1993, p. 89.

[18] *PDIM*, vol. 09. PMSBC, 1977. p. 89 (Caderno VII). Uma pesquisa de meados dos anos 70 estimou que, na capital paulista, aproximadamente 70% das famílias de "classe baixa" ou "média baixa" possuíam parentes morando "no mesmo quarteirão" ou "no mesmo bairro" em que elas residiam. Cf. Manoel Tosta Berlinck. *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975, p. 92.

[19] Como algumas pesquisas recentes apontam, a migração é impulsionada por fatores objetivos associados de expulsão-atração, ambos filtrados pela subjetividade do migrante. Cf. Dulce Maria Tourinho Baptista, op. cit., p. 112-113.

[20] Isso pode ser, claramente, verificado nos núcleos favelados incrustados nos macro-bairros Baeta Neves e Ferrazópolis, os quais possuíam favelas surgidas na mesma ocasião e, todavia, considerando, em 1982, os moradores delas por local de nascimento, constatamos dois grupos migrantes salientes distintos: no Ferrazópolis, 48,49% da população favelada é natural do Nordeste. Por sua vez, é no Sudeste (com exceção de SP) que nasceram 50,52% dos favelados do Baeta Neves. Cf. *Favelas de São Bernardo do Campo*. SPE. PMSBC, 1982.

[21] Cf. *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972, p. 24.

metodologia, que "considerou-se na pesquisa o conceito de família nuclear (família composta por pais e filhos) – *agregados parentes e/ou conterrâneos (amigos)*"[22]. Portanto, além de parentes residindo em uma mesma moradia, a figura do "conterrâneo-amigo" já era prevista, o que nos sugere a sua recorrência. Finalmente, em 1978, quando tentavam conter o intenso fluxo migratório que ajudava a fomentar a expansão da periferia de São Bernardo – que crescia, sobretudo, por meio da proliferação de barracos e favelas –, agentes da PMSBC voltaram a salientar as redes sociais dos migrantes como importante fator na definição da migração e do reassentamento no espaço urbano sambernardense, uma vez que:

> (...) o Grupo de Desfavelamento tem mantido várias reuniões com os favelados. Nestas reuniões, tem sido apresentado um roteiro áudio-visual, que parte da experiência individual de um casal, que, buscando vida melhor, *emigra para a cidade e, gradativamente, vai trazendo mais gente até ser impossível a vida deles no barraco que haviam construído*. Assim, os favelados vão sendo conscientizados da necessidade de tomadas de medidas para *garantir a quem já está com a vida melhor do que veio procurar*.[23]

Aparentemente, ainda que precarizando suas condições de vida, os migrantes em questão prosseguiam mobilizando suas redes sociais e realimentando o fluxo migratório, o que levava os protagonistas do "desfavelamento" sambernardense a quererem "reeducá-los", configurando-se, assim, um confronto de valores e práticas socioculturais. Pedro Custódio Ribeiro, por exemplo, empregado na Volkswagen como ajudante e recebendo dois salários mínimos por mês, apesar de residir, em 1978, em um grande barraco no Jardim Petroni, bairro periférico da cidade, pensava em trazer o pai, a mãe e os irmãos, que estavam no Paraná, para morarem com ele[24]. Com isso, revelava as grandes dificuldades que os agentes da administração local encontrariam para "impedir que eles [os migrantes residindo em favelas] possam trazer parentes e amigos de seus pontos de origem"[25].

É certo que nem todos os migrantes que ingressavam em São Bernardo precisavam ou podiam contar com redes sociais. Especialmente parte do grande volume de pessoas que se deslocava para a Capital do Automóvel tendo como último local de residência outros municípios da Grande São Paulo – em 1979, 53,27% dos migrantes morando na cidade[26] – podia dispor de informações e outros recursos suficientes para

---

[22] Cf. *Pesquisa em Áreas Precárias*. *PDIM*, vol. 08. PMSBC, 1977, p. 251.
[23] FSB, 25/02/1978.
[24] FSB, 25/02/1978.
[25] A Vanguarda, 08/04/1978.
[26] *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.

organizar seu deslocamento e seu reassentamento urbano por conta própria. Por outro lado, uma vez instalados, podiam realimentar o fluxo migratório. Outros migrantes, contudo, dispunham de condições bem menos favoráveis. Nesse sentido, em junho de 1972, a *Folha de São Bernardo*, periódico local, clamava em suas páginas que:

> (...) a cidade precisa de um albergue noturno. (...) Vantagens práticas do albergue noturno: as pessoas em trânsito pela cidade, *ou que chegam ao município quase sem dinheiro ou mesmo sem nada no bolso* teriam um *lugar para ficar provisoriamente* até que a situação melhorasse (...). O albergue, segundo conceitos atuais teria condições de *encaminhar pessoas desempregadas* e determinar meios de recuperação para elementos sem endereço fixo.[27]

Enredados ou não, os migrantes fomentaram as elevadas taxas de urbanização e crescimento populacional apresentadas, entre 1950 e 1980, por São Bernardo do Campo. Se, em 1950, 73,8% da população do município já vivia na zona urbana, trinta anos depois, o percentual havia atingido a cifra de 99%[28]. A rápida expansão da população, por sua vez, pode ser verificada na tabela abaixo:

TABELA 2

Crescimento vegetativo e migratório de São Bernardo do Campo (1950-2000)				
Ano	**População**	**Tx. Cresc. Anual %**	**Particip. Cresc. Veg. %**	**Particip. Cresc. Mig. %**
1950	29.295			
		10,74	30,73	69,27
1960	81.255			
		9,52	29,28	70,72
1970	201.662			
		7,76	38,69	61,31
1980	425.602			
		2,64	83,20	16,80
1991	566.893			
		2,42	62,71	37,29
2000	703.177			
Fonte: *Compêndio Estatístico*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 2007.				

[27] FSB, 04/06/1972.

[28] Pedro Rubens Coppini Blum. *São Bernardo do Campo*: um exemplo de desenvolvimento urbano condicionado por variáveis externas. Dissertação (Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 1985, p. 114. Para o Brasil, registrou-se, em 1980, a taxa de 68,86% e, para a região Sudeste, 82,79%. Cf. Maria Isabel Schulz Pimentel. *O migrante em São Bernardo do Campo*: experiências e expectativas de migrantes ingressos entre 1950 e 1980 em São Bernardo do Campo e sua integração à cidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1997, p. 23-24. A população urbana de São Bernardo cresceu, também, entre 1950-1970, porque o município perdeu parte de sua área rural com a emancipação de Diadema (1959). Além disso, o perímetro urbano foi alargado passando a englobar áreas rurais densamente povoadas e carentes de urbanização. Cf. *PDIM*, vol. 14. PMSBC, 1977, p. 6.

Constata-se que, entre 1950 e 1980, o número de habitantes da cidade multiplicou-se mais de 14 vezes[29], sendo que, até a década de 1980, o principal componente desse crescimento era a migração. Fatores como a crise econômica nacional e os limites da expansão industrial e urbana da região do ABC paulista e da Grande São Paulo contribuíram para que, nos anos 80, o padrão de incremento populacional iniciado na década 50 se alterasse e o crescimento vegetativo passasse a ser o componente principal de expansão da população do município[30]. Nesse sentido, podemos dizer que São Bernardo acompanhava, em um ritmo bem mais veloz, tendências gerais pelas quais passava o Brasil. Notamos, nacionalmente, a mesma preponderância, até a década de 1980, do "fator migratório" no crescimento da população urbana. Esta, porém, na segunda metade do século XX, multiplicou-se, ao nível nacional, "apenas" 7,3 vezes[31]. A célere expansão urbana do país era marcada pela concentração populacional em grandes cidades e no anel periférico que as cercava. Daí a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras a partir dos anos 1970[32]. Em 1980, nelas já residiam, aproximadamente, 30% da população nacional[33]. Desse modo, não é surpreendente que São Bernardo, na década de 1970, tenha recebido seu maior contingente absoluto de migrantes: 137.297 pessoas.

O *Censo* de 1970 havia estimado em 71,70% a população migrante da cidade[34]. Taxa que, segundo a *Pesquisa Domiciliar*, realizada pela Secretaria de Planejamento e Economia da PMSBC, teria aumentado, em 1974, para 78,64%[35]. O mesmo órgão municipal, através da *Pesquisa Sócio-Econômica*, executada em 1979, estimou que a população migrante da cidade havia refluído, ligeiramente, para 73,45%[36]. Segundo o *Censo* de 1970, 84,23% dos migrantes sambernardenses residiam, antes de se

---

[29] Se, em 1960, a população de São Bernardo correspondia a 16,5% da população do ABC, em 1980, essa proporção havia subido para 26%. Cf. Pedro Rubens Coppini Blum, op. cit., p. 113.

[30] Cf. Maria Isabel Schulz Pimentel, op. cit., p. 44; Marcelo Luiz Côrrea. *São Bernardo do Campo*: descaracterização da paisagem urbano-industrial e a "nova pobreza urbana". Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000, p. 36.

[31] Cf. Fausto Brito, op. cit., p. 223 e F. Brito, C.G.C. Horta e E.F.F. Amaral. "A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas". Cedeplar – IUSSP, 2002, p. 5.

[32] Cf. F. Brito, C.G.C. Horta e E.F.F. Amaral, op. cit., p. 6 e Elza Berquó. "Evolução demográfica". In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 24.

[33] Cf. Pablo Benetti C. e Carlos B. Vainer. "Migrações e metrópoles". *Travessia – Revista do Migrante*, n. 2, set./dez. 1988, p. 5 e F. Brito, C.G.C. Horta e E.F.F. Amaral, op. cit., p. 8.

[34] Como termo de comparação, podemos lembrar que o mesmo *Censo* estimou em 47,96% a população migrante do município de São Paulo.

[35] Para os dados do *Censo* (1970) e da *Pesquisa Domiciliar* (1974), Cf. *PDIM*, vol. 14. PMSBC, 1977.

[36] *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.

estabelecer no município, em "zona urbana". Esta categoria encobre, seguramente, experiências muito distintas, afinal, engloba de pequenas cidades do interior a expressivos centros regionais. Sugere-nos, todavia, a pequena parcela de migrantes que se deslocava diretamente de "zonas rurais" para São Bernardo.

O volumoso ingresso de migrantes na cidade não ocorreu, todavia, sem estranhamentos. Para a elite local, especialmente, a figura do migrante era carregada de ambivalências. Ao folhearmos as páginas da *Folha de São Bernardo* – periódico que durante parte dos anos 70 serviu como Diário Oficial do Município – constatamos como, ao longo da década, os migrantes foram perdendo sua condição de "mal necessário" para fomentar o desenvolvimento industrial da cidade e se tornando um "encargo" gravíssimo que onerava os recursos municipais.

Em 1971, ufanando-se dos "maravilhosos números do Censo", a *Folha* mencionava o extraordinário crescimento da população da cidade[37], o qual, como sabemos, era prioritariamente alimentado pela migração. Contudo, quatro anos depois, ponto culminante da expansão do setor industrial sambernardense reiniciada em fins da década de 60, o maciço ingresso de migrantes já era apresentado de modo bastante ambivalente ao avaliar-se que:

> Essa permanente procura de fixação no município, por parte de milhares de migrantes, que de uma maneira completamente desarticulada, tem se incorporado à população sambernardense tem *trazido, como conseqüência, uma série de problemas sociais,* principalmente dentro do aspecto habitacional devido ao completo descontrole com que *vão formando núcleos habitacionais nos bairros periféricos do município*. (...) *A expansão do setor industrial do município só é possível mediante a existência de um índice satisfatório de mão de obra*, entretanto a municipalidade tem se revelado desprovida de uma infra-estrutura suficiente para absorver a contento esse crescente contingente populacional.[38]

Por um lado, aponta a *Folha*, os migrantes são fundamentais para assegurar um "índice satisfatório de mão-de-obra" e possibilitar "a expansão do setor industrial do município". Por outro, eles estariam trazendo "uma série de problemas sociais", uma vez que passam a residir em áreas desprovidas de infra-estrutura urbana e constituir demanda sobre recursos da "municipalidade"[39]. Durante a segunda metade da década de

---

[37] FSB, 28/08/1971.
[38] FSB, 24/05/1975.
[39] De modo mais amplo, uma avaliação ambivalente do próprio "progresso" era, igualmente, explicitada nas páginas da *Folha*: "Uma cidade cresce. Cresce depressa demais. Progride assustadoramente e começa a notar uma coisa estranha: ela não aumentou apenas seus índices de produtividade, seu mercado de oferta de empregos, seu orçamento municipal, cresceu também nas coisas ruins. E, se são muitos os beneficiados com o seu progresso, também passam a ser muitos os prejudicados pela extensão tentacular de suas mazelas. Enfim o paraíso, para atender aos reclamos de uma situação incomparável, acaba

1970, com a desaceleração do crescimento do setor industrial sambernardense, a ambivalência em relação à figura do migrante foi sendo eliminada, passando a preponderar a ênfase sobre seus atributos "negativos". Nesse sentido, em fins de 1976, a *Folha*, indicando as linhas gerais que o debate assumiria, afirmava que:

> (...) nos últimos 25 anos o crescimento do município não obedeceu a qualquer programação. As indústrias foram se instalando, proporcionando farta mão-de-obra que não exigia especialização. São Bernardo tornou-se o paraíso dos migrantes. A oferta de trabalho foi ficando muito abaixo da procura. Mas São Bernardo, pelo seu desenvolvimento industrial, continuou sendo pólo de atração dos movimentos migratórios. (...) Hoje mais de 70% da população é constituída de naturais, que aqui chegaram nos últimos anos provenientes de todo o país, à procura de uma oportunidade em nosso parque industrial. *Esse considerável contingente populacional que demanda ao Município apresenta altos índices de analfabetismo e péssimas condições de saúde, representando pesado encargo social para a Administração Municipal*.[40]

Em janeiro de 1978, *A Vanguarda*, outro periódico sambernardense, já pregava, como "solução", o "desestímulo total às migrações"[41]. Meses depois, reiterava: "já se foi o tempo que crescimento populacional representava progresso, desenvolvimento e outras bossas mais. Hoje, o aumento da população acima das taxas padronizadas internacionalmente significa atraso, retrocesso, subdesenvolvimento etc"[42]. Baseando-se em avaliações similares, agentes da PMSBC passavam, na mesma ocasião, a atuar para que novos migrantes não ingressassem em São Bernardo. Como vimos, por meio do Grupo Permanente de Desfavelamento, tentava-se, em 1978, convencer migrantes estabelecidos a não realimentarem o fluxo migratório, buscando, desse modo, "congelar" os núcleos favelados da cidade. Nessa ocasião, os migrantes já eram vistos como "pesado encargo social para a Administração Municipal". Acompanhemo-los, contudo, alguns anos antes, quando a "recepção" se mostrava menos hostil e o mercado de trabalho local em expansão bem mais dinâmico. Tempos em que a *Folha de São Bernardo* ainda oferecia ao migrante, revelando-nos o especial estigma que pesava sobre os baianos – metonímia para os nordestinos em geral –, a opção de: "São Bernardo! Ame-a ou to back to Bahia"[43].

---

pagando não poucos tributos ao inferno da poluição, do sub-mundo do crime, do vício e da própria mendicância". FSB, 26/04/1973.

[40] FSB, 20/08/1976.

[41] A Vanguarda, 07/01/1978.

[42] A Vanguarda, 20/08/1978.

[43] FSB, 13/03/1971. A frase realizava uma dupla alusão. Ao então em voga slogan do governo do presidente Médici (1969-1974): "Brasil, ame-o ou deixe-o". E, também, à música do pernambucano Paulo Diniz, gravada em 1970, "Quero voltar pra Bahia", dedicada a Caetano Veloso, então exilado em Londres.

Redes sociais e mercado de trabalho

Não foram poucos os que decidiram ficar e "amar" São Bernardo. Decisão na qual muito pesava a abundância de empregos no setor industrial da cidade, ainda mais quando significativas mudanças que, desde meados do século XX, ocorriam no processo produtivo de diversos ramos industriais permitiam que um número crescente de trabalhadores não-qualificados ou semiqualificados, o que era o caso da maior parte dos migrantes, pudesse ser incorporado à produção fabril. Nesse sentido, vale lembrar que, entre 1967 e 1980, os trabalhadores industriais atuando em São Bernardo passaram de 62.067 para 124.627[44].

A "fartura" de empregos, notadamente entre fins dos anos 60 e 70, e a relativa facilidade para consegui-los foram sublinhadas – marcadamente, quando contrastadas com as taxas de desemprego e as exigências de qualificação profissional vigentes no presente[45] – por *todos* nossos entrevistados. Estes, igualmente, indicaram-nos – em especial, os operários não-qualificados e os semiqualificados – que, diversas vezes, suas redes sociais foram relevantes para se orientarem e efetivarem escolhas no dinâmico mercado de trabalho sambernardense. Com efeito, por meio de vínculos de parentesco, amizade, conterraneidade, vizinhança etc. circulariam, segundo os depoimentos, informações referentes a vagas de emprego, orientações de como se comportar em entrevistas, juízos sobre as empresas (destacando vantagens e desvantagens de ali se trabalhar) etc. Inclusive, conforme o metalúrgico pernambucano Dorgival Ferreira da Silva, em uma conjuntura na qual as indústrias demandavam muita mão-de-obra, os trabalhadores poderiam, por meio de suas redes sociais, sincronizar, habilmente, processo migratório e ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, recorda-se que:

> (...) quem entrou primeiro [na Volkswagen] foi um tio meu e *ele levava outros parentes*. Porque, naquele tempo, a Volks precisava de mão-de-obra, em 70, 74, 75. E, *muitas vezes, eles mandavam buscar até no norte pra vir trabalhar nas empresas* porque não tinha mão-de-obra.[46]

---

[44] Cf. *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Expansão Cultural. PMSBC, 1971, p. 24 e Pedro Rubens Coppini Blum, op. cit., p. 156.

[45] A taxa média de desemprego no município, em 1979, foi de 4,93%. Contudo, os trabalhadores da cidade que haviam perdido seu emprego há menos de um ano eram ampla maioria: 79,68%. Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979. Em setembro de 2009, o DIEESE estimava em 13,7% a taxa de desemprego no ABC paulista. Cf. http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=16983 (acesso em 11/12/2009).

[46] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009.

Sugerindo a recorrência de tal prática, Odilon Dias de Souza, que contou com informações de seu irmão para obter um emprego na Fram Filtros, empresa do ramo metalúrgico, assegura que:

> Como não tinha essa burocracia [atual] e *antes* era muito bom de emprego, às vezes, tinha cara com a família toda empregada dentro de uma firma. (...) *Cheguei a trabalhar com oito irmãos* [no mesmo setor]. (...) *Às vezes, ia abrir uma vaga de ajudante na firma, esse camarada chegava e falava: "– Pô! Tenho um irmão que está desempregado". Vinha lá da Bahia.* Estava desempregado e como você sabia que o pessoal era bom de serviço, não ia te dar dor de cabeça, você não ia arriscar. "– Se você é bom, seu irmão deve ser legal! Traz seu irmão aí e manda ele fazer uma ficha." *Chegava e entrava!* [47]

O pernambucano Manoel Anísio Gomes, por sua vez, tendo chegado à São Bernardo no começo dos anos 60, valeu-se de outros vínculos para obter seu posto de trabalho: "*um amigo meu, um vizinho nosso*, pegou e arrumou emprego pra mim na ELNI, uma fábrica de tecidos daqui". Anos depois, Manoel ingressaria no setor automobilístico, onde permaneceria até sua entrada para a diretoria do SMSBCD, em 1978. Sobre a ocasião em que se tornou operário metalúrgico, ele observa que:

> (...) *um cara, que era amigo meu, foi meu padrinho* – eu vim a casar e depois ele foi meu padrinho. Mas, lá atrás, [quando] eu era solteiro. (...) Aí, ele falou: "Manoel você quer fazer uma ficha na Mercedes Benz?". Falei: "Ah! Quero!" Pô! Trabalhar na Mercedes, na Volks, naquela época: pelo amor de Deus![48]

Já o mineiro José Euzébio chegou à São Bernardo em agosto de 1969. Imediatamente, pôs-se à procura de emprego. Intento rapidamente alcançado devido ao auxílio de um conterrâneo que já trabalhava como guarda na Brastemp. Em 1976, José continuava como operário metalúrgico, mas, agora, na Volkswagen, onde auxiliou outras pessoas a se empregarem, especialmente, vizinhos que "vinham. Viam se estava pegando gente, se eu podia levar o currículo. O pessoal sempre vinha até a casa da gente. Eu mandava eles preencherem [a ficha] e levava"[49]. Similarmente, Maria José de Oliveira Xavier, operária metalúrgica em fins dos anos 70, afirma, também, que, "na época, traziam até as fichas e preenchiam em casa. Os *amigos* que podiam traziam"[50].

Informações em fluxo pelas redes sociais dos trabalhadores podiam, no limite, orientar estratégias de médio prazo sobre sua inserção no mercado de trabalho. O paulista Antônio Xavier dos Santos, por exemplo, possuía, em meados dos anos 70, dois

---

[47] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.
[48] Entrevista com Manoel Anísio Gomes, concedida ao autor em 21/10/2008.
[49] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.
[50] Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008.

irmãos que trabalhavam na Mollins, indústria do ramo metalúrgico. Interessado em ingressar na empresa, Antônio declara:

> Conversei com meu irmão, o Clarindo: "Não tem jeito de você arrumar [emprego] pra mim na Mollins?" (...) O Clarindo falou: "Vou conversar lá." Aí, ele conversou com os "homens" lá e falou: "*É pra esperar seis meses.*" Pra você ver: nessa firma era difícil a pessoa entrar, mas, depois que entrou, não sai.[51]

Algumas pesquisas que enfocaram trabalhadores industriais da Grande São Paulo da segunda metade do século XX apontaram, também, a importância das redes sociais em sua movimentação pelo mercado de trabalho[52]. Paulo Fontes, investigando a migração de nordestinos para São Miguel, entre os anos 40 e 60, indicou como uma grande fábrica do setor químico situada no mencionado bairro paulistano valia-se da "contratação de parentes, amigos e conterrâneos"[53]. Por sua vez, em estudo de meados dos anos 70 sobre o operariado não especializado e semi-especializado da indústria automobilística do ABC paulista, Rainho afirmava que:

> A procura [de emprego nas montadoras] se dá *por intermédio da indicação de parentes ou amigos* que, já trabalhando nas empresas, oferecem informações sobre vagas disponíveis; jornais, principalmente em suas edições de domingo. E, na maioria dos casos, dirigindo-se diretamente às portas das fábricas, onde procuram obter alguma colocação independentemente ou não das ofertas afixadas.[54]

Na mesma ocasião, Gonçalves empreendeu uma investigação sobre os metalúrgicos de uma indústria automobilística da Grande São Paulo, corroborando e ampliando as conclusões de Rainho:

> *As relações primárias desempenham um papel extremamente significativo num processo dos mais importantes para o operário, que é o da obtenção de um emprego*. No caso da empresa pesquisada por exemplo, *a maioria dos seus operários candidatou-se a esse emprego pelo fato de ter boas referências da empresa, ou pelo menos pelo fato de ter sabido da existência desse emprego*. O que fica evidente no caso é que *o operário raramente faz uso de meios impessoais, como anúncio de jornal, mas utiliza uma rede de informações (freqüentemente também de influências), composta por parentes, amigos e*

---

[51] Entrevista com Antônio Xavier dos Santos, concedida ao autor em 11/11/2008.

[52] Para a cidade de Paulista (PE) e o recrutamento de *famílias inteiras*, entre os anos 1930 e 1970, por uma grande indústria têxtil, Cf. Rosilene Alvim. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

[53] Paulo Fontes, op. cit., p. 130. Em estudo sobre a memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré, região da cidade do Rio de Janeiro que abrigou um grande complexo industrial entre os anos 60 e 90, Cristiane Muniz Thiago afirma que: "podemos encontrar o processo de migração feito por *famílias inteiras que conseguiam emprego na mesma fábrica*". Cf. *Rio de Janeiro operário*: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré (1960-1990). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CCH-UNIRIO, 2007, p. 50.

[54] Luis Flávio Rainho. *Os peões do grande ABC*: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 249.

> *colegas*. E o que pode ser notado ainda, em segundo lugar, é que *esta rede não tem sempre a mesma constituição*. No caso dos operários qualificados, é mais evidentemente composta por colegas de profissão e outros operários ou mesmo mestre e contramestres, companheiros de trabalho em outras empresas e em outras ocasiões, e que no momento estão trabalhando na empresa que oferece a vaga desejada. Entre os semiqualificados, são os colegas que desempenham tipicamente essa função. E finalmente entre os não-qualificados são os próprios parentes que se tornam os agentes auxiliares importantes.[55]

De modo geral, as indústrias sambernardenses pareciam incentivar tais práticas socioculturais vigentes entre os trabalhadores, inclusive regrando-as – o que significava aceitá-las – ao introduzir procedimentos padronizados, como os adotados pela Volkswagen, onde, segundo José Euzébio, exigia-se: "colocar a chapa da gente [na ficha preenchida] e assinar *para recolocação saber que era a gente que estava enviando essas pessoas.* E muitos arrumaram emprego com isso daí"[56]. Indo além, o metalúrgico Dorgival sugere não apenas a aceitação das "indicações", mas a preferência de algumas empresas, como a mencionada Volkswagen, por tal mecanismo de recrutamento de força de trabalho:

> *Antigamente, era mais fácil você entrar* [na Volkswagen] *por indicação do que por chegar lá e entrar. Tinha muito essa prioridade*. Nos anos 70, 68, por aí. (...) porque o pessoal tinha coragem de trabalhar. Vinha do norte, tudo sofrido e chegava aqui e se dava bem. (...) eu não cheguei a indicar porque eu entrei na Volks já nos anos 80. Já foi em um tempo mais difícil, em que era difícil você conquistar uma vaga lá dentro. Então, não tinha como.[57]

O pernambucano entende que a "prioridade" dada pela Volkswagen às indicações de seus trabalhadores devia-se à disposição de trabalho e capacidade de adaptação/aprendizagem ("se dava bem") demonstrada por aqueles que vinham, como ele, "do norte". Assim, sugere-nos que as indicações aceitas eram aquelas feitas pelos – aos olhos das empresas – "bons trabalhadores", que indicariam, por sua vez, outros "bons trabalhadores". Argumento implícito no depoimento, já citado, de Odilon Dias de Souza quando relatou que: "como você sabia que o pessoal era bom de serviço, não ia te dar dor de cabeça, você não ia arriscar. "*– Se você é bom, seu irmão deve ser legal!*".

---

[55] José Sérgio R. C. Gonçalves, op. cit., p. 127-128.
[56] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.
[57] Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/05/2009. Para depoimentos com afirmações muito semelhantes, Cf. Guilherme Gibran Pogibin. *Memórias de metalúrgicos grevistas do ABC paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IP-USP, 2009, p. 139 e Eder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96.

Aparentemente, portanto, do ponto de vista das empresas, tratava-se de, ao recrutar trabalhadores, fomentar, simultaneamente, uma "rede disciplinar"[58]. Por um lado, elas podiam exercer maior controle sobre os trabalhadores já estabelecidos, aceitando somente as indicações daqueles que "trabalhassem direito", que não "causassem problemas" etc. Estes, por sua vez, poderiam "comunicar" aos recém-chegados o que se esperava deles, vale dizer, que fossem "bons trabalhadores". Tal hipótese é corroborada por episódio relatado por Gilberto de Souza Cunha, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980 e trabalhador da Brastemp. Segundo o dirigente sindical, no fim da década de 1970, a empresa inaugurou um novo setor:

> (...) e aí abriu vaga pra pegar mulheres, moças, pra trabalhar na produção. *E era só por indicação*. Então os trabalhadores estavam indicando: irmã, prima, tal, conhecida, num sei o quê. E eu indiquei minha cunhada. Só que *contrataram todo mundo, menos minha cunhada!* E aí eu fui lá e quebrei o pau: "O quê que é isso? *Só porque é minha cunhada não contrata*". E o diretor: "Não tô sabendo". Fui conversar com o gerente, tal. E aí chamou, contratou ela.[59]

O operário metalúrgico sugere-nos, portanto, que sua condição de representante sindical no espaço fabril teria sido decisiva para a negação, depois revertida, de uma indicação sua para o preenchimento de um cargo na Brastemp. Enfim, ao assumir uma postura "indesejada" pela direção da empresa, esta teria empreendido uma espécie de "retaliação".

Em que pese as supostas intenções "disciplinares" das empresas, não necessariamente era esse o resultado alcançado. A cunhada de Gilberto de Souza Cunha, por exemplo, após ingressar na Brastemp, passou a auxiliá-lo no trabalho sindical, divulgando avisos no banheiro feminino. Ainda que repercussões políticas tão explícitas e imediatas sejam raras, é importante notarmos que, ao mobilizarem suas redes sociais para transitarem pelo mercado de trabalho, os trabalhadores sambernardenses reforçavam e alargavam uma eficiente "rede informal de comunicações", pela qual poderiam circular diversas modalidades de informações e influências. Eles poderiam, ainda, manter e aprofundar lealdades entre si, como nos sugere, em seu depoimento, Odilon Dias de Souza, segundo o qual, em 1986, quando a Fram Filtros realizava sua reestruturação produtiva, "criou uma política lá dentro de que quem tivesse familiar lá...um tinha que sair". Entre a sua permanência e a de seu irmão, Otávio, Odilon não

---

[58] A instrumentalização, nesse período, de relações pessoais tanto por trabalhadores quanto por empresas é discutida por Eder Sader, op. cit., p. 96.
[59] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.

teve dúvidas: “por direito, ele que deveria continuar lá”, “foi ele que tinha me colocado”[60]. Enfim, dez anos após seu ingresso na empresa, para Odilon a “dívida” com o irmão continuava “ativa”.

Se relações não forjadas no espaço fabril (parentesco, vizinhança, amizade, conterraneidade etc.) poderiam auxiliar os trabalhadores a nele ingressar, uma vez *no interior das usinas* eles tinham amplas possibilidades de encetar novos vínculos, imbricando suas redes sociais e fomentando aproximações e distanciamentos entre si, o que também ocorria nos locais de moradia dos trabalhadores[61], dos quais agora exploraremos alguns aspectos.

Aspectos da moradia, bairros com concentrações de operários e laços de vizinhança

Tão volumoso quanto o fluxo migratório e o crescimento do setor industrial foi o aumento da quantidade das unidades habitacionais de São Bernardo do Campo. Em 1960, elas eram 18.200. Na década seguinte, totalizavam 39.858 e, em 1980, atingiram 97.800 unidades. Portanto, um aumento de 119% na década de 60 e de 145% na seguinte[62]. A escala do fenômeno é, contudo, ainda maior, visto que os dados citados referem-se, apenas, às construções legalizadas, não contabilizando, desse modo, as inúmeras edificações em loteamentos irregulares. A comparação de indicadores de três macro-bairros sambernardenses – Baeta Neves, Ferrazópolis e Casa –, tidos, por estatísticas e percepção dos trabalhadores, como áreas de concentração de moradias de operários[63], torna mais salientes algumas linhas gerais do processo de ocupação do espaço urbano local.

---

[60] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

[61] Para o tópico seguinte, vale lembrar a constatação apresentada por Antonio de Almeida em sua pesquisa: “(...) ao se tomar a realidade dos trabalhadores a partir dos seus locais de moradia como objeto de investigação, não é possível se estabelecer uma linha demarcatória que consiga separar os operários dos demais trabalhadores ali residentes, uma vez que todos compartilham uma forma de vida bastante semelhante”. Cf. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano*: cultura e política dos trabalhadores no ABC paulista (1930-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996, p. 33.

[62] Pedro Rubens Coppini Blum, op. cit., p. 124-125. A título de comparação, mencionemos que, na década de 60, período de grande crescimento populacional da cidade de São Paulo, o número de domicílios aumentou em 56,2%. Cf. *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.

[63] Nos três macro-bairros citados, residiria, em 1979, pouco mais de um quarto do total dos operários da cidade. Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979. Após a intensa e decisiva mobilização nos bairros para sustentação da Greve de 1980, ao iniciar a preparação da Campanha Salarial de 1981, os sindicalistas do SMSBCD decidiram principiá-la em quatro bairros. Um deles, Jd. Marilene, localizava-se em Diadema, os outros três, em São Bernardo, eram: Baeta Neves, Jd. Silvina (integrante do macro-bairro Ferrazópolis) e Casa. Cf. TM, 12/1980.

O Baeta Neves é uma das áreas de assentamento residencial mais antigas da cidade. Situando-se na porção leste do município e divisando com o Centro, seu loteamento iniciou-se na década de 20. Entre os anos 40 e 60, foi intenso o estabelecimento de novos moradores no macro-bairro, o que fez dele um dos mais extensos e populosos de São Bernardo[64]. No fim dos anos 60 e ao longo da década de 70, o Baeta Neves continuou a crescer espacial e demograficamente, sobretudo em função da ocupação de suas áreas periféricas, onde trabalhadores estabeleciam suas habitações, em terrenos próprios ou não. Já o Ferrazópolis era, na década de 70, uma área bastante ocupada. Localizado na parte sul de São Bernardo, divisando com o Centro e próximo a indústrias de grande porte – como a Brastemp e a Volkswagen –, seu crescimento está, em boa medida, vinculado à instalação dessas empresas a partir de meados dos anos 50, mesma década em que principiaram, no macro-bairro, os loteamentos[65]. Por sua vez, o Casa, situado na porção oeste da cidade, está relativamente mais distante da Via Anchieta, tratando-se de uma antiga área de atividades produtivas rurais que, na década de 70, foi aceleradamente ocupada por operários[66].

A data de construção dos domicílios desses macro-bairros é bastante reveladora de seus processos de ocupação. Segundo o já citado levantamento municipal de 1979, no Baeta Neves, 49,46% dos domicílios haviam sido construídos antes do ano de 1970, a mais alta proporção em todo o município. No Ferrazópolis, o percentual era de 23,61% e, no Casa, apenas 19,61% dos domicílios haviam sido erguidos antes do mencionado ano. Como padrão de comparação, lembramos que a média para o município era de 37,05% dos domicílios construídos antes do ano de 1970[67]. O canteiro de obras em que a cidade se transformara era apresentado, nas páginas da *Folha de São Bernardo*, como indício de "progresso", uma vez que:

> O volume de edificações efetuadas no município só está abaixo do de três capitais: Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, pela ordem crescente. Levando-se em conta que São Bernardo tem menor número de habitantes, *seu crescimento no setor das construções pode ser considerado, proporcionalmente, o maior de todo o país.*[68]

---

[64] Cf. Ademir Medici. *São Bernardo, seus bairros, sua gente*. 2.ed. São Bernardo: PMSBC/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1984, p. 77-84.
[65] Cf. Ademir Medici, op. cit., p. 115-117.
[66] Cf. Ademir Medici, op. cit., p. 89-93.
[67] Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[68] FSB, 25/07/1970.

Não obstante tal ritmo acelerado, o déficit habitacional estava entre os problemas que mais pesavam sobre o grande fluxo de migrantes que se dirigia à cidade e os trabalhadores em geral. Como reconhecia a *Folha*: "o problema da habitação é um dos mais graves com que se debate o município, em decorrência da grande corrente migratória que para aqui se converge diariamente"[69]. Em outra ocasião, o mesmo periódico, sugerindo as dificuldades que muitos trabalhadores sambernardenses encontrariam para pagar os elevados aluguéis vigentes, admitia que:

> Não é fácil entender um salário mínimo estipulado para a região em NCR$ 156,00 e os aluguéis de casas modestas permanecendo na faixa de NCR$ 200,00 e NCR$ 400,00. O salário mínimo surgiu com base no cálculo que deveria englobar todas as necessidades do indivíduo com responsabilidades normais. Inclusive a possibilidade de um aluguel a ser pago entrou no cálculo. É possível viver com NCR$ 156,00 quando o aluguel de uma casa desconfortável atinge mais do que isso?[70]

Em meados da década de 70, quando foi especialmente intenso o crescimento do setor industrial da cidade e da migração, o descompasso entre as necessidades habitacionais dos trabalhadores e a disponibilidade de imóveis acessíveis redundou em situações de precariedade aguda – notadamente para aqueles que não dispunham de recursos para alugar uma casa isolada ou de parentes, amigos e conterrâneos nas residências dos quais pudessem se hospedar provisoriamente. Nesse sentido, em setembro de 1975, a *Folha* denunciava que:

> Os moradores da rua João Pessoa estão revoltados com o aparecimento de *uma pequena favela nos fundos de uma pensão* localizada naquela rua, bem *no perímetro central da cidade*. Segundo informaram, perto de 80 pessoas estão residindo em um pequeno conglomerado de barracos que o proprietário da pensão construiu nos últimos meses para alugar a *pessoas de poucos recursos que chegam ao município em busca de trabalho*. (...) A principal reclamação dos moradores é quanto à *falta de sanitários no local*. Segundo se apurou, muitas vezes os moradores do pequeno cortiço são obrigados a embrulharem os restos fecais em jornais que ficam na rua a espera do caminhão coletor de lixo, que só passa à noite.[71]

Na mesma rua João Pessoa, "no perímetro central da cidade", havia outras pensões e casas de cômodos. Ambas, por sinal, apresentaram grande incremento ao longo dos anos 70. Em 1972, a PMSBC registrou, na cidade, a existência de 11 delas. No ano seguinte, já foram listadas 22. Elas totalizaram 27, em 1981, ocasião em que a PMSBC verificou que 70% das pensões e casas de cômodos da cidade localizavam-se

---

[69] FSB, 22/10/1972.
[70] FSB, 07/03/1970.
[71] FSB, 20/09/1975.

em apenas dois macro-bairros – Centro e Ferrazópolis –, sendo eles vizinhos[72]. Desse modo, os operários que morassem nessas habitações – principalmente no Centro – residiam relativamente próximos uns dos outros. Tais tipos de moradias eram procurados, majoritariamente, por migrantes do sexo masculino solteiros ou desacompanhados de suas famílias e sem contatos com parentes, amigos ou conterrâneos assentados em casas em outros locais da cidade. A pensão, em especial, era uma imagem ressonante entre os operários metalúrgicos. De fato, na preparação da Campanha Salarial de 1980, o Grupo de Teatro Forja do SMSBCD, composto por operários e filhas de operários, decidiu participar com a elaboração e apresentação de uma peça teatral que "além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir no crescimento e avanço da consciência da classe operária". O cenário escolhido é significativo: uma pensão. Nela, residiriam alguns metalúrgicos, todos homens desacompanhados, e uma comerciária na mesma situação[73].

A "pensão-cortiço" da rua João Pessoa, no Centro da cidade, não era a única a oferecer, em meados da década de 70, condições insalubres de moradia aos trabalhadores. Mesmo nos limites da periferia sambernardense, era possível se encontrar, operando clandestinamente, habitações semelhantes. O mineiro José Ferreira, por exemplo, afirma que, na ocasião, morava, na Favela do Jardim do Lago, em um barraco que funcionava como pensão, com outros 20 "peões"[74]. Já Maria José de Oliveira Xavier, que, em 1974, chegou a São Bernardo, passando a residir na Favela do Parque São Bernardo, juntamente como seu marido, operário metalúrgico na Brastemp, não esconde "decepção" experimentada quando passou a morar em "um barraco" e partilhar o único banheiro com outras 16 famílias[75].

Apesar desse quadro, o poder público – em que pese os inúmeros projetos malogrados[76] – pouco interveio na questão habitacional de modo contínuo e planejado. Em relatório sobre o tema, encomendado pela PMSBC em meados da década de 70, concluía-se taxativamente que "o setor público municipal e mesmo estadual não

---

[72] Cf., respectivamente, *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972; *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1973 e *Pesquisa: Meios de hospedagem no município*. SPE. Seção de Pesquisa e Banco de Dados, PMSBC, 11/1981.

[73] Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 9-13.

[74] Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009.

[75] Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008.

[76] Na gestão do prefeito Geraldo Faria Rodrigues (1972-1976), por exemplo, criou-se uma empresa mista sob controle acionário do Município, a PROCAP – Casas Populares de São do Campo S/A, que mal iniciou suas operações. Cf. FSB, 29/02/1976.

participaram como executores na oferta de habitação em São Bernardo do Campo e no grande crescimento de seu estoque habitacional nos 5, 10 ou 15 anos”[77]. Igualmente, a administração municipal não intervinha no sentido de coibir a crescente retenção de terrenos em áreas centrais do município com fins de especulação imobiliária[78].

Contudo, para os trabalhadores industriais que dispusessem de maiores rendas – o que incluía os operários qualificados –, os empreendedores imobiliários privados ofereciam oportunidades. Nas páginas da *Folha*, multiplicaram-se, especialmente na primeira metade da década de 70, anúncios, como o abaixo, de “conjuntos residenciais”:

> Está resolvido seu problema da casa própria. São Bernardo do Campo. Vila do Tanque – Av. Tiradentes. (Ao lado do Volkswagen Clube). “Conjunto Residencial Lucilla”. Aqui está a realização do seu sonho da casa própria. 60 belíssimas casas térreas, contendo: sala – 2 dormitórios, cozinha e banheiro – entrada para carro, jardim – quintal etc. *Excelente localização para quem trabalha na Volkswagen – Chrysler – Brastemp – Gemmer e imediações.* Entrada desde Cr$ 1.400,00 facilitada, e o saldo financiado pela Caixa Econômica Federal, com prestações a partir de Cr$ 340,00.[79]

Com isso, o volume de casas próprias em São Bernardo que recebeu financiamentos foi expressivo: metade das residências construídas entre 1969 e 1974 contou com tais recursos[80]. Em 1973, o BNH[81] concedeu 1.077 financiamentos para aquisição de imóveis no município. No ano seguinte, foram 4.404 e em 1975, 6.166[82]. Apesar de tais dados, para a maioria dos trabalhadores, o quadro não era favorável, afinal, como verificaria o levantamento encomendado, em 1974, pela PMSBC, “não há agentes atuando nas áreas dos chamados mercado popular (um a três salários mínimos) e mercado econômico (três a seis salários mínimos) atualmente, já que esse mercado passa por ‘recesso’ nas atividades do BNH”[83].

---

[77] *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.
[78] Cf., por exemplo, FSB, 02/05/1972.
[79] FSB, 03/04/1971.
[80] *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.
[81] O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em 1964. Seu objetivo declarado seria atuar na oferta habitacional a todos os setores sociais, mobilizando recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Entretanto, logo nos primeiros anos de seu funcionamento, o BNH passou a canalizar seus recursos para habitações de alto e médio custo e ainda para obras de infra-estrutura (transporte, saneamento, equipamentos urbanos e drenagem). Cf. E. Maricato. “Autoconstrução: a arquitetura possível”. In: Ermínia Maricato (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
[82] Cf. *Subsídios Estatísticos*. SPE. PMSBC, 1976, p. 176.
[83] *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977. Como referência, lembramos que, em 1979, 60% dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema recebiam até 3 salários mínimos. Cf. Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979).* v.1. São Bernardo do Campo: Assoc. Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983, p. 122.

Nesse sentido, vale observar que o acelerado crescimento da quantidade de unidades habitacionais verificado em São Bernardo apoiava-se, em boa medida, na autoconstrução da moradia em bairros periféricos da cidade. Em 1979, considerando somente os domicílios próprios, no Baeta Neves os autoconstruídos eram 52,62% do total. No Casa, eles representavam 55,25% e, no Ferrazópolis, o índice elevava-se para 65,94%. Tendo em mente que o percentual municipal de domicílios autoconstruídos era, na mesma ocasião, de 39,06%, evidenciam-se as taxas bastante superiores presentes nos macro-bairros com concentração de operários aqui enfocados[84]. As periferias destes expandiam-se rapidamente. Loteamentos clandestinos, falta de infra-estrutura urbana, carência de aparelhos/serviços de consumo coletivo e construção de barracos marcavam o processo. Desse modo, consolidava-se em São Bernardo, assim como em outras cidades metropolitanas brasileiras da segunda metade do século XX, o "padrão periférico de crescimento urbano", cuja "regra parece sempre ter sido a de ocupar primeiro e cuidar da infra-estrutura depois, ficando o primeiro passo por conta da iniciativa privada e o segundo presumivelmente, por conta do poder público"[85]. Ao longo da década de 70, indícios desse processo se avolumam nas páginas da *Folha*. Em 1971, elas registravam que:

> O loteamento Santa Gertrudes, Vila Paulicéia, São Bernardo do Campo, onde residem centenas de famílias – pessoas humildes – enfrenta toda sorte de problemas. A Prefeitura ainda não aprovou o loteamento do bairro e, por isso, os problemas crescem ainda mais. Acontece que os humildes operários compraram seus terrenos, seus lotes, e ali levantaram suas casas. As ruas, entretanto, estão intransitáveis e nesse setor da cidade falta toda sorte de melhoramentos.[86]

Cinco anos depois, a notícia parecia ser praticamente repetida ao se tratar do Jardim Nascimento, integrante do macro-bairro Baeta Neves:

> Situado entre os bairros do Jardim Farina e Nova Petrópolis, a poucos metros da alameda Dom Pedro de Alcântara, o Jardim Nascimento representa uma brusca interrupção na paisagem de uma área marcada por um intenso desenvolvimento urbano. (...) O bairro, originário de um loteamento vendido há pouco mais de dez anos, é um aglomerado de habitações – na maioria recém-construídas – e barracos de madeira de construção irregular que se espalham pelas ruas do "jardim". O bairro não tem rede de energia elétrica, água, esgoto e suas ruas ainda não receberam pavimentação. *Toda essa gama de problemas que atormenta grande parte dos moradores de pequenos bairros e vilas periféricas da cidade –*

---

[84] Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[85] Teresa Pires Caldeira. *A Política dos Outros:* o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 19.
[86] FSB, 02/10/1971. Era tal a amplitude da clandestinidade que, em meados da década de 70, a PMSBC criou uma comissão para tratar das irregularidades urbanas no que concerne aos arruamentos e loteamentos abertos. Cf. Pedro Rubens Coppini Blum, op. cit., p. 125.

> *entre as quais inclui-se o Jardim Nascimento* – é conseqüência de uma causa comum: loteamentos não aprovados pela prefeitura.[87]

Poderíamos repetir à exaustão casos como esses. Ressaltemos, também, que, mesmo "aprovados pela prefeitura", tais loteamentos não teriam suas demandas de infra-estrutura imediatamente atendidas[88], dado o ritmo acelerado da "expansão periférica" da cidade e a lentidão da administração em responder aos apelos dos moradores da periferia, os quais, apesar da intensa repressão política dos anos 70, não deixaram de encaminhar reivindicações, sobretudo, através de abaixo-assinados aos vereadores da cidade[89].

O fato é que buscando, principalmente, escapar dos elevados aluguéis[90], muitos trabalhadores, especialmente aqueles com rendas entre 1 e 4 salários mínimos[91], lançavam-se à autoconstrução – em terrenos (próprios ou não) situados majoritariamente na periferia da cidade – seja de casas de alvenaria, seja de barracos. Com isso, ao longo da década de 70, a autoconstrução de moradias sofreu agudo incremento em todo o município. Segundo levantamento de 1974, estimou-se em 21,30% as casas próprias autoconstruídas de São Bernardo. Cinco anos depois elas seriam 39,06%[92], o que nos indica um aumento de 83,38%. Tais percentuais referem-se, contudo, apenas às habitações edificadas em terrenos próprios, ou seja, o grande volume de moradias autoconstruídas (principalmente barracos) em terrenos dos quais os moradores *não* possuíam título de propriedade não compõe esses totais.

O crescimento da autoconstrução da moradia pelos trabalhadores não era uma exclusividade sambernardense. Como aponta a bibliografia sobre habitação, na capital paulista, o fenômeno incrementava-se, desde os anos 40, quando a "expansão periférica" da cidade ganhava força. Em 1980, estimava-se que 63% das moradias da Grande São Paulo fossem autoconstruídas, fundamentalmente por meio de mutirões.

---

[87] FSB, 28/03/1976.

[88] Em maio de 1975, a *Folha* noticiava, por exemplo, que: "No Jardim do Lago *não existem loteamentos irregulares* entravando a ação do poder público, entretanto o bairro vem sendo apontado como um dos mais *abandonados pela atual administração*". Cf. FSB, 10/05/1975.

[89] Como o processo eleitoral, ainda que drasticamente limitado, mantinha-se ativo ao nível municipal, os vereadores, em especial, precisavam manter certa proximidade com os eleitores. Estes lhes endereçavam, então, suas demandas por melhoramentos urbanos. Cf., por exemplo, FSB, 07/03/1970, 17/03/1974 e 02/04/1977.

[90] Em 20 de agosto de 1976, a *Folha* afirmava que os aluguéis cobrados por imóveis na cidade "ultrapassam, as exceções são raras, os valores cobrados em todos os outros municípios da Grande São Paulo".

[91] Cf. *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.

[92] Cf., respectivamente, *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977 e *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.

Estes, avaliados, nos anos 70 e 80, com grande ambivalência pelos pesquisadores[93], do ponto de vista de nossa abordagem interessam por suas repercussões sobre o adensamento das redes sociais dos trabalhadores, uma vez que permitiam reforçar vínculos com parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, conterrâneos etc.

Nesse sentido, o mineiro Djalma Bom, diretor do SMSBCD entre 1975 e 1980, ingresso em São Bernardo em meados dos anos 60, mesma ocasião em que se empregou na Mercedes Benz, recorda-se que:

> Quando um companheiro comprava um terreno, fazia-se um grupo de pessoas, pegava um que era servente, pegava o outro que era carpinteiro, pegava o outro que era pedreiro, pegava o outro que era azulejista e a gente reunia aquele grupo de pessoas e fazia a construção da casa. Pra você ter idéia, acho que 60% da construção da minha casa foi na base do mutirão. *Os companheiros da própria Mercedes que nos ajudavam*.[94]

Assim, vínculos tecidos nos locais de trabalho podiam extravasar o espaço fabril e ser mobilizados em outros espaços e situações, como no mutirão para se erguer a casa própria. Nas palavras do metalúrgico Pio de Souza Santos, "os relacionamentos de amizade acabavam transpondo os portões da fábrica"[95]. Outras vezes quem participava do mutirão eram, principalmente, parentes, vizinhos e amigos. Oriundos de Júlio de Mesquita, interior do estado de São Paulo, Antonio Xavier dos Santos, seus dois irmãos e seu pai mudaram-se, em 1968, para o Jardim Petroni e, por meio de mutirão, construíram suas moradias em um mesmo terreno: "todo mundo ajudando, construímos"[96]. Residindo nas mesmas imediações, por volta do mesmo período, José Euzébio recorda-se, também, que "a gente chamava um compadre, outro, e cada um vinha, dava uma força. Num domingo, a gente fazia um barraco. Comprava tudo o material e deixava no jeito, e juntava o mutirão, e cada domingo a gente fazia um barraco"[97]. De modo similar, Gilberto de Souza Cunha, morador da Vila do Tanque desde os anos 50 e diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, afirma que:

---

[93] Esquematicamente, podemos afirmar que a autoconstrução de moradias por mutirão seria, para alguns, uma importante prática fomentadora da "consciência política" dos trabalhadores, uma vez que se baseava na ajuda mútua e em vínculos solidários. Outros a enfatizavam como conseqüência da superexploração do trabalho. As linhas gerais do debate podem ser acompanhadas em: Francisco de Oliveira. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003; R. Rolnik e Nabil Bonduki. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: Ermínia Maricato (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982; Ermínia T. M. Maricato. *A proletarização do espaço sob a grande indústria*: o caso de São Bernardo na Região da Grande São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1977.
[94] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[95] Entrevista de Pio de Souza Santos, concedida ao autor em 06/08/2009.
[96] Entrevista com Antônio Xavier dos Santos, concedida ao autor em 11/11/2008.
[97] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.

> Aqui, o pessoal trabalhou muito em regime de mutirão. (...) As principais casas dessa rua foram todas construídas em regime de mutirão: família que se reunia, no sábado e domingo, e "entijolava e cobria" – como dizia o pessoal, na época. E o acabamento, quem fosse morar... Então, quando alguém ia casar, os pais juntavam lá, compravam um terreno: "Ó, você vai morar no fundo". Aí, *juntavam-se os primos, os tios, os parentes, os amigos aqui tudo em volta e construíam uma casa*. (...). Nós chegamos, aqui, a levantar uma casa de dois cômodos num final de semana![98]

Muitos dos "amigos aqui tudo em volta", citados por Gilberto, eram também operários, afinal, segundo ele, na década de 70, na Vila do Tanque, "era tudo metalúrgico". Notemos, também, a observação do dirigente sindical sobre a construção de mais de um domicílio em um mesmo terreno ("você vai morar no fundo"), prática significativa nos macro-bairros com concentrações de operários aqui enfocados. De fato, apesar de predominar, em 1979, no Casa, Baeta Neves e Ferrazópolis, o domicílio único nos lotes, chama a atenção a grande proporção destes com dois ou mais domicílios: 39,52%, 41,36% e 46,50%, respectivamente. Esses percentuais estão bastante acima da média municipal de 27,66%[99]. Como Gilberto indica, a subdivisão de um terreno poderia estar relacionada ao casamento dos filhos. Entretanto, lembremos que diversas outras situações seriam, também, possíveis: venda de parte do terreno; casas ou cômodos sendo construídos para serem alugados; o compartilhamento de um mesmo lote com parentes, amigos e conterrâneos recém-emigrados etc.

A resolução dos problemas habitacionais por parte dos trabalhadores, utilizando recursos que estavam ao seu alcance, deixou marcas na ocupação de São Bernardo do Campo. Em meados dos anos 70, pesquisando a autoconstrução de moradias no município, Maricato observava que "o aspecto de improvisação está presente na paisagem das grandes áreas residenciais, ou seja, casas semi-acabadas, loteamentos parcialmente ocupados, serviços urbanos públicos e privados pouco desenvolvidos"[100]. Na mesma direção, levantamento realizado, em 1974, por encomenda da PMSBC, já observava que "a intensa e rápida ocupação do solo do município se fez de forma extensiva e horizontal resultando em baixa densidade de ocupação"[101]. Com efeito, os apartamentos praticamente não existem e mesmo os sobrados são pouco numerosos, em 1979, no Baeta Neves, Casa e Ferrazópolis. Mesmo na cidade, na mesma ocasião, o

---

[98] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[99] Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[100] Ermínia T. M. Maricato. *A proletarização do espaço sob a grande indústria*: o caso de São Bernardo na Região da Grande São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1977, p. 53.
[101] *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.

índice de verticalização das edificações era modesto: apenas 4,28% dos domicílios do município eram apartamentos. Em 1979, destacavam-se, em São Bernardo, as "casas térreas isoladas", representando, aproximadamente, 50% dos domicílios. No Baeta Neves, 57,92% das moradias são desse tipo. Já no Casa, o percentual diminui para 38,24% e, no Ferrazópolis, baixa ainda mais: 30,56%. Ganha relevo, nos dois últimos macro-bairros, a habitação do tipo "barraco": 38,24% e 38,20%, respectivamente. No Baeta Neves, apesar da proporção relativamente baixa de barracos (10,62%) em relação número total de domicílios, o número absoluto deste tipo de habitação é quase tão expressivo quanto aquele encontrado no Ferrazópolis e no Casa. Por sinal, nos três macro-bairros aqui examinados com mais detalhes, encontravam-se 55,31% de todos os barracos do município de São Bernardo do Campo no ano de 1979[102].

O termo "barraco" era utilizado pela PMSBC para denominar a habitação situada em favelas. Estas se definiriam por suas moradias "precárias" – tendo em conta segurança, durabilidade, tamanho e salubridade – situadas em terrenos dos quais os ocupantes *não eram proprietários*. Em 1972, em documento oficial, a PMSBC já expunha essa definição:

> Existe um hábito arraigado na população de chamar de favela ao barraco de madeira, e de favelado ao residente em casas de madeira, sem se aprofundar e verificar se de fato é favela ou favelado. (...) *um dos fatores fundamentais para a denominação de favelados é a de não serem proprietários da gleba*, e a favela representa *primeiramente* a invasão da propriedade de alguém, a turbação de uma posse, a impossibilidade de uma radicação definitiva (...).[103]

Definindo o favelado por sua situação de ilegalidade, anulavam-se suas prerrogativas enquanto morador. Assim, os agentes da administração municipal minimizavam a precariedade do padrão construtivo das habitações e dos recursos de infra-estrutura urbana que assolava os residentes nos núcleos favelados e muitos outros sambernardenses. Com efeito, se tais carências estivessem no centro da definição, o número de "barracos" seria bem maior em toda a cidade e, em especial, nos três macro-bairros enfocados. Em 1978, outro documento da PMSBC afirmava que as "habitações precárias" situadas em favelas seriam apenas metade das que existiriam na cidade:

> Cumpre observar que estes 50% de domicílios que não foram pesquisados em 1978, e que se constituem "áreas precárias" *são muitas vezes barracos iguais aos que se encontram na favela*, mas instalados em terrenos de terceiros, para quem os ocupantes pagam aluguel, ou

[102] Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[103] *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972, p. 22.

> em terreno de propriedade do próprio ocupante, comprado a duras penas para que o indivíduo garanta seu lugar para morar.[104]

Em 1972, os "barracos" situados em terrenos *próprios* eram chamados, em documentos da administração local, de "sub-instalação provisória" e sua aglomeração de "falsa favela". Na ocasião, eles representavam, aproximadamente, 30% das habitações do Ferrazópolis e do Casa. A média para a cidade foi de, aproximadamente, 10%[105]. Apesar dos estratagemas envolvidos na própria delimitação do fenômeno, ressaltamos que, nos anos 70, o ímpeto do processo de favelização era tão agudo que não pôde ser ignorado pela PMSBC. Ainda em 1972, foi realizado o primeiro levantamento municipal sobre o tema. Na ocasião, a população favelada correspondia a 2,34% dos moradores da cidade, proporção que iria aumentar rapidamente nos anos seguintes: 9,15% (1978), 10,82% (1980) e 13% (1982)[106]. Em que pese as várias limitações dos dados, os indícios são de acelerado aumento da população favelada da cidade. De fato, em 1980, São Bernardo ocupava o primeiro lugar, entre os municípios da Grande São Paulo, no que diz respeito ao percentual de população favelada em relação à população total[107]. Para isso, contribuía, como sublinha Kowarick, "além da compressão salarial que está no âmago do processo de favelização, o vertiginoso aumento no preço da terra urbana que nos últimos anos também afetou as áreas periféricas e tornou ainda mais problemática a confecção da casa própria"[108].

As favelas sambernardenses situavam-se, segundo levantamento de 1978, em sítios com graves complicadores: 76,7% delas localizavam em terrenos à margem de córregos e apresentavam alguma declividade; 46,59% estavam em áreas sujeitas a enchentes e erosões. Somente 13% situavam-se em terrenos planos. Obteve-se para o município, em 1978, os totais de 6.814 barracos e 34.031 pessoas. Na mesma ocasião, verificou-se que 72,1% dos núcleos favelados de São Bernardo do Campo surgiram a partir do final da década de 1960. Se os núcleos favelados mais antigos ainda se

---

[104] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978, p. 21.
[105] *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972.
[106] Cf. *Favelas de São Bernardo do Campo*. SPE. PMSBC, 1982. Paras os dados de 1972, 1978 e 1980, Cf. Luiz Carlos Miranda do Nascimento, op. cit., p. 31.
[107] Luiz Carlos Miranda do Nascimento, op. cit., p. 63. A capital paulista, por exemplo, possuía, na ocasião, 4,4% de favelados entre seus habitantes. Cf. Dulce Maria Tourinho Baptista, op. cit., p. 42.
[108] Lúcio Kowarick. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 79.

localizavam próximos ao Centro da cidade, aqueles que surgiram a partir da segunda metade dos anos 60 situavam-se em áreas cada vez mais periféricas[109].

Apesar de adotar a mesma definição de "favela" empregada em 1972 nos documentos municipais, o *Cadastro de Favelas*, realizado em 1978 pela PMSBC, apresentava um discurso bastante distinto, sendo nítida a preocupação em enfatizar a gravidade do processo de favelização. Levantamento realizado no início do segundo ano da gestão Tito Costa (1977-1983), eleito pelo MDB, o documento atacava duramente as conseqüências sociais do "milagre brasileiro" e, por decorrência, o regime militar:

> *No momento em que se constata que o favelado é em sua maioria um trabalhador na indústria da região mais rica do país*, vem por terra a concepção de favelado como única e exclusivamente biscateiro, sub-empregado ou marginal, que serviu durante tanto tempo para justificar toda uma política de intervenção na favela baseada na repressão pura e simples, via aparato policial etc. Serviu também para justificar a própria sorte do favelado, como um ser "incapaz" de se adaptar ao sistema produtivo da cidade grande. Autores como Chico de Oliveira já demonstraram como *essa mão-de-obra farta, abundante, não-qualificada é útil ao modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro constituindo-se em exército de reserva, um dos principais fatores que permitem que os salários sejam mantidos no limite mínimo de sobrevivência, mesmo que isto implique em condições de existência sub-humanas para uma vasta parcela da classe trabalhadora*.[110]

A população favelada é apresentada como sendo composta, majoritariamente, de trabalhadores industriais empobrecidos, em função do rebaixamento de seus salários. Para que não pairasse nenhuma dúvida sobre essa afirmação, os realizadores da pesquisa solicitaram aos respondentes que citassem nominalmente as indústrias em que trabalhavam. Assim, sabemos, por exemplo, que 4% dos favelados com emprego trabalhavam, em 1978, na Volkswagen. Diversas outras empresas, sobretudo do ramo metalúrgico, tiveram seus nomes mencionados. A *Pesquisa em Áreas Precárias* – que foi realizada em 1974 pela PMSBC e abrangia não apenas as moradias em favelas, mas todas "habitações inadequadas, isto é, que não apresentam níveis mínimos de segurança, durabilidade, tamanho e salubridade" – já havia apontado o "perfil operário" dos trabalhadores residentes nessas áreas. Apurou-se, através de amostra, que 43,30% da população economicamente ativa habitando as áreas precárias eram de trabalhadores empregados na indústria. Somando-se os empregados na construção civil, a proporção atingia 54%[111]. Números não incomuns, visto que pesquisando, na segunda metade da

---

[109] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.
[110] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978, p. 54.
[111] *PDIM*, vol. 08. PMSBC, 1977, p. 237.

década de 1970, favelas da cidade de São Paulo, Rodrigues verificou em sua amostra que 38,4% da população empregada atuava no setor secundário[112].

Em 1972, apurou-se que 95,22% dos trabalhadores ativos residindo nas favelas sambernardenses atuavam na cidade. Já em 1978, entre os favelados com emprego, constatou-se que 86,8% trabalhavam em São Bernardo[113], proporção mais elevada que as médias, apuradas em 1979, para o município e para Baeta Neves, Casa e Ferrazópolis[114]. Eram, portanto, trabalhadores que tentavam permanecer residindo, ainda que em condições precárias, no município onde estavam empregados.

O destaque, no documento municipal de 1978, à condição de *trabalhadores* dos habitantes dos núcleos favelados chocava-se diretamente com as conclusões do primeiro levantamento, realizado em 1972, pela PMSBC, onde lemos que:

> As primeiras favelas, ou seja, os primeiros favelados a se alojarem em São Bernardo do Campo, têm sua origem *em marginalizados que procuraram se acomodar na região através de uma falsa assistência social que ao contrário de recuperá-los para a eficiente produção* colaborou com eles facilitando a sua *estabilização marginalizada* através de solução de problemas imediatistas.[115]

Se, no *Cadastro*, produzido em 1978, os moradores das favelas são subprodutos do "modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro", no levantamento de 1972, eles são "marginalizados" afastados da "eficiente produção". Vemos, assim, como conjunturas e alinhamentos políticos tornavam possível sustentar distintas imagens dos favelados. Ao longo da década de 1970, eles foram, nos documentos da administração municipal, de marginalizados acomodados a trabalhadores industriais depauperados. Nas páginas da *Folha* e da *Tribuna Metalúrgica*, é possível acompanharmos a polarização – que, de resto, circulava entre os próprios trabalhadores[116] – das mesmas imagens. Em março de 1970, a *Folha* assentava que:

> Os grandes culpados no que diz respeito ao surgimento das favelas: analfabetismo, desemprego, salários baixos, aluguéis astronômicos, carência de ambições, crescimento demográfico elevado e déficit na construção de casas operárias. Das favelas surge: delinqüência, conformismo, prostituição, atravancamento do progresso, atrofiamento das noções de patriotismo, fome, miséria, doenças e morte prematura.[117]

---

[112] Cf. Arlete Moysés Rodrigues, op. cit., p. 128.
[113] Cf., respectivamente, *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972 e *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.
[114] *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[115] *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972, p. 23.
[116] Cf., por exemplo, Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009 e Entrevista com Antônio Xavier dos Santos, concedida ao autor em 11/11/2008.
[117] FSB, 07/03/1970. Cf., em especial, a edição 22/10/1972.

Ainda que fossem apontados os diversos processos sociais que "empurravam" os trabalhadores para as favelas, a matéria da *Folha* – e tantas outras mais deste jornal e, também, d'*A Vanguarda* – não hesita em vinculá-las a todo tipo de comportamento "desviante" ou patologias. As favelas eram inimigas a serem vencidas. Nesse sentido, a manchete estampada na primeira página da edição citada colocava a indagação: "O progresso é teimoso. A favela também. Quem vencerá?" Vemos, portanto, que "progresso" e "favela" são apontados como dois fenômenos antagônicos, enfatizando, assim, uma concepção dualista sobre as grandes transformações pelas quais passava a cidade. Em 1978, nas páginas da *Tribuna Metalúrgica*, o fenômeno é entendido de modo distinto: o "progresso" produziu as favelas na medida em que seus "frutos" não foram divididos entre todos aqueles que colaboraram para a sua obtenção, isto é:

> O progresso [da cidade] não chega aos seus verdadeiros construtores. *São Bernardo é uma cidade com predominância de miseráveis, com falta de escolas, centros de lazer, com a marginalização cada vez mais acentuada da maior parte de sua população*. É sobretudo u*ma cidade de favelados, com seus milhares de barracos trepando os morros*, ocupando lugares ainda não disputados pela ganância imobiliária. Os poderes públicos são ainda impotentes para resolver todos os problemas de planejamento urbano, esgotos e água. E *nas favelas moram os trabalhadores que produzem os cem mil corcéis em dez meses, os milhões de volks e outros carros de passeio por ano, os milhares de tratores, ônibus e caminhões.* (...) Por isso, ao enaltecer esse extraordinário desenvolvimento de nossa cidade, não podemos deixar de proclamar, muito justamente também que a numerosa categoria dos metalúrgicos, somando seus esforços ao de todo o povo, persistentemente continuará lutando contra as injustiças e por uma pátria mais digna dos seus filhos. *Queremos participar, queremos que os frutos do progresso sejam distribuídos com justiça para que consigamos paz.*[118]

De certo modo, a proliferação das favelas, ao longo dos anos 70, era um combustível para uma difusa consciência dos agudos contrastes sociais de São Bernardo, "uma pobre cidade rica. Rica financeiramente decorrente de um progresso industrial de grande porte, e pobre diante da realidade encontrada pelos migrantes"[119]. Em março de 1979, *A Vanguarda* insistia no tema:

> Quem aprecia contrastes pode ir até a vila Ferrazópolis que lá encontrará riqueza contrapondo-se à miséria em "uma das cidades mais ricas da América do Sul": de um lado algumas ruas, ou esboços que mais se assemelham a "picadas" no mato, com vários barracos e pequenas casas ainda em construção; de outro lado uma das maiores fábricas do país, a Volkswagen do Brasil.[120]

Ao acelerado crescimento da população favelada da cidade, a gestão municipal que principiou em 1977 tentou impor um rígido planejamento urbano, buscando,

---

[118] TM, 09/1978.
[119] A Vanguarda, 20/08/1978.
[120] A Vanguarda, 10/03/1979.

inclusive, impedir a construção de novos barracos, implantando a "política de congelamento" dos núcleos favelados[121]. Ao suposto "desleixo" das duas gestões anteriores, comandadas por representantes da ARENA, o governo de um prefeito do MDB buscava opor o interesse pelas "questões sociais". Tanto as gestões precedentes quanto a corrente, contudo, operavam na chave de um planejamento vindo de "cima". Possivelmente, as medidas da administração municipal no sentido de impedir o surgimento de novos núcleos favelados e de barracos nas favelas já existentes fomentavam o aumento do preço da terra urbana, uma vez que tentavam eliminar uma importante solução – não contida no mercado formal de terrenos – que os trabalhadores de baixa renda davam a suas carências habitacionais[122]. Com isso, a crise habitacional que já atingia muitos trabalhadores da cidade assumia contornos ainda mais dramáticos[123].

Nas favelas de São Bernardo, predominavam, em 1978, as moradias próprias (87,2%) ou cedidas (11,4%). A cobrança de aluguel era um fenômeno praticamente inexistente (1,4%)[124]. Seguramente, as restrições que, a partir de 1977, a PMSBC começou a estabelecer sobre a cobrança de aluguel nas favelas contribuíram para esse quadro, visto que a prática estava, na segunda metade da década de 70, em expansão. A administração municipal, interessada em conter o aumento das favelas, tentou rapidamente coibir o fenômeno e, assim, evitar a expansão de um incipiente "mercado imobiliário" nos núcleos favelados[125]. Entretanto, o levantamento municipal de 1982 já aponta percentuais significativos de barracos comprados prontos, o que nos sugere, entre outras coisas, um comércio crescente de moradias nas favelas. De qualquer modo,

---

[121] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978, p. 1. O "congelamento" foi, também, tentado pela Prefeitura de São Paulo nos anos 70. Cf. Lúcio Kowarick, op. cit., p. 91.

[122] A hipótese foi levantada para a cidade de São Paulo por Lúcio Kowarick, op. cit., p. 79.

[123] A PMSBC não estava isolada em suas medidas. Pelo contrário, acompanhava decisões tomadas em outras instâncias político-administrativas. Nessa direção, Ermínia Maricato afirma que: "Uma das causas da crise habitacional vivida hoje pelos setores populares no Brasil está na coibição de uma importante forma de produção da moradia barata: o loteamento clandestino ou ilegal. A Lei Federal 6.766/79, que criminaliza o loteador clandestino, inibiu decisivamente o parcelamento ilegal de glebas em áreas desurbanizadas. Desde a década de 40, o loteamento clandestino tem marcado a formação das periferias urbanas, combinado à autoconstrução da casa, nos fins de semana, durante vários anos". Cf. "Problemas e mitos na luta pela moradia". *Travessia – Revista do Migrante*, n. 2, set./dez. 1988, p. 12.

[124] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.

[125] É preciso considerar, contudo, que os moradores de barracos alugados, cientes da proibição municipal, possam estar a ocultando a informação sobre a cobrança de aluguel.

parece claro que, para os trabalhadores com baixos rendimentos[126], a favela apresentava-se como uma possibilidade de economizar nos gastos com habitação – uma vez que as despesas para construir ou alugar um barraco eram sensivelmente inferiores às inerentes a qualquer outra modalidade de moradia – e de se localizar relativamente próximos a seus locais de trabalho, reduzindo os dispêndios de tempo e dinheiro exigidos pelo transporte[127]. Como admitia *A Vanguarda*: "eles precisam favelar-se nas proximidades do seu trabalho, das indústrias que foram atraídas para produzir o grande orçamento municipal e que estão poluindo a cidade"[128].

Morar próximo ao local de trabalho, sobretudo se este fosse uma indústria, poderia ser, por outro lado, fonte de graves inconvenientes, entre os quais destacava-se a poluição (do ar e sonora). Segundo a *Folha*, na Vila Ferrazópolis, situada nas imediações da Brastemp, por exemplo, "a maioria das pessoas sofre falta de ar, os olhos estão sempre vermelhos e suas gargantas trazem constantes irritações, além da alergia a que são obrigados a se acostumar, dando a este fato, uma normalidade do dia-a-dia". Acrescente-se ainda a sujeira e rachaduras nas casas, devido à "pressão exercida pelos compressores"[129]. A *Tribuna Metalúrgica*, jornal do SMSBCD, denunciava, também, os problemas enfrentados por trabalhadores residindo próximos a indústrias, afirmando que:

> (...) qualquer trabalhador como nós constata nos olhos, na pele, nas vias respiratórias – e em seus filhos – que estão cometendo um crime inominável contra a população indefesa, principalmente *contra nossa classe, que precisa viver nos bairros operários, nas imediações das fábricas, sendo a maior vítima dos gases tóxicos, do mau cheiro permanente, do barulho ensurdecedor e constante, da contaminação da água e dos alimentos.*[130]

Poderosas indústrias da cidade, desfrutando de prestígio e influência entre agentes da administração pública e políticos locais – e mesmo entre os munícipes – freqüentemente não encontravam obstáculos a suas práticas poluidoras[131]. Se para os residentes em casa de alvenaria tal situação já era incômoda, para os moradores de barracos em terrenos irregulares, a penalização era dupla: inconvenientes da vizinhança

---

[126] Em 1978, 70% das famílias faveladas do município possuíam renda de *até* 3 salários mínimos. Cf. *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.
[127] Lúcio Kowarick, op. cit., p. 87.
[128] A Vanguarda, 31/07/1977.
[129] FSB, 28/10/1978.
[130] TM, 07/1975.
[131] Segundo reportagem da *Folha*, moradores das imediações da Brastemp, por exemplo, mesmo incomodados pela poluição da empresa, "sentem medo de protestar, pois acham que poderão talvez arranjar um emprego na Brastemp." Cf. FSB, 28/10/1978.

com fábricas poluidoras somavam-se às precárias condições da habitação. Os barracos – em 93,9% dos quais residia apenas uma família nuclear – eram, em 1978, na quase totalidade, de madeira e se amontoavam nos terrenos. Possuíam poucos cômodos e limitado espaço para cada morador[132]. Na *Pesquisa em Áreas Precárias*, realizada em 1974, constatou-se que 60,1% das "habitações inadequadas" possuíam no máximo 6 m^2 de área construída por pessoa e que 85,50% delas tinham entre 1 e 3 cômodos[133].

De modo geral, os favelados sambernardenses experimentavam, nos anos 70, agudos problemas com a coleta de lixo e com o fornecimento de água. Inexistiam barracos com água encanada. O problema do abastecimento era resolvido através de poços, minas d'água ou do abastecimento feito pela PMSBC (em caixas públicas ou em tambores dos moradores). Devido à ausência de rede de esgotos, havia grande presença de fossas negras, as quais, muito próximas dos poços, geravam diversos problemas de contaminação da água bebida ou utilizada para outros fins pelos moradores[134]. A *Pesquisa em Áreas Precárias*, realizada em 1974, não hesitava em vincular essas precárias condições de moradia às elevadas taxas de mortalidade infantil verificadas em São Bernardo[135]. Portanto, os trabalhadores sambernardenses residindo em favelas e em outras "áreas precárias" – além de submetidos à intensa exploração de sua força de trabalho, o que pode ser inferido por suas baixas rendas domiciliares – sofriam com o que Kowarick denominou "espoliação urbana", isto é:

> (...) o somatório das extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.[136]

Se, nos anos 1970, ao nível dos macro-bairros com concentração de operários aqui enfocados, diversas precariedades habitacionais e infra-estruturais já eram

---

[132] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.
[133] *PDIM*, vol. 08. PMSBC, 1977.
[134] *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.
[135] *PDIM*, vol. 08. PMSBC, 1977, p. 303. Em 1970, a mortalidade infantil atingiu o alto índice de 133 mortos por 1000 nascidos vivos, superior ao apresentado pela Região da Grande São Paulo e aos municípios vizinhos. Cf. FSB, 20/08/1976. Cf., também, Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". In: Lúcio Kowarick (coord.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 162-165.
[136] Lúcio Kowarick, op. cit., p. 59.

denunciadas por seus moradores[137], na escala dos núcleos favelados os problemas mostravam-se ainda mais agudos e seu agravamento, ao longo da década, tendeu a se acelerar. Afinal, com o aprofundamento da crise econômica no início dos anos 80, setores pauperizados da população do município passariam a contribuir para o incremento da população favelada[138].

Morando em conjuntos habitacionais (em casas compradas prontas e com financiamento), em casas de alvenaria e barracos autoconstruídos (localizados em terrenos próprios, notadamente em bairros periféricos), em casas de cômodos e pensões (situadas, principalmente, no Centro ou próximo a ele) ou em barracos autoconstruídos ou comprados prontos (em terrenos irregulares, especialmente nos bairros periféricos), os trabalhadores sambernardenses buscavam equacionar suas necessidades de moradia. Muitos conseguiram suas casas próprias, visto que, em 1972, elas eram 63,50% dos domicílios da cidade e, em 1979, atingiram o percentual de 70,29%[139]. Isso sem contabilizar o grande número de barracos construídos em terrenos irregulares ao longo da década, o que elevaria o percentual de "casas próprias".

O crescimento do número de proprietários de suas moradias não era, de resto, uma especificidade sambernardense, como já apontado em outros estudos sobre os trabalhadores urbanos brasileiros da segunda metade do século XX[140]. Inclusive, nas décadas de 60 e 70, aprofundava-se, segundo Camargo, importante contradição, uma vez que enquanto "o processo de desenvolvimento econômico que deu origem à formação dos bairros periféricos resultou também numa intensificação da mobilidade de emprego", "a casa própria tende a fixar o trabalhador num bairro"[141]. Assim, se São Bernardo destacava-se, na década de 70, pela alta rotatividade da mão-de-obra em suas indústrias[142], crescia, no mesmo período, a estabilidade residencial dos trabalhadores da cidade, constituindo-se um solo propício para a tessitura de redes sociais nos locais de

---

[137] Cf. *Pesquisa de opinião pública: avaliação das condições dos bairros, segundo a opinião dos moradores*. Secretaria de Planejamento e Economia, PMSBC, 1976.
[138] Cf. Luiz Carlos Miranda do Nascimento, op. cit., p. 33.
[139] Cf., respectivamente, *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro. PMSBC, 1972, p. 26 e *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979.
[140] Cf. Paulo Fontes, op. cit. e Cândido P. F. de Camargo et. al. *São Paulo 1975*: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.
[141] Cândido P. F. de Camargo et. al., op. cit., p. 43.
[142] Cf. John Humphrey. *Fazendo o milagre*: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 96-99; Elisabeth Souza-Lobo. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 34 e Luís Flávio Rainho, op. cit., p. 248.

moradia[143]. De fato, como lembra um estudo de início dos anos 80 sobre a periferia paulistana: "é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço"[144].

Não obstante a ampla variação de condições habitacionais, muitos operários – predominantemente, metalúrgicos – passaram a morar próximos uns dos outros, colaborando, assim, para a criação de conglomerados de residências de operários localizáveis em vários pontos da São Bernardo dos anos 70 e presentes nas memórias de nossos entrevistados. Residindo desde 1971 no Jardim Petroni, bairro da periferia sambernardense, o operário metalúrgico José Euzébio, por exemplo, quando perguntado sobre outros moradores das imediações, recorda-se que "era gente da Mercedes, da Volks, da Ford, todo esse povo"[145]. Quanto à Vila Vivaldi, onde morou nos anos 60 e 70, Djalma Bom, diretor do SMSBCD entre 1975 e 1980, afirma que, na vizinhança, havia "uma certa integração porque você juntava o pessoal da Mercedes com o pessoal da Ford, o pessoal da Volks, o pessoal da Scania, o pessoal da Kharmann Ghia, o pessoal da Chrysler...todas essas empresas"[146]. Já Cláudio Roberto Rosa, diretor do SMSBCD, entre 1978 e 1980, e ferramenteiro da Mercedes Benz, o qual se mudou, em 1977, para o Paulicéia, mesmo bairro sambernardense onde se situava a montadora alemã em que trabalhava, assegura que "a maioria dos vizinhos – fora um que morava numa casa de baixo – trabalhava na Mercedes. Você conhecia na Mercedes e conhecia na rua também"[147].

Os relatos de José, Djalma e Cláudio apontam na mesma direção que o já citado levantamento populacional empreendido em 1979 pela PMSBC, o qual estimou que, em 14 dos 17 macro-bairros nos quais foi dividida a cidade, a população economicamente ativa (PEA) empregada na "indústria de transformação" ultrapassava os 45% (ver Mapa 3). Percentual que englobava os trabalhadores exercendo funções comumente denominadas como de "colarinho-branco". Todavia, ainda que estes sejam excluídos, os índices de população economicamente ativa vinculada à "indústria de transformação"

---

[143] Segundo Jose Luis Molina, analista de redes pessoais: "**cambios de residencia** afectan notablemente a los contactos (reducieéndolos)". Cf. "El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas". *Empiria*. n. 10, 2005, p. 29.
[144] J. G. C. Magnani. *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 2.ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, p. 116.
[145] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.
[146] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[147] Entrevista com Cláudio Roberto Rosa, concedida ao autor em 10/12/2008.

permanecem por volta de 30% em 10 macro-bairros sambernardenses (Casa, Paulicéia, Taboão, Ferrazópolis, Planalto, Independência, Baeta Neves, Santa Terezinha, Alves Dias e Demarchi). Como referência para comparação, lembramos que, em 1979, 15,5% da população economicamente ativa brasileira estava empregada na "indústria de transformação"[148]. Daí porque, em meados dos anos 70, pesquisando a autoconstrução de moradias em São Bernardo, Maricato se referisse à cidade como "assentamento *residencial* maciço de população trabalhadora operária"[149].

Tal quadro era favorável à constituição de teias relacionais locais relativamente densas, as quais fizeram, segundo indícios, dos bairros sambernardenses com concentrações de operários relevantes *loci* de partilha de experiências entre os trabalhadores e suas famílias. Para que isso ocorresse, a vigência de certas práticas e valores socioculturais[150] foram tão importantes quanto as linhas gerais do processo de ocupação do espaço urbano sambernardense aqui esboçadas. De fato, como diversas pesquisas já alertaram, proximidade espacial por si só – e, não raramente, mesmo quando acompanhada de homogeneidade socioeconômica – é um pobre indicador de interação social[151]. Assumir que uma dada configuração do espaço estabelece, necessária e automaticamente, determinados vínculos sociais seria aceitar o

---

[148] João L. M. Sabóia. "Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983". *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 3, 1996, p. 86.

[149] Ermínia T. M. Maricato. *A proletarização do espaço sob a grande indústria*: o caso de São Bernardo na Região da Grande São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1977, p. 47.

[150] Sobre a importância de se considerar, "no ponto de vista da classe trabalhadora", suas "disposições culturais", Cf. José Sérgio Leite Lopes. "Anotações em torno do tema 'condições de vida' na literatura sobre a classe operária". In: L. A. M. da Silva (org.). *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 e Pierre Bourdieu. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

[151] Cf. Barry Wellman e Barry Leighton. "Networks, neighborhoods and communities: approaches to the study of the community question". *Urban Affairs Quartely*, v. 14, n. 3, março de 1979 e X. S. BRIGGS. *Ties that bind, bridge and constrain*: social capital and segregation in the American Metropolis. Artigo apresentado no seminário "Segregation and the city", realizado no Lincoln Institute for Land Policy, 2001. Para um estudo comparando, em fins dos anos 70, um bairro popular e um conjunto residencial de classe média situados na cidade do Rio de Janeiro, Cf. Carlos Nelson F. dos Santos (coord.). *Quando a rua vira casa*: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM. Centro de Pesquisas Urbanas, 1985. Em recente pesquisa sobre redes sociais na cidade de São Paulo, Eduardo C. L. Marques verificou que, em uma amostra composta por indivíduos de classe média, apenas 30% mantinham vínculos com seus vizinhos. Diante disso, concluía que "comparando com as redes de indivíduos pobres, portanto, podemos dizer que a sociabilidade de classe média é muito mais fortemente baseada na esfera do trabalho e dos estudos e muito menos associada à vizinhança". Cf. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2007, p. 94. No início dos anos 90, pesquisa de Alfredo José Gonçalves apontara conclusão semelhante à de Marques: "a sociabilidade com os moradores imediatamente vizinhos pode aumentar ou diminuir de acordo com a renda familiar, com o padrão de vida e, conseqüentemente, com o tipo de casa. Cresce a sociabilidade imediata na medida em que decresce o nível de vida". Cf. "Morar e conviver". *Travessia*, n.14, set./dez. 1992, p. 23.

determinismo espacial. Pelo contrário, as pessoas precisam atuar ativamente para produzir relações de vizinhança. Nesse processo, estas precisam ser julgadas como relevantes em alguma medida. Aparentemente, nos anos 70, entre os trabalhadores sambernardenses e suas famílias, principalmente nos bairros periféricos, isso ocorria.

Já vimos, por exemplo, como, entre migrantes, o reassentamento residencial em São Bernardo poderia pautar-se pela consideração de determinados vínculos constitutivos de suas redes sociais, os quais se tornariam, também, laços de vizinhança. Estes, de modo geral, foram valorizados – ainda que em graus bastante variáveis – por nossos entrevistados. Assim, quando questionados sobre seus locais de moradia, eles falavam, geralmente, não apenas de precariedades infra-estruturais ou de outros aspectos "materiais", mas também de atributos de relações com pessoas com as quais interagiram no âmbito do bairro. Este, apresentado, portanto, como referência significativa, era visto e julgado, simultaneamente, em seus aspectos "materiais" e "relacionais". Na mesma direção, apontou a pesquisa empreendida por Magnani, no início dos anos 80, em bairros da periferia paulistana. Quando buscava investigar o modo pelo qual os moradores dessa parte da cidade compreendiam seus locais de moradia, o antropólogo constatou que tais pessoas recorriam freqüentemente ao termo "pedaço", que teria dois elementos constitutivos básicos: "um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais"[152]. Assim, o operário metalúrgico Gilberto de Souza Cunha, por exemplo, morador da Vila do Tanque, bairro da periferia sambernardense, sofria, nos anos 70, agudas precariedades em seu local de moradia: casas pequenas, ruas sem pavimentação, falta de transporte coletivo, escassas áreas de lazer etc. Contudo, ao ser questionado sobre como era seu bairro no passado, começa afirmando que ele era "bem melhor que hoje", pois:

> Todo mundo se conhecia. As ruas eram menores. A população era muito menor do que hoje. Eu me lembro que numa noite – a gente morava numa casinha de três cômodos aqui na frente – lá pelas dez horas, dez e meia – meus pais deitados, todo mundo deitado – e passou alguém aí na rua e meu pai falou: "O fulano de tal, algum problema? - Não, não, não. É que eu estou chegando tarde do serviço". Pelo andar meu pai percebeu que era esse "fulano de tal" que estava subindo a rua! E ficou preocupado, porque não era a hora dele

[152] J. G. C. Magnani. *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 2.ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, p. 115. Completando a definição, acrescenta Magnani: "O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre a casa (o privado) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade e suas instituições". Cf. "Lazer dos trabalhadores". *São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n. 3, jul./set., 1988, p. 39.

> estar subindo, porque ele vinha mais cedo do trabalho, e perguntou: "Fulano de tal, algum problema?" [risos]. Quer dizer, as pessoas se conheciam até pelo jeito de andar.[153]

Para fundamentar seu juízo sobre o local em que residia, Gilberto destaca atributos das relações que ele e sua família mantinham com outros moradores do bairro. É fácil notarmos o mecanismo de seletividade da memória, produzindo uma imagem do passado em confronto com a do presente. Para o operário metalúrgico, as menores dimensões do bairro e de sua população permitiam uma proximidade relativamente grande entre os moradores, ao ponto de uns conhecerem as rotinas dos outros ("não era hora dele estar subindo"). Fica implícita, no acontecimento narrado por Gilberto para caracterizar o que era o bairro no passado, a idéia de que tal episódio seria "hoje" impossível. O crescimento das "ruas" e da "população" teria eliminado (ou minimizado) a possibilidade de manter relações como as narradas. Poderíamos, simplesmente, avaliar que a imagem elaborada por Gilberto seja um construto ideológico. Afinal, como nos lembra Lefebvre: "la ideologia del barrio es una ideologia comunitaria"[154]. Todavia, tomando seu relato não como prova da existência de uma vida comunitária estável e homogênea nos bairros periféricos de São Bernardo na década de 1970 – ilação que não resistiria aos inúmeros relatos de crimes diariamente estampados nas páginas da *Folha* e d'*A Vanguarda* –, mas como indício de *relativa* importância, naquele período, dos laços de vizinhança nas redes sociais dos trabalhadores sambernardenses e suas famílias, poderemos ter uma profícua hipótese a ser explorada.

Nesse sentido, tendo migrado, em 1969, para São Bernardo, José Euzébio assegura, sobre seus vizinhos, que "o pessoal sempre dava uma força, perguntava da onde a gente vinha, perguntava se a gente precisava de alguma coisa"[155]. Desse modo, sugere-nos que por vínculos de vizinhança poderiam fluir relevantes informações e auxílios. Estes, ainda que não utilizados, seriam, segundo Maria da Conceição de Freitas Cunha, moradora da Vila do Tanque desde 1972, importante estímulo para manter canais relacionais ativos com aqueles que residiam mais próximo. Por isso, afirma que "os [vizinhos] que ainda estão aqui, da época, são todos pessoas muito, muito boas. Pessoas que, *se você precisar*, você pode apostar que vão estar aqui pra te servir"[156]. No mesmo sentido, Sônia Aparecida Moreira, moradora do Jardim Petroni

---

[153] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[154] Henri Lefebvre. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978, p. 197.
[155] Entrevista com José Euzébio, concedida ao autor em 16/10/2008.
[156] Entrevista com Maria da Conceição de Freitas Cunha, concedida ao autor em 21/10/2008.

desde os anos 60, afirma que "mantém uma amizade" com seus vizinhos, afinal, "você pode precisar de algum a qualquer hora"[157]. Em tais arranjos locais, como nos sugerem os depoimentos de Maria e Sônia, as mulheres tinham um papel decisivo.

A valorização de laços de vizinhança – e, mais amplamente, da "vida de bairro" – não era uma especificidade, nesse período, de boa parte dos trabalhadores sambernardenses e suas famílias, mas, como indica a bibliografia, uma recorrência, no mínimo pelo período que se estende entre os anos 50 e 80, entre moradores de bairros periféricos da Grande São Paulo[158]. Rodrigues, pesquisando em meados dos anos 60 os operários da Willys, montadora situada no norte de São Bernardo, já assentara taxativamente que: "a vida da maioria desses trabalhadores, geográfica e socialmente, está confinada aos bairros"[159]. Por sua vez, em sua investigação sobre São Miguel Paulista nas décadas de 40 a 60, Fontes constatou que "as relações de vizinhança, as amizades, a ajuda mútua e a solidariedade entre os moradores são elementos fortemente presentes na memória coletiva"[160]. Entre os anos 40 e 70, no bairro paulistano da Mooca, as relações de vizinhança eram, segundo pesquisa de Adriano Luiz Duarte, "o ponto de partida dos arranjos políticos, sociais e culturais"[161]. Já em seu estudo sobre um grupo de operários da Grande São Paulo em meados dos anos 70, Macedo concluía que: "a vizinhança é, de fato, um importante fator na vida das famílias. A totalidade das mulheres entrevistadas, afirma que suas famílias têm bom relacionamento com os vizinhos". Mais adiante, precisava que "vizinhança e parentesco" constituíam-se "como os principais elementos no quadro de relacionamento mais amplo da família". Assim, "o bairro proletário circunscreve, no geral, a vida diária das famílias proletárias"[162]. A importância para operários de relações tecidas nos bairros foi reiterada por Gonçalves, quando, entre 1976 e 1977, estudou os trabalhadores de uma empresa automobilística na

---

[157] Entrevista com Sônia Aparecida Moreira, concedida ao autor em 23/09/2008.

[158] Paulo César Marins chama a atenção para o fato de que os moradores das grandes periferias das metrópoles brasileiras contemporâneas praticam suas próprias noções de "intimidade, habitação e vizinhança". Cf. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: Nicolau Sevcenko (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 137.

[159] Leôncio Martins Rodrigues. *Industrialização e Atitudes Operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 21.

[160] Paulo Fontes, op. cit., p. 247.

[161] Cf. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 106.

[162] Carmen Cinira Macedo. *A reprodução da desigualdade*: um projeto de vida familiar de um grupo operário. 2.ed. São Paulo: Vértice, 1986, p. 72 e 125-126 (respectivamente).

Grande São Paulo e questionou-os sobre seus vizinhos[163]. Poucos anos depois, em investigação sobre operários da Grande São Paulo, Goldestein concluía, também, que: "a família aparece em todas as classes sociais com muito peso e a convivência com ela e vizinhos é especialmente marcante entre os entrevistados operários"[164]. Tais constatações são convergentes com as de Rainho, em seu estudo de meados dos anos 70 sobre o operariado não especializado e semi-especializado da indústria automobilística do ABC paulista, onde afirma que os operários "dão grande valor ao bate-papo em casa ou com os amigos na rua"[165].

Em que pese os diversos indícios, não cabe, contudo, superestimar tais vínculos. Estudando, no fim dos anos 70 e começo dos 80, um bairro da periferia paulistana, Caldeira era cuidadosa ao definir as relações de vizinhança por ela analisadas, destacando que:

> (...) não se trata de uma relação íntima e menos ainda necessariamente fraterna ou solidária como a que é mais comum existir entre os membros da família: trata-se de uma relação social específica que é a de vizinhança. O vizinho, analogamente ao que ocorre com o espaço do bairro, está numa situação intermediária; não é nem desconhecido nem íntimo, é tratado com o respeito que corresponde a uma certa distância, mas não merece a frieza e a reserva que se dispensa a um estranho.[166]

Mesmo tomando precauções similares, Macedo, em seu já citado estudo sobre um grupo de operários da Grande São Paulo em meados dos anos 70, não deixa de enfatizar múltiplas interações vicinais por ela encontradas em seu trabalho de campo:

> Com os vizinhos é possível trocar idéias, comentar os problemas particulares, dar e receber conselhos, saber notícias. Em casos de necessidade como, por exemplo, doença, pode-se contar com os vizinhos para ajudar a cuidar da casa e dos filhos. Além disso, em situações de aperto, é às vezes possível conseguir pequenos empréstimos em dinheiro. Estabelece-se, também, entre os vizinhos com os quais se tem maior intimidade, um pequeno sistema de trocas e empréstimos de objetos, alimentos e roupas. As relações de vizinhança constituem-se, assim, como uma rede de cooperação e de auxílio mútuo, através da qual a sistemática precariedade de condições de vida pode ser minorada. O padrão vigente implica em que receber auxílio envolva retribuí-lo sempre que necessário. O prestígio da família será tanto maior quanto maiores forem suas possibilidades de oferecer auxílio. Cumpre, todavia, ressaltar que o sentido desse auxílio não é essencialmente econômico. Assim, uma vizinha que se disponha a cuidar dos filhos de outras para que possam trabalhar, será muito valorizada e poderá esperar gratidão e vários tipos de ajuda, caso venha a necessitar. Em muitas ocasiões, inclusive, o auxílio consiste na mera disposição de ouvir os problemas

---

[163] José Sérgio R. C. Gonçalves, op. cit., p. 129.
[164] Gisela T. Goldestein. "Lazer operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta". *Revista de Administração de Empresas*, v. 31, n. 3, jul./set. 1991, p. 19.
[165] Luis Flávio Rainho, op. cit., p. 267.
[166] Teresa Pires Caldeira, op. cit., p. 120.

> alheios e fornecer conselhos, possibilitando ao vizinho angustiado a necessária descarga de tensão.[167]

Pelo exposto, vemos que, por meio de laços de vizinhança, os trabalhadores sambernardenses e suas famílias poderiam entrelaçar e adensar suas redes sociais. Mesmo interações vicinais bastante elementares colaboravam para a formação de uma "rede informal de comunicações" nos bairros, nos quais, acrescentemos, situavam-se boa parte dos variados espaços – descritos sumariamente nas linhas seguintes – em que os trabalhadores sambernardenses apoiavam sua sociabilidade urbana.

Redes sociais e sociabilidade urbana

A sociabilidade urbana dos trabalhadores sambernardenses constituía-se, na década de 70, pela articulação de múltiplos espaços e relações, cuja investigação exaustiva encontra-se além das possibilidades desta pesquisa. Ademais, dimensionar a importância relativa de cada uma das práticas socioculturais desse variado conjunto é tarefa das mais complexas, em função da escassez de dados quantitativos. Por isso, buscando esboçar alguns aspectos da sociabilidade urbana dos trabalhadores sambernerdenses, *apontaremos* práticas e espaços – entres os últimos, priorizando os "masculinos"[168] – que apareceram com maior freqüência em nossas fontes. Ainda que bastante genérico, tal delineamento revela-nos que, *para além das fábricas*, uma multifacetada apropriação do espaço urbano sambernardense[169] fomentava inúmeras interações extra-fabris entre trabalhadores residentes em São Bernardo, alargando as possibilidades de que eles imbricassem e adensassem suas redes sociais. Nesse processo, merecem destaque as atividades de lazer, "notoriamente meios dos mais eficazes" para a "criação e manutenção de grupos sociais primários nas grandes

---

[167] Carmen Cinira Macedo, op. cit., p. 72-73. Descrição similar de interações de vizinhança é fornecida por Maria Isabel Leme Faleiros em seu estudo de fins dos anos 70 sobre um grupo de operários de Marília (SP). Cf. *Lazer em questão*: redefinição no modo de vida de um grupo operário. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1979.

[168] Tal opção apóia-se no fato de que, ao longo dos anos 70, a ampla maioria dos sambernardenses que exerciam trabalho remunerado era composta por homens: em 1970, eles eram 71,67% dos sambernardenses com emprego (Cf. *PDIM*, vol. 14. PMSBC, 1977. p. 89). O quadro pouco havia se alterado em 1979 quando os homens respondiam por 70,29% da PEA municipal (Cf. *Pesquisa Sócio-Econômica*. SPE. PMSBC, 1979). No setor metalúrgico sambernardense, as mulheres eram, em 1976, apenas 9% (Cf. Elisabeth Souza-Lobo, op. cit., p. 33).

[169] Ainda que práticas de sociabilidade empreendidas no espaço urbano local fossem as mais rotineiras entre os trabalhadores, reafirmamos que muitas outras não ocorriam nele – como, por exemplo, idas a praias e a estádios de futebol, participação em excursões etc. Estas, contudo, não foram investigadas.

cidades"[170] por oferecerem a "oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações"[171].

Comecemos pela moradia, que, nos anos 70, era um dos importantes "nós" da sociabilidade dos trabalhadores sambernardenses, delineando o que poderíamos chamar de "lazer residencial não comercial". No âmbito doméstico, parentes, vizinhos, amigos e colegas de trabalho empreendiam, fundamentalmente aos fins de semana e feriados, almoços, festas de aniversários e outras reuniões similiares que, freqüentemente, terminavam em bailes[172]. Além disso, numa época em que nem todos domicílios possuíam aparelhos de televisão, até mesmo assistir a uma novela assumia tons de atividade coletiva de lazer, uma vez que poderia motivar um ajuntamento de parentes e vizinhos[173]. Como apontou, na primeira metade dos anos 80, a pesquisa de Goldestein, baseada na aplicação de questionários a um grupo de operários da Grande São Paulo: "de um modo geral, os campeões do lazer mencionado espontaneamente são, além da TV, *o hábito de fazer e receber visitas* (de amigos, parentes, vizinhos) e de ficar em casa descansando, dormindo, o ócio enfim". Sobre a prática regular de visitas, acrescentava a autora que "talvez seja específico dos entrevistados da classe operária é o *peso relativo* que esta prática tem no conjunto do uso do seu tempo, em contraste com o leque muito mais amplo de alternativas utilizadas pelos membros de outras classes"[174]. Nessa direção, aponta o depoimento de Pio de Souza Santos, operário metalúrgico não-qualificado da Brastemp em fins dos anos 70, ao sugerir que: "como todo mundo não tinha muita condição de lazer, às vezes, o lazer que tinha era ir à casa de um amigo no fim de semana"[175].

Próximos às moradias dos trabalhadores, assim como no Centro e nas imediações das indústrias, situavam-se muitos bares, espaços fundamentais de sua sociabilidade[176].

---

[170] R. Requixa "O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados". *Cadernos de Lazer*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1977, p. 22.
[171] J. C. G. Magnani, op. cit., p. 39.
[172] Entrevista com Maria José de Oliveira Xavier, concedida ao autor em 30/09/2008; Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008 e FSB, 18/10/1980.
[173] Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/06/2009.
[174] Gisela T. Goldestein, op. cit., p. 18-19. A recorrência de visitas, aos fins de semana, a amigos e parentes é apontada, também, por Luís Flávio Rainho, op. cit., p. 142.
[175] Entrevista de Pio de Souza Santos, concedida ao autor em 06/08/2009.
[176] No fim dos anos 60, em artigo pioneiro sobre o tema, Luiz Antonio Machado da Silva já reconhecia que "o botequim desempenha importante papel na vida de ponderável parcela do que se costuma chamar 'a massa'". Cf. "O significado do botequim". In: Daniel Hogan e outros. *Cidade*: usos e abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 79.

Na entrada, na saída e nos intervalos do expediente, muitos operários se dirigiam aos bares que cercavam as indústrias. Já aqueles situados nos bairros recebiam, em dias úteis, seu maior afluxo de freqüentadores no fim da tarde e início da noite, ocasião em que os operários retornavam, em maior volume, das fábricas. Aos fins de semana, ainda que rápida, a ida aos bares do bairro era quase obrigatória para muitos trabalhadores[177].

Beber, comer, jogar (baralho, dominó ou sinuca) e bater papo (sobre futebol, trabalho, relacionamentos amorosos, política etc.) eram as principais atividades desenvolvidas nos bares. A importância de tais espaços como articuladores de sociabilidade[178] pode ser estimada por seu crescimento praticamente sincronizado com a taxa de incremento populacional sambernardense. Esta foi, na década de 70, de 7,76% ao ano. Os "bares, botequins etc.", por sua vez, eram 603, em 1970, e 1059, em 1977[179]. Nesse intervalo, portanto, cresceram a uma taxa média de, aproximadamente, 9% ao ano. Todavia, é preciso acrescentar que, se os dados sobre demografia são relativamente fidedignos, aqueles sobre os "bares, botequins etc." dificilmente captaram a informalidade presente nesse ramo. Com efeito, muitos estabelecimentos, sobretudo nos bairros periféricos de São Bernardo, não deviam ser registrados nos órgãos municipais. Ainda assim, em meados da década de 70, *A Vanguarda* informava que:

> Segundo informações de um diretor de escritório de contabilidade, prestadas à coluna na semana passada, de "*60 novas firmas abertas mensalmente em seu escritório, em média 40 são destinadas à exploração de bares"*. (...) Segundo ainda aquelas informações, *os novos bares são sempre instalados em bairros mais afastados ou em vila recém-construídas*, pois a freguesia poderá ser formada com maior rapidez e os investimentos iniciais não são tão violentos. Em São Bernardo novas vilas de casas são construídas com muita rapidez, por ser um excelente negócio no meio imobiliário. Talvez, seja esse o motivo para a tendência de abertura de bares.[180]

Nos anos 70, ainda que menos do que na década precedente, os bares situados em bairros periféricos funcionavam, muitas vezes, não apenas como "casas de bebidas", mas também como pequenos armazéns, o que contribuía para uma maior diversificação

---

[177] Luís Flávio Rainho, op. cit., p. 112.

[178] Henri Lefebvre referia-se aos bares, nos anos 60, como "un punto neurálgico de vida social, un nudo de actividades múltiples, encuentros amistosos, juegos diversos, informaciones y comunicaciones. La gente acude ellas para hablar, más que para beber alcohol". Cf. "La taberna-club. Punto neurálgico de la vida social". In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978, p. 135. Já W. S. Haine, em exaustivo estudo sobre os cafés parisienses, prefere qualificá-los como: "fórum acessível, público e aberto para a vida social". Cf. *The world of the Paris Café*: sociability among the French working class 1789-1914. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999, p. IX.

[179] Cf., FSB, 20/08/1970 e FSB, 20/08/1979.

[180] A Vanguarda, 20/08/1977.

dos freqüentadores e das interações ali entabuladas[181]. Como aponta uma matéria d'*A Vanguarda*:

> Quando a vendinha do Mané era o *ponto de encontro da turma da vila* e se constituía na alternativa para abastecer as famílias (e isso não é tão remoto assim), as vantagens eram óbvias, já que as desvantagens vinham todas no fim do mês, quando era somada a "caderneta" (...). (...) na vendinha do Mané você pode bolinar tudo (ou quase tudo) e *ainda por cima bater aquele papo e ficar bem informado a respeito das fofocas da vila* (...). (...) A tendência é eliminar a vendinha dos Manés e dos Joões. Mas isso é impossível, mesmo porque as leis da concorrência não permitem que tal ocorra, sob o risco de todos irem "pro brejo".[182]

Entretanto, não há como negar que a venda de bebidas alcoólicas era atividade prioritária dos bares. Afinal, beber era "uma das mais importantes atividade de lazer da classe trabalhadora"[183]. Em São Bernardo, nos anos 70, o consumo – grupal e público – de cachaça ("pinga"), em especial, era largamente difundido entre os operários[184], não sendo incomuns casos de embriaguez, mesmo durante o expediente. Um metalúrgico da Volkswagen, em seu livro de memórias, pondera que:

> Não raro escondíamos nos vestiários um ou outro homem da produção bêbado, depois de dar-lhes banho de água gelada para não prejudicá-lo. Apenas quando estava aparentemente melhor voltava à produção. Esses homens eram motivo de cuidados especiais de nossa parte. *Grande parte de nós bebia, no entanto, só alguns excediam (...).*[185]

Os dirigentes que compunham a gestão 1978-1981 do SMSBCD eram, também, em sua maioria, freqüentadores de bares e consumidores de cachaça. Na verdade, na ocasião, o próprio prédio do SMSBCD abrigava um bar. Desse modo, as lideranças sindicais partilhavam um espaço e uma prática bastante difusos na sociabilidade dos operários sambernardenses, o que, possivelmente, colaborava para aproximações entre "direção" e "base". Djalma Bom, diretor do SMBSCD entre 1975 e 1980, para quem "a referência dos trabalhadores metalúrgicos" eram os bares, afirma que:

> Nós trocávamos muitas idéias, depois do expediente, no bar do Sindicato. O Sindicato tinha um bar. (...) E ali é que se discutia os grandes temas. Conversava-se muito. E, no bar do

---

[181] Cf. Luiz Antonio Machado da Silva, op. cit.
[182] A Vanguarda, 20/08/1977.
[183] A frase é de Stephen G. Jones em seu estudo sobre a Inglaterra no período do entreguerras, mas igualmente adequada à nossa pesquisa. Cf. "Labour, society and the drink question in Britain: 1918-1939". *The Historical Journal*, 30, I, (1987).
[184] Luís Flávio Rainho, op. cit., p. 78.
[185] Luiz Boy. *O último mestre*: capa amarela. São Paulo: Scortecci, 2008, p. 37-38. Em matéria d'*A Vanguarda*, destacava-se que "no pequeno e rico comércio instalado de forma improvisada nas proximidades da portaria da Volkswagen (...). Vende-se de tudo naquele local, desde grampos e pentes até *batidas* de todas as espécies, *onde a cachaça rola de forma impressionante* (...)". Cf. 14/01/1978.

> Sindicato, eu acho que muita coisa foi resolvida, a questão das reivindicações dos trabalhadores.[186]

Além dos dirigentes sindicais sambernardenses, outros trabalhadores deliberavam sobre reivindicações e organização operárias em bares, modelando o que poderíamos chamar de uma "prática coletiva informal de pequena escala"[187]. Nesse sentido, Adão, operário metalúrgico em Diadema nos anos 70, recorda-se que:

> (...) quando havia suspeita de algum movimento, já havia uma equipe [de "informantes" da empresa] pra ficar de olho o tempo todo. Não só na linha, o local de trabalho, mas ficava de ouvido em pé no banheiro, na hora do almoço. (...) eles ficavam de olho no horário de entrada, no intervalo de almoço. No boteco. *Quando tinha boteco por perto, esse era um prato cheio pra descobrirem quem organizava.* (...) Porque eles ["informantes" da empresa] até pagavam pinga, eu acabei descobrindo isso. A empresa patrocinava. Estou mais falando da empresa em que eu trabalhei, mas as outras, pelos contatos que eu tive com colegas, era a mesma coisa. *A própria empresa liberava o dinheiro para que algum nó-cego dedo-duro fosse lá* [no boteco] *puxar o assunto. Se o cara começasse a puxar assunto, ele começava a chamar mais bebida, beber junto.*[188]

Mais amplamente, é possível afirmarmos que os bares – sobretudo os localizados nas proximidades das indústrias e nos bairros, que contavam, de modo geral, com freguesia mais estável – eram espaços em que múltiplas experiências poderiam ser plasmadas. Neles, operários de fábricas distintas, por exemplo, poderiam se encontrar, superar particularismos, partilhar informações sobre outras condições de trabalho e tecer vínculos. Como lembra Silva, referindo-se, em seu artigo pioneiro, aos botequins com "fregueses constantes": "a rede de relações sociais que se forma no interior do botequim é altamente informal. Apesar disso, tende a ser muito estável" e tem o trabalho – ao lado do futebol – como um dos temas principais das conversações[189]. Nessa direção, recorda-se Odilon Dias de Souza, operário da Fram Filtros, que:

> *Nós tínhamos* um bar, rapaz, que chamava "Bar do Piauí". Vou te contar essa história...aí [risos]. Quando a gente trabalhava de dez às seis, nós tínhamos um horário de jantar que era das duas às duas e meia. Muitas das vezes, como horário de almoço e janta ele é sagrado para o funcionário, não é proibido você sair nem nada porque é seu horário livre. Muitas vezes, o pessoal saía e ia para o bar duas horas da manhã para tomar uma. (...) Chegava...dava duas horas... "Vamos lá no bar? Vamos tomar uma?" *Você chegava lá, você encontrava uma galera*, não só da *Fram*, como tinha da *Isopor*, que era uma outra indústria que era perto, tinha da *Mazzaferro*, que era perto também, *Car Fris*, que era perto. Então, *você encontrava e você acabava fazendo amizade com outras pessoas* (...).[190]

---

[186] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[187] O termo é de W. S. Haine, op. cit., p. 226.
[188] Entrevista com Adão, concedida a Guilherme Gibran Pogibin, op. cit., p. 92 e 117 (respectivamente).
[189] Luiz Antonio Machado da Silva, op. cit., p. 84 e 99-100.
[190] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

Seguramente, a sociabilidade em bares poderia, também, fomentar as mais variadas cisões entre os trabalhadores, como nos deixam entrever os diversos relatos de conflitos, em jornais e depoimentos[191]. Assim, apesar de muito freqüentados por trabalhadores, os bares são diversas vezes associados aos "desocupados" e à violência. Em matéria de abril de 1978, *A Vanguarda*, por exemplo, apontava os bares de um bairro periférico sambernardense como "paradeiro" de "desocupados de todos os tipos, bêbados, maconheiros, gente que fica o dia inteiro jogando bilhar"[192].

Os bares, contudo, poderiam, igualmente, fornecer subsídios para constituição de uma identidade operária. Com efeito, na medida em que, nos anos 70, empresas impunham restrições à presença de encarregados nos botecos – especialmente, naqueles próximos às fábricas –, tais espaços foram sendo reconhecidos, cada vez mais, como "lugar de peão". Quando Rainho pesquisava, em meados dos anos 70, o operariado metalúrgico do ABC paulista, um de seus entrevistados relatou-lhe que:

> *Eles* [a direção da empresa] *exige que nóis pra passá a mestre, tá no regulamento...nóis num pode tá no meio de peão lá no bar. Tem que havê uma separação*. Nóis num pode tá brincando cum peão. Mais nóis num qué larga esse povo. Eu pelo menos num quero. Particular, eu. *Se for pra largá de í lá no bar...lá cum o peão...num vô pra bebê...mas vô fazendo companhia cum eles...eu prefiro num ser chefe*. Então, me oferecero, mais impuseram essa condição pra mim. Ocê vai lá mais ocê num pode...ficá com eles na hora do armoço. É verdade. O capa-branca num pode. Mais num quero tê esse regime pra mim. Só purquê eu vô sê isso, tenho que largá disso. Então, eu prefiro num sê.[193]

Notemos que, em seu relato, o metalúrgico afirma que não vai ao bar para beber, mas apenas para desfrutar da companhia de seus companheiros de trabalho. Isso nos indica que, para alguns trabalhadores, a importância do bar estava nas interações que ele tornava possível, ou seja, por sua condição de espaço de sociabilidade ou, mais precisamente, de "clube social dos trabalhadores masculinos"[194]. Sobre a relação entre peões e chefias, o metalúrgico Odilon Dias de Souza acrescenta uma possível auto-exclusão por parte dos encarregados, com o objetivo de se diferenciarem, especialmente, dos operários não-qualificados e semiqualificados:

> (...) *eles achavam que eles, como encarregados, as responsabilidades deles seriam maiores que as da gente que era só operador. Então, eles achavam que não deveriam acompanhar a gente em bar*, mas sempre tinha um ou dois que jogava no time da gente que ia. Que sempre tem.[195]

---

[191] Sobre brigas em bares, Cf. FSB, 08/03/1973; 24/06/1978; 16/09/1978; 14/10/1978 e outras.
[192] A Vanguarda, 01/04/1978.
[193] Luís Flávio Rainho, op. cit., p. 75-76.
[194] Fernando Teixeira da Silva, op. cit.
[195] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

Gilberto de Souza Cunha, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, por sua vez, vinculando práticas cotidianas e o regime sociopolítico então vigente, sugere que:

> (...) naquela época ainda havia uma espécie de um duelo, qualquer coisa assim, entre a peãozada e a chefia. A chefia não era bem vista por quê? Porque nós estávamos vivendo um regime militar no país como um todo, da opressão, e isso refletia também dentro da empresa. Então, a chefia pressionava dentro da empresa. Aí o trabalhador não tinha nenhum respaldo. Então, a briga nossa com os chefes era constante. Então, *a gente não freqüentava muito o mesmo espaço*, não. (...) *A gente não freqüentava o mesmo espaço: o espaço da peãozada é o espaço da peãozada. Eles tinham lá o espaço deles*.[196]

Ainda que a sociabilidade de bar dos trabalhadores sambernardenses não tenha uma conexão política tão explícita quanto a delineada por Gilberto, a "natureza pública e coletiva desta sociabilidade" dotava-a, sem dúvida, de um grande potencial estratégico[197], especialmente para os movimentos paredistas.

Assim como os bares, outro relevante "nó" de sociabilidade dos trabalhadores sambernardenses eram os times de futebol amador locais. Ao longo da segunda metade do século XX, o futebol amador da cidade mostrou grande vitalidade. Desde 1947, o município contava com a Liga de Futebol de São Bernardo do Campo, a qual, ainda hoje, promove, regularmente, campeonatos entre os times amadores da cidade. A partir dos anos 1950, com o crescimento da população houve também um incremento na quantidade de times de futebol do município. No ano de 1977, 60 deles estavam filiados à Liga e se estimava em igual número os não filiados[198]. Em fins dos anos 70, algo entre 30 e 40 equipes disputavam o Campeonato Amador de São Bernardo do Campo, divididas, até 1979, em três divisões (Especial, Primeira e Segunda)[199]. Avaliando tal quadro, em 1980, o presidente de um dos mais populares times de futebol amador da cidade exaltava que: "São Bernardo é um dos melhores, senão o melhor, município brasileiro para a prática do futebol amador"[200]. Desse modo, não surpreende que, na ocasião, não raramente jogos realizados nos bairros sambernardenses atraíssem, além das famílias dos atletas, razoável contingente de pessoas[201].

Nos anos 70, quando os times de futebol amador da cidade sofriam com maior intensidade a escassez de locais para jogarem, uma medida da PMSBC – para conter a

---

[196] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[197] Mais uma vez, os termos do argumento são de W. S. Haine, op. cit., p. 233.
[198] A Vanguarda, 12/06/1977.
[199] A Vanguarda, 15/03/1980.
[200] A frase é de Moacir Messeguel, presidente do Olaria Futebol Clube. Cf., FSB, 19/01/1980.
[201] Cf. Reportagens sobre 22 times amadores sambernardenses publicadas no jornal *DGABC*, entre 30/01/1977 e 26/11/1978, numa série denominada "Nossos Clubes Amadores".

construção de barracos em terrenos não utilizados – acabou assegurando a preservação de diversos campos onde seria praticado, quase sempre aos sábados e domingos, o futebol de várzea. Como relatava a *Folha*:

> Os elementos do Grupo [Permanente de Desfavelamento] deverão cadastrar todos os barracos do Município. Paralelamente, farão um levantamento das *áreas livres de propriedade do Município*, colocando funcionário com a incumbência de zelar pelo imóvel, *impedindo a instalação de novos barracos, através da implantação de campos de futebol.*[202]

Os denominados "estádios distritais" foram, de fato, construídos pela PMSBC, contando com maiores ou menores benfeitorias[203]. Eles seriam colocados sob responsabilidade do "clube de maior tradição" do bairro[204]. Por isso, nos últimos anos da década de 70, muitos times, interessados na infra-estrutura fornecida pelo poder público municipal, inscreveram-se no campeonato amador da cidade, buscando demonstrar a exigida "tradição". Entretanto, diversas outras agremiações futebolísticas não seguiram esse caminho, em boa medida por não possuírem recursos econômicos para tal. Com efeito, estar filiado à Liga e disputar seus torneios implicava custos. Para muitos times surgidos, informalmente, em bares e mantidos pelas cotizações dos próprios jogadores[205], disputar o custoso[206] campeonato amador da cidade era uma tarefa quase impossível, restando a eles participar dos inúmeros torneios (os "festivais") organizados por times amadores da cidade com a finalidade de arrecadar fundos[207]. Com o mesmo intuito, diversas equipes amadoras realizavam, com freqüência, festas e bailes que movimentavam os bairros da cidade[208]. Em janeiro de 1980, por exemplo, a *Folha* anunciava que:

> (...) já foram distribuídos [para o show de Luiz Gonzaga] mais de cinqüenta mil panfletos em portas de fábrica e na periferia de São Bernardo, convidando o povo a comparecer ao Palestra Clube. (...) para quem tem ido ao Palestra, o forró, antes de qualquer preocupação

---

[202] FSB, 17/09/1977.
[203] Cf. *São Bernardo do Campo – Esportes. Relatório 1977-1981*. Departamento de Esportes, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, PMSBC, 1982.
[204] Cf. DGABC, 07/08/1977.
[205] Cf. nota 201.
[206] O campeão da 1ª Divisão, o E. C. Vila Rosa, teve, em 1979, um gasto mensal médio de 5 salários mínimos. Cf., FSB, 19/01/1980. Além dos gastos costumeiros para disputar os torneios, não raramente times amadores da cidade pagavam jogadores para que atuassem. Cf. A Vanguarda, 20/08/1978.
[207] Em abril de 1980, por exemplo, o "Festibol 80", promovido pelo E. C. Vila Paulicéia, em comemoração ao seu 33º aniversário de fundação, reuniu 96 equipes e 1632 atletas "de várias agremiações de São Bernardo, São Caetano, Santo André, Diadema e São Paulo, com os jogos sendo disputados, aos sábados e domingos, no Estádio Distrital Raul Tabajara, na vila Paulicéia." Cf., FSB, 12/04/1980.
[208] Cf., por exemplo, FSB, 14/02/1970; 08/07/1973; 22/09/1979.

> cultural, é uma grande festa: no bar a cachaça e a cerveja, ótima acompanhantes para o ritmo rápido do baião, são as mais procuradas. Os casais que dançam na penumbra da pista são, em sua maioria, composto de operários ou de estudantes. Os que não dançam, acompanham o xote e o xaxado batendo nas mesas.[209]

Uma vez que os jogadores dos times amadores sambernardenses eram, em sua ampla maioria, homens com idades entre 15 e 30 anos[210] – perfil presente, também, entre operários fabris da cidade –, fica indicada a elevada probabilidade de que tais equipes contassem com muitos trabalhadores entre seus atletas. Assim, nas entrevistas, por exemplo, foram freqüentes menções à existência, em bairros sambernardenses, de times de futebol amador constituídos exclusivamente por metalúrgicos ou com grande presença destes – isso sem falar nas equipes formadas para disputar campeonatos intra ou inter-industriais e que poderiam ser mantidas para jogos recreativos aos fins de semana[211]. Djalma Bom, diretor do SMSBCD entre 1975 e 1980, recorda-se que na Vila Vivaldi, bairro onde residia nos anos 70, havia "dois times de futebol, o Nacional e o Vila Vivaldi", sendo que "a maioria dos jogadores do Vila Vivaldi trabalhava na Volkswagen"[212]. Na mesma direção, Gilberto de Souza Cunha, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, afirma que, na Vila do Tanque, onde reside desde os 50, havia o "Palmeirinha", time em que jogava nos anos 70, no qual, com algumas poucas exceções, os demais jogadores "eram tudo da área da metalúrgica"[213]. Odilon Dias de Souza, por sua vez, jogou, nos anos 70, no time de seu bairro, o Grêmio Esporte Clube Jardim Petroni. Sobre os demais jogadores da equipe, destaca que: "embora um trabalhasse num lugar e o outro trabalhasse no outro, a maioria era metalúrgico"[214]. Já Celso Germano da Silva, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, foi, nos anos 70, dirigente de um time de futebol amador sambernardense, o Olaria F. Clube. Em relação aos atletas, afirma: "noventa por cento [dos jogadores], no meu tempo, eram metalúrgicos"[215].

---

[209] FSB, 12/01/1980.
[210] Em geral, a participação nos torneios da Liga exigia duas equipes, a principal e a juvenil. A partir de 1977, um campeonato de veteranos foi institucionalizado pela Liga de Futebol da cidade. Os jogadores deveriam ter 30 anos ou mais. Cf. FSB, 09/04/1977 e DGABC, 12/02/1978.
[211] Cf. Entrevista de Pio de Souza Santos, concedida ao autor em 06/08/2009. Sobre o futebol de fábrica, importante referência ainda é Fátima M. R. Ferreira Antunes. *Futebol de fábrica em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1992.
[212] Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.
[213] Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008.
[214] Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.
[215] Entrevista com Celso Germano da Silva, concedida ao autor em 16/10/2008.

Por sinal, outro dirigente do SMSBCD, Exupério Cardoso, foi, também, diretor, nos anos 60 e 70, do mesmo Olaria F. Clube. Tal experiência deve ter colaborado para que Exupério ocupasse, em 1971, o posto de "Diretor de Esportes" da Comissão de Esportes e Recreação do SMSBCD[216], a qual empreendeu a formação do time de futebol da entidade – que disputou o campeonato amador de São Bernardo – e organizava outras atividades de lazer, como bailes. Estes se tornaram tradicionais, sendo inclusive apresentados como um estímulo à sindicalização dos trabalhadores. "Sindicalize-se amigo e aproveite os Bailes e Cursos do Sindicato"[217], lembrava o jornal do SMSBCD, acrescentando que as atividades organizadas pelo Departamento Social da entidade primavam "pela integração dos associados e suas famílias, na comunidade sindical, onde deve prevalecer a colaboração mútua e a solidariedade de classe". Por isso, estimulava: "não deixe de convidar o seu colega, que deve ser sindicalizado"[218].

Exupério e Celso não foram os únicos dirigentes do SMSBCD envolvidos com o futebol amador da cidade. Em fins de 1976, *A Vanguarda* noticiava que "estão sendo realizadas com freqüência reuniões preparatórias para escolha dos novos dirigentes da Liga de Futebol de São Bernardo do Campo, tendo esses encontros acontecido no Sindicato dos Metalúrgicos"[219]. Não muito tempo depois, Silas dos Santos, ex-dirigente do SMSBCD, assumia, não surpreendentemente, o comando da Liga[220]. Aparentemente, portanto, na São Bernardo dos anos 70, o futebol não encontrava, no meio sindical metalúrgico, nada parecido com as duras críticas que anarquistas e sindicalistas revolucionários paulistanos lhe dirigiram nas primeiras décadas do século XX[221]. Em alguns casos, inclusive, ativistas do SMSBCD valeram-se de sua participação em times de futebol para recrutar operários metalúrgicos para o trabalho sindical[222].

As conexões entre futebol amador local e SMSBCD tinham, possivelmente, um fluxo de mão dupla. Por um lado, a experiência organizacional – e política – proporcionada pela vida sindical poderia ser útil para gestão dos recursos de times e associações do futebol amador local. Por outro, o empenho de diretores para a

---

[216] TM, 07/1971 e DGABC, 10/04/1977.
[217] TM, 04/1975.
[218] TM, 07/1971.
[219] A Vanguarda, 08/08/1976.
[220] A Vanguarda, 02/09/1978.
[221] Cf. Uassyr de Siqueira. *Entre sindicatos, clubes e botequins*: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2008.
[222] Entrevista com Adão, concedida a Guilherme Gibran Pogibin, op. cit., p. 52-53 e Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

manutenção de uma equipe e a administração de escassos fundos legava-lhes importantes aprendizados que poderiam ser empregados na organização sindical[223]. No E. C. Vila Rosa, por exemplo, campeão da Primeira Divisão em 1979, "toda a diretoria do clube é composta pelos próprios jogadores do time". Finalmente, tanto sindicato quanto time de futebol empurravam os trabalhadores sambernardenses para participarem, ainda que em âmbitos diferentes, de uma vida pública local. Segundo o vice-presidente e jogador do Vila Rosa, Valderez Farias, por exemplo, "a ajuda recebida no próprio bairro é que mantém vivo o Vila Rosa"[224]. Afirmação que nos remete ao estudo de Adriano Luiz Duarte sobre o bairro paulistano da Mooca entre os anos 40 e 70 onde lemos que "os times de futebol, em particular, tiveram um papel fundamental na sociabilidade dos bairros da periferia", afinal, "integravam os moradores numa vasta rede de comunicação que conectava cada *pedaço* do bairro com os outros bairros da cidade"[225].

Ainda no âmbito dos bairros, as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) devem ser apontadas como *loci* de sociabilidade dos trabalhadores sambernardenses, uma vez que, na década de 70, muitas delas, além de suas atividades reivindicatórias comuns, promoviam, regularmente, bailes e outras atividades recreativas em suas dependências. Assim, ofereciam aos trabalhadores sambernardenses uma alternativa de lazer próxima, muitas vezes, às suas residências e relativamente barata. As SABs eram tão reconhecidas por seus bailes, que, em 1977, Tito Costa, o recém-empossado prefeito, ponderava que: "uma sociedade amigos não deve apenas preocupar-se com a organização de bailes. Claro, os bailes são importantes. Mas não podem se transformar no objetivo básico das sociedades amigos"[226].

Ao longo dos anos 70, algumas SABs organizaram, também, torneios esportivos, visto que dispunham de infra-estrutura, como, por exemplo, canchas de bocha e malhas e campos de futebol[227]. Inclusive, alguns times que disputavam o campeonato amador da cidade eram, de fato, departamentos no interior de SABs. Vinculações desse tipo

---

[223] Numa entrevista de 1980, o presidente cassado do SMSBCD, Lula, abordou, ainda que ironicamente, o tema ao afirmar que: "Olha, há um fato engraçado [diz Lula], não sei era um espírito de liderança, eu sempre gostei de defender aquilo que entendia que era correto. Mesmo quando eu morava em SP, quando tinha 14 anos de idade, eu já era presidente de um clube de futebol, já era tesoureiro, eu era tudo dentro do clube de futebol, diretor-financeiro, técnico...". Cf. Entrevista com Luiz Inácio da Silva (Lula) concedida à Rádio Capital de Belo Horizonte. Gravada em 30/06/80. OS – 1663. Aesp, setor Deops.
[224] FSB, 19/01/1980.
[225] Adriano Luiz Duarte, op. cit., p. 101. Cf., também, Eder Sader, op. cit., p. 119.
[226] Cf. FSB, 14/05/1977.
[227] Cf., por exemplo, FSB, 11/04/1970; 23/05/1970; 08/01/1972; 17/01/1974 e 02/08/1976.

poderiam mitigar distinções entre agremiações reivindicatórias e esportivas, fazendo de times de futebol órgãos de demandas por melhorias urbanas para os bairros onde estavam instalados. Nesse sentido, em 1977, matéria do periódico *DGABC* sobre a fundação do time amador "Sociedade Amigos do Jardim Ipê", elaborada a partir de relatos dos dirigentes, informava que:

> Em meio a muitas matas, com poucos pés de ipês roxos e amarelos, existiam algumas ruas sem asfalto e aguardando que algum político olhasse para aquele lado da cidade. Mas *o que se conseguiu foi por intermédio dos mais antigos do bairro que se reuniram no boteco do seo Manoel dos Santos Portugal* (líder do bairro, porém sem pretensões políticas) *e resolveram fundar uma sociedade que pudesse reivindicar melhorias à localidade, além da aprovação de novos loteamentos*. Foi no final de 1972 que estes itens começaram a ser discutidos com mais freqüência no bar do atual presidente que na época foi indicado para ser presidente. De início, *resolveram fazer de tudo para melhorar o clube* sem pensar em ter modalidades esportivas e nem muitos sócios. Foi fácil reunir cinqüenta moradores maiores de 21 anos para que assinassem a lista de sócios-fundadores e *começaram a pleitear as primeiras melhorias como abertura de ruas, luz a mercúrio, ônibus e até uma sede improvisada junto ao grupo escolar na rua dos Pinheiros, 16.*[228]

Em 1978, dirigentes do E. C. Vila Rosa, outro time amador sambernardense, forneceram depoimentos semelhantes para outra matéria do mesmo periódico, onde lemos que:

> *A Sociedade Amigos de Vila Rosa – ou simplesmente E. C. Vila Rosa*, como está registrado na Liga de Futebol de São Bernardo – ainda não é um clube completo, segundo o presidente Antonio Pereira Novais (o Boca). A Sociedade foi fundada em 31 de outubro de 1961, *para oferecer melhores condições aos moradores da vila e recreação aos jovens futebolistas.*(...) O mesmo velho barracão da antiga rua G, que funcionava como Grupo por provisório da Vila Rosa, em São Bernardo, serviu como *ponto de encontro dos mais idosos do bairro e de alguns jovens que faziam as peladas aos domingos, para fundarem a Sociedade Amigos da Vila Rosa.*[229]

Finalmente, em dezembro de 1978, *A Vanguarda*, apontando mais conexões entre SABs e clubes de futebol, relatava que:

> Há um ano e meio, a sede do Esporte Clube Brasília, situada no Jardim Represa, abrigou vários presidentes de Sociedades Amigos de Bairros e o presidente da União dessas sociedades, com a finalidade de elaborar um documento reivindicando melhorias para o local.[230]

Tais casos não devem ser tomados como raridades. Com efeito, o estudo de Duarte, por exemplo, dedicado à investigação do bairro paulistano da Mooca entre os anos 40 e 70, concluiu que "eles [os clubes de futebol] podiam ser uma espécie de central de reivindicações e da vida comunitária do bairro, principalmente quando não

---

[228] DGACB, 13/03/1977.
[229] DGABC, 26/11/1978.
[230] A Vanguarda, 23/12/1978.

existisse uma organização com essa função específica"[231]. O mesmo autor, tratando da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, ampliou suas constatações ao afirmar que "os locais públicos de convivência como os bares, salões de bailes, associações de bocha, sedes dos clubes de futebol e grupos de seresta certamente deram origem a inúmeras atividades tanto sociais quanto políticas, que *muitas vezes não se distinguiam*"[232]. Em São Bernardo, acrescentemos, além do trânsito de pessoas entre times de futebol e SABs, havia, também, aquele entre estas e o SMSBCD. Com efeito, em 1980, logo após a Greve dos 41 Dias, Mário Alonso, presidente da Federação das SABs de São Bernardo, afirmava a presença de muitos metalúrgicos nas direções de organizações de bairros[233].

Membros de SABs transitavam, também, pelas escolas de samba de São Bernardo, visto que algumas delas, também, estavam vinculadas àquelas entidades. Em que pese o fato de ativarem-se, basicamente, às vésperas do Carnaval[234], as escolas de samba da cidade devem ser incluídas entre os espaços de sociabilidade dos trabalhadores sambernardenses, dada a magnitude que a festa assumiu na cidade ao longo dos anos 70. De fato, o Carnaval de São Bernardo foi oficializado, em 1970, pela PMSBC[235]. A partir de então, diversas escolas passaram a desfilar nas ruas centrais da cidade, sedimentando o "carnaval de rua". Em 1973, um jornal local ufanava-se pelo fato de São Bernardo ter "o único carnaval de rua" do ABC[236]. Em 1979, havia 20 "agremiações sambísticas" (11 blocos e 9 escolas) em São Bernardo[237]. No ano seguinte, uma das escolas, a *Rosas Negras*, desfilaria com 700 integrantes[238], o que nos indica a dimensão que o evento assumiu no fim da década. Com efeito, fundada em 1970 a *Rosas Negras* desfilou, na ocasião, com apenas 75 integrantes[239]. Em 1979, os ensaios da *Rosas Negras* já eram feitos "nas ruas da Vila Rosa"[240], reconhecido "bairro operário" da cidade[241].

---

[231] Adriano Luiz Duarte, op. cit., p. 101.
[232] Adriano Luiz Duarte e Maria Célia Paoli. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade". In: Paula Porta. (org.). *História da Cidade de São Paulo*: A Cidade na Primeira Metade do Século XX (1890-1954). v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 92-93.
[233] Cf., FSB, 17/05/1980.
[234] Cf. FSB, 14/01/1978 e A Vanguarda, 26/01/1980.
[235] Cf. FSB, 14/02/1970.
[236] Cf. FSB, 08/03/1973.
[237] Cf. FSB, 03/02/1979.
[238] Cf. FSB, 19/01/1980.
[239] A Vanguarda, 19/01/1980.
[240] A Vanguarda, 20/01/1979.
[241] A Vanguarda, 21/04/1978.

Também situados nos bairros, os templos religiosos eram outro "nó" da sociabilidade urbana dos trabalhadores sambernardenses. Em 1980, havia, em São Bernardo, 200 templos religiosos: 35 de "culto católico", 104 de "cultos protestantes", 34 de "culto de umbanda", 18 de "culto espírita" e 9 de "cultos orientais"[242]. Além das cerimônias religiosas habituais, as igrejas católicas da cidade, por exemplo, promoviam, regularmente, festas e quermesses[243], às quais podemos acrescentar os encontros de grupos específicos como jovens, donas de casa e casais[244].

O Centro de São Bernardo, por sua vez, aglutinava os cinemas e os principais salões de baile da cidade. Entre estes – espaços bastante freqüentados pelos trabalhadores, especialmente os solteiros – destacava-se, na primeira metade dos anos 70, o ginásio do E. C. São Bernardo, onde se dançava o "forró nordestino"[245]. Ritmo que, juntamente com o baião, animaram as noitadas no "Lima do Norte", que, fundado em 1977, logo se tornou bastante freqüentado, especialmente pelos nordestinos[246]. No fim da década, por sua vez, foram as "discotheques" que proliferaram[247]. Quanto aos cinemas, entre 1970 e 1973, havia dois na cidade: "Cine Anchieta" e "Cine São Bernardo"[248]. Em 1974, apenas o último permanecia em atividade[249] e, em 1975, a ele se juntou o Cine Hawaii[250]. Finalmente, em 1978, um terceiro cinema, o Ruddy Center[251], começou a operar. Em meados dos anos 70, um levantamento municipal indicou que o preço dos ingressos cobrados pelos cinemas locais correspondia à metade do cobrado nos cinemas da capital paulista. Afirmava, ainda, sobre os cinemas sambernardenses, que "seu principal público são os adultos"[252].

Franqueados a adultos e crianças, eram os diversos logradouros públicos sambernardenses, os quais se multiplicaram ao longo dos anos 70. Com efeito, a tentativa da PMSBC de conter a edificação de barracos, por exemplo, fomentou uma

---

[242] Cf. *Templos religiosos por bairro*. SPE, PMSBC, 1980.
[243] Cf. FSB, 19/04/1975; 02/05/1976 e 02/06/1979.
[244] Entrevista com o Diácono Franco Chippari, concedida ao autor em 03/07/2009.
[245] Cf. FSB, 21/02/1970; 18/04/1970 e 18/06/1972.
[246] "'No forró ele [o nordestino] se realiza [segundo o proprietário do Salão "Lima do Norte"], porque está em contato com o pessoal da mesma origem, ele está em casa e isso faz diminuir seu sofrimento e a solidão pela distância da família. (...) agora [o nordestino] se diverte como se estivesse em casa, porque *o forró é o ponto de encontro dos nordestinos.*'" Cf. FSB, 13/05/1978.
[247] Cf. FSB, 10/06/1978; 16/09/1978; 12/05/1979; 07/07/1979; 20/08/1979 e 12/01/1980.
[248] Cf. *PDIM*, vol. 31, PMSBC, 1977.
[249] Cf. FSB, 17/01/1974.
[250] Cf. FSB, 09/08/1975.
[251] Cf. FSB, 11/03/1978.
[252] Cf. *PDIM*, vol. 31, PMSBC, 1977.

acelerada construção, no fim da década anos 70, de praças públicas na cidade. Nesse sentido, alardeava a *Folha* que:

> O prefeito Tito Costa anunciou e a Secretaria de Serviços Urbanos confirmou que *inúmeros terrenos de propriedade da Prefeitura serão aproveitados como praças públicas, como local de lazer* e também como um ponto onde crianças possam brincar sem receio dos veículos. (...) E com isso, *a Prefeitura vem aproveitando seus terrenos, que estavam abandonados e que eram um convite constante para que nos mesmos fossem levantados novos barracos e aumentadas as favelas*. (...) E nesse ritmo em que o trabalho vem sendo desenvolvido, *dentro de muito pouco tempo, São Bernardo será um dos Municípios brasileiros a contar com o maior número de praças.*[253]

Não obstante a proliferação de praças, o principal logradouro público incorporado à sociabilidade dos trabalhadores sambernardenses era o Parque Municipal (Estoril), onde:

> Em uma área de 370 mil metros, há quiosques, churrasqueiras, mesas e bancos espalhados pelos gramados, lanchonetes, um teleférico percorrendo 500 metros entre as árvores – além de trenó aquático, mini-safári, kartódromo, tiro d'água, barcos a remo, pedalinhos e passeios de lancha pela represa.[254]

Em 1970, o Estoril recebia de 8 a 10 mil pessoas por fim de semana. Em 1977, a entrada gratuita foi assegurada a todos moradores de São Bernardo, colaborando para que, em 1978, os freqüentadores por fim de semana atingissem os 15 mil[255].

Finalmente, não poderíamos deixar de apontar os clubes e grêmios de empresas como importantes "nós" de sociabilidade urbana dos trabalhadores sambernardenses. Com efeito, em fins de 1974, em levantamento empreendido por empresa contratada pela PMSBC, constatou-se que dos 90 mil sócios nominais de entidades "recreativas e esportivas particulares" existentes no município, 60% estavam ligados aos "clubes e grêmios de empresas". Nestes, contudo, "a freqüência" dos associados, dos quais 75% eram homens, "é muito reduzida, em virtude de uma ampla maioria deles ser habitante fora de São Bernardo[256]. Fica sugerido, portanto, que os trabalhadores residentes em São Bernardo tinham maior facilidade para freqüentar, com mais regularidade, os "clubes e grêmios" ligados às empresas onde trabalhavam[257]. Acrescentemos que algumas importantes indústrias instaladas em São Bernardo, como – Prensas Schulher,

---

[253] FSB, 22/04/1978. Entre 1978 e 1979, foram construídas 25 praças na cidade. Cf. FSB, 16/02/1980.
[254] FSB, 20/08/1978.
[255] Cf. FSB, 18/04/1970; 22/10/1977 e 20/08/1978.
[256] *PDIM*, vol. 31, PMSBC, 1977.
[257] Em entrevistas, obtivemos indicações similares. Cf. Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 09/10/2008 e Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 03/07/2008 e 15/09/2008.

Irmãos Mazzaferro e Brastemp – não possuíam clubes próprios, mas estabeleciam convênios com clubes sambernardenses[258].

Os clubes de empresas, de modo geral, dispunham de infra-estrutura para práticas de lazer e realizavam diversas atividades, como festas, bailes, torneios esportivos e piqueniques. O Volkswagen Clube, por exemplo, foi fundado em 1958. Em 1970, contava com 14 mil sócios. Incluindo os familiares destes, o quadro associativo atingia 30 mil pessoas. Em 1961, o clube se instalou na Vila do Tanque numa área de 75 mil metros quadrados. A partir de 1965, a diretoria e o conselho do clube iniciaram a venda de títulos patrimoniais. Nos anos seguintes, diversas obras foram empreendidas: ginásio de esportes, piscinas, pistas de atletismo, arquibancadas para o campo de futebol etc. Em 1970, o VW Clube já era o 6º maior do estado de São Paulo em número de associados. Como clube de empresa, era, na mesma ocasião, *o maior do estado*. No VW Clube, eram praticadas as seguintes modalidades esportivas: atletismo, futebol de campo e de salão, vôlei, handebol, tênis de campo, tênis de mesas, natação, judô e xadrez. Eram mantidas, ainda, atividades sociais, recreativas e culturais. Em 1978, o VW Clube contava com 21.194 sócios[259].

Pelos diversos indícios aqui reunidos, vemos que, apesar de consideráveis limitações de tempo, dinheiro e opções, boa parte dos trabalhadores sambernardenses dispunha de um significativo conjunto de práticas e espaços de sociabilidade fomentador, assim como outras dimensões da vida social exploradas neste capítulo, de imbricação e adensamento de suas redes sociais, as quais, como se procurou demonstrar nesta dissertação, são fundamentais para compreendermos a mobilização coletiva presente na "Greve dos 41 dias" e evidenciarmos a multidimensionalidade do processo de formação de classe.

[258] FSB, 30/05/1978.
[259] FSB, 22/09/1979.

Considerações Finais

Entre seus próprios coetâneos, a Greve de 1980 já era percebida como um importante marco na história sociopolítica do país. Alguns optavam por enfatizar que, ao confrontar um Estado visto como "inimigo", a "Greve dos 41 dias", referenciando-se largamente em vínculos primários e na desconfiança de um sistema político pouco capaz de canalizar as demandas dos trabalhadores, configurou-se como um símbolo da politização do cotidiano e da busca de autonomia que caracterizariam os movimentos sociais que emergiram na segunda metade dos anos 70[1]. Outros, entre eles dirigentes do SMSBCD, considerando que as reivindicações dos operários não foram atendidas e que a repressão estatal e os cerceamentos legais limitaram profundamente a ação sindical, salientavam que a Greve de 1980 consolidou a necessidade de que os trabalhadores aproveitassem os espaços que, com a Abertura, surgiam no sistema político – uma vez que se restabelecia o pluripartidarismo no país – e se organizassem partidariamente para assegurar e ampliar suas possibilidades de atuação institucional[2].

Nesta dissertação, distanciados das urgentes respostas buscadas nos anos 80, procuramos explorar, por meio da noção de redes sociais, a evidente *interação* entre vínculos informais e formais na "Greve dos 41 dias". Esta, vista como um *momento* do processo de formação de classe do operariado sambernardense, revelou-nos as amplas potencialidades da mencionada interação e apontou-nos múltiplas dimensões do processo de formação de classe em curso. Com efeito, a mobilização coletiva dos metalúrgicos sambernardenses indicou-nos que, se a organização sindical e as vivências fabris deram contornos fundamentais à experiência de classe, esta ancorava-se, também, em outros vínculos e práticas socioculturais. Daí que os bairros sambernardenses com concentrações de operários e outros espaços de sociabilidade destes tenham aparecido,

---

[1] Tratando de importante episódio da "Greve dos 41 dias", Eder Sader, por exemplo, afirma que: "O que acontecera na manhã do 1º de Maio de 1980 *parecia condensar a história de todo o movimento social* que naquele dia mostrava a cara ao sol."Cf. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 29.

[2] Segundo Rachel Meneguello, por exemplo, o "deslocamento [da arena sindical para a político-institucional] e a mudança de concepção da participação dos sindicalistas, anteriormente caracterizada por certo purismo frente à política partidária, *tiveram origem na percepção do esgotamento do sindicato como locus de luta pela emancipação política e social dos trabalhadores"*. Mais adiante, acrescenta a autora que: "A desaceleração do processo [de formação do PT] dada em 1980 durante os 41 dias de greve nos meses de abril e maio deslocou os esforços de construção do PT para o sucesso do movimento grevista. *A reação do governo federal às greves do ABC naquele ano implicou, paradoxalmente, o reforço à retomada da construção do partido* (...)." Cf. *PT*: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 50 e 68 (respectivamente).

em um contexto específico, como *loci* decisivos para sustentar, entre 1º de abril e 11 de maio, a parede metalúrgica.

Considerando a Greve de 1980 por alguns de seus traços mais marcantes, podemos afirmar que, mesmo sendo um evento notável, ela não deve ser vista como inteiramente excepcional. De fato, na segunda metade do século XX, período de grande expansão da base industrial do país e de concentração de trabalhadores em grandes fábricas e em áreas metropolitanas especialmente do Centro-Sul, *conexões entre fábricas e bairros* estiveram presentes em outras volumosas e intensas ações coletivas do operariado da região que, atualmente, chamaríamos de Grande São Paulo. Como aponta a bibliografia, a Greve dos 300 Mil (1953), que envolveu várias categorias de trabalhadores paulistanos, revelou "a existência de uma cultura criada nas fábricas e nos bairros capaz de sustentar as grandes lutas necessárias para a defesa dos trabalhadores"[3]. Na Greve dos 400 Mil (1957), que praticamente parou, durante alguns dias, a cidade de São Paulo e alguns municípios vizinhos, "os laços de solidariedade forjados na experiência comum, no interior das empresas e nos bairros operários e ação de uma militância político-sindical contribuíram para o sucesso do movimento paredista"[4]. Similarmente, quando, a partir de fins dos anos 70, centenas de milhares de trabalhadores fomentaram a onda grevista – na qual se situa a Greve de 1980 – que se espraiou pela região metropolitana de São Paulo, foi possível, com freqüência, notar uma "adaptação de redes de organizações sociais interpessoais, tais como as associações de bairro, os clubes esportivos, ou grupos religiosos, para auxiliar na mobilização dos trabalhadores"[5]. Diante disso, partindo do caso sambernardense, sugeriremos, nestas considerações finais, algumas generalizações com o intento de compreender aspectos do modo pelo qual a classe tem recorrentemente "acontecido"[6], sobretudo no intervalo das décadas de 50 e 80, entre o operariado da Grande São Paulo.

---

[3] Michael Hall. "O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954". In: Paula Porta. (org.). *História da Cidade de São Paulo.* v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 289.

[4] Paulo Fontes. "Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)." In: Alexandre Fortes e outros (orgs). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999, 168-169. Cf., também, M. L. Pereira Neto. "A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a 'reinvenção' *da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)". Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, 2009.

[5] Salvador Sandoval. *Os trabalhadores param*: greves e mudança social no Brasil - 1945-1990. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 211.

[6] O termo é usado por E. P. Thompson em afirmações como: "Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de

Por um lado, em significativos momentos do período apontado – entre eles, o final dos anos 70, como vimos no Capítulo 1 –, as conjunturas (econômicas, sociais e políticas) e os esforços de ativistas de diversas organizações (sindicatos, entidades de bairro, partidos etc.) mostraram-se decisivos para que fábricas e bairros se articulassem em notáveis mobilizações coletivas do operariado da Grande São Paulo. Por outro lado, os trabalhadores delineavam, mais intensamente a partir dos anos 50, outros componentes do processo de formação de classe na medida em que agiam, como vimos no Capítulo 3, sob(re) os processos de industrialização, migração, urbanização, tecendo redes sociais que, informalmente, conectavam, muitas vezes, fábricas e bairros, estabelecendo, assim, um denso tecido relacional que, em mais de uma ocasião, mostrou-se imprescindível às lutas operárias. Com efeito, transitar por tais redes parece ter fomentado tanto a partilha de experiências comuns quanto o pertencimento a uma vida pública que se mostraram constitutivas da consciência de classe de tais trabalhadores.

Se conjunturas, atuação de organizações e tessitura de redes dão conta de aspectos centrais desse processo de formação de classe, não podemos afirmar que elas produziram consenso absoluto entre os operários paulistas sobre as vigorosas mobilizações coletivas que empreenderam desde meados do século XX. Por isso, recorrentemente, a ação de piquetes apresentou-se – como vimos no Capítulo 2 – como elemento constitutivo das mesmas. Reiterando conclusões de pesquisas que exploraram outras grandes paredes do operariado paulista – especialmente, da segunda metade do século XX –, a análise da Greve de 1980 indicou-nos que, além de conter fura-greves, a ação dos piquetes teve o papel adicional de alargar o espaço para que, em um contexto de aguda disparidade de recursos entre Estado/patrões e trabalhadores, muitos destes pudessem engajar-se no movimento grevista. Desse modo, é possível afirmarmos que, mais visivelmente desde meados do século XX, os piquetes – nos quais freqüentemente se detectou articulações entre vínculos formais e informais – mostraram-se, também, integrantes do processo de formação de classe do operariado paulista.

Buscando apreender a Greve de 1980 em seus aspectos mais ou menos específicos, o esforço empreendido nesta dissertação apenas reafirma as características multifacetadas desse evento cujos significados permanecem em disputa.

---

pessoas, em termos classistas. *Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento*." Cf. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001, p. 169.

Fontes

Estatísticas

(1971) *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Expansão Cultural. PMSBC, 1971.

(1972) *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro (Secretaria de Obras). PMSBC, 1972.

(1973) *Pesquisa Industrial*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1973.

(1973) *Relatório da Pesquisa Sócio-Econômica realizada na V. Baeta Neves*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1973.

(1973) *Subsídios Estatísticos*. Departamento de Topografia e Cadastro (Secretaria de Obras). PMSBC, 1973.

(1976) *Pesquisa de opinião pública: avaliação das condições dos bairros, segundo a opinião dos moradores*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1976.

(1976) *Subsídios Estatísticos*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1976.

(1977) *PDIM*, vol. 07. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 08. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 09. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 10. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 14. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 15. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 16. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 28. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 30. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 31. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 32. PMSBC, 1977.

(1977) *PDIM*, vol. 34. PMSBC, 1977.

(1978) *Cadastro de Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Saúde e Promoção Social. PMSBC, 1978.

(1979) *Pesquisa Sócio-Econômica*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1979.

(1979) *Projeto da Pesquisa Sócio-Econômica*. Seção de Pesquisa e Banco de Dados. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1979.

(1980) *Templos religiosos por bairro*. Secretaria de Planejamento e Economia, Seção de Pesquisa e Banco de Dados, PMSBC, 1980.

(1981) *Compêndio Estatístico*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1981.

(1981) *Pesquisa: Meios de hospedagem no município*. Secretaria de Planejamento e Economia, Seção de Pesquisa e Banco de Dados, PMSBC, 1981.

(1982) *Favelas de São Bernardo do Campo*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1982.

(1982) *São Bernardo do Campo – Esportes. Relatório 1977-1981*. Departamento de Esportes, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, PMSBC, 1982.

(1989) *Dados Históricos e Estatísticos por Bairro. Vol. 1*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1989.

(1989) *Dados Históricos e Estatísticos por Bairro. Vol. 2*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1989.

(1989) *Dados Históricos e Estatísticos por Bairro. Vol. 3*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1989.

Jornais

A Vanguarda (1970-1980)

Tribuna Metalúrgica (1972-1980)

Folha de São Bernardo (1970-1980)

Folha de São Paulo (1980)

Diário do Grande ABC (1977-1980)

ABCD Jornal (1979-1980)

Entrevistas concedidas ao autor

1) Odilon Dias de Souza (03/07/2008 e 15/09/2008)
2) Sônia Aparecida Moreira (23/09/2008)

3) Maria José de Oliveira Xavier (30/09/2008)
4) Gilberto de Souza Cunha (09/10/2008)
5) Celso Germano da Silva (16/10/2008)
6) José Euzébio (16/10/2008)
7) Padre Sante Collina (20/10/2008)
8) Manoel Anísio Gomes (21/10/2008)
9) Maria da Conceição de Freitas Cunha (21/10/2008)
10) Djalma Bom (24 e 31/10/2008)
11) Antônio Xavier dos Santos (11/11/2008)
12) Cláudio Roberto Rosa (10/12/2008)
13) Dorgival Ferreira da Silva (29/05/2009)
14) José Ferreira de Souza (23/06/2009)
15) Diácono Franco Chippari (03/07/2009)
16) Maria de Fátima Araújo Ramos (03/07/2009)
17) Pio de Souza Santos (06/08/2009)
18) Raimundo Alexandre Sobrinho (24/08/2009)
19) José Lourenço dos Santos (07/07/2009)
20) Enílson Simões de Moura (02/09/2009)

Entrevista concedida ao Serviço de Memória e Acervo de São Bernardo do Campo

1) José D. I. (12/05/2009)

Referências bibliográficas

41 Dias de Resistência e Luta: uma análise da greve feita por quem dela participou. Cadernos do Trabalhador 1. São Bernardo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.
ABRAMO, Laís W. "Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho". In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
ABRAMO, Laís W. *O resgate da dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
AGIER, Michel. "Lugares e redes: as mediações da cultura urbana". In: NIEMEYER, Ana Maria de (org.). *Além dos territórios*: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
ALBERTI, Verena. "Fontes Orais: Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. Contexto, 2006.
ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ALMEIDA, Antônio de. “Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano*: cultura e política dos trabalhadores no ABC paulista (1930-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.H.T. de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALMEIDA, Vicente Unzer de e SOBRINHO, Octavio Teixeira Mendes. *Migração Rural-Urbana*: Aspectos da Convergência de População do Interior e Outras Localidades para a Capital do Estado de São Paulo. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola (Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo), 1951.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 4.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade:* os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

AMARAL, S. C. F. “Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 1, 2001.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, Fátima M. R. Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

ANTUNES, Ricardo L. C. *As formas da greve*: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. *Imprensa sindical*: instrumento de ação e objeto de conhecimento – 1976-1990. Tese (Doutorado). São Paulo: ECA-USP, 1991.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. *Nas Terras do “Deus-Dará”*: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1998.

BARBIERI, Mirta Ana. “El contexto de producción de los relatos de vida”. *Neho-História*, n. 1, 1999.

BARBOSA, Newton Ataliba Madsen. *Origens e fatores que tiveram influência para o processo do desenvolvimento industrial em S.B.C.* São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – Seção de Pesquisa e Banco de Dados, 1960.

BARNES, J. A. “Redes sociais e processo político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. São Paulo: Global, 1987.

BATALHA, Cláudio H. M e outros (orgs.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Batalha. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, 2006.

BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BATALHA, Cláudio. “Thompson diante de Marx”. In: BOITO JR., Armando et al. (org.). *A obra teórica de Marx*: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
BAVA, Silvio Caccia. "As lutas nos bairros e a luta sindical". In: KOWARICK, Lúcio (coord.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
BAVA, Silvio Caccia. *Práticas cotidianas e movimentos sociais*. Elementos para a reconstituição de um objeto de estudo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP,1983.
BENETTI, Pablo C. e VAINER, Carlos B. "Migrações e metrópoles". *Travessia – Revista do Migrante*, n. 2, 1988.
BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Obras escolhidas, v. 1)
BERQUÓ, Elza. "Evolução demográfica". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
BEYNON, Huw. "A classe acabou? Reflexões sobre um tema controverso". *Dados*, v. 39, n. 2, 1996.
BLASS, Leila Maria da Silva. *Estamos em greve!*: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Hucitec, 1992.
BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria história*: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20. São Paulo: Loyola, 1986.
BLOKLAND, Talja e SAVAGE, Mike. "Networks, class and place". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25 (2), 2001.
BLUM, Pedro Rubens Coppini. *São Bernardo do Campo*: um exemplo de desenvolvimento urbano condicionado por variáveis externas. Dissertação (Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 1985.
BOISSEVAIN, Jeremy. "Apresentando 'Amigos de amigos': redes sociais, manipuladores e coalizões". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. São Paulo: Global, 1987.
BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
BOURDIEU, P. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
BOY, Luiz. *O último mestre*: capa amarela. São Paulo: Scortecci, 2008.
BRIGGS, X. S. *Ties that bind, bridge and constrain*: social capital and segregation in the American Metropolis. Artigo apresentado no seminário "Segregation and the city", realizado no Lincoln Institute for Land Policy, 2001.
BRITO, F.; HORTA, C. J. G. E AMARAL, E. F. F. "A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas". Cedeplar – IUSSP, 2002.
BRITO, Fausto. "O deslocamento da população brasileira para as metrópoles". *Estudos avançados*, 20 (57), 2006.
CALDEIRA, Teresa Pires. *A Política dos Outros:* o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
CAMARGO, Cândido P. F. de et al. *São Paulo 1975*: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.
CAMPOS, Dolores Ribeiro. *Mulher e família na trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*: 1970-1980. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Prefácio”. In: *O consenso forjado*: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.
CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1994.
CARDOSO, Fernando Henrique. “Le prolétariat brésilien: situation et comportement social”. *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961.
CASTRO, Nadya Araújo e GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. “Trabalhadores afluentes, indústrias recentes: revisitando a tese da aristocracia operária”. *Dados*, v. 35, n. 2, 1992.
CASTRO, Pedro. *A greve na crise do Brasil pós-milagre*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1986.
CASTRO, Pedro. *Greve*: fatos e significados. São Paulo: Editora Ática, 1986.
CERTEAU, Michel de. “Introdução geral”. In: *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: morar e cozinhar. 4.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, n. 11(5), 1991.
COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
COMERFORD, John. *Como uma família*: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
CORRÊA, Hércules. *O ABC de 1980*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
CÔRREA, Marcelo Luiz. *São Bernardo do Campo*: descaracterização da paisagem urbano-industrial e a “nova pobreza urbana”. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.
COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, 1994.
COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura *versus* experiência. Novas tendências na historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se ganha. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 29, 1990.
COSTA, Emília Viotti da. “Introdução”. In: *Coroas de glória, lágrimas de sangue*: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.
CUNHA, João Marcos Pinto da. “Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise”. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, 2005.
DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Col. Oficinas de História, v. 3).
DIANI, Mario. “Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: ‘From Metaphor to Substance’?. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug. *Social Movements and Networks*: relational approaches to collective action. New York (EUA): Oxford, 2003.

DIAS FILHO, Guilhermo Cavalheiro. *O Partido Comunista Brasileiro e os movimentos de massa*: análise da posição do PCB frente às greves de 1978-80. Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.
DIAS, A. H. P. "Greve dos metalúrgicos do ABC, em 1980, vista pela ótica da grande imprensa". In: SOARES, Ismar Oliveira (org.). *A comunicação na construção da paz*. São Paulo: Paulinas UCBC, 1987.
DUARTE, Adriano e PAOLI, Maria Célia. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade". In: PORTA, Paula. (org.). *História da Cidade de São Paulo*: A Cidade na Primeira Metade do Século XX (1890-1954). v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
DUARTE, Adriano Luiz. "Em busca de um lugar no mundo": movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950". *Estudos Históricos*. v. 21, 2008.
DUARTE, Adriano Luiz. "Os sentidos da comunidade: Notas para um estudo de bairros operários e identidade cultural". *Trajetos*, v. 1, n. 2, 2002.
DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
DURHAM, Eunice R. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
DURHAN, Eunice R. "A família operária: consciência e ideologia". *Dados*, 23(2), 1980.
DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.
ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
EMIRBAYER, M. "Manifesto for a relational sociology". *American Journal of sociology*, v. 103, n. 2, 1997.
FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Lazer em questão*: redefinição no modo de vida de um grupo operário. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 1979.
FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
FENELON, Déa. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo". *Revista História & Perspectivas*, n. 6, 1992.
FERRAND, A. "Las comunidades locales como estructuras meso". *Redes*. v. 3, n. 4, 2002.
FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
FERREIRA, Marieta de Morais e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
FONTES, Paulo. "Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of Class* de Stedman Jones". *Locus: Revista de História*, v. 4, n. 2, 1998.
FONTES, Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese (Doutorado). IFCH-Unicamp, 2002.

FORTES, Alexandre e outros (orgs). *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
FRENCH, John . *O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, 1995.
FREUND, Julien. *Sociologia Max de Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. "Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
GARCIA, Marco Aurélio. "São Bernardo: a (auto)construção de um movimento operário – notas para discussão". *Desvios*, n. 1, nov. 1982.
GOLDESTEIN, Gisela T. "Lazer operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta". *Revista de Administração de Empresas*, v. 31, n. 3, 1991.
GONÇALVES, Alfredo José. "Morar e conviver". *Travessia*, n.14, 1992.
GONÇALVES, José Sérgio R. C. *Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1985.
GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.
GOUBERT, Pierre. "História Local". *História & Perspectiva*, n. 6, 1992.
GOULD, Roger V. "Multiple Networks and Mobilization in the Paris Comune, 1871". *American Sociological Review*, v. 56, n. 6, 1991.
GOULD, Roger V. "Why do networks matter? Rationalist and Structuralist Interpretations". In: DIANI, Mario e McADAM, Doug. *Social Movements and Networks*: relational approaches to collective action. New York (EUA): Oxford, 2003.
GOULD, Roger V. *Insurgent identities*: class, community and protest in Paris from 1848 to the Commune. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1981.
HAINE, W. S. *The world of the Paris Café*: sociability among the French working class 1789-1914. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
HALL, Michael. "História oral: os riscos da inocência". In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH-Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1988
HALL, Michael. "O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954". In: PORTA, Paula. (org.). *História da Cidade de São Paulo*: A Cidade na Primeira Metade do Século XX (1890-1954). v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
HALPERN, Rick. "Respatializing marxism and remapping urban space". *Journal of urban history*, v. 23, 1997.
HEDSTROM, P.; SANDELL, R. & STERN, C. "Mesolevel networks and the diffusion of social movements". *American Journal of Sociology*, 106 (1), 2000.
HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
HEREDIA, Beatriz. "Política, família e comunidade". In: PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
HOBSBAWM, Eric e RANGER, T. "Introdução: A invenção das tradições". In: *A invenção das tradições*. 6.ed. Rio de Janeiro, 1997.
HOBSBAWM, Eric. "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial". In: *Níveis de Culturas e Grupos Sociais*. Lisboa: Cosmos, 1974.
HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. v. 1. Lisboa: Presença, 1973.
HUMPHREY, John. "Sindicato, um mundo masculino". *Novos Estudos Cebrap,* v. 2-1, 1983.
HUMPHREY, John. *Fazendo o milagre*: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.
JAMES, Daniel. "O que há de novo, o que há de velho?" Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Angela M. C. *Trabalho, cultura e cidadania*: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.
JONES, Gareth Stedman. "Reconsideracion del cartismo". In: *Lenguajes de clase*: estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1982). Madrid: Siglo XXI, 1989.
JONES, Stephen G. "Labour, society and the drink question in Britain: 1918-1939". *The Historical Journal,* 30, I, 1987.
JORDÃO NETTO, Antonio. *Aspectos Econômicos e Sociais das Migrações Internas Para o Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1973.
JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". In: VALLADARES, L. P. (org.). *A Escola de Chicago*: impactos de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

KASSEB, Giselle. *O processo de industrialização e sua influência no desenvolvimento urbano – o caso de São Bernardo do Campo*. (Monografia de Economia Urbana e Regional). São Paulo: FAU/Universidade Mackenzie, 1990.
KITTS, J. "Mobilizing in black boxes: social networks and participation in social movements organizations". *Mobilization: An International Journal*, 5(2), 2000.
KORNIS, M. e FLAKSMAN, Dora. "Greve". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1984.
KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". In: KOWARICK, Lúcio (coord.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
LE GOFF, J. "A história do quotidiano". In: DUBY, G. *História e História Nova*. Lisboa: Teorema, 1986.
LEFEBVRE, Henri. "Apresentação de uma pesquisa e de alguns achados". In: A *vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.
LEPETIT, Bernard. "A história leva os atores a sério". In: SALGUEIRO, Heliana A. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
LIENHARD, Martín. "Los testimonios populares y la cuestión de su lectura". *Cuadernos de Literatura*, v. 38, 2001.
LOPES, José Sérgio Leite. "A formação de uma cultura operária". *Tempo & Presença*, n. 220, 1987.
LOPES, José Sérgio Leite. "Anotações em torno do tema 'condições de vida' na literatura sobre a classe operária". In: SILVA, L. A. M. da (org.). *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar*: (re) lembranças de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
LÜDTKE, Alf. "Sobre los conceptos de vida cotidiana, articulación de las necesidades y 'conciencia proletaria'". *Historia Social*, n. 10, 1991.
MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade*: um projeto de vida familiar de um grupo operário. 2.ed. São Paulo: Vértice, 1986.
MAGNANI, J. G. C. "A rua e a evolução da sociabilidade". *Cadernos de História de São Paulo*, 2, 1993.
MAGNANI, J. G. C. "Lazer dos trabalhadores". *São Paulo em Perspectiva*, v. 2. n. 3, 1988.
MAGNANI, J. G. C. "O lazer da população de origem migrante na metrópole". *Travessia – Revista do Migrante*, maio/agosto, 1990.
MAGNANI, J. G. C. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, J. G. C. e TORRES, L. L. (orgs.). *Na metrópole*: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.

MAGNANI, J. G. C. "Trajetos e trajetórias – uma perspectiva da antropologia urbana". *Sexta-Feira*, n. 8, 2006.
MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 2.ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.
MARICATO, Ermínia T. M. "Autoconstrução: a arquitetura possível". In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
MARICATO, Ermínia T. M. *A proletarização do espaço sob a grande indústria*: o caso de São Bernardo na Região da Grande São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1977.
MARICATO, Ermínia. "Problemas e mitos na luta pela moradia". *Travessia – Revista do Migrante*, n. 2, 1988.

MARINS, Paulo César. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", in SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John e CHAVES, Christiane de Alencar. "Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito". In: MARQUES, Ana Cláudia. *Conflitos, política e relações pessoais*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
MARQUES, Eduardo C. L. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.
MARTINS NETTO, Cláudio Alberto. "Futebol: um tema para a reflexão sociológica". *Cadernos CERU*, n. 9 – 1ª série, 1976.
MARTINS, Heloísa H. T. de S. *Igreja e movimento operário no ABC*: 1954-1975. São Paulo: Hucitec, 1994.
MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza; PEREIRA JR.. Henrique e RICARDO, Carlos Alberto. "A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980". *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980.
MARTINS, José de Souza. "Introdução". In: *Subúrbio*: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. “O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira”. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*: a cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
MARTINS, José de Souza. “O Vôo das Andorinhas”. In: *Não há terra para plantar neste verão*. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
MATTA, Roberto da. “Espaço: casa, rua e outro mundo – o caso do Brasil”. In: *A casa e a rua*. São Paulo: Guanabara Koogan, 1991.
MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003.
MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda:* greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
McADAM, Doug e PAULSEN, Ronelle. “Specifying relationship between social ties and activism”. *The American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, 1993.
McADAM, Doug. “Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements”. In: DIANI, Mario e McADAM, Doug. *Social Movements and Networks*: relational approaches to collective action. New York (EUA): Oxford, 2003.
McADAM, Doug. “Recruitment to high-risk activism: the case of Freedom Summer”. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1, 1986.
MEDICI, Ademir. *São Bernardo, seus bairros, sua gente*. 2.ed. São Bernardo: PMSBC/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1984.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si*: experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola, 2004.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4.ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
MELLO, João Manoel Cardoso de e NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada*: contraste da intimidade contemporânea. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MELLO, Pedro Paulo Thiago. *Pendura essa*: a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Niterói (RJ): ICHF-UFF, 2003.
MENEGUELLO, Rachel. *PT*: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
MITCHELL, J. Clyde. “The concept and use of social networks”. In: *Social networks in urban situations*: analyses of personal relationships in Central African Towns. Manchester (Inglaterra): University of Manchester, 1969.
MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão*: os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MOLINA, Jose Luis. “El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas”. *Empiria*. n. 10, 2005.
MUNHOZ, Sidney. “Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos”. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, 1997.
MUSZYNSKI, Maria Judith de Brito. *O impacto político das migrações internas:* o caso de São Paulo (1945-1982). São Paulo: IDESP, 1986.

NASCIMENTO, Luiz Carlos Miranda do. *Vila Comunitária*: uma proposta alternativa para a habitação popular. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1993.
NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. "Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical". In: AQUINO, Maria Aparecida de (org.). *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
NEGRO, Antonio Luigi. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa". *Revista Brasileira de História*, vol. 16, n. 31-32, 1996.
NEGRO, Antonio Luigi. "Nas origens do 'novo sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística". In: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O novo sindicalismo*: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.
NEGRO, Antonio Luigi. "Servos do tempo". In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. (org.). *De JK a FHC*: a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.
NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.
OLIVA, Aloízio Mercadante (coord.). *Imagens da Luta*: 1905-1985. São Bernardo do Campo: SMSBCD, 1987.
OLIVA, Aloizio Mercadante. *Estado autoritário e desobediência operária*: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Dissertação (Mestrado). Campinas: DEPE-Unicamp, 1988.
OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
PAIVA, Odair. *Caminhos cruzados*: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.
PALMER, Brian D. *Edward Palmer Thompson*: objeções e oposições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
PAOLI, Maria Célia; SADER, Éder e TELLLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, ano 3, n. 6, 1983.
PARANHOS, Kátia Rodrigues. "Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta". *Revista de Sociologia e Política*, n. 103, 1999.
PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção Tempo & Memória, 6)
PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham*: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
PAULA, Amir el Hakim de. *Os operários pedem passagem!*: a geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917). Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
PEIXOTO, Elza. "Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos". *Educação e Sociedade*, v. 28, 2007.
PEREIRA NETO, M. L. "A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a 'reinvenção' da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, 2009.
PERROT, Michelle. "Les ouvriers en grève (France, 1871-1890)". *Le mouvement Social*, n. 82, 1973.
PERROT, Michelle. *Les ouvriers em grève*: France, 1871-1890. v. 2. Paris: Mouton, 1974.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
PETERSEN, Silvia R. F. "Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana". *Revista História & Perspectivas,* n. 6, 1992.
PIMENTEL, Maria Isabel Schulz. *O migrante em São Bernardo do Campo*: experiências e expectativas de migrantes ingressos entre 1950 e 1980 em São Bernardo do Campo e sua integração à cidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1997.
PLUTARCO. *Como ouvir*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
POGIBIN, Guilherme Gibran. *Memórias de metalúrgicos grevistas do ABC paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IP-USP, 2009.
PRADES, Maria Dolores e RAGO, Maria Aparecida de Paula. "O arrocho treme nas bases do ABC: debate com os trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo". *Escrita. Ensaio,* ano IV, n. 7, 1980.
PRIMO, Antônio Aparecido. *O Centro Educacional Tiradentes:* escola do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (1974-1979). Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
PRIORE, Mary Del. "História do cotidiano e da vida privada". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
PROST, Antoine. "Fronteiras e espaços do privado". In: VICENT, Gérard et all. *História da Vida Privada*: da Primeira Guerra a nossos dias. v. 5. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
RAINHO, Luis Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979).* v.1. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983.
RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do grande ABC*: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980.
RAMINELLI, Ronald. "História urbana". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
RENK, Arlene. "A experiência em Thompson". *História: Questões & Debates*. v. 13, n. 24, 1996.
REQUIXA, R. "O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados". *Cadernos de Lazer,* v. 1, n. 1, 1977.
REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
RODRIGUES, Arlete Moysés. *Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1981.
RODRIGUES, Leôncio Martins. "Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical". In: *Partidos e Sindicatos*: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.
RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROLNIK, R. e BONDUKI, Nabil. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

ROSENTHAL, N.; FINGRUTD, M.; KARANT, R. e MAcDONALD, D. “Social movement and network analysis: a case study of nineteenth-century women’s reform in New York State”. *American Journal of Sociology*, v. 90, n. 5, 1985.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Pilote de Guerre*. New York: Éditions de La Maison Française, 1942.

SAMPAIO, Antônio Possidonio. *A capital do automóvel (Na voz dos operários)*. São Paulo: Ed. Populares, 1979.

SAMPAIO, Antonio Possidonio. *Lula e a greve dos peões* (romance-reportagem). São Paulo: Escrita, 1982.

SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, 1989/1990.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param*: greves e mudança social no Brasil - 1945-1990. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998.

SANTOS, Agnaldo dos. *Debutantes e outsiders*: juventude metalúrgica e sindicato no ABC paulista. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.). *Quando a rua vira casa*: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM. Centro de Pesquisas Urbanas, 1985.

SAVAGE, M. “Space, networtks and class formation”. In: NEVILLE, Kirk (org.). *Social Class and Marxism*: defences and chalenges. Hants: Scolar Press, 1996.

SCARLATO, Francisco Capuano. *A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial da metrópole paulista*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. “Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas”. *Teoria & Sociedade*, n. 2, 1997.

SCOTT, John. *Social network analysis*: a handbook. California (EUA): Sage Publications, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Ação direta, greves, sabotagem e boicotes: violência operária ou pedagogia revolucionária?”. In: CANCELLI, Elizabeth (org.). *História de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: UNB, 2004.

SHAPIRO, Helen. “A primeira migração das montadoras: 1956-1968”. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. (org.). *De JK a FHC*: a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. “Contribuição a uma ‘história dos de baixo’ do sindicalismo”. *Estudos Ibero-Americanos,* PUCRS, v. XXI, n.1, 1995.
SILVA, Fernando Teixeira da. “Sociabilidade Operária e a Teoria das Massas Isoladas: os Portuários em Perspectiva Internacional”. *Anais do X Encontro Estadual de História* - ANPUH/SC, Florianópolis: ANPUH/SC; Proextensão/UFSC, 2004. (www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/teixeira%20da%20silva.doc)
SILVA, Luiz Antonio Machado da. “O significado do botequim”. In: HOGAN, Daniel e outros. *Cidade*: usos e abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.
SILVA, M. A. da. “A história e seus limites”. *Revista História & Perspectivas*, n. 6, 1992.
SILVER, Beverly. *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.
SIMMEL, Georg. “A sociabilidade: exemplo de sociologia pura ou formal”. In: *Questões fundamentais de sociologia*: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
SIQUEIRA, Uassyr de. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro*: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924). Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins*: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2008.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SNOW, David A.; ZURCHER, Louis A. e EKLAND-OLSON, Sheldon. “Social networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment”. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, 1980.
SOARES, Weber. “A migração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais”. In: MARTES, A. C. B. e FLEISHER, S. (orgs.). *Fronteiras cruzadas*: etnicidades, gêneros e redes sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *Políticas públicas em São Bernardo do Campo no pós-guerra*: 1945-1964. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002.
SOUZA-LOBO, Elisabeth. “Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo”. In: *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
STAVENHAGEN, Rodolfo. “Classes sociais e estratificação social”. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade*: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
TAFT, Philip e ROSS, Philip. “American labor violence: its causes, character, and outcome”. In: GRAHAN, Hugh Davis e GURR, Ted Robert. *Violence in America:* historical and comparative perspectives. New York: New American Libray, 1969. (http://www.ditext.com/taft/violence.html)
THIAGO, Cristiane Muniz. *Rio de Janeiro operário*: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré (1960-1990). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CCH-UNIRIO, 2007.
THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?” In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: *estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

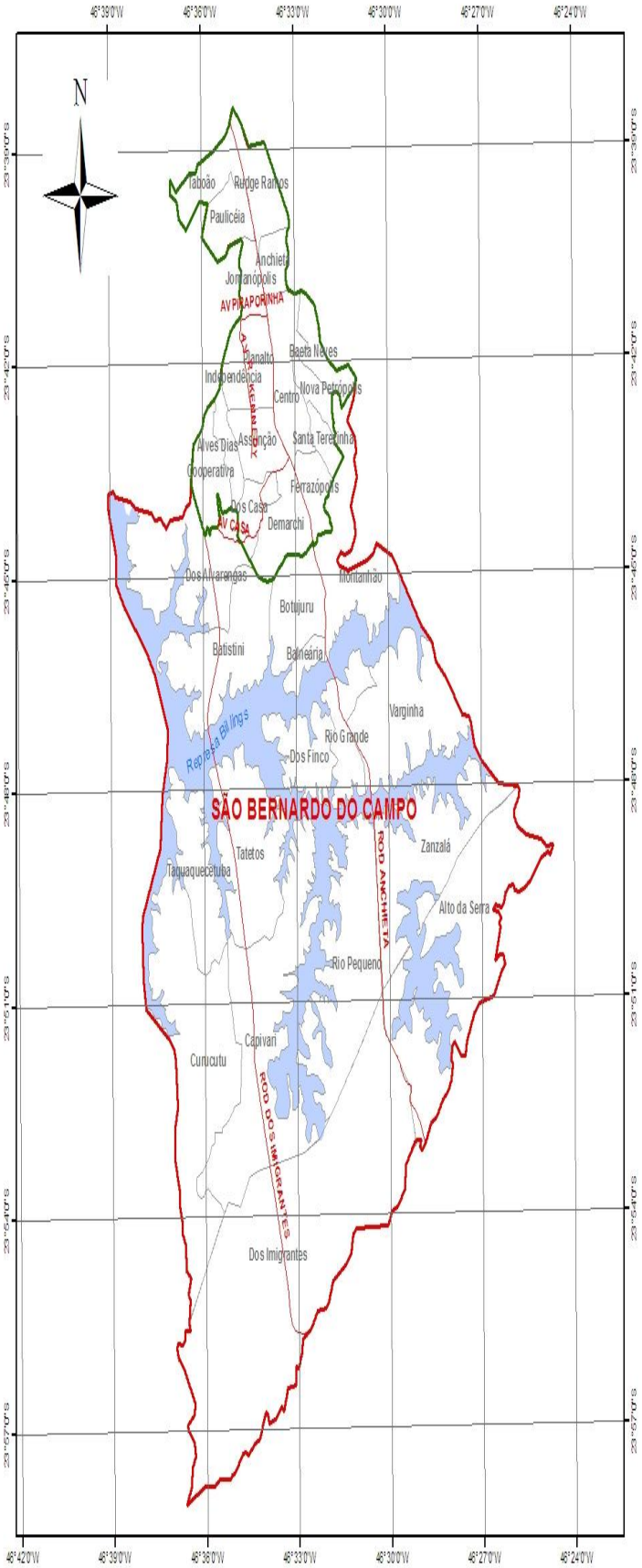
THOMPSON, E. P. “Parte I”. In: *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro, 1997.
THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História)
THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Coleção Oficinas da História)
THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3: A força dos trabalhadores. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Coleção Oficinas da História)
THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001.
THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
TOURAINE, Alain. “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”. *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961.
VITORINO, Artur José Renda. “Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson.” *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.
WEBER, Regina. “Considerações sobre a cultura operária”. *Humanas*, 1 (1). Londrina, 1999.
WEFFORT, Francisco C. “Nordestinos em São Paulo: notas para um Estudo sobre Cultura Nacional e Cultura Popular”. VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. *A cultura do povo.* São Paulo: EDUSC, 1982.
WELLMAN, Barry e LEIGHTON, Barry. “Networks, neighborhoods and communities: approaches to the study of the community question”. *Urban Affairs Quartely*, v. 14, n. 3, 1979.
WIERVIORKA, Michel. “Violência Hoje”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 2007.

Referências de Audiovisuais

ABC DA GREVE. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1979. DVD. (75 minutos).

LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos).

GREVE! Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 1979. Vídeo. (37 minutos).



Área de Estudo

Legenda

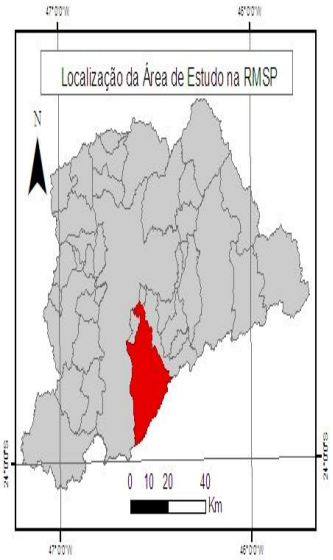
- Principais Via de Acesso
- Distrito da Sede - 1979
- Bairros
- São Bernardo do Campo 2010
- Represa Billings

Escala Numérica
1:140.000

Escala Gráfica

2 1 0 2 Km

Projeção:
Universal Transversa de Mercator (UTM)
Fuso 23S **Datum Hor.: SAD 69**



Fontes: Cartas Topográficas Digitalizadas, Escala 1:10.000; Emplasa, 1990. Notícias do Município - Orgão Oficial do Município de São Bernardo, Decreto Municipal de Criação dos Macro-Bairros, pg 5-8, 1980.

Organizado Por:
Regiane Wosniak Bispo, 2010.

MAPA 2

Maiores Indústrias Metalúrgicas Sambernardenses 1978

46°36'0"W 46°33'0"W

23°39'0"S

23°42'0"S

23°45'0"S

AV TRINTA E UM DE MARÇO

CORREDOR ABD

ROD ANCHIETA

AV FABIO EDUARDO R. ESQUIVEL

AV PIRAPORINHA

DIADEMA

AV ROBERT KENNEDY

ROD DOS IMIGRANTES

SÃO BERNARDO DO CAMPO

AV CASA

46°36'0"W 46°33'0"W

Legenda

- Fábricas
- Logradouros
- Distrito da Sede - 1979
- Diadema
- São Bernardo do Campo
- Represa Billings

Escala Gráfica

1 0.5 0 1 Km

Escala Numérica
1:70.000

Projeção:
Universal Transversa de Mercator (UTM)
Fuso 23S **Datum Hor.: SAD 69**

Fontes: Cartas Topográficas Digitalizadas, Escala 1:10.000; Emplasa, 1990. Tribuna Metalúrgica de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo, Fev de 1978.

Organizado Por:
Regiane Wosniak Bispo, 2010.

MAPA 3

Bairros Sambernardenses - Concentrações de PEA Industrial

46°36'0"W 46°33'0"W

23°39'0"S 23°42'0"S 23°45'0"S

Taboão
Rudge Ramos
Paulicéia
ROD ANCHIETA
Anchieta
Jordanópolis
AV PIRAPORINHA
AV ROBERT KENNEDY
Planalto
Independência
Centro
Baeta Neves
Nova Petrópolis
SÃO BERNARDO DO CAMPO
Santa Terezinha
Assunção
Alves Dias
Cooperativa
Ferrazópolis
ROD DOS IMIGRANTES
Dos Casa
Montanhão
Demarchi
AV CASA
Dos Alvarengas
Botujuru
Batistini

46°36'0"W 46°33'0"W

Legenda

- Principais Via de Acesso
- Distrito da Sede - 1979
- Bairros
- São Bernardo do Campo
- Represa Billings

Escala Gráfica

1 0.5 0 1 Km

Escala Numérica
1:70.000

Projeção:
Universal Transversa de Mercator (UTM)
Fuso 23S **Datum Hor.: SAD 69**

Fontes: Cartas Topográficas Digitalizadas, Escala 1:10.000; Emplasa, 1990; Pesquisa Sócio-Econômica. SPE. PMSBC, 1979.

Organizado Por:
Regiane Wosniak Bispo, 2010.